REALIZAÇÃO

anpur
associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional

UFMG Cedeplar

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de PÓS-GRADUAÇÃO em GEOGRAFIA

NPG AU NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM **ECONOMIA** / PPGE

Universidade Federal de Uberlândia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM **CIÊNCIAS SOCIAIS** / PPGCS

PUC Minas

APOIO

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPEMIG

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

GOVERNO DE MINAS

Banco do Nordeste

ipea

Ministério da Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

ESPAÇO, PLANEJAMENTO & INSURGÊNCIAS
Alternativas Contemporâneas para o desenvolvimento Urbano e Regional

2015 · BELO HORIZONTE · XVI ENANPUR ·

XVI ENANPUR

DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO & INSURGÊNCIAS

Alternativas Contemporâneas no Espaço Urbano e Regional

PROGRAMA E
CADERNO DE RESUMOS

XVI ENANPUR

BELO HORIZONTE 2015

DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO & INSURGÊNCIAS

Alternativas Contemporâneas
no Espaço Urbano e Regional

Belo Horizonte · 2015

ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS:

Alternativas Contemporâneas para o Desenvolvimento Urbano e Regional

O espaço social, urbano e regional, vem ganhando cada vez maior proeminência na vida contemporânea, colocando em evidência não somente as demandas para seu planejamento mas especialmente suas apropriações insurgentes. As mobilizações políticas contemporâneas ressaltam a premência de uma renovada compreensão dos processos socioespaciais e políticos que vivemos e criam a necessidade de avanços nas nossas pesquisas e discussões a respeito da produção do espaço urbano-regional. O **XVI ENANPUR**, a se realizar em Belo Horizonte em maio de 2015, tomou como referência temática a questão do espaço, do planejamento e da insurgência sócio-política no contexto urbano-regional, considerando que esta contemporaneidade pode lançar uma nova perspectiva sobre os temas que historicamente têm orientado nossos estudos e pesquisas no país.

De outra parte, as visões tradicionais do desenvolvimento há muito vêm sendo questionadas, ou mesmo negadas, e a construção de alternativas para novas oportunidades e possibilidades de organização socioespacial no país - e particularmente na escala urbano-regional - é a referência principal que deve orientar nossos estudos, propostas e debates no XVI ENANPUR. Neste sentido, os dez subtemas, as mesas e as demais sessões devem se somar na invenção de alternativas contemporâneas para o desenvolvimento urbano e regional no Brasil.

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/PUC-Minas

Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE/UFU

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFMG

ORGANIZAÇÃO

Coordenação Geral
Rodrigo Simões – Cedeplar/UFMG

Sub-coordenação Geral
Heloisa Costa – PPGG/UFMG

Coordenação do Comitê Científico
Jupira Mendonça – NPGAU/UFMG

Coordenação das Sessões Livres
Geraldo Costa – PPGG/UFMG

Comissão Organizadora Local
Bernardo Campolina – Cedeplar/UFMG
Daniel Freitas – NPGAU/UFMG
Fabiana Araújo – NPGAU/UFMG
Geraldo Costa – PPGG/UFMG
Heloisa Costa– PPGG/UFMG
Humberto Martins – PPGE/UFU
João Tonucci – PPGG/UFMG
Juliana Jayme – PPGCS/PUC-Minas
Júnia Ferrari – NPGAU/UFMG
Jupira Mendonça – NPGAU/UFMG
Marcos Melo – PPGG/UFMG
Pedro Amaral – Cedeplar/UFMG
Roberto Luís Monte-Mór – Cedeplar/UFMG
Rodrigo Simões – Cedeplar/UFMG

PROGRAMA GERAL

		01 Auditório Ouro Preto	02 Sala Tiradentes 1	03 Sala Tiradentes 2	04 Sala Ibituruna	05 Sala Caparaó	06 Sala Maquiné	07 Sala Niemeyer	08 Sala Inconfidentes	09 Sala Itatiaia	10 Sala Itacolomy	11 Sala Vertentes	12 Sala Alterosas	13 Sala Mantiqueira
SEG 18/05	13h30 - 15h15	ST 1-1	ST 2-1	ST 3-1	ST 4-1	ST 5-1	ST 6-1	ST 7-1	ST 10-1	ST 8-1	ST 1-3	ST 2-3	ST 7-3	ST 9-1
	15h30 - 17h15	ST 1-2	ST 2-2	ST 3-2	ST 4-2	SL 01	ST 6-2	ST 7-2	SL 02	ST 8-2	ST 1-4	ST 2-4	ST 7-4	SL 03
	17h30 - 19h15	SL 04	SL 05	SL 06	SL 07	SL 08	SL 09	SL 10	SL 11	SL 12	SL 13	SL 14	SL 15	SL 16
	20h00	ABERTURA, PREMIAÇÃO e CONFERÊNCIA												
	* 15h15 - 15h30 / Intervalo													
TER 19/05	9h00 - 12h00	MR 1	MR 2					MR 3			MR 4			
	11h00 - 13h00				MR 5		SL 17							
	14h00 - 15h45	ST 1-5	ST 2-5	ST 3-3	ST 4-3	ST 5-2	ST 6-3	ST 7-5	ST 10-2	ST 8-3	ST 1-7	ST 2-7	ST 7-7	ST 9-2
	16h00 - 17h45	ST 1-6	ST 2-6	ST 3-4	ST 4-4	SL 18	ST 6-4	ST 7-6	SL 19	ST 8-4	ST 1-8	ST 2-8	SL 20	SL 21
	18h00 - 19h45	SL 22	SL 23	SL 24	SL 25	SL 26	SL 27	SL 28	SL 29	SL 30	SL 31	SL 32	SL 33	SL 34
	20h00	LANÇAMENTO DE LIVROS e CONFRATERNIZAÇÃO												
	* 12h00 - 14h00 / Almoço *15h45 - 16h00 / Intervalo													
QUA 20/05	9h00 - 12h00	MR 6	MR 7					MR 8			MR 9			
	11h00 - 13h00				SE 1		SL 35		SL 36					
	14h00 - 15h45	ST 1-9	ST 2-9	ST 3-5	ST 4-5	ST 5-3	ST 6-5	ST 7-8	ST 10-3	ST 8-5	ST 1-11	ST 2-11	ST 7-10	ST 9-3
	16h00 - 17h45	ST 1-10	ST 2-10	ST 3-6	SL 37	SL 38	ST 6-6	ST 7-9	SL 39	ST 8-6	SL 40	ST 2-12	SL 41	SL 42
	18h00 - 19h45	SL 43	SL 44	SL 45	SL 46	SL 47	SL 48	SL 49	SL 50	SL 51	SL 52	SL 53	SL 54	SL 55
	* 12h00 - 14h00 / Almoço *15h45 - 16h00 / Intervalo													
QUI 21/05	9h00 - 12h00	SE 2	MR 10					MR 11			MR 12			
	11h00 - 13h00				SE 3		SL 56							
	14h00 - 15h45	ST 1-12	ST 2-13	SL 57	ST 4-6	ST 6-7	ST 6-8	ST 7-11	ST 10-4	ST 8-7	ST 1-14	ST 2-15	ST 7-13	SL 58
	16h00 - 17h45	ST 1-13	ST 2-14	SL 59	SL 60	SL 61	ST 6-9	ST 7-12	SL 62	ST 8-8	SL 63	ST 2-16	SL 64	SL 65
	18h00 - 19h45	SL 66	SL 67	SL 68	SL 69	SL 70	SL 71	SL 72	SL 73	SL 74	SL 75	SL 76	SL 77	SL 78
	* 12h00 - 14h00 / Almoço *15h45 - 16h00 / Intervalo													
SEX 22/05	9h00 - 12h00	PAINEL DE ENCERRAMENTO: Planejamento e globalização Sul-Sul: circulação, deslocamentos e inovações												01 Auditório Ouro Preto
	14h00 - 18h00	ASSEMBLEIA DA ANPUR												

MESAS REDONDAS

MR 1 - Diálogos amazônicos: natureza, urbanização e alternativas de desenvolvimento
MR 2 - A urbanização brasileira contemporânea: concentração, dispersão, fragmentação
MR 3 - A ANPUR na esfera pública: política de fomento, agenda científica e representação
MR 4 – A cidade e seus habitantes (in)visíveis e (in)desejáveis
MR 5 - Desenvolvimento e território: reestruturações econômicas e as políticas de Estado
MR 6 – Insurgências e resistências urbanas
MR 7 - As redes internacionais de planejamento urbano e regional
MR 8 – Conflitos socioambientais, bens comuns e serviços ambientais
MR 9 - Perspectivas da metropolização brasileira: desafios ao planejamento
MR 10 - Moradia, mercado e finanças
MR 11 - Da democracia ao golpe militar de 1964: insurgências urbanísticas, políticas e sociais
MR 12 - Patrimônio, paisagem cultural e planejamento territorial

SESSÕES ESPECIAIS

SE 1 - Financiamento do desenvolvimento urbano e regional
SE 2 - Desenvolvimento territorial e políticas públicas – rede urbana brasileira, governança metropolitana e indicadores de desenvolvimento socioeconômico: contribuições das iniciativas de pesquisa da Rede Ipea
SE 3 - Universidade e o planejamento – ensino, pesquisa e extensão: o caso da RMBH

SESSÕES TEMÁTICAS

ST 1 - Produção e estruturação do espaço urbano e regional
ST 2 - Estado, planejamento e política
ST 3 - Desenvolvimento territorial, inovação e redes regionais
ST 4 - Natureza, reprodução social e bens comuns
ST 5 - Técnicas e métodos de modelagem e de análise socioespacial
ST 6 - Cultura, saberes e identidades
ST 7 - Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana
ST 8 - Trajetórias das ideias, representações e experiências urbanísticas
ST 9 - Desenvolvimento, pós-desenvolvimento e práticas transformadoras
ST 10 - Emergências no campo dos estudos urbanos e regionais

SESSÕES LIVRES

SL 1 - Território, desenvolvimento territorial e governança.

SL 2 - Políticas de desenvolvimento urbano baseadas na mobilidade urbana e inclusão sócio-territorial: reflexões a partir das propostas de São Paulo.

SL 3 - Politicas públicas e habitação social.

SL 4 - Análise das condições de inserção urbana do Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades brasileiras: segregação e negação do direito à cidade.

SL 5 - Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo.

SL 6 - Desenho, projeto e produção do Programa Minha Casa Minha Vida.

SL 7 - Cidade brasileira contemporânea: processos de constituição, espaços livres e forma urbana.

SL 8 - Reforma urbana, movimentos sociais e planejamento: opções políticas e limites em face da crise urbana.

SL 9 - Desafios conceituais e metodológicos e para o planejamento e a gestão de risco: as inundações urbanas e a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização.

SL 10 - BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional.

SL 11 - Diálogos transversais na construção de uma agenda urbana para Amazônia: o urbano extensivo e os circuitos da economia

para além de dicotomias tradicionais: múltiplos olhares em múltiplas escalas três anos de projeto Urbisamazônia (2012-2014)

SL 12 - Grandes projetos de mineração, condições de vida e a questão hídrica na região do vale do Rio Doce.

SL 13 - Mutações das formas comerciais varejistas no espaço urbano.

SL 14 - A urbanização brasileira nas sendas da propriedade privada da terra: processos, contradições e conflitos.

SL 15 - Saturnino de Brito: concepções e projetos na gênese do urbanismo moderno no Brasil.

SL 16 - Direito(s) e espaço(s): regulação espacial e geografização do direito no conflito entre a cidade do lucro e a cidade das pessoas.

SL 17 - Sociedade e espaço - estágios de desenvolvimento e planejamento urbano.

SL 18 - O ideário urbanístico internacional e as referências para a atuação dos primeiros urbanistas no Brasil (1900-1930).

SL 19 - Novas possibilidades para o enfrentamento do risco e da vulnerabilidade socioambiental em áreas informais de baixa renda: exemplos do Rio de Janeiro, São Paulo e Valparaíso (Chile).

SL 20 - Cultura, turismo, lazer, planejamento urbano e desenvolvimento regional.

SL 21 - Panorama sobre métodos quantitativos de análise espacial, modelagem urbana e geotecnologias aplicados ao planejamento urbano no Brasil: evolução histórica e perspectivas contemporâneas.

SL 22 - Megaeventos e metrópoles: impactos da copa do mundo de 2014 sobre as cidades-sede – avaliação em processo.

SL 23 - Funcionamento do mercado imobiliário nos centros históricos das cidades do Recife, São Luís e Belém.

SL 24 - Grandes corporações e estado: dominação, conflitos e resistências.

SL 25 - Produção imobiliária e reconfiguração das cidades: espaço e política.

SL 26 - Turismo e cidade: perspectivas e contradições do desenvolvimento urbano.

SL 27 - Valor e renda imobiliária na cidade contemporânea: uma articulação complexa.

SL 28 - A crise urbana e os caminhos de construção de uma teoria crítica.

SL 29 - Políticas de desenvolvimento, cartografia social e lutas sociais por direitos territoriais na Amazônia.

SL 30 - Urbanização de favelas: estratégias para ampliar a escala e elevar a qualidade das intervenções.

SL 31 - Relações históricas entre a cidade e a saúde. Projetos, leituras e materialidades.

SL 32 - A pesquisa e o ensino no campo dos estudos urbanos e regionais: permanências, desafios e novos caminhos.

SL 33 - Assistência técnica em rede: uma perspectiva da residência profissional em arquitetura e urbanismo.

SL 34 - Espaços livres e requalificação paisagística: por uma nova configuração urbana.

SL 35 - Múltiplas escalas na produção da cidade e a natureza.

SL 36 - Dispersão urbana e mobilidade populacional: implicações para o planejamento urbano e regional.

SL 37 - A lei?...ora a lei": a efetividade da legislação urbanística.

SL 38 - Política habitacional, movimentos sociais e trabalho social: o PMCMV em foco.

SL 39 - Espaços social, urbano e regional: movimentos, dinâmicas e representação do território.

SL 40 - Política, rede e espaço.

SL 41 - As diversas escalas de intervenção no espaço brasileiro durante os séculos XVIII e XIX.

SL 42 - Contribuições da Rede MORAR TS a processos de produção da cidade – tecnologia social como insurgência? Resultados parciais da rede.

SL 43 - Plano diretor e ativismo social.

SL 44 - Novas demandas, contradições e conflitos urbanos: desafios para o planejamento e a gestão urbana no século XXI.

SL 45 - Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro.

SL 46 - Manejo de águas pluviais em meio urbano – pesquisa técnica e fundamentos para o planejamento urbano e regional

SL 47 - Ação participativa, pedagogia urbana e formação do lugar.

SL 48 - Direito humano à água e segurança hídrica: acesso a serviços de saneamento e os desafios para o Brasil contemporâneo.

SL 49 - Transformações na ordem urbana brasileira.

SL 50 - O Direito Urbanístico brasileiro e as suas insurgências: dos novos processos socioespaciais às novas respostas emergentes do campo jurídico.

SL 51 - O espaço da geografia, o espaço da arquitetura: distinções epistemológicas.

SL 52 - Sobre dispersão urbana – múltiplas realidades e escalas espaciais no Brasil.

SL 53 - Territórios em disputa: conflitos e estratégias de resistência dos movimentos e grupos vulneráveis em áreas urbanas consolidadas.

SL 54 - "Cidades rebeldes" e direito à cidade.

SL 55 - Cidade e imagem. Aproximações que distanciam e distanciamentos que aproximam.

SL 56 - Espaços públicos em assentamentos populares: apropriação por quem? Para que?

SL 57 - Sobre e a partir do espaço indígena.

SL 58 - Divisão espacial do trabalho, dinâmicas capitalistas e funcionalidades do sistema urbano e regional: o caso dos aglomerados não metropolitanos do nordeste.

SL 59 - Planejamento territorial. Desafios para a formação e atuação profissional.

SL 60 - Arenas e arranjos políticos escalares: experiências e propostas para transformações regionais em três estados brasileiros

SL 61 - A legislação urbana e ambiental e seus reflexos na produção, configuração e distribuição dos espaços livres intraurbanos em cidades médias brasileiras.

SL 62 - Raça e espaço urbano no Brasil.

SL 63 - Planejamento em saúde: da crítica ao "modelo biomédico" ao lugar como realização do possível.

SL 64 - Imagem, memória e paisagem .

SL 65 - Urbanização de favelas: metodologias e ação no contexto contemporâneo.

SL 66 - De Humpty Dumpty a Henri Lefebvre: subvertendo práticas, o cotidiano, revolucionando o futuro.

SL 67 - Urbanismo e politica nos anos sessenta: permanências, rupturas, tensões.

SL 68 - Metrópole biopolítica, cartografias emergentes e urbanismo tático.

SL 69 - Novas considerações sobre uma velha modalidade de moradia.

SL 70 - Códigos da cidade: incertezas no espaço público-privado metropolitano carioca.

SL 71 - São Paulo: as múltiplas faces do desafio metropolitano no século XXI.

SL 72 - Metropolização do espaço: redes, antecipação de regiões metropolitanas e possibilidades da ação pela insurreição do cotidiano.

SL 73 - Desafios do urbanismo contemporâneo frente à prática do projeto urbano.

SL 74 - Regularização fundiária em terras da União: experiência piloto do "Córrego do Balaio" - Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PE).

SL 75 - Instrumentos e políticas de mercantilização da propriedade versus a luta pelos direitos à cidade e à moradia: experiências em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza.

SL 76 - Verticalização das cidades brasileiras: legislação, forma urbana, densidades e qualidade de vida.

SL 77 - Desenvolvimento regional, petróleo e federalismo: contribuições à análise.

SL 78 - Novas determinações produtivas, regionais e urbanas na área dos cerrados brasileiro: uma avaliação sobre os efeitos das obras de infraestrutura rodoferroviárias na integração regional.

SESSÕES TEMÁTICAS

>ST 1 SESSÃO TEMÁTICA 1

PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

Comitê Científico

Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ)
Olga Firkowski (PPGG/UFPR)
Geraldo Magela Costa (PPGG/UFMG)

Temas

Economia política do espaço; hierarquização, homogeneização e fragmentação espacial; espaço e território; estruturação do espaço urbano e regional brasileiro em perspectiva; agentes da produção do espaço; escalas dos processos socioespaciais; urbanização, metropolização e cidade-região; dispersão, concentração e centralidades; rural, urbano e peri-urbano; acessibilidade e mobilidade física e informacional; grandes projetos e mega eventos.

>ST2 SESSÃO TEMÁTICA 2

ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICA

Comitê Científico

João Rovati (PROPUR/UFRGS)
Rosana Denaldi (PPGPGT/UFABC)
Heloisa Costa (PPGG/UFMG)

Temas

Teorias do estado e do planejamento; democracia, planejamento e política; estado, mercado e controle social; empreendedorismo e parcerias público/privadas; planos, programas e projetos; gestão e governança urbana, metropolitana e regional; cooperação consorciada; lei, política e direito à cidade; legitimidades, resistências e insurgências; autonomia e heteronomia; integração e articulação de políticas públicas; espaço público, esfera pública e bens comuns.

>ST3 SESSÃO TEMÁTICA 3

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INOVAÇÃO E REDES REGIONAIS

Comitê Científico

Cidoval Morais de Sousa (PPGDR/UEPB-CG)
Maria Encarnação Spósito (PPGG/UNESP)
Humberto Eduardo Martins (PPGE/UFU)

Temas

Estratégias de desenvolvimento e coesão territorial; disparidades regionais, permanências e mudanças; planejamento e políticas regionais; inovações tecnológicas e redes regionais; políticas de inovação e políticas territoriais; arranjos territoriais e resiliência regional; inovação e adensamento de cadeias produtivas no território; dinâmicas espaciais da população e redes de cidades; mercado de trabalho e espaço; interiorização, cidades médias e qualificação urbano-regional; redes regionais, regiões de fronteira e enclaves territoriais; interdependências nas relações urbano-rural / campo-cidade.

>ST4 SESSÃO TEMÁTICA 4

NATUREZA, REPRODUÇÃO SOCIAL E BENS COMUNS

Comitê Científico

Maria Lucia Refinetti Martins (PPGAU/FAU-USP)
Ana Cláudia Cardoso (PPGAU/UFPA)
Klemens Laschefski (PPGG/UFMG)

Temas

Padrões de consumo e capacidade de suporte; recursos naturais e bens comuns; mudanças climáticas; direitos ambientais, direito à moradia, à cidade e à natureza; direitos não-humanos; regulação e políticas públicas ambientais; preservação e zoneamentos ecológicos; metodologias de avaliação ambiental; justiça e conflitos socioambientais; movimentos sociais e politização do debate ambiental; modernização ecológica e economia verde; ecologia política da urbanização.

>ST5 SESSÃO TEMÁTICA 5

TÉCNICAS E MÉTODOS DE MODELAGEM E DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Comitê Científico

Gustavo Givisiez (UFF-Campos; UCAM-Campos)
Sandra Costa (PPG-PUR/UNIVAP)
Irineu Rigotti (Cedeplar/UFMG)

Temas

Técnicas e métodos de análise e planejamento urbano, metropolitano e regional; morfologia urbana; modelagem urbana; geotecnologias e novas ferramentas de planejamento e gestão; tecnologias e metodologias da informação; técnicas de projeção socioespacial; SIG e modelos espaciais; comunicação e cooperação em redes.

>ST6 SESSÃO TEMÁTICA 6

CULTURA, SABERES E IDENTIDADES

Comitê Científico

Paola Berenstein-Jacques (PPG-AU/UFBA)
Brasilmar Nunes (NEUR/UnB)
Luciana Andrade (PPGCS/PUC-Minas)

Temas

Cultura, saberes e identidades; imagens e representações da cidade e do campo; cartografia social; modos de vida e subjetividades; espaço público e sociabilidades; cotidiano, resistências e apropriação dos lugares; práticas culturais na produção do lugar; território, comunidade e diversidade; construção social da paisagem.

>ST7 SESSÃO TEMÁTICA 7

DINÂMICA IMOBILIÁRIA, HABITAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA

Comitê Científico

Fernanda Furtado (PPG-AU/UFF)
Mariana Fix (PPGDE/IE-Unicamp)
Denise Morado (NPGAU/UFMG)

Temas

Dinâmica imobiliária e fundiária; habitação e reprodução social; políticas habitacionais e impactos na estruturação do território; assentamentos informais, urbanização e regularização fundiária; experiências, metodologias e instrumentos de regulação urbana e metropolitana; políticas urbanas, planos diretores e modelos de planejamento.

>ST8 SESSÃO TEMÁTICA 8

TRAJETÓRIAS DAS IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS

Comitê Científico

Eneida Mendonça (PPGAU/UFES e PPGG/UFES)
Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Fernanda Borges de Moraes (NPGAU/UFMG)

Temas

História da cidade, do urbanismo, do planejamento e da gestão urbana: ideias, práticas sociais e representações; história da produção do espaço urbano; referências históricas e práticas do pensamento urbanístico; preservação da memória e do patrimônio histórico; trajetórias profissionais e formação do pensamento urbanístico.

>ST9 SESSÃO TEMÁTICA 9

DESENVOLVIMENTO, PÓS-DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

Comitê Científico

Sandra Lencioni (PPGG/USP)
Virginia Elisabeta Etges (PPGDR/UNISC)
Roberto Luís Monte-Mór (Cedeplar/UFMG)

Temas

Teorias do (pós)desenvolvimento e abordagens contemporâneas; teorias e práticas transformadoras e insurgentes; cidade-campo, natureza e urbano, agricultura urbana; economia social, popular e solidária; economia e cultura; novos arranjos econômicos e socioterritoriais; diálogos transdisciplinares e novas concepções na relação espaço-sociedade.

>ST 10 SESSÃO TEMÁTICA 10

EMERGÊNCIAS NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Comitê Científico

Cibele Rizek (PPGAU/USP-São Carlos)
Circe Monteiro (MDU-UFPE)
Rita Velloso (EA/UFMG)

Temas

Diálogos com a literatura; artes visuais e imagéticas; teorias da complexidade; tecnologias da comunicação; psicologia e psicanálise; ontologias e epistemologias alternativas; cartografias sociais e afetivas.

MESAS REDONDAS

> ABERTURA DO XVI ENANPUR

Premiação ANPUR & conferência de abertura

James Holston (University of California, Berkeley)

SEGUNDA (18/05)
20:00
AUDITÓRIO OURO PRETO

> PAINEL DE ENCERRAMENTO

Planejamento e globalização sul-sul: circulação, deslocamentos e inovações

Coordenação
Carlos Vainer (UFRJ)

Expositores
Alan Mabin (University of Pretoria)
Augustin Lao (University of Massachusetts at Amherst)
Mick Dunford (University of Sussex)

SEXTA (22/05)
09:00 – 12:00
AUDITÓRIO OURO PRETO

>MR MESAS REDONDAS

> MR 1

Diálogos amazônicos: natureza, urbanização e alternativas de desenvolvimento

Coordenação
Roberto Luís Monte-Mór (UFMG)

Expositores
João Antonio de Paula (UFMG)
Danilo Araújo (UFPA)
Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF)

TERÇA (19/05)
9:00 – 12:00
AUDITÓRIO OURO PRETO

> MR 2

A urbanização brasileira contemporânea: concentração, dispersão, fragmentação

Coordenação
Geraldo Costa (UFMG)

Expositores
Nestor Goulart Reis Filho (USP)
Fausto Brito (UFMG)
Leila Dias (UFSC)
Sandra Lencioni (USP)

TERÇA (19/05)
9:00 – 12:00
SALA TIRADENTES

> MR 3

A ANPUR na esfera pública: política de fomento, agenda científica e representação

Coordenação
Carlos Vainer (UFRJ) e Virgínia Pontual (UFPE)

Expositores
Heloisa Costa (UFMG)
Sarah Feldman (USP São Carlos)
Maria Lúcia Refinetti Martins (USP)
Rita Veloso (UFMG)
Ana Fernandes (FA/UFBA)
Fabrício Leal de Oliveira (UFRJ)

TERÇA (19/05)
9:00 – 12:00
SALA NIEMEYER

> MR 4

A cidade e seus habitantes (in)visíveis e (in)desejáveis

Coordenação
Juliana Jayme (PUC Minas)

Expositores
Juliana Jayme (PUC Minas)
Heitor Frúgoli (USP)
Soraya Simões (Le Metro - UFRJ)

TERÇA (19/05)
9:00 – 12:00
SALA ITACOLOMI · VERTENTE · ALTEROSAS

> MR 5

Desenvolvimento e território: reestruturações econômicas e as políticas de Estado

Coordenação
Rodrigo Simões (UFMG)

Expositores
Tania Bacelar (UFPE)
Carlos Antonio Brandão (UFRJ)
Carlos Américo Pacheco (ITA)

TERÇA (19/05)
11:00 – 13:00
SALA IBITURUNA

> MR 06

Insurgências e resistências urbanas

Coordenação
Rita Velloso (UFMG)

Expositores
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Ilana Amaral (UECE)
Oscar Camacho (Universidad Catolica Boliviana)
Ermínia Maricato (USP)

QUARTA (20/05)
9:00 – 12:00
AUDITÓRIO OURO PRETO

> MR 7

As redes internacionais de planejamento urbano e regional

Coordenação
Bernardo Campolina (UFMG)

Expositores
Maria Lúcia Refinetti Martins (USP)
Carlos Vainer (UFRJ)
Pedro Amaral (UFMG)
Maria Camila D'Ottaviano (USP)

QUARTA (20/05)
09:00 – 12:00
SALA TIRADENTES 1 E 2

> MR 8

Conflitos socioambientais, bens comuns e serviços ambientais

Coordenação
Heloisa Costa (UFMG)

Expositores
Léo Heller (Nações Unidas/Fiocruz/PPEH-UFMG)
Henri Acselrad (UFRJ)
Daniel Caixeta Andrade (UFU)
Paulo Baptista (UFMG)

QUARTA (20/05)
09:00 – 12:00
SALA NIEMEYER

> MR9

Perspectivas da metropolização brasileira: desafios ao planejamento

Coordenação
Jupira Mendonça (UFMG)

Expositores
Luiz César de Queiroz Ribeiro (UFRJ)
Edésio Fernandes (LILP, University College London)
Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino
(Fundação Escola Ministério Público PR)
Roberto Luis Monte-Mór (UFMG)

QUARTA (20/05)
9:00 – 12:00
SALA ITACOLOMI · VERTENTE · ALTEROSAS

> MR 10

Moradia, mercado e finanças

Coordenação
Denise Morado Nascimento (UFMG)

Expositores
Priscilla Connolly Dietrichsen (UAM-Azcapotzalco)
Ana Sugranyes (Corporación de Estudios Sociales y Educación, Chile)
Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ)
Raquel Rolnik (USP)

QUINTA (21/05)
9:00 – 12:00
SALA TIRADENTES

> MR 11

Da democracia ao golpe militar de 1964: insurgências urbanísticas, políticas e sociais

Coordenação
Virgínia Pontual (UFPE)

Expositores
Dulce Chaves Pandolfi (FGV)
Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)
Nabil Bonduki (USP)

QUINTA (21/05)
09:00 – 12:00
SALA NIEMEYER

> MR 12

Patrimônio, paisagem cultural e planejamento territorial

Coordenação
Flávio Carsalade (UFMG)

Expositores
Leonardo Barci Castriota (UFMG)
Nadia Somekh (Mackenzie)
Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)
Vanessa Bello Figueiredo (PUC Campinas)

QUINTA (21/05)
9:00 – 12:00
SALA ITACOLOMI · VERTENTE · ALTEROSAS

SESSÕES ESPECIAIS

>SE SESSÕES ESPECIAIS

> SE 1
Financiamento do desenvolvimento urbano e regional

Coordenação
Anderson Cavalcante (UFMG)

Expositores
Ministério da Integração Nacional
Banco do Nordeste do Brasil
CEMIG
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

QUARTA (20/05)
11:00 – 13:00
SALA IBITURUNA

> SE 2
Desenvolvimento territorial e políticas públicas – rede urbana brasileira, governança metropolitana e indicadores de desenvolvimento socioeconômico: contribuições das iniciativas de pesquisa da Rede Ipea

Coordenação
Marco Aurélio Costa (IPEA)

Expositores
Andrea Bolzon (PNUD Brasil)
Maria Luiza Marques (Fundação João Pinheiro)
Cleandro Krause (IPEA)
Bárbara Oliveira Marguti (IPEA)
Ernesto Galindo (IPEA)
Aristides Monteiro Neto (IPEA) - *debatedor*
Cátia Lubambo (FUNDAJ e UFPE) - *debatedora*

QUINTA (21/05)
9:00 – 12:00
AUDITÓRIO OURO PRETO

> SE 3

Universidade e o planejamento – ensino, pesquisa e extensão: o caso da RMBH

Coordenação
Geraldo Costa (UFMG)

Expositores
Roberto Luis Monte-Mór (UFMG)
Heloisa Costa (UFMG)
Rita Velloso (UFMG)
Geraldo Costa (UFMG)

QUINTA (21/05)
11:00 – 13:00
SALA IBITURUNA

SESSÕES TEMÁTICAS

>ST 1

PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

LEGENDA

[AO] Apresentação Oral

[P] Poster

> ST 1 - 1

Produção e apropriação do espaço urbano: aspectos conceituais e metodológicos

Coordenação: Geraldo Magela Costa (UFMG)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
AUDITÓRIO OURO PRETO

A subsunção da cidade às formas de acumulação capitalista **[AO]**

José Tanajura Carvalho (UFMG)

Espaços residuais: produção e cotidiano **[AO]**

Sanane Santos Sampaio (UFBA)

O espaço da produção e a produção do espaço urbano **[AO]**

Fausto Moura Breda (USP-SC)

A apropriação do tempo-espaço na teoria lefebvriana **[AO]**

Paola Lisboa Côdo Dias (UFMG)

O caminho da heterotopia nas cidades contemporâneas - Dos muros da cidade à Portobello Road, a "cidade global" sob o ponto de vista da heterotopia **[AO]**

Lutero Pröscholdt Almeida (UFBA), Bruno Bowen Vilas Novas (UFES)

> ST 1 - 2

Disputas, conflitos e insurgências na cidade

Coordenação: Geraldo Magela Costa (UFMG)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
AUDITÓRIO OURO PRETO

Uma breve análise das jornadas de junho: novas insurgências da sociedade civil na produção do espaço e do planejamento urbano **[AO]**

Aldrey Cristiane Iscaro (UFRJ)

Cidade neoliberal, regulação, ajuste escalar: buscando as raízes de junho de 2013 **[AO]**

Felipe Nunes Coelho Magalhães (UFMG)

A guerra como fator de indução à urbanização **[AO]**

José Caléia Castro (UNIVAP), Pedro Ribeiro Moreira Neto (UNIVAP)

A produção social do espaço urbano nas periferias metropolitanas. Agentes sociais que produzem a incorporação da antiga Colônia Juliano Moreira ao tecido formal do Rio de Janeiro **[AO]**

Maria Ayara Mendo Perez (UFRJ), Flavia Neves Maia (UFRJ)

Terra de Ninguém. Ou o Eldorado de alguns. Caracterização e considerações acerca da existência, elaboração e perenidade dos Planos Diretores dos municípios paulistas **[P]**

Tiago Augusto da Cunha (UNICAMP)

Bordas urbanas da cidade de João Pessoa, Paraíba: análise espacial comparada entre os bairros periféricos do tecido urbano **[P]**

Brunielly de Almeida Silva (UFPB), Milena Dutra da Silva (UFPB), Geovany Jessé Alexandre Silva (UFPB), Nadjacleia Vilar Almeida (UFPB), José Augusto Ribeiro da Silveira (UFPB)

> ST 1 - 3

Segregação e periferias no espaço metropolitano

Coordenação: Rainer Randolph (UFRJ)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA ITACOLOMI

Porto Alegre: um século de urbanização estratégias, agentes e dinâmicas da segregação espacial na metrópole **[AO]**

Maurício Polidoro (IFRS), Neudy Alexandro Demichei (IFRS)

O Lugar dos pobres nas cidades - explorações teóricas sobre a integração da periferização e pobreza na produção do espaço urbano **[AO]**

Alexandre Pereira Santos (UFPEL), Maurício Couto Polidori (UFPEL), Otávio Martins Peres (UFPEL), Marcus Vinícius Saraiva (University of London)

Podemos falar de uma periferia fractal? Algumas evidências da Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG **[AO]**

Thiago Canettieri (IFMG-Ouro Preto; UFMG)

Privaciones habitacionales, segregacion y rendimiento escolar: el caso de la Region Metropolitana de Rio de Janeiro **[AO]**

Paula Yhoana Hernandez Heredia (UFRJ)

Produção das favelas e villas e estruturação das metrópoles de Curitiba - Brasil e Tucumán - Argentina **[AO]**

Madianita Nunes da Silva (UFPR), Natalia Paola Czytajlo (Universidad Nacional de Tucumán – Argentina)

> ST 1 - 4

Reestruturação do espaço Urbano/metropolitano

Coordenação: Rainer Randolph (UFRJ)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA ITACOLOMI

Urbanização e mudanças no uso do solo no eixo do corredor de exportação – rodovias D. Pedro I/Tamoios – SP **[AO]**

João Luiz de Moraes Hoefel (Faculdades Atibaia - FAAT), Sônia Regina da Cal Seixas (UNICAMP), Kelly Elaine dos Santos Oliveira (Universidade São Francisco), Jansle Rocha (UNICAMP), Fábio Bueno de Lima (UNICAMP)

Transformações recentes na dinâmica urbana da Região Metropolitana de Natal **[AO]**

Angela Lúcia Ferreira (UFRN), Maria do Livramento M. Clementino (UFRN)

Area Metropolitana del Gran Resistencia. Sus dinámicas de integración territorial **[AO]**

Paula Valdés (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina), María Dora Foulkes (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina)

Cidade-Região – revisão de conceitos a partir de uma perspectiva histórica **[AO]**

Leonardo Marques Hortencio (UFRGS)

> ST 1 - 5

Fluxos e movimentos das pessoas na cidade

Coordenação: Olga Firkowski (UFPR)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

Morar e trabalhar na Região Metropolitana de Belo Horizonte: a relação entre movimentos pendulares e migratórios recentes **[AO]**

Ralfo Matos (UFMG), Rodrigo Nunes Ferreira (UFMG)

Adensamento da comutação no arranjo urbano-regional Leste Catarinense **[AO]**

Marley Vanice Deschamps (Observatório das Metrópoles), Rosa Moura (Observatório das Metrópoles), Claudia Siebert (NEUR)

Deslocamento pendular intrametropolitano na Região Metropolitana de São Paulo **[AO]**

Elzira Lúcia de Oliveira (UFF), Jéssica Monteiro da Silva Tavares (UFF)

Repensando a localização das pessoas e da infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro e sua influência na reprodução social **[AO]**

Priscilla Rodrigues Fonseca (UFRJ)

Mobilidade espacial e integração regional: análise dos fluxos populacionais motivados pelo serviço de saúde na Microrregião de Porangatu, 2010 – 2014 **[AO]**

Diego Pinheiro Alencar (UFG), Cristiano Martins da Silva (UFG)

> ST 1 - 6

Dinâmica migratória e transformação do território

Coordenação: Olga Firkowski (UFPR)

TERÇA (19/02)
16:00 – 17:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: um panorama sobre a Macrometrópole Paulista - 1991/2010 **[AO]**

José Marcos P. da Cunha (UNICAMP), Késia Anastácio, Guilherme Ortega (UNICAMP)

Análise da dinâmica demográfica e da produção do espaço urbano em Porto Alegre /Brasil **[AO]**

Amanda Cabette (UFRGS), Tânia Marques Strohaecker (UFRGS)

Transformações do território e estruturação do espaço no norte fluminense: impactos na dinâmica migratória **[AO]**

Pedro Gomes Andrade (ENCE), César Marques (ENCE)

***As redes migratórias e sua dimensão espacial* [AO]**

Marden Barbosa de Campos (IBGE)

> ST 1 - 7

Marketing e espetacularização das cidades

Coordenação: Geraldo Magela Costa (UFMG)

TERÇA 19/05
14:00 – 15:45
SALA ITACOLOMI

***Um século de marketing urbano: promovendo a venda da cidade ilusória desde os subúrbios ingleses aos condomínios fechados no Brasil* [AO]**

Maressa Fonseca e Souza (UFV), Geraldo Browne Ribeiro Filho (UFV)

***O "Novo Recife" e a reprodução da metrópole moderna: uma análise do projeto "Novo Recife" à luz da relação metrópole-modernidade* [AO]**

Alexandre Sabino do Nascimento (UFPE)

***Medellín: a cidade espetáculo e paranoica numa só - uma realidade mais complexa de um modelo incompleto* [AO]**

Marcela Giraldo Romero (UFRJ)

***Do discurso do "declínio" ao discurso da "logística": estratégias e tendências para (re)afirmar a metrópole de Belém no cenário internacional* [AO]**

Thiago Alan Guedes Sabino (NAEA)

***A cidade nos negócios e os negócios na cidade - notas sobre as operações urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* [AO]**

Regina Bienenstein (UFF), Glauco Bienenstein (UFF), Daniel Mendes Mesquita de Sousa (UFF)

> ST 1 - 8

Megaeventos e seus impactos na cidade

Coordenação: Geraldo Magela Costa (UFMG)

TERÇA 19/05
16:00 – 17:45
SALA ITACOLOMI

***Impacto de estrutura para megaeventos em área urbana: estudo de caso da Arena do Grêmio de Porto Alegre* [AO]**

Vinícius Silveira Borba (UFRGS), Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro (UFRGS), Joana de Mattos Paradeda (UFRGS), Luciana Almeida de Andrade (UFRGS), Antônio Tarcísio da Luz Reis (UFRGS)

***A reforma do Estádio do Maracanã para a realização da copa do mundo 2014: impactos sociais e urbanos* [AO]**

Fabricio Leal de Oliveira (UFRJ), Fernanda Ester Sánchez García (UFF), Giselle Megumi Martino Tanaka (UFRJ), Rosane Rebeca de Oliveira Santos (UFF), Janaína Bezerra Pinto (UFRJ)

***Megaeventos esportivos e alterações morfológicas* [AO]**

Letícia Nerone Gadens (Universidade Positivo), Letícia Peret Antunes Hardt (PUC-PR), Joaquin Sabaté Bel (Politécnica da Catalunya - UPC)

***Círculos de informações e usos do território: grandes empresas de consultoria e a gestão da privatização no Brasil* [AO]**

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira e Adriana Maria Bernardes Silva (UNICAMP)

***Construção do conceito de grande projeto urbano a partir das determinações da política econômica e de suas características urbanísticas* [AO]**

Daniel Medeiros de Freitas (UFMG)

> ST 1 - 9

Rede urbana e centralidades

Coordenação: Olga Firkowski (UFPR)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

***Acessibilidade a grandes centros de compras por modos suaves* [AO]**

Letícia Lindenberg Lemos (USP)

***A produção do centro e dos subcentros no espaço metropolitano da RIDE-DF* [AO]**

Sérgio Magno Carvalho de Souza (UnB; SUDECO), Lúcia Cony Faria Cidade (UnB)

***Redes, interações e papéis dos centros urbanos da região nordeste do Pará, Brasil* [AO]**

Willame de Oliveira Ribeiro (UNESP – PP)

***A centralidade urbana sub-regional de Macapá-AP e sua região de influência* [AO]**

Romário Valente Santos (UNIFAP), João Paulo de Almeida Amorim (UNIFAP)

***Os aglomerados urbanos da região leste sudeste da zona perimetropolitana de Belo Horizonte* [AO]**

Alexandre Augusto Vieira (UFMG), Alfio Conti (UFMG)

> ST 1 - 10

Urbanização e produção das cidades

Coordenação: Olga Firkowski (UFPR)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

***As pequenas cidades na Amazônia – paradoxos entre o urbano e o rural: um estudo de caso* [AO]**

Monique Bruna Silva Carmo (UNIVAP), Sandra Maria Fonseca da Costa (UNIVAP)

***Formação e transformação da rede urbana do alto rio Pardo, norte de Minas Gerais* [AO]**

Fabiana Oliveira Araújo (UFMG)

***Os agentes sociais e a produção do espaço urbano: o caso de Altamira/PA* [AO]**

Marcília Regina Gama Negrão (UNAMA), Lucas Souto Cândido (UFPA)

***Viabilidade de implantação de corredores verdes para o desenvolvimento da sustentabilidade urbana* [AO]**

Maiara R. Santos Morsch (UPF), Juan J. Mascaró (UPF), Daniella do Amaral Mello Bonatto (UFES), Natalia Hauenstein Eckert, Ana Paula Bona (UPF)

***"Urbanização pela água". Vieses de ordenamento territorial e de gestão urbana* [AO]**

Fabiano Rocha Diniz (UFPE)

> ST 1 - 11

Dinâmicas econômicas, políticas e (re)estruturação espacial

Coordenação: Rainer Randolph (UFRJ)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA ITACOLOMI

***Dinâmicas industriais na Região Metropolitana de Fortaleza – novas estruturações espaciais* [AO]**

Edilson Pereira Júnior (UECE)

***Vitória Metropolitana-ES: a interiorização da atividade portuária* [AO]**

Martha Machado Campos, Minieli Fim (UFES)

***Os investimentos financeiros na região da baía de Sepetiba e as articulações com o desenvolvimento territorial: uma breve nota* [AO]**

Isis Alves do Sacramento Perdigão (UFRJ)

***Comércio atacadista e operação logística: a reestruturação da periferia urbana de Uberlândia-MG* [AO]**

Leandro Oliveira Silva (UFU), Fernando Garrefa (UFU)

***O papel da legislação na transformação das faixas de hiato urbano no perímetro da Avenida do Contorno /Belo Horizonte/MG* [P]**

Karina Machado de Castro Simão, Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

***O uso do território e políticas públicas territoriais no Baixo Tocantins, estado do Pará* [P]**

Márcio Júnior Benassuly Barros (UnB)

***Igualdade de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro sob uma perspectiva espacial* [P]**

Geórgia Fernandes Barros (UFVJM), Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (UFMG)

> ST 1 - 12

Educação e desenvolvimento; dispersão e cidade

Coordenação: Rainer Randolph (UFRJ)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

Educação e desenvolvimento desigual: a problemática da vulnerabilidade social entre os jovens de Santa Catarina **[AO]**

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva (FURB), Diego Boehlke Vargas (FURB), Cristiane Sbardelati (FURB), Gabriel Filipe Theis (FURB), Natália Carolina de Oliveira Vaz (FURB)

A distribuição espacial dos eventos ENANPUR E SIDR - UNISC e a comunicação científica na área do desenvolvimento regional **[AO]**

Christiane Fabíola Momm (FURB), Marcos Antônio Mattedi (FURB), Raphael Junhity Nakirimoto (FURB)

Por uma abordagem das universidades no sul do Brasil a partir dos atores e das múltiplas escalas de poder e gestão **[AO]**

Geisa Zanini Rorato (UFRGS), Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS)

Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville, Brasília **[AO]**

Carolina Pescatori Candido da Silva (UnB)

Dispersão, adensamento e superaglomeração urbana em São Paulo: subsídios à formulação de políticas públicas de caráter territorial **[AO]**

Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas)

> ST 1 - 13

Público, privado e governo na cidade

Coordenação: Rainer Randolph (UFRJ)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

Interface entre espaço público e espaço privado: proposição de uma metodologia de análise de sua qualidade **[AO]**

Thaísa Folgosi Fróes Ventura (USP)

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro como área integrada e região de governo **[AO]**

Oséias Teixeira da Silva (IFF)

Fear of crime and residential fortification in Brazil **[AO]**

Joseli Macedo (University of Florida), Sarah R. Benton (University of Florida)

Desenvolvimento urbano: um estudo estrutural urbana das ciclovias na cidade de Canoinhas-SC **[P]**

Reinaldo Knorek (Universidade do Contestado)

Um século de crescimento das cidades brasileiras: uma abordagem espacial (1910-2010) **[P]**

Wellington Ribeiro Justo (UFPE)

Identificação das disputas sociais pelo acesso ao solo urbano por meio da caracterização do suporte físico e modelos de uso e ocupação territorial **[P]**

Natália Cristina Trípoli Magalhães (PUC Campinas), Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC Campinas)

Petrópolis: uma opção de moradia para classe média da metrópole fluminense **[P]**

Daniel Taboada Placido (IME, Prefeitura de Duque de Caxias), Maurício Gonçalves e Silva (IBGE)

> ST 1 - 14

Reestruturação, turismo e produção do espaço

Coordenação: Olga Firkowski (UFPR)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA ITACOLOMI

A reestruturação do litoral de Ipojuca-PE a partir do imobiliário-turístico: o uso do espaço público das faixas de praias **[AO]**

Amanda Florêncio de Macêdo (IFPB)

Produção do espaço turístico regional: uma perspectiva sobre a situação e emprego do setor na Região da Costa Verde no estado do Rio de Janeiro **[AO]**

Felipe Rodrigues Araujo (ENSE)

Reestruturação produtiva, turismo e investimentos internacionais no Litoral Potiguar **[AO]**

Maria Aparecida Pontes da Fonseca (UFRN), Ary Pereira dos Santos Junior (UFRN)

A reestruturação produtiva e espacial do Médio Vale do Paraíba Fluminense **[AO]**

Júlio Cláudio da Gama Bentes (USP)

Análise das alterações provocadas por um pólo gerador de viagens na formação de novas centralidades **[P]**

Évelyn Cristine Moreira Soares, Erika Cristine Kneib (UFG)

O comportamento do mercado imobiliário como resposta à expansão do centro urbano de Caruaru-PE **[P]**

Carla Cristine Souza Albuquerque, Caroline Barreto Calado, Célio Roberto da Silva Júnior, Jean Pierri de Melo Silva, Laisa Caroline de Oliveira (UNIFAVIP)

Centralidade, segregação e estruturação do espaço intraurbano: a transição da sociedade rural para urbana em Taubaté **[P]**

Rosa Matilde Pimpao Carlos, Fabio Ricci (UNITAU)

>ST2

ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICA

> ST 2 - 1
Projetos urbanos

Coordenação: João Rovati (UFRGS)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA TIRADENTES 1

Corrida cicloviária: uma avaliação da rede de ciclovias implantada no distrito federal **[AO]**

Claudio Oliveira da Silva (UnB)

Os (des)caminhos do processo decisório do rodoanel Mário Covas (SP) **[AO]**

Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini (USP)

A questão da produção do espaço urbano com base em uma leitura do movimento Ocupe Estelita **[AO]**

Thaís Oliveira Ponte (UFPE), Victor Hugo Araújo Montenegro de Lucena (UFPE)

A importância do debate acerca do cais José Estelita e do projeto Novo Recife para a gestão pública **[AO]**

Adriana Santos Mendonça (UFPE)

Humanização e integração dos transportes em centros históricos: a pedestrianização e o VLT – a experiência de Sevilha, Espanha e Bordeaux, França **[P]**

Flávio Tavares Brasileiro (UFPB) e José Augusto Ribeiro da Silveira (UFPB)

***O uso da cultura como âncora para o processo de urbanização catalão: estudo de caso dos museus MACBA e BLAU em Barcelona* [P]**

Geise Brizotti Pasquotto (USP)

***Ocupe o Cocó: um caso de resistência e insurgência em Fortaleza/ CE* [P]**

Amíria Bezerra Brasil (USP; UNIFOR), Emanuel Ramos Cavalcanti (UPM; UNIFOR)

> ST 2 - 2

Planejamento e regulação urbana

Coordenação: João Rovati(UFRGS)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA TIRADENTES 1

***A discricionariedade do poder público em regularizações urbanísticas: o caso das operações urbanas consorciadas em Belo Horizonte* [AO]**

Reginaldo Magalhães de Almeida (FUMEC), Juliana Malard Almeida (TJMG)

***Os limites da convergência: especificidades locais e desafios comuns no planejamento urbano de São Paulo e Chicago* [AO]**

Marina Toneli Siqueira (UFSC)

***Um balanço crítico da experiência de planejamento urbano na grande Curitiba na última década (2004-2014)* [AO]**

Laisa Eleonora Marostica Stroher (UFABC)

***Entrepreneuralism: empresariamento ou empreendedorismo urbano - duas traduções, dois significados* [AO]**

Clarice Misoczky de Oliveira (UFRGS)

***O urbano subordinado: o PAC nas favelas do Complexo do Alemão* [AO]**

Heitor Ney Mathias da Silva (UFRJ)

> ST 2 - 3

Intervenções urbanas em áreas centrais

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

SEGUNDA (18/05)
13:30-15:15
SALA VERTENTES

***Políticas públicas para o centro de Santos: lógica de funcionamento, interesses atendidos e implicações sociais* [AO]**

Maria Carolina Maziviero (Universidade São Judas Tadeu)

***Revitalização urbana no Brasil: comparando quatro centros históricos* [AO]**

Nadia Somekh (CONPRESP e Mackenzie), Silvio Mendes Zancheti (CECI), Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi (Mackenzie)

***Uma experiência de atuação do poder público em projetos de transformação urbana: os perimetros de reabilitação integrada do habitat (PRIH)* [AO]**

Beatriz Kara Jose (SENAC) e Letizia Vitale (FIAM-FAAM)

***Concessão urbanística e renda fundiária diferencial no projeto Nova Luz/SP: ação do capital imobiliário no planejamento urbano* [AO]**

Fernando de Oliveira Amorim (USP)

***Rio de Janeiro: cidade-negócio* [AO]**

Leonardo Izoton Braga (UFF)

> ST 2 - 4

Cooperação intermunicipal

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA VERTENTES

***Cooperações territoriais de âmbito urbano-regional: semelhanças e diferenças nas cooperações intermunicipais no Brasil e na França* [AO]**

Fernanda Moscarelli (UFRJ; IMED), Mauro Kleiman (UFRJ)

***Cooperação entre municípios: uma análise institucional* [AO]**

Hilton Manoel Dias Ribeiro (UFJF), Suzana Quinet de Andrade Bastos (UFJF)

El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social – BNDES – y la inserción internacional de la economía brasilera **[AO]**

Javier Walter Ghibaudi (UFF; UFRJ)

Ação do poder público no planejamento territorial da área rural **[AO]**

Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz (UFABC), Ricardo de Sousa Moretti (UFABC)

O planejamento para o desenvolvimento e o papel do consórcio público intermunicipal do Tapajós na Amazônia: ensaios sobre o desenvolvimento do território **[AO]**

Franciclei Burlamaque Maciel (UFOPA)

> ST 2 - 5

Institucionalidade metropolitana

Coordenação: Heloisa Costa (UFMG)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 1

A ingovernabilidade metropolitana **[AO]**

Rose Compans (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro)

O Brasil metropolitano: escala real, ente inexistente e as tensões da gestão e da governança metropolitanas no país **[AO]**

Marco Aurélio Costa (IPEA), Bárbara Oliveira Marguti (IPEA), Igor Pantoja (IPEA; UERJ)

Planejamento e gestão metropolitana de Belo Horizonte: a construção de uma política pública **[AO]**

Ana Carolina Utsch Correa (UFMG)

Planos de Desenvolvimemento Integrado para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): uma história sem fim **[AO]**

Valentina Denizo (CDHU-SP)

Entre planos e instituições: a emergência e circulação do conceito de região metropolitana como unidade de planejamento **[AO]**

Julio Cesar Botega do Carmo (USP-SC)

> ST 2 - 6

Planejamento em diferentes escalas territoriais

Coordenação: Heloisa Costa (UFMG)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 1

Em busca da integração de ações governamentais no planejamento regional: o debate sobre uma quimera **[AO]**

João Mendes da Rocha Neto (UnB)

A gestão contemporânea das fronteiras do Brasil: defesa e separação x cooperação e integração **[AO]**

Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS)

Emancipações distritais no Brasil após a Constituição Federal de 1988 e o potencial de captação de crédito dos municípios recém-criados **[AO]**

Marcos Nunes (UFMG), Ricardo A. Garcia (UFMG), Gabriel Oliveira (UFMG)

Reflexões sobre o uso de indicadores no planejamento do território **[AO]**

Ricardo de Sousa Moretti (UFABC), Flávio Henrique Ghilardi (UFRJ)

As escalas da política urbana no Brasil: em busca de novas lentes analíticas **[AO]**

Júlia Lins Bittencourt (UFABC)

> ST 2 - 7

Produção da moradia e resistências

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA VERTENTES

Particularidades das habitações em pequenos municípios paraenses **[AO]**

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas (UFPA), Joana Valente Santana (UFPA)

***A produção da moradia nas recentes políticas estaduais de desenvolvimento territorial no Ceará: os conjuntos habitacionais do PROURB* [AO]**

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo (UFC; UFPE)

***O papel das ações diretas na produção da política habitacional da cidade de São Paulo* [AO]**

André Luiz Teixeira dos Santos (USP)

***Megaeventos, megaprojetos e políticas habitacionais: novos instrumentos legais, novos arranjos de atores e novas formas de repetir o passado* [AO]**

Lucia Capanema Alvares (UFF)

***Remoção e reassentamento em projetos de urbanização de baixadas em Belém: tendências recentes e retrocesso* [P]**

Monique Bentes Machado Sardo Leão (UNAMA)

***Política, projetos e resistências urbanas: perspectivas rumo ao direito à cidade em Fortaleza* [P]**

Valéria Pinheiro (UFC) e Victor Iacovini (USP)

***"A casa é popular, esperava o quê?": configurações e sentidos da habitação popular no quadro do programa Minha Casa, Minha Vida* [P]**

Diogo da Cruz Ferreira (UENF), Jussara Freire (UFF)

> ST 2 - 8
Políticas habitacionais

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA VERTENTES

***Política pública habitacional e sua avaliação* [AO]**

Adelcke Rossetto Netto (USP; Integra Desenvolvimento Urbano)

***Política habitacional e neodesenvolvimentismo: notas para uma análise a partir das frações de classe* [AO]**

Rafael Locateli Tatemoto (UFABC)

***Sobre a forma do programa Minha Casa Minha Vida - o projeto de desenvolvimento contraditório do PT* [AO]**

Isadora de Andrade Guerreiro (USP)

***Habitação e transporte coletivo: não integração de políticas públicas reforçando desigualdades sociais* [AO]**

Simaia do Socorro Sales das Mercês (UFPA), Rodrigo Saraiva da Silva (UFPA)

***Cadê o município? As atividades e constrangimentos do município de Duque de Caxias, RJ, na implantação do Programa MCMV* [AO]**

Kelson Senra Vieira (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias), Caroline Rodrigues da Silva (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias)

> ST 2 - 9
Participação e controle social

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 1

***A informação como poder: entraves e possibilidades* [AO]**

Thaís Mariano Nassif Salomão (UFMG)

***Democracia, participação e direito à cidade: um olhar sobre o jogo, suas regras e as possibilidades de emancipação* [AO]**

Clarice de Assis Libânio (UFMG)

***The problem of democracy in two Brazilian governance experiences* [AO]**

Pedro Novais (UFRJ) e Carlos Vainer (UFRJ)

***Democracia e Estado: reflexões para as (im) possbilidades de um planejamento urbano democrático* [AO]**

Marcos Gustavo Pires de Melo (UFMG)

***O urbano como atualização da verdadeira democracia e da cidade livre* [AO]**

Fabiana Furtado (UFMG)

> ST 2 - 10

Experiências de participação e controle social

Coordenação: Rosana Denaldi(UFABC)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 1

Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o Estatuto da Cidade **[AO]**

Jefferson O. Goulart (UNESP; CEDEC), Eliana T. Terci (USP), Estevam V. Otero (USP; UNIMEP)

Desideratos sociopolíticos e territórios de participação popular no Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro/MG **[AO]**

Valnei Pereira (Tetra Tech Brasil), Fernanda Vargas Lima (Tetra Tech Brasil), Júlia Franco Prados Mello (Tetra Tech Brasil)

Planejamento urbano enquanto campo de disputa de poder. O caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador **[AO]**

Thaís de Miranda Rebouças (UFBA)

Politização nos espaços de participação: o caso da IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte **[AO]**

Daila Coutinho Araújo (UFMG), Floriana de Fátima Gaspar (UFMG), Natália Lelis (UFMG)

Reflexão acerca da importância de criação de espaços digitais de participação democrática: a necessidade de fortalecimento da participação no orçamento participativo digital na cidade de Belo Horizonte **[AO]**

Maria Diana de Oliveira (UFMG; Prefeitura de Belo Horizonte), Verônica Campos Sales (Prefeitura de Belo Horizonte)

> ST 2 - 11

Institucionalidade e desenvolvimento regional

Coordenação: João Rovati (UFRGS)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA VERTENTES

Estratégias de governança territorial no estado de São Paulo: ambiente institucional e perspectivas de coesão **[AO]**

Elson L. S. Pires (UNESP Rio Claro)

Arranjos institucionais no Brasil – paradoxos de riqueza e déficit social: o estudo da dimensão territorial para o planejamento e a macrometrópole paulista **[AO]**

Paulo Romano Reschilian (UNIVAP), Agnes Yuri Uehara (UNIVAP)

Procesos recientes de ordenación y planificación territorial en Argentina y el nordeste **[AO]**

Miguel Ángel Barretto (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina), Gabriela Antonella Ebel (Universidad de Buenos Aires; Universidad Nacional del Nordeste, Argentina), Evelyn Roxana Abildgaard (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina)

A questão regional fluminense e a agenda governamental do estado do Rio de Janeiro: da fusão (1974) até Moreira Franco (1991) **[AO]**

Robson Santos Dias (Instituto Federal Fluminense - Cabo Frio; UFRJ)

Desenvolvimento econômico local, guerra de lugares e o FUNDECAM: tentativas para geração de emprego e renda em Campos dos Goytacazes - RJ **[P]**

Maria das Dores Rocha (Instituto Federal Fluminense) e Romeu e Silva Neto (Instituto Federal Fluminense).

Institucionalidades do planejamento e gestão territorial: desafios da governança democrática numa perspectiva interescalar **[P]**

Luiz Carlos Schneider (UFRGS e UNISC) e Heleniza Ávila Campos (UFRGS)

O plano"Brasil sem miséria" sob o enfoque da análise de políticas públicas **[P]**

Pier Francesco De Maria (UNICAMP)

> ST 2 - 12

Desenvolvimento regional

Coordenação: João Rovati (UFRGS)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA VERTENTES

A importância do planejamento e da boa governança para a promoção do desenvolvimento regional do estado do Pará: a questão da divisão territorial **[AO]**

Inailde Almeida (UFOPA)

A vontade de governar: confluências nos modos de controle militar e empresarial do território **[AO]**

Edwin Alberto Muñoz Gaviria (UFRJ)

Burguesia industrial e a "agenda de desenvolvimento" para o Rio Grande do Sul durante a década de 1990 **[AO]**

Marco André Cadoná (UNISC)

Gestão urbana, regional e metropolitana da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE-DF): o processo de discussão e reforma do Conselho Administrativo da RIDE-DF **[AO]**

Sérgio Magno Carvalho de Souza (UnB; SUDECO)

Estado, universidade, empresa e desenvolvimento regional: concepções em conflito e articulações possíveis **[AO]**

Alzino Furtado de Mendonça (Faculdade Alves Faria), Yara Fonseca de Oliveira e Silva (Universidade Estadual de Goiás)

> ST 2 - 13

Saneamento ambiental

Coordenação: Heloisa Costa (UFMG)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 1

Pagamento por serviços ambientais, uma política pública para o desenvolvimento sustentável: estudo de caso projeto conservador das águas – Extrema-MG **[AO]**

Carlos Mello Garcias (PUC-PR), Liz Ehlke Cidreira (PUC-PR), Alessandro Bertolino (PUC-PR) e Stephanie Louise Inácio Castro (PUC-PR)

Integração das políticas setoriais urbanas e ambientais: alguns diálogos possíveis **[AO]**

Elisamara de Oliveira Emiliano (UFBA)

A relação entre moradores e o poder público no programa de macrodrenagem da bacia da estrada nova em Belém **[AO]**

Edivania Santos Alves (UFPA)

Transformações recentes na ocupação do cinturão institucional de Belém: bens públicos especiais e planejamento urbano **[AO]**

José Júlio Ferreira Lima (UFPA), Rebeca Silva Nunez Lopes (UFPA)

A regulamentação do setor de saneamento no Brasil: entre os constrangimentos do estado capitalista e as possibilidades da política **[AO]**

Berenice de Souza Cordeiro (UFRJ)

> ST 2 - 14

Programas e políticas ambientais e de saúde

Coordenação: Heloisa Costa (UFMG)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 1

Percepção de usuários quanto às adoções de espaços públicos abertos de lazer e turismo urbanos **[AO]**

Fernanda Costa da Silva (Centro Universitário Metodista – IPA), Maria Cristina Dias Lay (UFRGS)

As parcerias público-privadas para manutenção das áreas verdes no município de São Paulo **[AO]**

Luciana Monzillo de Oliveira (Mackenzie), Maria Augusta Justi Pisani (Mackenzie)

A saúde como direito à cidade: potencialidades dificuldades do programa médico de família na rede de saúde de Niterói **[AO]**

Évelin Generoso Ferreira Fonseca (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro)

Avaliação e proposição de políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos urbanos aplicado ao município de Curitiba **[AO]**

Christian Luiz da Silva (UTFPR), Gabriel Massao Fugii (UTFPR), Nadia Solange Schimdt Bassi (UTFPR; Embrapa), Alain Hernández Santoyo (UTFPR; Universidad de Pinar del Rio – Cuba)

Política de saúde do município de Campos dos Goytacazes: uma análise do Plano Anual de Saúde a partir do conselho gestor de política pública **[P]**

Maria Carolina Gonçalves Oliveira (UCAM) e Ludmila Gonçalves da Matta (UCAM)

De periferia a território popular: o saneamento e a questão social em bairro do subúrbio ferroviário de Salvador/BA **[P]**

Nilton Magalhães Santos (UCSAL) e Aparecida Netto Teixeira (UCSAL)

Espaços livres de fruição pública: novos instrumentos municipais **[P]**

Eugenio Fernandes Queiroga (USP), João Fernandes Pires Meyer (USP) e Silvio Soares Macedo (USP)

> ST 2 - 15

Regulação urbana e instrumentos urbanísticos

Coordenação: João Rovati (UFRGS)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA VERTENTES

O Estatuto da cidade e o cumprimento da função social da propriedade: o que ficou, para onde vai? **[AO]**

Luiz Felype Gomes de Almeida (UFMG)

Transferência do direito de construir e dificuldades de planejamento em cidades médias: o caso de Juiz de Fora - MG **[AO]**

Bárbara Lopes Barbosa (UFBA), Marcia Sant'anna (UFBA)

O redesenho dos instrumentos urbanísticos e a equação (im)possível da garantia de rentabilidade da terra e do direito à cidade nos projetos urbanos **[AO]**

Paula Freire Santoro (USP)

Do «solo criado» à outorga onerosa do direito de construir: a experiência do município de São Paulo na aplicação de instrumentos de recuperação de valorização fundiária **[AO]**

Eduardo Alberto Cuscé Nobre (USP)

A função social da propriedade e a implementação do parcelamento, edificação ou uso compulsório no município de São Paulo **[AO]**

Fábio Custódio Costa (Prefeitura Municipal de São Paulo)

> ST 2 - 16

Movimentos sociais, insurgências e ativismo

Coordenação: Rosana Denaldi (UFABC)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA VERTENTES

A paz, os conflitos, a insurgência e a resistência: conflitos e alternativas populares no contexto de megaeventos **[AO]**

Talita Anzei Gonsales (UFABC)

Museum of the Mare: new repertoires of contestation in the favelas of Rio de Janeiro **[AO]**

Izabel Torres Cordeiro Rennó (Ministério das Cidades)

As jornadas de junho e as fissuras do urbano **[AO]**

Manuela Mendonça de Alvarenga (UFMG)

Insurgências contra o capital na disputa pela terra: o Estelita, no Recife e os quilombolas em Garanhuns, PE **[AO]**

Edinéa Alcântara de Barros e Silva (IFECT-PE – Garanhuns), Edneida Rabelo Cavalcanti (Fundação Joaquim Nabuco), Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha (IFECT-PE – Garanhuns)

Participação popular institucionalizada e participação espontânea: entre consensos, dissensos, táticas e estratégias **[AO]**

Raquel Garcia Gonçalves (UFMG), Karina Machado de Castro Simão (UFMG; Izabela Hendrix), Brenda Melo Bernardes (UFMG; Izabela Hendrix)

>ST 3

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INOVAÇÃO E REDES REGIONAIS

> ST 3 - 1

Planejamento regional no Brasil recente

Coordenação: Humberto Eduardo de Paula Martins (UFU)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA TIRADENTES 2

Estratégias e instrumentos de redução das desigualdades regionais: um breve levantamento das políticas regionais em marcha na última década **[AO]**

Carolina Simões Galvanese (UFABC)

(Não)planejamento central e implicações regionais: uma sintética apreciação histórica do planejamento econômico no período democrático recente no Brasil **[AO]**

Autenir Carvalho de Rezende (UFRJ), Wellington Nunes (UFPR)

Políticas de desenvolvimento, território e pacto federativo: avanços e limitações no quadro atual (2000/2012) **[AO]**

Aristides Monteiro Neto (IPEA)

O territorialismo competitivo e a política nacional de desenvolvimento regional **[AO]**

Weslley Cantelmo (UFMG), Carlos Lobo (UFMG), Ricardo Alexandrino Garcia (UFMG)

Políticas territoriais: descentralização e desenvolvimento regional **[P]**

Jorgiene dos Santos Oliveira (UFSCAR)

O planejamento territorial e a dimensão espacial do desenvolvimento: algumas das experiências recentes no Brasil **[P]**

Claudete de Castro Silva Vitte (UNICAMP)

Análise espacial do fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO): o caso de Goiás **[P]**

Guilherme Resende Oliveira (IMB-GO; UnB), Marcos Fernando Arriel (IMB-GO; UFG), Everaldo Leite da Silva (UFG), Alex Felipe Rodrigues Lima (IMB-GO; UFG)

> ST 3 - 2

Planejamento urbano e regional e desenvolvimento rural: desafios territoriais

Coordenação: Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP-PP)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA TIRADENTES 2

Arqueologia da PNOT: a incorporação do ideário de território e políticas territoriais no Brasil contemporâneo **[AO]**

Klara Anna Maria Kaiser Mor (USP), Cíntia de Souza Alves (USP)

Políticas recentes de melhorias urbanas: cidades pequenas e médias versus favelas **[AO]**

Camila D›Ottaviano (USP), Suzana Pasternak (USP)

A metodologia do "cone"e sua aplicabilidade no estudo da política de saneamento básico no núcleo da Região Metropolitana de Natal/Brasil **[AO]**

Marcela Fernanda da Paz de Souza (UFRN), Fábio Fonseca Figueiredo (UFRN), Pedro Augusto F. Albuquerque (UFRN).

As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional **[AO]**

Jan Bitoun (UFPE), Lívia Izabel Bezerra de Miranda (UFCG), Tania Bacelar de Araújo (UFPE)

Algunos aportes de políticas públicas para la agricultura familiar en Colombia: contribuciones y retos para el desarrollo rural **[P]**

Yamile Lined Ramos Mahecha (UFRRJ)

Inclusão social e bloqueios estruturais: a dinâmica territorial no Vale do Ribeira **[P]**

Carolina Simões Galvanese (UFABC), Rafael Diego de Serrão Moralez (UFABC), Yumi Kawamura (UFABC)

Espaço rural: breve reflexão sobre a dinâmica espacial da Zona da mata Sul de Pernambuco **[P]**

Maria Magaly Colares de Moura Alencar (UFPE)

> ST 3 - 3

Desenvolvimento territorial e elementos indutores

Coordenação: Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 2

A indicação geográfica como alternativa de desenvolvimento territorial: resultados de estudos em experiências brasileiras **[AO]**

Valdir Roque Dallabrida (Universidade do Contestado), Giovane José Maiorki (Universidade do Contestado), Sabrina Dhieniffer Sander (Universidade do Contestado), Jairo Marchesan (Universidade do Contestado)

Moeda complementar, regional ou social: o que são e para que estão servindo? **[AO]**

Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA), Genauto Carvalho de França Filho (UFBA) Airton Carsoso Cançado (UFT)

Território do extremo sul da BA – avanços e limites para um desenvolvimento com coesão social **[AO]**

Clarissa Magalhães (UFABC), Ariane da Silva Favareto (CEBRAP), Heidi Cristina Buzato (UFABC), Ricardo Camargo Cardoso (UFABC)

A Universidade como catalisadora de desenvolvimento regional. Formação de capital social pela Universidade Federal do Pampa, na fronteira Santana do Livramento e Rivera/UY **[AO]**

Deivid Ilecki Forgiarini (PUC - RS), Christine da Silva Schröeder (PUC - RS)

Desenvolvimento territorial rural: análise socioeconômica dos territórios induzidos por políticas públicas no Rio Grande Norte **[AO]**

Clesio Marcelino de Jesus (UFU), Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes (UFU)

> ST 3 - 4

Mercado de trabalho e desenvolvimento regional

Coordenação: Humberto Eduardo de Paula Martins (UFU)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 2

Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ **[AO]**

Joseane de Souza (UENF), Denise Cunha Tavares Terra (UENF)

Dinâmicas regionais de mercado de trabalho: uma análise a partir do mercado de trabalho na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) **[AO]**

Marco André Cadoná (UNISC)

Aplicação das medidas de análise regional ao emprego formal no setor de tecnologia da informação na região Centro-Oeste do Brasil entre os anos de 2008 a 2013 **[AO]**

Charlls Leandro Areco dos Santos (UEMS), Cláudia Maria Sonaglio (UEMS), Márcio de Araújo Pereira (UEMS)

Dinámica espacial del empleo en el Paraguay: una análisis a través de las medidas de localización, especialización y el método shift-share **[AO]**

Claudia Vera da Silveira (UEMS), Rosele Marques Vieira (UEMS)

Dinâmica urbana e emprego nas cidades intermediárias: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN) **[P]**

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (UERN/Pau dos Ferros), Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN), Franciclézia de Sousa Barreto Silva (UERN/Pau dos Ferros)

Emprego celetista nos territórios de identidade baianos na primeira década do século XXI **[P]**

Helcio de Medeiros Junior (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro), Laumar Neves de Souza (UNIFACS), Tatiana de Andrade Spinola (UNIFACS)

Desterritorialização e articulação entre atores locais: o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e desenvolvimento rural de Seropédica-RJ **[P]**

Márcio de Albuquerque Vianna (UFRRJ), Lamounier Erthal Villela (UFRRJ), Marcelo de Oliveira Vidal (UFRRJ)

> ST 3 - 5

Indústria e desenvolvimento regional

Coordenação: Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 2

A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana **[AO]**

Marcos Fernando Arriel (UFG; IMB-GO), João Batista de Deus (UFG)

A dinâmica atual do setor produtivo e suas contemporâneas interações: exemplos da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná **[AO]**

Carlos Cassemiro Casaril (UNIOESTE)

Arranjos produtivos locais da indústria automobilística no Estado de Goiás **[AO]**

Vanessa Marzano Araujo (UFG), Marisa dos Reis Azevedo Botelho (UFU)

Desenvolvimento regional conduzido pela indústria? Observações sobre o setor automobilístico no Médio Paraíba-RJ **[AO]**

Bianca Louzada Xavier Vasconcellos (UFRRJ)

Redes de cooperação e dinâmica territorial: uma análise da Associação Rede Casanova **[P]**

Giovana Goretti Feijó de Almeida (UNISC), Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC)

O arranjo produtivo local do sisal na Bahia: suas inter-relações com o território **[P]**

Tatiana de Andrade Spinola (UNIFACS), Maria Gorete Borges Figueiredo (UNIFACS)

> ST 3 - 6

Desigualdades regionais e circuitos produtivos e sociais

Coordenação: Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP-PP)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 2

Complexos industriais, circuitos espaciais produtivos e direito reflexivo **[AO]**

Ricardo Mendes Antas Jr. (USP)

Tecnologia, cidade e região: considerações sobre o conceito de sistema territorial de inovação **[AO]**

Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE)

Desigualdades regionais e variações espaciais no indicador de mortalidade infantil do Estado de Minas Gerais, Brasil **[AO]**

Rivaldo Faria (UFSM)

Distribuição espacial dos médicos no Brasil: uma abordagem geográfica **[AO]**

Tamara M. L. Silva (UFMG), Wallison H. O. Silva (UFMG)

Nordestino: evidências econométricas com base no censo de 2010 **[P]**

Cícero Francisco de Lima (URCA)

Da Amazônia Legal ao Território Centro Norte: o continuum **[P]**

Thiago José Arruda de Oliveira (UNIOESTE-Toledo)

Clusters espacias de emigração internacional no Brasil **[P]**

Marden Barbosa de Campos (IBGE), Diego Rodrigues de Macedo (IBGE)

>ST 4

NATUREZA, REPRODUÇÃO SOCIAL E BENS COMUNS

> ST 4 - 1

Ordenamento e gestão territorial e ambiental

Coordenação: Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA IBITURUNA

O conceito de serviços ambientais e o novo Plano Diretor de São Paulo: Uma nova abordagem para a gestão ambiental urbana? **[AO]**

Patricia Marra Sepe (Prefeitura Municipal de São Paulo), Helia Maria Santa Bárbara Pereira (Prefeitura Municipal de São Paulo)

Estrada Parque, paisagem, preservação e natureza: desafios da RJ-165 Paraty-Cunha **[AO]**

Thereza Christina Carvalho (UFF), Alex Assunção Lamounier (UFF)

Gestão de resíduos sólidos urbanos: cidade e território. o caso da Região Metropolitana de Florianópolis **[AO]**

Arthur Eduardo Becker Lins (UFSC), Maria Inês Sugai (UFSC).

Territórios minerários – desafios da gestão compartilhada e do fechamento de minas **[AO]**

Fabiana Borges Teixeira dos Santos (UFMG), Fabiana Oliveira Araújo (UFMG)

Zoneamento ecológico-econômico no setor costeiro Vale do Ribeira paulista: avanços e desafios da implementação **[AO]**

Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira (SEMMA/SP), Isadora Le Senechal Parada (SEMMA/SP), Márcia Renata Itani (SEMMA/SP), Natalia Micossi da Cruz (SEMMA/SP), Lucia Sousa e Silva (SEMMA/SP)

> ST 4 - 2

Regulação ambiental: fundamentos e aspectos econômicos

Coordenação: Maria Lucia Refinetti Martins (USP)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA IBITURUNA

A política da ANVISA para regulação dos agrotóxicos. muito além da técnica **[AO]**

Júlio César Borges dos Santos (UFRJ)

Hegemônicas e contra hegemonia narrativa: reordenamento normativo e direitos territoriais **[AO]**

Julianna Eluze Carrera Malerba (UFRJ)

Áreas protegidas e espaço abstrato: contradições da política ambiental brasileira e desvio na APA fazenda Capitão Eduardo (Belo Horizonte, Minas Gerais) **[AO]**

Ana Carolina Pinheiro Euclydes (UFMG)

Modernização Ecológica e cidadania empresarial: a teoria que sustenta a prática **[AO]**

Arlete Longhi Weber (FURB), Felipe Augusto Hoeflic Damaso de Oliveira (FURB), Gabriela Liliana Egea (UNISOCIESC)

O Brasil indígena e a cosmopolítica plurinacionalista de Bolívia e Equador **[AO]**

Deborah Cimini Cancela Sanches (UFMG)

> ST 4 - 3

Conflitos socioambientais: populações tradicionais

Coordenação: Klemens Laschefski (UFMG)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA IBITURUNA

Estratégias de legitimação social de grandes empreendimentos minerários: a transnacional Kinross e a mineração de ouro em Paracatu/MG **[AO]**

Juliana Neves Barros (UFRJ), Laís Jabace Maia (UFRJ)

Sepetiba: Cercamentos e impactos ambientais em escala industrial **[AO]**

Silvio Cesar Alves Rodrigues (UFRJ), Marcelo Bessa de Freitas (ENSP; FIOCRUZ)

Debates sobre poder no conflito socioambiental envolvendo pescadores artesanais e a Petrobras na Baía de Guanabara **[AO]**

Laura dos Santos Rougemont (UFRJ)

As distintas lógicas da apropriação do mundo material: o conflito entre a produção sucroalcooleira e a comunidade quilombola no município de Pompéu / MG **[AO]**

Mateus Braga (UFMG), Cristiano Sena (UFMG) Alexandre Ferreira (UFMG)

Formas de violência en proyectos hídricos. El caso de la central hidroeléctrica Porce III en Antioquia – Colombia **[AO]**

Gustavo Adolfo Muñoz Gaviria (UFRJ)

> ST 4 - 4
Conflitos socioambientais urbanos

Coordenação: Ana Claudia Duarte Cardoso (UFPA)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA IBITURUNA

Tecnologias da universalização: diferenças no acesso à água na RMSP **[AO]**

Renata Maria Pinto Moreira (USP)

A dimensão ambiental dos conflitos urbanos: reflexões a partir do estudo de caso da formação de um bairro periférico **[AO]**

Eder Jurandir Carneiro (UFSJ), Vivian Prado Pereira (UFRJ)

A desregulação ambiental e a dinâmica dos conflitos urbanos: o caso da mineração Minas-Rio **[AO]**

Marcos Cristiano Zucarelli (UFMG), Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

O desenho urbano e a sustentabilidade **[AO]**

Thalita dos Santos Dalbelo (UNICAMP), Emília Wanda Rutkowski (UNICAMP)

Importancia de los servicios ecosistémicos en la planificación urbana y gestión territorial, un camino hacia la sostenibilidad **[AO]**

Angélica Maria Mosquera Muñoz (UFABC)

> ST 4 - 5
Padrões de consumo e capacidade de suporte

Coordenação: Maria Lucia Refinetti Martins (USP)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA IBITURUNA

Indicadores de sustentabilidade urbana para regiões metropolitanas **[AO]**

Maria Inês Pedrosa Nahas (PUC-MG), Yves Cabannes (University College London)

O que muda com a mudança climática? Má adaptação: quando a adaptação aumenta o risco **[AO]**

Claudia Siebert (FURB; NEUR)

Avaliação da sustentabilidade e qualidade da forma urbana dos empreendimentos do PMCMV: empreendimentos Jardins Mangueiral no DF e Residencial Bethel em Goiás **[AO]**

Liza Maria Souza de Andrade (UnB), Natália da Silva Lemos (UnB), Cristiane Guinâncio (UnB), Elane Ribeiro Peixoto (UnB), Natália Batista Rios (UnB), Julia Resende Kanno (UnB)

Certificações ambientais habitacionais como contribuição para sustentabilidade urbana **[AO]**

Lívia Melo de Lima (IFPE) e Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (UFPE)

Cidades e mudanças climáticas: planejamento urbano e governança local no Brasil **[P]**

Douglas Sathler dos Reis (UFVJM), Júlio César Tavares (UFVJM), Tatiana Brant (UFVJM)

Planejamento sustentável a partir da exigência do estudo de impacto de vizinhança: experiência de Caldas Novas – GO **[P]**

Obede Rodrigues Alves (PUC-GO), Otniel Alencar Bandeira (PUC-GO), Antônio Pasqualetto (PUC-GO), Ycarim Melgaço Barbosa (PUC-GO), Naraiany Aparecida Alves (Unicaldas).

Vulnerabilidade ambiental, formalidade e informalidade no acesso à água: discutindo realidade e alternativas para o abastecimento hídrico em Queimados (RJ) **[P]**

Suyá Quinstlr (UFRJ), Antonella Maiello, (UFRJ), Ana Lúcia Britto (UFRJ).

> ST 4 - 6
Moradia, cidade e natureza

Coordenação: Klemens Laschefski (UFMG)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA IBITURUNA

Reflexões acerca das intervenções integradas na gestão de águas urbanas em Belo Horizonte **[AO]**

Rogério Palhares Zschaber de Araújo (UFMG), Cristiane Borda Pinheiro (Práxis Projetos e Consultoria).

Impactos da política habitacional na vida dos moradores da cidade: a experiência de Osasco/SP **[AO]**

Carola Carbajal Arregui (PUC-SP), Maria de Lourdes da Paz Rodrigues (Pluralis Assessoria em Gestão Social), Marisa A. Almeida Blanco (Pluralis Assessoria em Gestão Social), Rosangela Dias Oliveira da Paz (PUC-SP)

Urbanização de favelas em área de preservação permanente: o caso da comunidade Jurubatuba e os embates entre preservação ambiental e efetivação do direito à moradia **[P]**

Júlia Azevedo Moretti (PUC-SP), Nathércia Cristina Manzano Magnani (PUC-SP), Nunes Lopes dos Reis (PUC-SP)

Ecolimite e contenção de favela: o caso do muro da favela Santa Marta **[P]**

Laerte Costa Silva (UFRJ)

Interface ambiental na urbanização de favelas da Região Metropolitana de Curitiba-RMC: a experiência do PAC I/Guarituba **[P]**

Márcia Ferreira Prestes (UTFPR; USP), Raquel Sizanoski (Prefeitura de Piraquara)

Gestão metropolitana: a unidade territorial de planejamento do Itaqui como instrumento de ordenamento territorial em área de manancial da Região Metropolitana de Curitiba **[P]**

Nadia Cibele Besciak (Universidade Positivo)

Políticas urbanas e ambientais integradas? Impasses e desafios nas áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo **[P]**

Angélica Tanus Benatti Alvim (Mackenzie)

Construção de indicadores antrópicos de áreas de risco a escorregamentos para subsidiar ações, políticas públicas e o gerenciamento de riscos no município de São José dos Campos **[P]**

Vania Aparecida dos Santos (Instituto Geológico-SP), Rodolfo Moreda Mendes (MCTI), Mário Valério Filho (UNIVAP)

Modo de viver ribeirinho na ilha do Combu em Belém-Pará: organização sócio-produtiva **[P]**

Sônia Socorro Miranda Batista (Secretaria Executiva de Educação - PA), Flávia Ferreira Gomes (Secretaria Executiva de Educação - PA)

Desafios para a regularização urbanística e fundiária em áreas de preservação permanente (APP) na Amazônia [P]

Roberta Menezes Rodrigues (UFPA)

>ST 5

TÉCNICAS E MÉTODOS DE MODELAGEM E DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL

> ST 5 - 1

Serviços urbanos e análise socioespacial

Coordenação: Irineu Rigotti (UFMG)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA CAPARAÓ

A inserção urbana dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais **[AO]**

Vitor Coelho Nisida (USP), Luanda Villas Boas Vannuchi (USP), Luis Guilherme Alves Rossi (USP), Julia Ferreira de Sá Borrelli (USP), Ana Paula de Oliveira Lopes (USP)

Dinâmica urbana: análise de dados reais para a aplicação em um modelo configuracional urbano **[AO]**

Decio Bevilacqua (UFSM; UFRGS) e Romulo Krafta (UFSM; UFRGS).

Os supermercados e a cidade: análise espacial em Porto Alegre, RS **[AO]**

Clarice Maraschin (UFRGS), Helena Nocchi Macedo (UFRGS)

Vulnerabilidade social e acesso a equipamentos públicos de educação infantil, cultura e lazer no município de Belo Horizonte – MG **[AO]**

Rodrigo Nunes Ferreira (UFMG)

Transporte público e acessibilidade em uma cidade dispersa: o caso dos pontos de ônibus em João Pessoa-PB **[P]**

Paulo Vitor Nascimento de Freitas (UFPB), Lídia Pereira Silva (IFPB) e Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro (UFPB).

Projeto urbano e criação de espaços públicos: cidade Pedra Branca na Grande Florianópolis **[P]**

Fernanda Maria Menezes (UNISUL), Almir Francisco Reis (UFSC)

> ST 5 - 2

Dinâmica urbana e modelagem espacial

Coordenação: Sandra Costa (UNIVAP)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA CAPARAÓ

Aplicação da teoria de grafos e análise espacial para solução de problemas geográficos: um estudo da criminalidade violenta no hipercentro de Belo Horizonte **[AO]**

Antônio Hot Pereira de Faria (PUC-MG), Diego Filipe Cordeiro Alves (PUC-MG), Leônidas Conceição Barroso (PUC-MG)

Copa do Mundo 2014 e integração viária em Natal/RN (Brasil): a fábula continua **[AO]**

Rodrigo Costa do Nascimento (Centro Universitário de João Pessoa).

PPSIG Orla do Guaíba: avaliação da ferramenta do ponto de vista da população **[AO]**

Geisa Bugs (Universidade Feevale), Antônio Tarcísio Reis (UFRGS)

A lógica espacial da expansão urbana através dos conjuntos habitacionais populares: estudos de condomínios verticais na cidade de Caruaru-PE **[AO]**

André Gustavo Oliveira (UFPE; Prefeitura de Caruaru)

***Estruturação, análise e representação de informações geográficas na zona de fronteira* [P]**

Luciano de Lima Gonçalves (UFRJ)

***Uso de sistemas de informação geográfica no auxílio à documentação e diagnóstico da situação dos espaços livres na cidade de Natal* [P]**

Verônica Maria Fernandes de Lima (UFRN), Viviane Gomes Medeiros (UFRN), Miss Lene Pereira da Silva (UFRN)

> ST 5 - 3

Técnicas e métodos de modelagem e a cidade

Coordenação: Gustavo Givisiez (UFF-Campos; UCAM-Campos)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA CAPARAÓ

***Modelo de desempenho socioespacial para o sistema de mobilidade urbana no município do Rio de Janeiro: aplicabilidade das análises espaciais e estatísticas para gestão municipal dos transportes* [AO]**

Maíra Pinheiro Luiz Soares (ENCE), Joao Vitor Meirelles de Miranda (USP), João Grand Junior (UFRJ)

***Indicador de desenvolvimento municipal - IDM da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – MG – 2010* [AO]**

Thiago Leonardo Soares (PUC-MG), Jose Flávio Morais Castro (PUC-MG),

***Análise configuracional do ambiente construído: lotes, edifícios e uso do solo* [AO]**

Lucas Figueiredo de Medeiros (UFPB), Claudia Ortiz-Chao (Universidad Anáhuac Querétaro, México)

***Análise do impacto da implantação do trem metropolitano na configuração espacial da cidade* [AO]**

Laís Corteletti (UFRGS), Bárbara Maria Giaccom Ribeiro (UFRGS)

***Planejamento ambiental para o campus da UFSM – Santa Maria – RS* [P]**

Daiane Regina Valentini (UNOESC – Chapecó)

***Localização intraurbana das favelas brasileiras: o papel dos fatores geográficos* [P]**

Vanessa Gapriotti Nadalin (IPEA), Lucas Ferreira Mation (IPEA)

>ST6

CULTURA, SABERES E IDENTIDADES

> ST 6 - 1

Mapeamentos culturais e cartografias sociais

Coordenação: Luciana Teixeira de Andrade (PUC-MG)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA MAQUINÉ

O mapa cultural do rio Anil como instrumento de integração urbana e transformação espacial **[AO]**

Joana Barbosa Vieira Silva (UFMG), Carlos Frederico Lago Burnett (UEMA)

Agrestes e desagrestes: o mapeamento cultural em perspectiva **[AO]**

Juliana Michaello Macêdo Dias (UFAL), Walcler de Lima Mendes Junior (Centro Universitário Tiradentes)

Projeto por cenários: uma narrativa da diferença [AO]

Paulo Reyes (UFRGS)

An evidence-based integrative mapping technique for guiding socially-responsive urban design proposals **[AO]**

Paula Barros (UFMG)

As favelas do lado do olimpo: mapeamento colaborativo na disputa simbólica pelo Rio de 2016 **[AO]**

Flávia Neves Maia (UFRJ); Ayara Mendo Pérez (UFRJ); Amanda Alves Ramos (UFRJ)

> ST 6 - 2

Mobilidades e usos dos espaços públicos

Coordenação: Luciana Teixeira de Andrade (PUC-MG)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA MAQUINÉ

Cicloativismo, planejamento urbano e direito a cidade **[AO]**

Fernando Henrique Guimarães Barcellos (UFRRJ)

Pedalar na cidade **[AO]**

Leandro José Carmelini (UFRJ)

A apropriação da rua apreendida pelo "espaço vivido". Incursões entre a Belo Horizonte contemporânea e os blocos de carnaval de rua **[AO]**

Paola Lisboa Côdo Dias (UFMG)

Circular é preciso, pausar é preciso **[AO]**

Claudio Oliveira da Silva (UNB)

Uso do espaço público em Juazeiro do Norte-CE pelos camelôs **[AO]**

David Melo van den Brule (UFPE)

> ST 6 - 3

Paisagens literárias e narrativas urbanas artísticas

Coordenação: Paola Berenstein Jacques (UFBA)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA MAQUINÉ

Representações e identidades entre o urbano e o rural no romance "Far from the Madding Crowd" de Thomas Hardy **[AO]**

Júlia Birchal Domingues (UFMG)

Paisagens epistolares: a paisagem na correspondência de Elizabeth Bishop **[AO]**

Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos Souza (SECULT-Vitória)

Com cartas e por cartas: o lugar do sensível para se falar da cidade contemporânea **[AO]**
Rodrigo Gonçalves dos Santos (UFSC) e Ramon Martins da Silva (IFSC)

Cai a noite: imagens sorrateiras da noite urbana **[AO]**
Robert Moses Pechman (UFRJ)

O olhar de Dan Graham para a cidade sob o prisma da "crítica cultural" **[AO]**
Fábio Lopes de Souza Santos (USP-SC), Rafael Goffinet de Almeida (USP-SC)

> ST 6 - 4

Narrativas urbanas musicais e outras expressões culturais -

Coordenação: Paola Berenstein Jacques (UFBA)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA MAQUINÉ

Representações não-hegemônicas do processo de urbanização de São Paulo: um estudo sobre as canções de Adoniran Barbosa e Paulo Vanzolini **[AO]**
Roberto Gomes Monção Junior (UNIVAP), Antonio Carlos M. Guimarães (UNIVAP)

Cidade cantada: a representação dos conflitos urbanos pela análise musical **[AO]**
Rafael Baldam (UNICAMP), Gisela Cunha Viana Leonelli (UNICAMP)

De la periferia al centro: expresiones gráficas jóvenes en la ciudad de Corrientes, Argentina **[AO]**
Ezequiel Ledesma (Universidad Nacional del Nordeste, Argentina)

Relação entre superfícies históricas e o graffiti: East Side Gallery (Berlim) e Jockey Club (Rio de Janeiro) **[AO]**
Daniela Coutinho Bissoli (UFRJ), Rosângela Lunardelli Cavallazzi (UFRJ; PUC-RJ)

Utopia, erotismo e a construção do espaço social: do festival Burning Man a uma praça brasiliense **[AO]**
Marcelo Augusto de Almeida Teixeira (UNB; Centro Universitário UDF), Lucas Brasil Pereira (UNB)

> ST 6 - 5

Disputas simbólicas e megaeventos esportivos

Coordenação: Paola Berenstein Jacques (UFBA)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA MAQUINÉ

Cidade Maravilhosa: a potência dos discursos entre o imaginário e o mito **[AO]**
Priscilla Oliveira Xavier (UFRJ)

Disputas simbólicas na Cidade Maravilhosa: atores, instrumentos e gramáticas territoriais **[AO]**
Fernanda Sánchez (UFF), Bruna Guterman (UFF), Paula Laiber (UFF)

Apropriação privada versus resistência popular: disputas em torno da reforma do Maracanã **[AO]**
Glauco Bienenstein (UFF), Rosane Rebeca de Oliveira Santos (UFF), Felipe Carvalho Nin Ferreira (UFF), Natália Burlamaqui Soares Pereira (UFF), Mariana do Carmo Lins (UFRJ)

Pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo **[AO]**
Gilmar Mascarenhas (UERJ)

Copa do mundo 2014 em Curitiba - repercussões no uso do espaço público: Av. Presidente Getúlio Vargas **[AO]**
Elena Justen Brandenburg (UFPR), Fabiana Maria Galli Wütrich (UFPR)

> ST 6 - 6

Habitação e formas de ocupação do espaço

Coordenação: Brasilmar Nunes (UnB)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA MAQUINÉ

A habitação como objeto de consumo à luz da publicidade dos residenciais Alphaville - São Paulo **[AO]**

Hanna Lima da C.F de Melo (UFPE)

Políticas públicas habitacionais e as questões culturais da população de baixa renda **[AO]**

Flávia Gazzola Gobbato (UFRGS)

A construção da identidade dos movimentos de moradia: os limites da participação e a (im) possibilidade de emancipação **[AO]**

André Luiz Teixeira dos Santos (USP)

Buscando entender os moradores das Ocupações Urbanas da RMBH **[AO]**

Tiago Castelo Branco Lourenço (PUC-MG; Izabela Hendrix)

Civilidades e incivilidades no processo de construção socioespacial do Rio de Janeiro e a nova gramática territorial da ordem no espaço público e nas favelas **[AO]**

Grasiele Márcia Magri Grossi (UFF)

> ST 6 - 7

Recursos naturais e urbanização

Coordenação: Brasilmar Nunes (UnB)

QUINTA (21/5)
14:00 – 15:45
SALA CAPARAÓ

Caminhos do desenvolvimento: transformações socioespaciais e culturais nos municípios do complexo industrial portuário de Suape, Pernambuco **[AO]**

Danielle de Melo Rocha (UFPE), Helenilda Wanderley de Vasconcelos Cavalcanti (Fundação Joaquim Nabuco)

As bordas de água do Guaíba e a ideia de acolhimento **[AO]**

Ecléa Morais Mullich (UFRJ), Julian Grub (UFRGS)

Afuá: a cidade-palafita. Território e espaço público entre águas **[AO]**

Jacy Soares Corrêa Neto (UNIFAP), José Marcelo Medeiros (UNB)

Há diferenças que fazem diferença? Lutas identitárias e conflitos ambientais nas dinâmicas de expansão capitalista na Amazônia **[AO]**

Wendell Ficher Teixeira Assis (UFRJ), Anabelle Santos Lages (UFAL)

Casas ribeirinhas: aconchego nos braços do rio **[AO]**

Laelia Regina Batista Nogueira (UFF)

> ST 6 - 8

Resistências e práticas culturais

Coordenação: Luciana Teixeira de Andrade (PUC-MG)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA MAQUINÉ

Todos os caminhos levam às ollas? Um estudo sobre os habitantes de Calle de Bogotá **[AO]**

Karine Gonçalves Carneiro (UFOP; PUC-MG)

Redes, ruas e direito a cidade: coletivos culturais em São Paulo e Bogotá **[AO]**

Aluízio Marino (UFABC), Silvia Helena Facciolla Passarelli (UFABC)

Cidade «para-formal»: controvérsias e mediações no espaço público latino-americano **[AO]**

Eduardo Rocha (UFPel), Débora Souto Allemand (UFPel), Rafaela Barros de Pinho (UFPel), Laís Dellighausen Portela (UFPel), Glauco Roberto Munsberg (UFpel)

O discurso da criatividade na cidade: possibilidades de resistência sob a inspiração de Berlim **[AO]**

Claudia Seldin (UFRJ)

Táticas de resistência no Projeto Nova Luz: participação de movimentos sociais no planejamento urbano **[AO]**

Fernando de Oliveira Amorim (USP)

> ST 6 - 9

Espaço público, conflitos e fronteiras

Coordenação: Brasilmar Nunes (UnB)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA MAQUINÉ

Zona de fronteira e identidade nacional: uma análise a partir das cidades gêmeas brasileiro-argentinas Dionísio Cerqueira/Barracão/Bernardo de Irigoyen e Santo Antonio do Sudoeste/San Antonio **[AO]**

Maristela Ferrari (UNIOESTE)

Diversidade e insurgência na cidade: territorialidade e desafios para o planejamento **[AO]**

Mariana Luscher Albinati (UFBA)

Conflitos e identidades no cotidiano dos espaços livres públicos (ELP): uma proposta de análise multidimensional **[AO]**

Lúcia Capanema Alves (UFF)

Os parques públicos na contemporaneidade: a compressão do tempo de lazer e o reflorescimento de práticas de resistência. Reflexões sobre as atividades de piqueniques na cidade do Rio de Janeiro **[AO]**

Julia Silva Benayon (UFF)

(Re)significações da cultura: os discursos internacionais e a experiência do projeto Corredor Cultural no Rio de Janeiro **[AO]**

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos (UFRJ)

>ST 7

DINÂMICA IMOBILIÁRIA, HABITAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA

> ST 7 - 1

Economia política da urbanização: a produção capitalista da casa e da cidade na mundialização financeira

Coordenação: Mariana Fix (UNICAMP)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA NIEMEYER

O déficit habitacional nos países dependentes: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho **[AO]**

Vitor Hugo Tonin (UFSC), Lino Peres (UFSC)

O Programa Minha Casa Minha Vida: a dinâmica imobiliária no Brasil no contexto da financeirização do capital e do sentimento de urgência **[AO]**

Bruno Xavier Martins, (USP)

Existe espaço para as cidades no mercado imobiliário financeirizado? **[AO]**

Telma Hoyler (USP)

Reconfiguração sociourbana da Região Metropolitana de Goiânia nos anos 2000 **[AO]**

Aristides Moysés (PUC-GO), Débora Ferreira da Cunha (UFG), Elcileni de Melo Borges (UFG)

Dinâmica imobiliária no contexto da luta pela moradia: registro de uma experiência em Maceió-AL a partir da cartografia da ação **[AO]**

Carlos Eduardo Nobre (UNICAMP)

> ST 7 - 2

Dinâmica fundiária e imobiliária: o processo de estruturação urbana e seus resultados

Coordenação: Fernanda Furtado(UFF)

SEGUNDA (18/5)
15:30 – 17:15
SALA NIEMEYER

Maringá e o mito da cidade planejada **[AO]**

Carla Fernanda Rocha Garcia (UEM), Fabíola Castelo de Souza Cordovil (UEM)

O boom imobiliário redesenhando a cartografia da segregação socioespacial na metrópole paulistana **[AO]**

Letícia Moreira Sígolo (USP)

A terra do poder: da integração amazônica à nova frente de expansão imobiliária no sudeste do Pará **[AO]**

Ana Carolina Campos de Melo (UFPA)

Crise de mobilidade urbana em Santos/SP: produção imobiliária, segregação socioespacial e desenraizamento **[AO]**

José Marques Carriço (UNISANTOS), Marina Ferrari de Barros (UNISANTA)

A atuação da família Martha no setor sul de Bauru - SP: os bairros Jardim Estoril (1957-2006) **[AO]**

Ana Carolina Alvares Capelozza (USP)

> ST7 - 3

O Programa Minha Casa Minha Vida: inserção urbana e segregação socioespacial I

Coordenação: Denise Morado (UFMG)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA ALTEROSAS

O Programa Minha Casa, Minha Vida e os efeitos no trabalho dos catadores: estudo de caso no residencial Vivendas do Planalto – Natal/RN **[AO]**

Raquel Maria da Costa Silveira (UFRN), Jéssica Morais de Moura (UFRN) e Camila Furukava (UFRN).

Minha Casa, Minha Vida: notas sobre a responsabilidade coletiva de um desastre urbano **[AO]**

João Sette Whitaker Ferreira (USP)

O Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão urbana na cidade de Marabá-PA **[AO]**

José Júlio Ferreira Lima (UFPA), Renato Freitas de Castro Leão (UFPA)

Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza **[AO]**

Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC), Sara Vieira Rosa (USP; UniChristus)

Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacaes/RJ: o Programa Habitacional Morar Feliz e expansão da periferia **[P]**

Teresa de Jesus Peixoto Faria (UENF) e Maria Alice de Oliveira Pohlmann (UENF)

MCMV e o déficit habitacional de baixa renda: uma análise intraurbana para cinco regiões metropolitanas **[P]**

Vicente Correia Lima Neto (IPEA), Cleandro Henrique Krause (IPEA), Bernardo Alves Furtado (IPEA)

Política habitacional e a expansão urbana de Limeira-SP, 1970-2010 **[P]**

Álvaro de Oliveira D'Antona (UNICAMP), Luiz Paulo Rizardi (UNICAMP)

> ST 7 - 4

O Programa Minha Casa Minha Vida: oferta e demanda habitacional I

Coordenação: Mariana Fix (UNICAMP)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA ALTEROSAS

O potencial do SFH para a expansão do acesso à moradia no Brasil **[AO]**

Claudia Maria de Magalhaes Eloy (USP)

Subsídio e déficit habitacional no Programa MCMV **[AO]**

José Eduardo Baravelli (USP)

As dimensões coorporativas do Programa Minha Casa Minha Vida, o dilema do limite entre uma a política social e a política econômica **[AO]**

Julio Cezar Pinheiro de Oliveira (UFRJ)

MCMV entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios **[AO]**

Camila Moreno de Camargo (USP)

Parceria público-privada na habitação social no Distrito Federal: setor habitacional Jardins Mangueiral **[AO]**

Rosângela Viana Vieira (UFG) e Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (UFG).

> ST 7 - 5

Políticas urbanas, planos diretores e modelos de planejamento

Coordenação: Fernanda Furtado (UFF)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA NIEMEYER

O papel do Estado na promoção da segregação na cidade do Rio de Janeiro **[AO]**

Ivan Zanatta Kawahara (UFF)

Planejamento urbano politizado e ideologia: o papel dos planos diretores participativos no discurso da reforma urbana **[AO]**

José Ricardo Vargas de Faria (UFPR)

A destinação de terras para a produção de moradias no desenho dos planos locais de habitação de interesse social de municípios da Região Metropolitana de Campinas **[AO]**

Joana Aparecida Zavaglia M. T. Ribeiro (PUC-Campinas), Tomás Antonio Moreira (USP)

O que é legal na minha casa: reflexões da aplicação da legislação urbanística **[AO]**

Geruza Lustosa de Andrade Tibo (UFMG)

O plano diretor como instrumento formador e mercantilizador do espaço urbano de Aparecida de Goiânia (2002-2014) **[P]**

Janaína de Holanda Camilo (PUC-GO), Lorena Sulino Assunção (PUC-GO)

Expansão urbana e arena política em cidade histórica: a revisão do plano diretor de Pirenópolis-GO **[P]**

Benny Schvasberg (UnB), Neio Campos (UnB), Ricardo Farret (UnB)

Os meandros do instrumento ZEIS da concepção até a produção de habitações de interesse social – o caso da Região Metropolitana de Campinas **[P]**

Paula Francisca Ferreira da Silva (USP)

> ST 7 - 6

Propriedade da terra, lutas sociais e desigualdade no centro e na periferia I

Coordenação: Mariana Fix (UNICAMP)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA NIEMEYER

Desigualdades habitacionais no repovoamento das áreas centrais de São Paulo **[AO]**

Kazuo Nakano (FIAM-FAAM)

A instrumentalização da habitação em projetos de revalorização urbana: estudo de caso da área central do Rio de Janeiro **[AO]**

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro (Université du Québec à Montréal)

Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS de vazios, na Região do Grande ABC **[AO]**

Sandra Teixeira Malvese (UFABC)

O investimento no mercado imobiliário informal: novas demandas, novas convenções **[AO]**

Rodrigo de Oliveira Tavares (UFPE)

O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da Região de Izidora **[AO]**

Luiza Lemos Silga Gomes (PUC-MG), Tarcísio da Silva Cyrino (PUC-MG) e Viviane Zerlotini da Silva (UFMG)

> ST 7 - 7

O Programa Minha Casa Minha Vida: inserção urbana e segregação socioespacial II

Coordenação: Denise Morado (UFMG)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA ALTEROSAS

A produção do PMCMV no Brasil e os impactos socioespaciais. O caso do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu no Paraná **[AO]**

Beatriz Fleury e Silva (UEM), Ricardo Dias Silva (UEM)

PMCMV em Mato Grosso: velho modelo, novas periferias **[AO]**

Andrea Figueiredo Arruda Canavarros (UFMT)

Inserção urbana no MCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo **[AO]**

Luanda Villas Boas Vannuchi (USP), Rodrigo Faria G. Iacovini (USP), Alvaro Luis dos Santos Pereira (USP), Fernanda Accioly Moreira (USP)

Inserção urbana e organização social no Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e limites na escala da metrópole **[AO]**

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN), Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (UFRN), Glenda Dantas Ferreira (UFRN)

A retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro e o Programa Minha Casa Minha Vida **[AO]**

Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ), Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ), Irene de Queiroz e Mello (UFRJ), Grazia de Grazia (UFRJ)

> ST 7 - 8

Instrumentos e experiências de regulação e intervenção urbana

Coordenação: Fernanda Furtado (UFF)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA NIEMEYER

Práticas de planejamento e gestão do solo urbano e táticas políticas resistentes ao controle público da terra **[AO]**

Rosane Biasotto (UFRJ)

Operação urbana consorciada Joana Bezerra no Recife **[AO]**

Raquel Ludermir Bernardino (UFPE)

Instrumentos urbanísticos – a regra para poucos **[AO]**

Ivana Costa de Amorim (UFMG)

Recuperação de mais valias fundiárias e acesso a terra urbanizada: o caso do município de Contagem-MG **[AO]**

Luiz Felype Gomes de Almeida (UFMG)

A gestão da terra nas áreas de expansão urbana: princípios, instrumentos e possibilidades em um paralelo entre Brasil e Colômbia **[AO]**

Isabela Bacellar (UFF), Oscar Eduardo Pérez Moreno (UFF)

> ST 7 - 9

Propriedade da terra, lutas sociais e desigualdade no centro e na periferia II

Coordenação: Denise Morado (UFMG)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA NIEMEYER

Os desafios de produzir habitação de interesse social em São Paulo: da reserva de terra no zoneamento às contrapartidas obtidas a partir do desenvolvimento imobiliário ou das ZEIS à cota de solidariedade **[AO]**

Paula Freire Santoro (USP), Julia Borrelli (USP)

Regularização fundiária da Vila Residencial UFRJ: observações sobre uma experiência **[AO]**

Maria Julieta Nunes de Souza (UFRJ)

A regulação urbanística e a qualidade de projeto de habitação popular: ZEIS/AEIS em São Paulo e Belo Horizonte nos anos 2000 **[AO]**

Renata da Silva Oliveira (USP) e Eulália Portela Negrelos (USP)

Entre a vulnerabilidade e a esperança: conflitos de governança na regularização fundiária em áreas da União [AO]

Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE), Janaina Aparecida Gomes de Lima (UFPE), Ronaldo Augusto Campos Pessoa (UFT)

Mercado imobiliário em áreas pobres: as relações sociais na informalidade de Tabatinga **[P]**

George Antônio Cunha de Araújo (UFPE)

Ocupação informal em áreas úmidas em Macapá-AP: modo de vida na Ressaca das Pedrinhas **[P]**

Luana Rocha de Souza (UNIFAP) e Danielle Costa Guimarães (UNIFAP)

Assentamentos informais em cidades turísticas: uma análise de Canela e Gramado (RS) **[P]**

Débora Carina Lopes (UFRGS)

> ST 7 - 10

O Programa Minha Casa Minha Vida: oferta e demanda habitacional II

Coordenação: Mariana Fix (UNICAMP)

QUARTA (20/5)
14:00 – 15:45
SALA ALTEROSAS

Notas sobre as contradições da política habitacional na América Latina na atualidade: o caso do Brasil e da Venezuela **[AO]**

Beatriz Tamaso Mioto (UNICAMP), Pietro Cadeirini Aruto (UNICAMP)

As garantias do financiamento no Programa Minha Casa Minha Vida **[AO]**

Adriana Jesus Guilhen (UFSCar), Carolina Maria Pozzi de Castro (UFSCar)

O Programa Minha Casa Minha Vida: uma avaliação a partir do modelo de políticas de quase-mercado **[AO]**

Thêmis Amorim Aragão (UFRJ)

A concepção do subsidio habitacional num modelo de economia social do mercado **[AO]**

Marisol Eugenia Brito Doerr (UFRJ)

Família e habitação: desigualdades nos domicílios brasileiros de 1980 a 2010, a partir dos dados dos censos **[P]**

Carolina Portugal Gonçalves da Motta (UFRJ; FJP) e Adauto Lucio Cardoso (UFRJ).

O Programa Minha Casa Minha Vida nas pequenas cidades da Amazônia: a dicotomia entre as políticas públicas e a realidade no município de Ponta de Pedras-PA **[P]**

Jobair Assis Rangel (UNIVAP), Gustavo Rodrigo Milaré Montoia (UNIVAP)

Descaminhos na implantação de conjuntos habitacionais do Programa "Minha Casa Minha Vida" nas periferias da cidade de Leme/SP/Brasil **[P]**

Rafael Alves Orsi (UNESP)

> ST 7 - 11

Dinâmica fundiária e imobiliária: observação e análise da produção do espaço urbano

Coordenação: Fernanda Furtado (UFF)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
NIEMEYER

Da formação ao desenvolvimento do capitalismo imobiliário bandeirante **[AO]**

Luís Maurício Martins Borges (UNICAMP)

Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades **[AO]**

Iana Ludermir Bernardino (UFPE), Norma Lacerda (UFPE)

O mercado de terras urbanas em Ribeirão Preto e Londrina: análise comparativa da produção do espaço urbano **[AO]**

Marlon Altavini de Abreu (UNESP)

Observatório imobiliário do Distrito Federal **[AO]**

Vicente Correia Lima Neto (IPEA), Heloisa Pereira Lima Azevedo (GDF) e Sergio Ulisses Jatobá (GDF)

O trabalho no canteiro e o urbano no Brasil: notas sobre um debate em construção **[P]**

Melissa Ronconi de Oliveira (UNICAMP), Raul da Silva Ventura Neto (UNICAMP)

Megaeventos e informalidade urbana: o caso do Lagamar em Fortaleza **[P]**

Clarissa F. Sampaio Freitas (UFC)

Verticalização, especulação imobiliária e segregação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: o exemplo empírico do bairro 25 de Agosto, Duque de Caxias **[P]**

Giannis Hans Martins Petrakis (UERJ)

> ST 7 - 12

Economia política da urbanização: ocupar e resistir

Coordenação: Denise Morado (UFMG)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA NIEMEYER

Programa Vila Viva em Belo Horizonte: Aspectos de um cenário de violação de direitos **[AO]**

Cecília Reis Alves dos Santos (UFMG), Cíntia de Freitas Melo (UFMG), Marcus Vinicius A. F. R. Bernardo (UFMG), Paula Miller Starling (UFMG), Thaís Lopes Santana Isaías (UFMG)

A arquitetura in-disposição: os arquitetos e as ocupações urbanas da RMBH **[AO]**

Tiago Castelo Branco Lourenço (UFMG)

Um século de exclusão do uso habitacional no centro histórico do Recife **[AO]**

Larissa Rodrigues de Menezes, (UFPE)

Daqui não saio, daqui ninguém me tira: trajetória de resistências do Grande Pirambu, Fortaleza (CE) **[AO]**

Amíria Bezerra Brasil (USP; UNIFOR), Emanuel Ramos Cavalcanti (UPM; UNIFOR)

Da apropriação à arquitetura aberta: por uma suprassunção da produção habitacional vigente **[P]**

Rosamônica da Fonseca Lamounier (UFMG)

Entrenecessidadeseexceções.Aproduçãodoespaço em Belo Horizonte no futuro do passado **[P]**

Thiago Teixeira da Cunha Coelho (UFMG)

A produção de edifícios residenciais em Novo Hamburgo/RS - 1983 - 2012 **[P]**

Raoni Marques Teixeira (UFRGS)

> ST 7 - 13

O Programa Minha Casa Minha Vida: desenho e produção

Coordenação: Denise Morado (UFMG)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA ALTEROSAS

Formas de provisão de moradia alternativas ao modelo empresarial: o caso do fórum de cooperativas habitacionais de Bento Gonçalves-RS **[AO]**

Clarissa do Nascimento Friedrich (UFRGS)

***Considerações a respeito da habitação social na atualidade na Região Metropolitana de Curtitiba/PR* [AO]**

Fabiana Alves Monteiro (UFPR)

***Qualidade de vida em empreendimentos habitacionais de interesse social: uma abordagem exploratória através da percepção dos usuários* [AO]**

Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro (UFRGS), Luciana Inês Gomes Miron (UFRGS)

***Infraestrutura urbana no entorno de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na área conurbada de Florianópolis* [P]**

Geisa Silveira da Rocha (UFSC), Caio Noguerol Motta (UFSC)

Ideologia e produção habitacional no estado capitalista: moradias populares (verticais) produzidas no setor oeste da cidade de Uberlândia-MG [P]

Leandro Oliveira Silva (UFU) e Maria Eliza Alves Guerra (UFU).

Desafios e perspectivas de reestruturação do espaço urbano a partir do Minha Casa Minha Vida, o caso do reassentamento do Canal Gaspar Ventura no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro [P]

Priscila Soares da Silva (UFF; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias), Kelson Vieira Senra (UnB; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias) e Daniel Taboada Placido (ENCE).

***Direito à cidade: um estudo de caso da implantação de loteamento do Minha Casa, Minha Vida em Cascavel-PR* [P]**

Karen Alessandra Solek Soares (UEM) e Fabíola Castelo De Souza Cordovil (UEM).

>ST8

TRAJETÓRIAS DAS IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS

> ST 8 - 1

Planejamento, urbanismo e circulação de ideias

Coordenação: Eneida Maria Souza Mendonça (UFES) e Fania Fridman (UFRJ)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA ITATIAIA

***El "urbanismo humanista" en el nuevo Reino de Granada, un estudio sobre la interpretación de las ideas urbanas europeas en América* [AO]**

Carlos José Suárez García (UFRJ)

***O urbanismo de Saturnino de Brito e suas ressonâncias* [AO]**

Daniel Tochetto de Oliveira (URI - Campus Santo Ângelo), Celia Ferraz de Souza (UFRGS)

***Trajetórias das ideias sobre a construção de cidades: Der Städtebau e a presença do ideário urbanístico germânico em Porto Alegre* [AO]**

Inês Martina Lersch (UFRGS), Celia Ferraz de Souza (UFRGS)

***De Londres à Amazônia: a integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas* [AO]**

Renato Leão Rego (UEM)

Trincheiras no jardim: a relativamente curta duração do movimento internacional das cidades jardins (1913-1926) **[P]**

Thiago Mauer Lopes (UFRGS), Joel Outtes (UFRGS)

Campi da USP no interior paulista: um estudo frente ao ideário da cidade-jardim **[P]**

Fabrício Ribeiro dos Santos Godoi (USP)

Trânsitos na cidade moderna latino-americana: uma possível aproximação **[P]**

Pedro H. A. de Morais (UFMG)

> ST 8 - 2

Planejamento e urbanismo: desigualdade e exclusão

Coordenação: Fania Fridman (UFRJ) e Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)

SEGUNDA (18/05)
15:30 – 17:15
SALA ITATIAIA

O ordenamento dos rebeldes: a formação das primeiras vilas no sertão de Piranhas e Piancó da capitania da Parahyba na segunda metade do século XVIII **[AO]**

Maria Simone Morais Soares (UFBA), Maria Berthilde de Barros Moura Filha (UFPB)

Produção social da cidade operária pela habitação: Rio de Janeiro, 1875-1925 **[AO]**

Luciana Alem Gennari (UFRJ)

Nem Águas do Rio Preto, nem Águas do Rio Pardo **[AO]**

Daniel Deminice (USP-SC)

Morar em "locaes futurosos"ou em"balneários aristocráticos": os loteamentos tipo bairro-jardim de Porto Alegre **[AO]**

Adriana Eckert Miranda (UFRGS)

A transferência da família real portuguesa e a introdução do discurso higienista no Rio de Janeiro oitocentista **[P]**

Amanda Lima dos Santos Carvalho (UFF)

Habitação social e planejamento urbano: o conjunto habitacional na urbanização paulistana entre 1930 e 1964 **[P]**

Camila Ferrari (USP)

Campo de Santana: no século XXI como no século XVIII, de volta à condição de refúgio dos excluídos **[P]**

Claudia Brack Duarte (UFRJ; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro)

> ST 8 - 3

Planejamento urbano e regional: ensino e ações institucionais

Coordenação: Fernanda Borges de Moraes (UFMG) e Fania Fridman (UFRJ)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA ITATIAIA

Planejamento urbano e desenvolvimento municipal na América Latina: ideias e realizações da Sociedad Interamerciana de Planificación (1956-1980) **[AO]**

Rodrigo S. de Faria (UnB), Izadora Carvalho Laner (UnB)

Adina Mera e seus artigos na Revista de Administração Municipal: 1960-1970 **[AO]**

José Francisco Bernardino Freitas (UFES), Caio Muniz Nunes (UFES)

Municipalismo e ditadura militar: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal e a difusão de políticas urbanas **[AO]**

Luis Régis Coli (UFRJ)

Eduardo Neira Alva. Aportes profesionales para el debate sobre el desarrollo territorial y la ecología urbana en América Latina, 1961-1998 **[AO]**

José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

Las asociaciones de ayuda mutua en la historia del urbanismo colombiano **[P]**

Diana Carolina Sevilla Torres (UFRJ)

A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922 no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro **[P]**

Fernanda de Azevedo Ribeiro (UFF)

Cidade e água em São Paulo: a origem de um modelo de urbanização **[P]**

Luciana Travassos (UFABC)

> ST 8 - 4

Trajetórias profissionais, filiações e projetos

Coordenação: Fernanda Borges de Moraes (UFMG) e Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA ITATIAIA

Artigas urbanista: o rompimento com o mestre **[AO]**

Renata Monteiro Siqueira (USP)

A questão urbana derivada das transformações econômico-sociais em Armando Augusto de Godoy: a cidade desejada sobre a cidade que se tem **[AO]**

Celina Fernandes Almeida Manso (UEG; UnB)

Do território à cidade, da política à crítica – contribuições diversas de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff ao urbanismo **[AO]**

Wilton De Araujo Medeiros (UEG)

O pensamento urbanístico na concepção de novas cidades no Brasil: permanências e rupturas no projeto de Palmas, Tocantins **[AO]**

Ana Beatriz Araujo Velasques (UFT), Thiago Ramos Machado (UFT)

Origens do planejamento urbano e regional: Theodoro Sampaio e a questão das águas em São Paulo **[P]**

Ademir Pereira dos Santos (UNIVAP)

Urbanismo visionário o plano de Ruy Mesquita para expansão para São Luis em 1958 **[P]**

Grete Soares Pflueger (UEMA), Alicia Maria Pires Nunes (UEMA)

Bosque dos Buritis: o discurso ambiental e o caráter simbólico do espaço público **[P]**

Ana Flávia Rêgo Mota (UFG), Sandra Catharinne Pantaleão Resende (UEL)

> ST 8 - 5

Teorias e práticas do planejamento urbano e regional

Coordenação: Fania Fridman (UFRJ) e Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA ITATIAIA

Da teoria "Ekistics" aos "Delos Meetings": o mundo em rede. E o Estado da Guanabara? **[AO]**

Vera F. Rezende (UFF)

Ecologia, cibernética e o "paradigma sistêmico" no planejamento: notas para crítica de um modelo, suas implicações e limitações **[AO]**

Marcos Virgílio da Silva (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo)

A teoria dos polos de crescimento e o diálogo entre o planejamento urbano e regional: permanências e ausências na urbanização do Estado de São Paulo **[AO]**

Jeferson Cristiano Tavares (USP; FIAM/FAAM)

A invenção da baixada fluminense: UUIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região **[AO]**

Lucia Helena Pereira da SIlva (UFRRJ)

A construção das redes de transporte e drenagem na região do estuário do rio Macaé **[P]**

João Lemos Cordeiro Sayd (UFRJ)

Rio Paraíba do Sul: presença, indução, recurso hídrico e patrimônio em quatro cidades fluminenses **[P]**

Andréa Auad Moreira (UFRJ)

Experiência urbanística em eixo metropolitano: dinâmica da paisagem urbana na linha verde de Curitiba, Paraná **[P]**

Carlos Hardt (PUC-PR), Marina Gonçalves Hesketh Cardoso (PUC-PR), Paulo Ritter de Oliveira (PUC-PR), Letícia Peret Antunes Hardt (PUC-PR)

> ST 8 - 6

Planejamento, ideologia e interesse privado

Coordenação: Eneida Maria Souza Mendonça (UFES) e Fania Fridman (UFRJ)

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA ITATIAIA

A expansão urbana em São Paulo como consequência de interesses privados **[AO]**

Mariana Meidani Ripoli (USP)

Brasília: modernidade e exclusão. Dos acampamentos às cidades-satélites **[AO]**

José Geraldo Simões Junior (Mackenzie), Angélica Benatti Alvim (Mackenzie)

Notas sobre a correspondência entre planejamento urbano e formas ideológicas **[AO]**

João Bonett Neto (Centro Universitário FIAM/FAAM)

Jane Jacobs: contradições e tensões **[AO]**

Bianca Margarita Damin Tavolari (USP)

Breves considerações sobre a (re)produção capitalista do espaço urbano na visão de Henri Lefebvre e Lewis Mumford **[P]**

Reginaldo Magalhães de Almeida (FUMEC)

O caminho que leva ao mar: a avenida Epitácio Pessoa, via de expansão e de estruturação da cidade de João Pessoa - PB **[P]**

Paula Dieb Martins (UFPB), Doralice Sátyro Maia (UFPB)

A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro: relações de poder e a luta pela efetivação de territórios **[P]**

Letícia de Carvalho Giannella (UFF)

> ST 8 - 7

Concepções referenciais do urbanismo e do projeto urbano

Coordenação: Fernanda Borges de Moraes (UFMG) e Fania Fridman (UFRJ)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA ITATIAIA

Behaviorismo e Utopia **[AO]**

Leandro Marino Vieira Andrade (UFRGS)

Ressonâncias do urbanismo americano no campus universitário brasileiro **[AO]**

Fúlvio Teixeira de Barros Pereira (USP-SC)

Revisitando as utopias de Le Corbusier: Ville Radieuse e Ville Contemporaine **[AO]**

Jonas Delecave (UFRJ)

A questão da unidade mínima no planejamento local e o lugar do desenho urbano: uma perspectiva histórica **[AO]**

Gabriela Cesarino (Mackenzie), Luciano Albamonte da Silva (Mackenzie)

Micropolíticas do urbanismo ou por uma outra historiografia urbanística **[P]**

Thais de Bhanthumchinda Portela (UFBA)

Abordagens sobre a forma urbana e as transformações do quarteirão **[P]**

Flavia Ribeiro Botechia (Mackenzie)

Princípios corbuseanos em solo gaúcho: a Praia de Belas no tempo das superquadras **[P]**

Andrea Soler Machado (UFRGS)

> ST 8 - 8

Perspectivas contemporâneas do planejamento e do urbanismo

Coordenação: Fernanda Borges de Moraes (UFMG) e Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA ITATIAIA

A comunicação científica em gestão urbana: Revista Urbe, uma autoanálise **[AO]**

Rodrigo José Firmino (PUC-PR), Alexandre Hojda (PUC-PR).

O IPHAN e o programa Monumenta lições para a gestão do patrimônio urbano **[AO]**

Ana Clara Giannecchini (IPHAN; UnB)

Eco-urbanismo: uma revisão sobre outras formas de pensar a cidade **[AO]**

José Almir Farias Filho (UFC)

Reflexões acerca da relação entre arquitetura e espaço urbano ao final do século XX **[AO]**

Luísa Gonçalves (UFRJ)

O brilho da coroa do rei: o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) na apropriação mercadológica da cidade-patrimônio **[P]**

Ana Paula Silva de Araújo (UFRJ)

Memória e direito à cidade: políticas urbanas contemporâneas de Ouro Preto **[P]**

Cláudio Rezende Ribeiro (UFRJ), Maria Cristina Rocha Simão (IFMG)

Significância e conservação do patrimônio moderno nas cidades universitárias brasileiras **[P]**

Ericka Maria de Melo Rocha Calabria (UFRPE; UFPE) e Danielle de Melo Rocha (UFPE).

>ST 9

DESENVOLVIMENTO, PÓS-DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

> ST 9 - 1
Economia popular e solidária

Coordenador: Roberto Luís Monte-Mór (UFMG)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA MANTIQUEIRA

Tecnologia social e economia solidária: desafios do desenvolvimento **[AO]**

Liliane Cristine Schlemer Alcântara (UFSCar), Shimene Feuser (FURB), Flávia Keller Alves (FURB), Filipe Batisti (FURB), Carlos Alberto Cioce Sampaio (FURB; PUC-PR).

Abordagens sobre desenvolvimento: da perspectiva capitalista à solidária **[AO]**

Luiz Victor Pittella Siqueira (Unochapecó), Dunia Comerlatto (Unochapecó), Jesica Mai (Unochapecó)

Desenvolvimento e práticas transformadoras: panorama da economia solidária em Santa Catarina **[AO]**

Daniel Rodrigo Strelow (FURB), Tatiane Thais Lasta (FURB), Luis Claudio Krajevski (FURB)

Economia popular e solidária na contemporaneidade: a heterogeneidade como recurso **[AO]**

Sibelle Cornélio Diniz (UFMG)

> ST 9 - 2

Análises e experiências urbanas e metropolitanas

Coordenadora: Sandra Lencioni (USP)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA MANTIQUEIRA

Relações de trabalho no âmbito do Mercosul: uma análise das reformas na legislação trabalhista no Brasil e na Argentina durante a década de 1990 **[AO]**

Francine Cansi (UNISC), Marco André Cadoná (UNISC)

Discursos de formas urbanas contemporâneas: fluxos informacionais e fragmentos heterogêneos **[AO]**

Sandra Catharinne Pantaleão Resende (UEG; UnB), Halina Veloso e Zárate (PUC-GO)

A insurgência na analítica espacial lefebvriana: apontamentos teóricos **[AO]**

Everton Rodrigues da Silva (CEPEAD)

A metrópole nos trilhos: os (des) caminhos do plano diretor estratégico de São Paulo **[AO]**

Eudes Leopoldo (USP)

> ST 9 - 3

Planejamento territorial

Coordenadora: Virginia Elisabeta Etges (UNISC)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA MANTIQUEIRA

Planejamento urbano-sociedade: aspectos racionalistas e abordagens da segregação na metrópole **[AO]**

Amaro Sergio Marques (Instituto Educacional Santo Agostinho; UFMG), Heitor Boaventura Catrinck (Instituto Educacional Santo Agostinho)

Apontamentos sobre a produção social da moradia nas cidades brasileiras contemporâneas **[AO]**

Flávio Henrique Ghilardi (UFRJ)

Mercados municipais de São Paulo: equipamentos essenciais ou excentricidade urbana? **[AO]**

Diego Vernille da Silva (USP)

Utopismo ou caminho para a transição das cidades: correlações entre o urbanismo sustentável e o paradigma rural-urbano **[AO]**

Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho (UFF)

Economia Solidária e reforma urbana: caminhos para uma interação político territorial das práticas associativas **[AO]**

Luciana Corrêa do Lago (UFRJ)

>ST 10

EMERGÊNCIAS NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

> ST 10 - 1

Literatura, artes visuais, artes gráficas + cidade

Coordenação: Circe Monteiro (UFPE)

SEGUNDA (18/05)
13:30 – 15:15
SALA INCONFIDENTES

Fissuras possíveis na cidade: entre castelo e mar **[AO]**

Gabriel Teixeira Ramos (UFBA)

A cidade do cinema: o cinema como representação, detentor de memória da cidade e formador de pensamento urbanístico **[AO]**

Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti (UFPB), Maria Berthilde Moura Filha (UFPB)

Imaginário urbano, narrativa e metodologia **[AO]**

Antonio Busnardo Filho (FIAM-FAAM)

A urbanidade do espetáculo na literatura jovem bestseller contemporânea: o turismo que reapresenta os lugares **[AO]**

Vanessa Regina Freitas da Silva (UFMG)

Rastros das jornadas: reflexões sobre a atualização do urbano a partir da imagem **[AO]**

Daniela Mendes Cidade (UFRGS), André Cavedon Ripoll (UFRGS)

Experiência da noite: narração, historiografia e produção de cidade **[P]**

Osnildo Adão Wan-Dall Junior (UFBA)

> ST 10 - 2

Utopias, representações e interfaces + cidade

Coordenação: Rita Velloso (UFMG)

TERÇA (19/05)
14:00 – 15:45
SALA INCONFIDENTES

Arquitetura da hospitalidade: cidade New Babylon e os espaços infraestruturais urbanos **[AO]**

Julian Grub (UFRGS), Alcindo Neckel (UFRGS)

Devir tradução das etnografias urbanas **[AO]**

Guilherme Marinho de Miranda (UFMG)

A internacional urbana e o desenvolvimento regional: a questão regional na IFHP - International Federation for Housing and Planning e na UCLG - United Cities and Local Governments (1913-2014) em uma perspectiva comparada **[AO]**

Joel Outtes (UFRGS)

O neoliberalismo e a produção social do espaço: elementos para uma discussão teórica acerca da dimensão simbólica na cidade neoliberal **[AO]**

Felipe Nunes Coelho Magalhães (UFMG)

Sentidos e possibilidades do corpoespaçotempo publico. Escala, intervenção e outras abordagens **[P]**

Adriana Gomes do Nascimento

Festa no mar e na terra: as Transformações Urbanas no 2 de Fevereiro em Salvador (BA) **[P]**

Daniel Juracy Mellado Paz (UFBA)

Cidade, utopia e arte contemporânea **[P]**

Paulo Reyes (UFRGS), Germana Konrath (UFRGS)

> ST 10 - 3

Gentrificação, segregação + cidade

Coordenação: Cibele Rizek (USP SC)

QUARTA (20/05)
14:00 – 15:45
SALA INCONFIDENTES

O exercício de atravessar a cidade pela narrativa de Carolina Maria de Jesus **[AO]**

Gabriela Leandro Pereira(UFBA)

Outros sujeitos, outras cidades, outros mapas ou uma topografia da desigualdade **[AO]**

Samy Lansky (FUMEC), Carolina Soares Guimarães Coutinho (FUMEC), Douglas Rodrigues Borges (FUMEC), Monique Ellen Lopes Gomes (FUMEC)

Caosgrafias cidade **[AO]**

Amanda Rosetti da Silveira (UFRJ), Ana Cabral Rodrigues (UFF), Flávia de Sousa Araújo (UFAL), Frederico Guilherme Bandeira de Araújo (UFRJ), Gabriel Schvarsberg (UFRJ), Heitor Levy Ferreira Praça (UFRJ), Iaci D´Assunção Santos (UFRJ), Laura Souza Rêdes (UFRJ), Letícia Castilhos Coelho (UFRJ), Natalia Velloso Santos (UFRJ), Priscila Medeiros de Oliveira (UFRJ), Raphael Soifer (UFRJ), Ricardo José de Moura (UFRJ), Ronieri Gomes da Silva Aguiar (UFRJ), Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ)

O imbróglio sobre as favelas e a instauração do real **[AO]**

Eber Pires Marzulo, (UFRGS), Agatha Muller de Carvalho (UFRGS), Gustavo Tessler (UFRGS)

Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana [AO]

Ana Cláudia Castilho Barone (USP)

Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidade-mercadoria **[AO]**

Rossana Brandão Tavares (UFRJ)

Reagregando o espaço: alcances da teoria ator-rede nos estudos urbanos **[AO]**

Cecília Reis Alves dos Santos (UFMG), Luciana Maciel Bizzotto (UFMG), Júlia de Carvalho Nascimento (UFMG)

Entre lugares e deslugares: um olhar teórico a partir de Relph e Augé **[AO]**

Jean Lucas da Silva Brum (UERJ)

O conflito como razão pública na prática do graffiti: confluências entre Rosalyn Deutsche, Hannah Arendt e Jacques Rancière **[AO]**

Tuani Guimarães de Ávila Augusto (USP), Milena de Lima e Silva (USP)

A Lei Maria da Penha como política pública de atendimento à mulheres vítimas de violência **[P]**

Aline Nandi (FACCAT), Rosane Maria Kaspary (FACCAT), Dorneles Sita Fagundes (FACCAT), Raquel Maria Caetano (FACCAT)

O homem inconformado: as experiências de assujeitamento e de resistência no espaço urbano **[P]**

Cícero Menezes da Silva (UFBA)

O conceito de déficit habitacional no Brasil - contexto de elaboração sob a ótica do sistema simbólico **[P]**

Endyra de Oliveira Russo (UFRJ)

> ST 10 - 4

Subjetividade, gênero + cidade

Coordenação: Circe Monteiro (UFPE)

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA INCONFIDENTES

SESSÕES LIVRES

>SL SESSÕES LIVRES

> SL 1

Território, desenvolvimento territorial e governança

Coordenador: Valdir Roque Dallabrida (Universidade do Contestado)

Expositores: Alcides dos Santos Caldas (UFBA); Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC); Ângela Cristina Trevisan Felippi (UNISC); SérgioLuís Allebrandt (UNIJUÍ); Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUÍ); Luécia Pereira Silva (UFT); Waldecy Rodrigues (UFT); Airton Cardoso Cançado (UFT) e Márcia Fernandes Rosa Neu (SED-SC).

SEGUNDA (18/02)
15:30 – 17:15
SALA CAPARAÓ

> SL 2

Políticas de desenvolvimento urbano baseadas na mobilidade urbana e inclusão sócio-territorial: reflexões a partir das propostas de São Paulo

Coordenadores: Eduardo Alberto Cusce Nobre (USP), Renato Nunes Balbim (IPEA) e Carolina Heldt D´Almeida (Prefeitura Municipal de São Paulo).

Expositores: Armando Palermo Funari (UNICAMP); Luís Maurício de Martins Borges (UNICAMP); Pedro

do Carmo Baumgratz de Paula (USP); Patrícia Cezário Silva (USP); Lígia Pinheiro de Jesus (USP).

SEGUNDA (18/02)
15:30 – 17:15
SALA INCONFIDENTES

> SL 3

Politicas públicas e habitação social

Coordenadora: Denise Antonucci (Mackenzie)

Expositores: Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (USP); Viviane Manzione Rubio (Mackenzie); Karina Oliveira Leitão (USP); Daniel Baptista Vio (UFABC).

SEGUNDA (18/02)
15:30 – 17:15
SALA MANTIQUEIRA

> SL 4

Análise das condições de inserção urbana do Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades brasileiras: segregação e negação do direito à cidade

Coordenador: Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC)

Expositores: Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ); Danielle Klintowitz (Instituo Pólis); Raquel Rolnik (USP); José Júlio Ferreira Lima (UFPA); Roberta Menezes Rodrigues (UFPA).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
AUDITÓRIO OUTRO PRETO

> SL 5

Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo

Coordenadores: Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP-PP) e Everaldo Santos Melazzo (UNESP-PP)

Expositores: Antônio Bernardes (UFF), Nécio Turra Neto (UNESP); Eda Góes (UNESP); Eliseu Savério Sposito (UNESP-PP); Marcio José Catelan (UNESP -PP); Maria Angélica de Oliveira Magrini (UFU); Igor Catalão (UFU).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA TIRADENTES 1

> SL 6

Desenho, projeto e produção do Programa Minha Casa Minha Vida

Coordenadora: Denise Morado Nascimento (UFMG)

Expositores: Luciana da Silva Andrade (UFRJ); Lucia Zanin Shimbo (USP); José Eduardo Baravelli (USP); Luiz Amorim (UFPE).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA TIRADENTES 2

> SL 7

Cidade brasileira contemporânea: processos de constituição, espaços livres e forma urbana

Coordenador: Silvio Soares Macedo (USP)

Expositores: Vera Regina Tângari (UFRJ), Denio Benfatti (PUC-Campinas); Leonardo Loyolla Coelho (Universidade Anhembi Morumbi, Escola da Cidade); Veronica Donoso (Universidade de Uberaba); Ana Cecília M. de Arruda Campos (PUC-Campinas); Fany Galender (Prefeitura Municipal de São Paulo, USP); Eneida Maria Souza Mendonça (UFES); Sidney Carvalho de Oliveira (USP); Helena Napoleon Degreas (Centro Universitário FIAMFAAM).

SEGUNDA (18/02)5
17:30 – 19:15
SALA IBITURUNA

> SL 8

Reforma urbana, movimentos sociais e planejamento: opções políticas e limites em face da crise urbana

Coordenador: José Ricardo Vargas de Faria (UFPR)

Expositores: Ramon José Gusso (Instituo Ambiens; Universidade Positivo); Maria de Fátima Tardin Costa (UFRJ); Marcos de Faria Asevedo (Militante da luta pelo direito à moradia e contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro); Frederico Lago Burnett (UEMA).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA CAPARAÓ

> SL 9

Desafios conceituais e metodológicos e para o planejamento e a gestão de risco: as inundações urbanas e a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização

Coordenadora: Luciana Travassos (UFABC)

Expositores: Rosa Maria Formiga Johnsson (Instituto Estadual do Ambiente – RJ); Silvia Marie Ikemoto (Instituto Estadual do Ambiente – RJ); Rafaela Vieira (Universidade Regional de Blumenau); Sandra Irene Momm Schult (UFABC); Alessandra Cristina Corsi (IPT-SP), Eduardo S. de Macedo (IPT-SP), Fabricio A. Mirandola (IPT-SP), Kátia Canil (IPT-SP), Aline Fernandes Heleno (IPT-SP); Marcos Rodrigo Momo (Universidade Regional de Blumenau); Noemia Bohn (Universidade Regional de Blumenau).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA MAQUINÉ

> SL 10

BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional

Coordenador: Carlos Bernardo Vainer (UFRJ)

Expositores: Luis Fernando Novoa Garzon (UNIR); Carla Hirt (UFRJ); Flávia Vieira Braga (UFFRJ); Javier Walter Ghibaudi (UFF).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA NIEMEYER

> SL 11

Diálogos transversais na construção de uma agenda urbana para Amazônia: o urbano extensivo e os circuitos da economia para além de dicotomias tradicionais: múltiplos olhares em múltiplas escalas três anos de projeto urbisamazônia (2012-2014)

Coordenadores: Ana Claudia Duarte Cardoso (UFPA) e Antônio Miguel Vieira Monteiro (INPE)

Expositores: Edson Domingues (UFMG); Maria Isabel Sobral Escada (INPE); Silvana Amaral Kampel (INPE); Sibelle Cornelio Diniz (UFMG).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA INCONFIDENTES

> SL 12

Grandes projetos de mineração, condições de vida e a questão hídrica na região do vale do Rio Doce

Coordenador: Ralfo Edmundo da Silva Matos (UFMG)

Expositores: Patrício Aureliano Silva Carneiro (EPCAR); Miguel Fernandes Felippe (UFJF); Ricardo Alexandrino Garcia (UFMG).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA ITATIAIA

> SL 13

Mutações das formas comerciais varejistas no espaço urbano

Coordenadora: Silvana Maria Pintaudi (UNESP-Rio Claro)

Expositores: Carlos Henrique Costa da Silva (UFSCar); Tatiane Marina Pinto de Godoy (UFSJ); Magno de Lara Madeira Filho (UNESP-Rio Claro); Ana Alice de Oliveira Vieira (USP)

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA ITACOLOMI

> SL 14

A urbanização brasileira nas sendas da propriedade privada da terra: processos, contradições e conflitos

Coordenador: Pedro Henrique de Mendonça Resende (UFMG)

Expositores: Thiago Macedo Alves de Brito (UFMG); Luiz Antônio Evangelista (IFES); Igor Rafael Torres Santos (IFMG); Laura Amaral Faria (UFMG).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA VERTENTES

> SL 15

Saturnino de Brito: concepções e projetos na gênese do urbanismo moderno no Brasil

Coordenador: George Alexandre Ferreira Dantas (UFRN)

Expositores: Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP); Celia Ferraz de Souza (UFRGS); Fernando Diniz Moreira (UFPE).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA ALTEROSAS

> SL 16

Direito(s) e espaço(s): regulação espacial e geografização do direito no conflito entre a cidade do lucro e a cidade das pessoas

Coordenadores: Rosangela Marina Luft (UFRJ;UERJ) e Leandro Franklin Gorsdorf (UFPR)

Expositores: Arthur Nasciutti Prudente (UFMG), Júlia Ávila Franzoni (UFMG), Thiago Hoshino (UFPR); Alexandre Mendes (UERJ), Mariana Medeiros (UERJ), Marcela Munch (UERJ); Rosangela Luft (UFRJ), Madalena Alves dos Santos (UERJ); Ângela Moulin Penalva Santos (UERJ); Bianca de Fátima Teixeira Caldas (UERJ); Pedro Vasquez (UNICAMP).

SEGUNDA (18/02)
17:30 – 19:15
SALA MANTIQUEIRA

> SL 17

Sociedade e espaço - estágios de desenvolvimento e planejamento urbano

Coordenador: Nuno de Azevedo Fonseca (USP)

Expositores: Csaba Deák (USP); Klara Kaiser Mori (USP); Luiz Felipe Leão Maia Brandão (Universidade Federal da Fronteira Sul); João Bonett Neto (Centro Universitário FIAM-FAAM).

TERÇA (19/05)
11:00 – 13:00
SALA MAQUINÉ

> SL 18

O ideário urbanístico internacional e as referências para a atuação dos primeiros urbanistas no Brasil (1900-1930)

Coordenadores: José Geraldo Simões Junior (Mackenzie) e Joel Outtes (UFRGS)

Expositores: Thiago Mauer (UFRGS); Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP); José Geraldo Simões Junior (Mackenzie); Candido Malta Campos (Mackenzie); Adalberto da Silva Retto Junior (UNESP-Bauru); Inês Martina Lersch (UFRGS).

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA CAPARAÓ

> SL 19

Novas possibilidades para o enfrentamento do risco e da vulnerabilidade socioambiental em áreas informais de baixa renda: exemplos do Rio de Janeiro, São Paulo e Valparaíso (Chile)

Coordenador: Sergio Moraes Rego Fagerlande (UFRJ)

Expositores: Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ); Fernando Espósito Galarce (UFRJ); Tatiana Terry (PUC-RJ); Viviane Manzione Rubio (Mackenzie); Andrés Garcés (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso).

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 20

Cultura, turismo, lazer, planejamento urbano e desenvolvimento regional

Coordenador: Silvio Lima Figueirado (UFPA)

Expositores: Elis de Araújo Miranda (UFF), Tamara Tania Cohen Egler (UFRJ); Mirleide Chaar Bahia (UFPA); Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN); Maria Dilma Simões Brasileiro (UEPB), Júlio César Cabrera Medina (UFPB); Carlos Alberto Cioce Sampaio (PUC-PR; Universidade Regional de Blumenau); Oklinger Mantovaneli Jr. (Universidade Regional de Blumenau); Valdinho Pellin (Universidade Regional de Blumenau); Isabel Jurema Grimm (Universidade Regional de Blumenau); Cláudia Pfeiffer (UFRJ).

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA ALTEROSAS

> SL 21

Panorama sobre métodos quantitativos de análise espacial, modelagem urbana e geotecnologias aplicados ao planejamento urbano no Brasil: evolução histórica e perspectivas contemporâneas

Coordenador: João Bonett Neto (Centro Universitário FIAM-FAAM)

Expositores: Csaba Deák (USP); Andreína Nigriello (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano); Marcelo Eduardo Giacaglia (USP); Ricardo Arendt Stiebler Couto (Centro Universitário FIAM-FAAM).

TERÇA (19/05)
16:00 – 17:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 22

Megaeventos e metrópoles: impactos da copa do mundo de 2014 sobre as cidades sede – avaliação em processo

Coordenador: Glauco Bienenstein (UFF)

Expositores: Francisca Silvania de Sousa Monte (UFC); Fabricio Leal de Oliveira (UFRJ); José Ricardo Vargas Filho (UFPR); Gilmar Mascarenhas (UERJ); Maria das Graças S.L. Brightwell (UFSC, Royal Holloway University of London).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA AUDITÓRIO OUTRO PRETO

> SL 23

Funcionamento do mercado imobiliário nos centros históricos das cidades do Recife, São Luís e Belém

Coordenadora: Norma Lacerda (UFPE)

Expositores: Pedro Abramo (UFRJ); Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA); Marluce Wall (UEMA); Suzana Pasternak (USP).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 1

> SL 24

Grandes Corporações e Estado: dominação, conflitos e resistências

Coordenadora: Edna M. Ramos Castro (UFPA)

Expositores: Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG); Ester Limonad (UFF); Andréa Zhouri (UFMG).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 2

> SL 25

Produção imobiliária e reconfiguração das cidades: espaço e política

Coordenador: Paulo Cesar Xavier Pereira (USP)

Expositores: Lúcia Zanin Shimbo (USP); Carlos Teixeira de Campos Junior (UFES); Maria Beatriz Cruz Rufino (USP); Márcia Saeko Hirata (UFSJ).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA IBITURUNA

> SL 26

Turismo e cidade: perspectivas e contradições do desenvolvimento urbano

Coordenador: Ricardo Alexandre Paiva (UFC)

Expositores: Heliana Comin Vargas (USP); Lineu Castello (UFRGS), Leandro Forgiarini (UFRGS); Thiago Allis (UFSCar-Sorocaba); Ricardo Alexandre Paiva (UFC); Cristina Pereira de Araujo (UFPE); Vanessa Taciana Chagas de Lima (UFAL).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA CAPARAÓ

> SL 27

Valor e renda imobiliária na cidade contemporânea: uma articulação complexa

Coordenador: Nelson Baltrusis (Universidade Católica de Salvador)

Expositores: Humberto Miranda (UNICAMP); Eleonora Lisboa Mascia (Caixa Econômica Federal); Maria Floresia Pessoa de Souza e Silva (Prefeitura Municipal de Natal); Glória Cecília dos Santos Figueiredo (UFBA); Laila Nazem Mourad (UFBA).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA MAQUINÉ

> SL 28

A crise urbana e os caminhos de construção de uma teoria crítica

Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos (USP)

Expositores: Daniel de Mello Sanfelici (UFF), Cesar Ricardo Simoni Santos (USP); Isabel Pinto Alvarez (USP); Rafael Faleiros de Padua (UFMT); Danilo Volochko (UFMT).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA NIEMEYER

> SL 29

Políticas de desenvolvimento, cartografia social e lutas sociais

por direitos territoriais na Amazônia

Coordenadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UEMA)

Expositores: Jurandir Santos Novaes (UFPA; UEMA); Helciane de Fátima Abreu Araujo (UEMA); Mariana Leal Conceição Nóbrega (UNICAMP).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 30

Urbanização de favelas: estratégias para ampliar a escala e elevar a qualidade das intervenções

Coordenadora: Rosana Denaldi (UFABC)

Expositores: Adauto Lucio Cardoso (UFRJ); Jorge Luiz Barbosa (UFF); Maria de Lourdes Zuquim (USP); Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA ITATIAIA

> SL 31

Relações históricas entre a cidade e a saúde. Projetos, leituras e materialidades

Coordenadora: Gisele P. Sanglard (Fiocruz)

Expositores: Ana Albano Amora (UFRJ); Eliara Beck Souza (UFRJ); Lucia Helena Pereira da Silva (UFFRJ); Renato Gama-Rosa Costa (Fiocruz).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA ITACOLOMI

> SL 32

A pesquisa e o ensino no campo dos estudos urbanos e regionais: permanências, desafios e novos caminhos

Coordenadora: Maria Cristina da Silva Leme (USP)

Expositores: Sandra Lencioni (USP); Rainer Randolph (UFRJ); Geraldo Magela Costa (UFMG); Tiago Cargnin (UFRJ).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA VERTENTES

> SL 33

Assistência técnica em rede: uma perspectiva da residência profissional em arquitetura e urbanismo

Coordenadora: Ângela Maria Gordilho Souza (UFBA)

Expositores: Heliana Faria Mettig Rocha (UFBA); Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (USP); Regina Bienenstein (UFF), Eloisa Freire (UFF); Elisabetta Romano (UFPB); Xico Costa (UFPB); Jakeline Silva Dos Santos (UFPB); Maria Inês Sugai (UFSC).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA ALTEROSAS

> SL 34

Espaços livres e requalificação paisagística: por uma nova configuração urbana

Coordenadora: Helena Napoleon Degreas (Centro Universitário FIAM-FAAM)

Expositores: Lílian Kristina Sales Amim (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas); Priscilla Goya Ramos (Centro Universitário FIAM-FAAM); Wilis Miyasaka (Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo); Carlos Américo Kogl (Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo); Felipe de Lima Gonzaga (Centro Universitário FIAM-FAAM).

TERÇA (19/05)
18:00 – 19:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 35

Múltiplas escalas na produção da cidade e a natureza

Coordenadora: Thereza Christina Couto Carvalho (UFF)

Expositores: Eunice Abascal (Mackenzie), Angelica Benatti Alvim (Mackenzie); Janaína Fernandes (FGV; UFF); Alex Lamounier (UFF); Adriana Soares de Schueler (UFRRJ); Filipe Vieira Fernandes dos Santos (UFRRJ); Sylvia Meimaridou Rola (UFRJ); Neilton Fidelis da Silva (UFRJ).

QUARTA (20/05)
11:00 – 13:00
SALA MAQUINÉ

> SL 36

Dispersão urbana e mobilidade populacional: implicações para o planejamento urbano e regional

Coordenador: Eduardo Marandola Jr. (UNICAMP)

Expositores: Eloisa Carvalho de Araujo (UFF); Werther Holzer (UFF); Ricardo Ojima (UFRN); Álvaro de Oliveira D'Antona (UNICAMP).

QUARTA (20/05)
11:00 – 13:00
SALA INCONFIDENTES

> SL 37

"A lei?...ora a lei": a efetividade da legislação urbanística

Coordenador: Flávio Villaça (USP)

Expositores: Silvana Zioni (UFABC), Ângela Pilotto (Ministério Público do Estado de São de Paulo); Penha Pacca (Prefeitura Municipal de São Paulo); José Marinho Nery Jr (Prefeitura Municipal de São Paulo); Fernanda Haddad (UNIP); Sergio Luis Abrahão (Centro Universitário FIAM-FAAM); Beatriz Kara José (Centro Universitário SENAC).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA IBITURUNA

> SL 38

Política habitacional, movimentos sociais e trabalho social: o PMCMV em foco.

Coordenadora: Rosângela Dias Oliveira da Paz (PUC-SP)

Expositores: Luciana Tatagiba (UNICAMP); Caio Santo Amore (USP); Irene de Queiroz e Mello (UFRJ); Glenda Dantas Ferreira (UFRN).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA CAPARAÓ

> SL 39

Espaços social, urbano e regional: movimentos, dinâmicas e representação do território.

Coordenadora: Maria de Lourdes Pinto Machado Costa (UFF)

Expositores: Sabrina Ferretti do Amaral (UFF); Júlio Cláudio da Gama Bentes (USP); Mário Márcio Santos Queiroz (UFF); Tânia Liani Beisl Ramos (Universidade de Lisboa); Ricardo Ferreira Lopes (UFJF); Lelia Mendes de Vasconcellos (UFF).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 40

Política, rede e espaço

Coordenadora: Tamara Tania Cohen Egler (UFRJ)

Expositores: Aldenílson dos Santos Vitorino Costa (UFRJ); Fabiana Mabel Azevedo de Oliveira (UFRJ),

Lalita Kraus (UFRJ); Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ); Sonia Maria Taddei Ferraz (UFF); Elis de Araújo Miranda (UFF).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA ITACOLOMI

> SL 41

As diversas escalas de intervenção no espaço brasileiro durante os séculos XVIII e XIX

Coordenador: Clovis Ramiro Jucá Neto (UFC)

Expositores: Fania Fridman (UFRJ); Maria Berthilde Moura Filha (UFPB); Rubenilson Teixeira (UFRN), Josemary O. P. Ferrare (UFPB), Maria Helena Flexo (Universidade Católica de Salvador); Adriano Bittencourt Andrade (UnB); Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA ALTEROSAS

> SL 42

Contribuições da Rede MORAR TS a processos de produção da cidade – tecnologia social como insurgência? Resultados parciais da rede

Coordenadora: Nirce Saffer Medvedovski (UFPEL)

Expositores: Miguel Antônio Buzzar (USP); Alexandra Passuello (UFRGS); Mariana Estevão (ONG Soluções Urbanas); Joseane da Silva Almeida (Prefeitura Municipal de Pelotas).

QUARTA (20/05)
16:00 – 17:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 43

Plano Diretor e ativismo social

Coordenador: Nabil Bonduki (USP)

Expositores: Ana Fernandes (UFBA); Raquel Rolnik (USP); Rossella Rossetto (Câmara Municipal de São Paulo); Guilherme Boulos (MTST).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
AUDITÓRIO OUTRO PRETO

> SL 44

Novas demandas, contradições e conflitos urbanos: desafios para o planejamento e a gestão urbana no século XXI

Coordenadora: Linda Maria de Pontes Gondim (UFC)

Expositores: Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ); Lucia Cony Faria Cidade (UnB), Marília Luiza Peluso (UnB); Angélica Tanus Benatti Alvim (Mackenzie); David Amborski (Ryerson University).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 1

> SL 45

Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro

Coordenador: Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas)

Expositores: Carmen Beatriz Silveira (Fiocruz); Catia Antonia da Silva (UERJ); Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas); Mónica Arroyo (USP); Paola Berenstein Jacques (UFBA).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 2

> SL 46

Manejo de águas pluviais em meio urbano – pesquisa técnica e fundamentos para o planejamento urbano e regional

Coordenadora: Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (USP)

Expositores: Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Ana Mourão Oliveira (UFMG); Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral (UFPE); Simone Lima da Costa Preuss (UFPE); Mariana Buarque Ribeiro de Gusmão (UFPE); Gastão Cerquinha da Fonseca Neto (UFPE); Luciana Nicolau Ferrara (USP); Nilo Nascimento (UFMG); Elisângela Camargos (UFMG), Rodrigo Simões (UFMG); Sueli Mingot (UFMG); Aline Soier Sanches (UFMG); Brenner Maia Rodrigues (UFMG).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA IBITURUNA

> SL 47

Ação participativa, pedagogia urbana e formação do lugar

Coordenador: Antonio Busnardo Filho (Universidade de Guarulhos)

Expositores: Catharina P. C. dos Santos Lima (USP); Caio Boucinhas (Centro Universitário FIAM-FAAM); Sylvia Adriana Dobry-Pronsato (Centro Universitário FIAM-FAAM); Antonio Busnardo Filho (Universidade de Guarulhos); Wilis Miyasaka (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo); Débora Sanches (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA CAPARAÓ

> SL 48

Direito humano à água e segurança hídrica: acesso a serviços de saneamento e os desafios para o Brasil contemporâneo

Coordenadores: Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto (UFRJ) e Léo Heller (ONU, Fiocruz, UFMG).

Expositores: Thiago Guedes (UFMG), Sonaly Cristina Rezende Borges de Lima (UFMG); Cidoval Morais de Sousa (UFPB); Laura Machado de Mello Bueno (PUC-Campinas); Rosa Maria Formiga Johnsson (UERJ); Suyá Quintslr (UFRJ); Antonella Maiello (UFRJ); Ana Lucia Britto (UFRJ).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA MAQUINÉ

> SL 49

Transformações na ordem urbana brasileira

Coordenadora: Ana Lúcia Rodrigues (UEM)

Expositores: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (UFRJ); Jupira Mendonça (UFMG); Olga Firkowski (UFPR).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA NIEMEYER

> SL 50

O Direito Urbanístico brasileiro e as suas insurgências: dos novos processos socioespaciais às novas respostas emergentes do campo jurídico

Coordenador: Alex Ferreira Magalhães (UFRJ)

Expositores: Delana Cristina Corazza (UFRJ); Leandro Franklin Gorsdorf (UFPR); Daniel Gaio (UFMG); Henrique Botelho Frota (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico; PUC-SP).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 51

O espaço da geografia, o espaço da arquitetura: distinções epistemológicas

Coordenadora: Lúcia Leitão (UFPE)

Expositores: Norma Lacerda (UFPE); Leila Christina Dias (UFSC); Flaviana Lira (UnB).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA ITATIAIA

> SL 52

Sobre dispersão urbana – múltiplas realidades e escalas espaciais no Brasil

Coordenador: Nestor Goulart Reis (USP)

Expositores: Maria de Lourdes Pinto Machado Costa (UFF); Júlio Cláudio da Gama Bentes (USP), Nestor Goulart Reis (USP); Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP-PP): Catherine Chatel (UNESP); Beatriz Helena Nogueira Diógenes (UFC); Marcia Rocha Monteiro (UFAL); Doralice Sátyro Maia (UFPB); Utaiguara da Nóbrega Borges (UFPB).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA ITACOLOMI

> SL 53

Territórios em disputa: conflitos e estratégias de resistência dos movimentos e grupos vulneráveis em áreas urbanas consolidadas

Coordenador: Francisco de Assis Comaru (UFABC)

Expositores: Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ); Márcia S. Hirata (UFSJ); Paula Freire Santoro (USP); Regina Soares de Oliveira (Universidade Federal do Sul da Bahia); Francisco Comaru (UFABC), Cecilia Angileli (UNILA); Benedito Barbosa (UNILA).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA VERTENTES

> SL 54

"Cidades rebeldes" e direito à cidade

Coordenadora: Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE)

Expositores: Luis de La Mora (UFPE); Fabiano Rocha Diniz (UFPE); Ronaldo Augusto Campos Pessoa (UFT); Evanildo Barbosa da Silva (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-PE); Edinéa Alcântara de Barros e Silva (IFPE).

DATA: 20/02/2015
HORÁRIO: 18:00 – 19:45
SALA: ALTEROSAS

> SL 55

Cidade e imagem. Aproximações que distanciam e distanciamentos que aproximam

Coordenador: Francisco Xico Costa (UFPB)

Expositores: Adriana Caúla (UFF); Washington Drummond (UNEB); Thaise Gambarra (Universidad Católica de Chile).

QUARTA (20/05)
18:00 – 19:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 56

Espaços públicos em assentamentos populares: apropriação por quem? Para que?

Coordenadora: Maria de Lourdes Zuquim (USP)

Expositores: Juan Diego Lopera Pérez (Departamento Administrativo de Planejamento do Estado de Antioquia), Ana Catalina Vanegas Serna (Departamento Administrativo de Planejamento do Estado de Antioquia); Liliana María Sanchez Mazo (Universidade de Antioquia); Alberto León Gutiérrez Tamayo (Universidade de Antioquia); Alexandre Delijaicov (USP); Maria Aparecida Perez (Câmara Municipal de São Paulo); Denise Antonucci (Mackenzie); Guilherme Filocomo (Mackenzie).

QUINTA (21/05)
11:00 – 13:00
SALA MAQUINÉ

> SL 57

Sobre e a partir do espaço indígena

Coordenador: Frederico Canuto (UFMG)

Expositores: Deborah Cimini Cancela da Silva (Associação Ayrumã); Nelson Gomes de Oliveira (Organização de Educação Indígena Xacriabá); Roberto Luís Melo Monte-Mór (UFMG); Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG); Suzana Alves Escobar (IFNMG).

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA TIRADENTES 2

> SL 58

Divisão espacial do trabalho, dinâmicas capitalistas e funcionalidades do sistema urbano e regional: o caso dos aglomerados não metropolitanos do nordeste

Coordenador: Francisco do O' De Lima Júnior (Universidade Regional do Cariri)

Expositores: Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas (UERN); Josias Alves (Universidade Estadual do Sudoeste Baiano); Janio Santos (Universidade Estadual de Feira de Santana).

QUINTA (21/05)
14:00 – 15:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 59

Planejamento Territorial. Desafios para a formação e atuação profissional

Coordenador: Jeroen Klink (UFABC)

Expositores: Mariana Mencio (UFABC); Júnia Santa Rosa (Ministério das Cidades); Wilson Ribeiro Santos Jr. (PUC-Campinas); Glória Cecília dos Santos Figueiredo (UFBA).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA TIRADENTES 2

> SL 60

Arenas e arranjos políticos escalares: experiências e propostas para transformações regionais em três estados brasileiros

Coordenador: Ivo Marcos Theis (Universidade Regional de Blumenau)

Expositores: Carlos A. Brandão (UFRJ); Cidoval Morais de Souza (UFPB); Luciano F. Florit (Universidade Regional de Blumenau).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA IBITURUNA

> SL 61

A legislação urbana e ambiental e seus reflexos na produção, configuração e distribuição dos espaços livres intraurbanos em cidades médias brasileiras

Coordenador: Glauco de Paula Cocozza (UFU)

Expositores: Luis Guilherme Aita Pippi (UFSM), Letícia de Castro Gabriel (ULBRA); Renata Michelon Cocco (UFSM); Letícia de Fátima Durlo Coutinho (UFSM); Sofia Cardoso Pires (UFSM); Larissa Carvalho Trindade (UNESC); Mauricio Pamplona (UNESC); Nisiane Madalozzo (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa); Renato Dombrowski (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa); Livia Izabel Bezerra de Miranda (UFCG); Mauro Normando Macêdo Barros Filho (UFCG); Maria Eliza Alves Guerra (UFU).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA CAPARAÓ

> SL 62

Raça e espaço urbano no Brasil

Coordenadora: Ana Cláudia Castilho Barone (USP)

Expositores: Danilo Sales do Nascimento França (USP); Alex Ratts (UFG); Geny Ferreira Guimarães (UFF); Matheus Gato de Jesus (USP).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 63

Planejamento em saúde: da crítica ao "modelo biomédico" ao lugar como realização do possível

Coordenador: Raul Borges Guimarães (UNESP-PP)

Expositores: Ricardo Mendes Antas Júnior (USP); Raphael Curioso (UNICAMP); Luciana da Costa Feitosa (UNESP-PP).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA ITACOLOMI

> SL 64

Imagem, memória e paisagem

Coordenador: Eber Pires Marzulo (UFRGS)

Expositores: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo (UFRJ); Juliana Michaello Macêdo Dias (UFAL); Carolina Fonseca (UFG).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA ALTEROSAS

> SL 65

Urbanização de favelas: metodologias e ação no contexto contemporâneo

Coordenador: Paulo Emilio Buarque Ferreira (Mackenzie)

Expositores: Caio Santo Amore (USP); Karina Oliveira Leitão (USP); Solange Carvalho (UFRJ); Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-SP).

QUINTA (21/05)
16:00 – 17:45
SALA MANTIQUEIRA

> SL 66

De Humpty Dumpty a Henri Lefebvre: subvertendo práticas, o cotidiano, revolucionando o futuro

Coordenadora: Ester Limonad (UFF)

Expositores: Geraldo Magela Costa (UFMG); Roberto Luís Monte-Mór (UFMG); Ana Fani Alessandri Carlos (USP); Rainer Randolph (UFRJ).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
AUDITÓRIO OURO PRETO

> SL 67

Urbanismo e politica nos anos sessenta: permanências, rupturas, tensões

Coordenadora: Sarah Feldman (USP)

Expositores: Eneida Maria Souza Mendonça (UFES); Maria Cristina da Silva Leme (USP); Celia Ferraz de Souza (UFRGS)

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 1

> SESSÃO LIVRE 68

Metrópole biopolítica, cartografias emergentes e urbanismo tático

Coordenadora: Natacha Rena (UFMG)

Expositores: Marcelo Maia (UFMG); Pablo de Soto (UFRJ); Clara Miranda (UFES); Monique Sanches Marques (UFOP).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA TIRADENTES 2

> SL 69

Novas considerações sobre uma velha modalidade de moradia

Coordenadora: Lilian Fessler Vaz (UFRJ)

Expositores: Luciana da Silva Andrade (UFRJ), Juliana Canedo (UFRJ); Helena Rosa dos Santos Galiza (UFRJ); Maíra Machado Martins (UFF); Diana Bogado (Universidade de Sevilha; UFF); Maria Lais Pereira da Silva (UFF).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA IBITURUNA

> SL 70

Códigos da cidade: incertezas no espaço público-privado metropolitano carioca

Coordenador: Cláudio Rezende Ribeiro (UFRJ)

Expositores: Tatiana Cotta Gonçalves Pereira (UFRRJ), Marlise Sanchotene de Aguiar (UFRJ); Rosângela Lunardelli Cavallazzi (UFRJ; PUC-Rio), Wagner Rufino (UFRJ); Isabela Bacellar Guimarães (UFF), Camila Mira Lima Borghezan (UFRJ); Mariana Trotta Dallalana Quintans (UFRJ); Cláudio Rezende Ribeiro (UFRJ); Vítor Halfen Moreira (UFRJ).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA CAPARAÓ

> SL 71

São Paulo: as múltiplas faces do desafio metropolitano no século XXI

Coordenadora: Lucia Maria Machado Bógus (PUC-SP)

Expositores: Ricardo Gaspar (Prefeitura Municipal de São Paulo; PUC-SP); Suzana Pasternak (USP); Kazuo Nakano (UNICAMP); Maria Camila D'Otaviano (USP).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA MAQUINÉ

> SL 72

Metropolização do espaço: redes, antecipação de regiões metropolitanas e possibilidades da ação pela insurreição do cotidiano

Coordenadora: Leila Christina Duarte Dias (UFSC)

Expositores: Sandra Lencioni (USP); Elson Manoel Pereira (UFSC); Álvaro Ferreira (PUC-Rio; UERJ).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA NIEMEYER

> SL 73

Desafios do urbanismo contemporâneo frente à prática do projeto urbano

Coordenadora: Denise Barcellos Pinheiro Machado (UFRJ)

Expositores: Gustavo Partezani Rodrigues (Prefeitura Municipal de São Paulo); José Almir Farias Filho (UFC); Lucia Maria Sá Antunes Costa (UFRJ); Eunice Helena S. Abascal (Mackenzie); Henrique Gaspar Barandier (UFRJ); Patrícia Maya (UFRJ); Antônio Colchete (UFJF); Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos (UNIFOR); Camila Bandeira Cavalcante (UNIFOR).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA INCONFIDENTES

> SL 74

Regularização fundiária em terras da União: experiência

piloto do “Córrego do Balaio” - Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PE)

Coordenadora: Rose Maria Cortês de Lima (UFPE)

Expositores: Cristiane Siggea Benedetto (Secretaria do Patrimônio da União), Tânia Maria Soares Amorim (Secretaria do Patrimônio da União); Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE); José Audisio Costa (UFPE); Ronaldo Augusto Campos Pessoa (UFT); Sílvio Jacks dos Anjos Garnés (UFPE); Francisco Jaime Bezerra Mendonça (UFPE).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA ITATIAIA

> SL 75

Instrumentos e políticas de mercantilização da propriedade versus a luta pelos direitos à cidade e à moradia: experiências em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza

Coordenadora: Paula Freire Santoro (USP)

Expositores: Rodrigo Faria (USP); Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ); Valéria Pinheiro (UFC)

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA ITACOLOMI

> SL 76

Verticalização das cidades brasileiras: legislação, forma urbana, densidades e qualidade de vida

Coordenadora: Nadia Somekh (Mackenzie)

Expositores: Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas); Eliana Rosa de Queiroz Barbosa (Mackenzie); Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi (Mackenzie); Sylvia Ficher (UnB).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA VERTENTES

> SL 77

Desenvolvimento regional, petróleo e federalismo: contribuições à análise

Coordenadora: Rosélia Périssé da Silva Piquet (UCAM)

Expositores: Ângela Moulin Penalva Santos (UERJ); José Luis Vianna da Cruz (UCAM); Lia Hasenclever (UFRJ); Rodrigo Valente Serra (ANP).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA ALTEROSAS

> SL 78

Novas determinações produtivas, regionais e urbanas na área dos cerrados brasileiro: uma avaliação sobre os efeitos das obras de infraestrutura rodoferroviárias na integração regional

Coordenador: Aristides Moisés (PUC GO)

Expositores: João Mendes da Rocha Neto (Ministério da Integração); João Batista de Deus (UFG); Pedro Ramos (UNICAMP); Denis Castilho (UFG); Margot Riemann Costa e Silva (PUC-GO).

QUINTA (21/05)
18:00 – 19:45
SALA MANTIQUEIRA

RESUMOS
APRESENTAÇÃO ORAL

>ST1 SESSÕES TEMÁTICA 1

PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO COMO ÁREA INTEGRADA E REGIÃO DE GOVERNO

No contexto brasileiro a ideia de região metropolitana apresenta pelo menos dois conjuntos de significados distintos, mas não necessariamente opostos. Por um lado a região metropolitana é pensada como uma região de governo, estabelecida para fins de planejamento com a intenção, pelo menos no plano do discurso, de buscar soluções conjuntas para os problemas metropolitanos. Como região de governo as regiões metropolitanas foram estabelecidas por decreto, no bojo do planejamento autoritário e centralizado imposto pelo governo militar nos anos 1970. Em outra perspectiva há a discussão da região metropolitana, como uma região, com diversas áreas integradas dentro de uma dinâmica metropolitana desigual e articulada, região esta que se constitui a partir do processo de metropolização sendo ao mesmo tempo condição e resultante desse processo. A questão central que norteia o trabalho é a de que as duas concepções são importantes para se pensar a realidade metropolitana, sendo que a região metropolitana como região de governo não é simplesmente uma representação ilusória da região metropolitana como processo socioeconômico. O objetivo do trabalho é a partir do exemplo da região metropolitana do Rio de Janeiro discutir essas duas dimensões conceituais fundamentais para a compreensão da região metropolitana no Brasil.

Oséias Teixeira da Silva
Universidade de São Paulo
oseias.silva.10@hotmail.com

CIDADE NEOLIBERAL, REGULAÇÃO, AJUSTE ESCALAR: BUSCANDO AS RAÍZES DE JUNHO DE 2013

Partindo dos eventos de junho de 2013, o artigo visa abordar o contexto por trás da faísca inicial dos levantes tendo como referência a discussão atual nos estudos urbanos acerca da cidade neoliberal, recuperando a geo-história do ajuste regulatório neoliberal e da formação econômico-social e espacial resultante na metrópole brasileira. Aborda-se também a relação da violência urbana com este padrão de regulação da acumulação, bem como suas restruturações recentes, que fundam um formato de neoliberalismo combinado com crescimento econômico e coerente com práticas distributivas que retroalimentam a primazia dos mercados e engendram consequências decisivas para a produção do espaço na metrópole contemporânea.

Felipe Nunes Coelho Magalhães
IGC/UFMG
felmagalhaes@gmail.com

REPENSANDO A LOCALIZAÇÃO DAS PESSOAS E DA INFRAESTRUTURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA INFLUÊNCIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL

Considerando que a localização afeta os processos sociais de distribuição de renda e valorização do solo, a elitização dos espaços é característica fundamental de inúmeros aspectos da construção da forma espacial e social das cidades brasileiras, elemento este, conformado pelo Estado e agentes privados. O trabalho pretende recuperar a discussão teórica sobre a "relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, públicos ou privados" (Bourdieu, 1997, p.160). Passaremos pelos temas de redistribuição da renda, ônus e bônus da urbanização, Estado e agentes privados e sua relação com a formação da estrutura socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, utilizando autores que discutem estes temas, como Harvey (1980), Bourdieu (1997), Ribeiro (1997), Vetter et. al. (1981), Santos (1993; 1996) e Abreu (1981). Nosso foco é atualizar a discussão sobre a localização dos serviços urbanos e sua relação com a reprodução social.

Priscilla Rodrigues Fonseca
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
priscillarf@id.uff.br

AREA METROPOLITANA DEL GRAN RESISTENCIA. SUS DINÁMICAS DE INTEGRACIÓN TERRITORIAL

Como es sabido los procesos urbanos adquieren una dimensión y escala que superan las estructuras y formas de la ciudad tradicional y los límites administrativos municipales, para alcanzar, mediante diferentes formas de articulación espacial, asentamientos de población y territorios cada vez más amplios. Las ciudades y principalmente las áreas metropolitanas se han constituido en unidades complejas de funcionamiento y gestión. El proceso de industrialización y urbanización se ha desarrollado en forma paralela y se puede decir que la consolidación de las ciudades es uno de los fenómenos propios de esos procesos.

Por ello, el presente trabajo tiene como objetivo entender que elementos cohesionan e integran potencialmente a la definida como Área Metropolitana del Gran Resistencia (AMGR) y su región metropolitana. Recabar los criterios adoptados para definir las microrregiones, su relación con criterios departamentales establecidos y la realidad de apropiación del territorio, que permitirán visualizar cuales son las dinámicas y que elementos posibilitarán una mayor integración territorial.

Esta área, denominada AMGR está integrada por los municipios de Resistencia, Barranqueras, Puerto Vilelas y Fontana, todos del departamento San Fernando de la provincia del Chaco-Argentina, que conforman la micro región metropolitana creada por Ley 5174/03, siendo unidades de desarrollo territorial, incluyendo a Departamentos y a ciudades cabeceras de los mismos. Para el presente trabajo se toman dos microrregiones: la 3 ORIENTAL CHAQUEÑA y la 8 METROPOLITANA (donde se encuentra el AMGR), porque consideramos que son complementarias e interdependientes.

Maria Dora Foulkes
Universidad Nacional del Nordeste
mariadoraf@gmail.com

Valdés Paula
Universidad Nacional del Nordeste
pau_valdes@hotmail.com

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS: A PARTIR DE UMA OPORTUNIDADE DE INFLEXÃO URBANA, A EXPOSIÇÃO DE IMAGENS DE CIDADES NO CENÁRIO INTERNACIONAL VISA À ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Nesta pesquisa, essa oportunidade é analisada sob a ótica de megaeventos esportivos, considerando que acontecimentos dessa natureza têm sido reconhecidos como ferramentas de transformação urbanística. O objetivo geral desta investigação consiste em analisar as estratégias de construção do espaço urbano, com vistas à promoção das cidades no mercado mundial, como nos casos de Barcelona, anfitriã dos Jogos Olímpicos de 1992, e do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. O estudo volta-se a análise e interpretação das alterações dos tecidos urbanizados decorrentes da implantação ou reformulação de equipamentos vinculados à realização dos jogos. A síntese analítica sistematizou a discussão comparativa dos exemplos estudados, revelando que, cada cidade apresenta uma forma singular de apropriação do momento de inflexão oportunizado com a ocorrência dos eventos esportivos.

Palavras-chave: Transformação urbana. Megaeventos esportivos. Morfologia urbana.

Joaquin Sabaté Bel
Universitat Politécnica de Catalunya
joaquin.sabate@upc.ed

Letícia Nerone Gadens
Universidade Positivo
leticia_gadens@yahoo.com.br

Letícia Peret Antunes Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
l.hardt@pucpr.br

A APROPRIAÇÃO DO TEMPO-ESPAÇO NA TEORIA LEFEBVRIANA

Esse artigo pretende demonstrar a importância do conceito de apropriação nos termos lefebvrianos para os estudos contemporâneos sobre o espaço, em geral, e sobre o urbano e as cidades, em particular. O objetivo é buscar novas perspectivas de investigação sobre as práticas sócio-espaciais, inclusive aquelas de caráter simbólico e cultural, que possam contribuir para análises eminentemente espaciais, mas de maneira a ir além da atual abordagem hegemônica nas ciências parcelares dedicadas ao espaço cujos estudos priorizam seus aspectos concretos e suas formas de produção material. Assim, a apropriação é definida como uma prática sócio-espacial inscrita no tempo, na qual os grupos sociais modificam a natureza e o lugar, produzindo um espaço concreto, mas também produzindo símbolos e imaginários.

Ademais, essa prática é condição essencial para o efetivo exercício do direito à cidade, pois se a cidade é a obra por excelência da praxis, é através da apropriação que ela adquire qualidade de um espaço socialmente elaborado e exitoso, não somente dominado pela técnica e pelo poder político.

A presente hipótese postula que o conhecimento acerca das relações e práticas sociais dos grupos humanos que se reproduzem no espaço e produzem o próprio espaço é de fundamental importância para basear as intervenções e políticas que buscam maior justiça social. Apesar da produção desse conhecimento não garantir a adoção de práticas de cunho transformador, a ignorância em relação a esses aspectos da realidade social ratifica, quando não agrava, situações de exclusão sócio-espacial, além de diminuir ou mesmo eliminar as práticas sócio-espaciais insurgentes.

Paola Lisboa Côdo Dias
UFMG - Escola de Arquitetura
paolacodo@yahoo.com.br

AS PEQUENAS CIDADES NA AMAZÔNIA – PARADOXOS ENTRE O URBANO E O RURAL: UM ESTUDO DE CASO

O processo de aceleração da urbanização nas pequenas cidades da Amazônia nas ultimas décadas tem transformado o cenário regional e local dessas cidades, o que possibilitou transformações no que diz respeito às relações sócio-espacial e ambiental. Estas alterações no espaço, tanto urbano quanto rural, vêm ocorrendo, mais intensamente, desde a década de 1960. Esse urbano da Amazônia tem a predominância de pequenos aglomerados urbanos, os quais possuem uma fraca infraestrutura e uma economia fortemente dependente de recursos públicos. Apesar dessa predominância, esse urbano é bastante heterogêneo, existindo cidades dependentes e conectadas aos recursos da floresta, e cidades vinculadas à economia de mercado e à indústria. Em relação à Barcarena, uma pequena cidade da Amazônia, parte da área metropolitana de Belém, PA, percebe-se que a cidade encontra-se em constante dinâmica em relação à população tanto urbana quanto rural. Apesar de possuir uma população rural maior do que a urbana, sua economia é movida por uma indústria de transformação, o que desperta curiosidade no sentido de conhecer esse paradoxo. Neste sentido, o presente artigo, o objetivo analisar a importância da cidade de Barcarena (PA), localizada no estuário do rio Amazonas. Pretende-se analisar os aspectos que estão transformando o seu espaço urbano e os agentes estruturadores do espaço responsáveis por essas mudanças. Esta cidade foi selecionada como área de estudo por aparentar uma grande dinâmica urbana e rural, que se tem mostrado significante para a economia regional, aspectos fundamentais para compreendermos os contrapontos existentes entre o espaço urbano e rural do lugar.

Monique Bruna Silva do Carmo
Universidade do Vale do Paraiba-IP&D (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento)
moniquebruna@ymail.com

Sandra Maria Fonseca da Costa
Universidade do Vale do Paraiba-IP&D (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento)
sandra@univap.br

PORTO ALEGRE: UM SÉCULO DE URBANIZAÇÃO ESTRATÉGIAS, AGENTES E DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE

Na virada para o século XX as principais capitais brasileiras passaram por um processo intenso de transformação espacial, impulsionada pela tímida urbanização e diversificação do arranjo produtivo, com o intento de higienizar, do ponto de vista infraestrutural, social e moral as novas urbes, símbolos da modernidade emergente. Porto Alegre, por sua vez, buscou se inserir nessas reformas inspiradas no urbanismo europeu por meio da construção de obras de saneamento, vias urbanas e remoção de habitações insalubres nas proximidades da região central. O deslocamento da população mais pobre, compreendidas à época como empecilhos para a renovação urbana se deu de uma forma violenta, onde parte das então denominadas “malocas” foram deslocadas para cerca de 25km da região central, vislumbrando o processo embrionário da segregação. A configuração espacial desta dinâmica predomina ainda hoje na metrópole gaúcha, com a concentração da população pobre e preta nas margens da cidade. Este artigo propõe, a partir de um enfoque histórico, analisar as configurações atuais da segregação socioeconômica e racial em Porto Alegre com a utilização de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mauricio Polidoro
Universidade Federal do Paraná
mauricio.polidoro@gmail.com

AS REDES MIGRATÓRIAS E SUA DIMENSÃO ESPACIAL

Os estudiosos de migração tem destacado o papel preponderante que as redes sociais exercem nos movimentos migratórios. O fato dos indivíduos residirem em localidades específicas, tanto antes como depois da migração, configura espaços de migração formando redes de lugares. O objetivo deste trabalho é discutir o processo de espacialização das redes migratórias. Por basearem-se em contatos pessoais, as redes configuram-se por proximidade. A circulação de informações e o recrutamento de indivíduos pertencentes à rede migratória moldam os contornos dessas redes, devido à natureza interna de seus processos de

difusão. A natureza multidimensional das redes de migração inclui processos socioculturais e espaciais. Nos primeiros, transparecem redes de pessoas, famílias ou organizações, enquanto no segundo grupo incluem-se redes de domicílios, cidades ou países. Todos essas redes articulam-se em escalas diferenciadas atuando como agentes da produção do espaço.

Marden Barbosa de Campos
IBGE
mardencampos@gmail.com

PRIVACIONES HABITACIONALES, SEGREGACION Y RENDIMIENTO ESCOLAR: EL CASO DE LA REGION METROPOLITANA DE RIO DE JANEIRO

Este estudio tiene como objetivo investigar los efectos de las privaciones habitacionales en el rendimiento escolar de los niños que viven en la región metropolitana de Rio de Janeiro. La idea es comprender la influencia que ejerce la ciudad en las oportunidades educativas de los niños y adolescentes, entender el territorio no solamente como receptor de procesos sociales sino como un ente que produce efectos en estos procesos. Por lo tanto, este estudio pretende analizar la relación entre el atraso escolar, el abandono y las privaciones habitacionales, estas últimas entendidas como consecuencia de la segregación. Este análisis es realizado a partir de la base de datos de la muestra del censo, y un recorte de ésta para la región metropolitana de Rio de Janeiro, lo que permitió ver por medio de la realización de regresiones logísticas la posibilidad de los niños estar atrasados, o haber abandonado la escuela en relación a las diversas variables relacionadas a privaciones habitacionales.

Paula Yhoana Hernandez Heredia
IPPUR
paulahernandezheredia@gmail.com

PODEMOS FALAR DE UMA PERIFERIA FRACTAL? ALGUMAS EVIDÊNCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – MG

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a noção de fractalização das cidades procurando adicionar novos elementos a partir das evidências encontradas na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O debate sobre a validade do modelo centro-periferia é relativa, mas, no entanto, parte-se de que, ainda é um conceito válido para pensar as metrópoles brasileiras contemporânea. Propõem-se, portanto, sublinhar a noção de periferia fractal como forma conceitual para designar uma nova forma de organização e produção do espaço metropolitano. Dessa forma, pretende-se perceber o processo que vem ocorrendo uma reorganização espacial das metrópoles em escalas diferentes, bem como a imposição de novas lógicas sociais e espaciais que estão em jogo na produção do espaço na primeira década do século XXI. Ainda deve ser reconhecido que essas novas estruturas desafiam as tradicionais interpretações e paradigmas necessitando novo esforço analítico para compreender a realidade urbana que vem se desdobrando na atualidade.

Thiago Canettieri
PUC - Minas
thiago.canettieri@gmail.com

ACESSIBILIDADE A GRANDES CENTROS DE COMPRAS POR MODOS SUAVES

A mobilidade urbana tem assumido muita importância no debate sobre a produção de cidades mais sustentáveis e acessíveis social e espacialmente. Nesse cenário, este artigo propõe uma discussão sobre a acessibilidade aos grandes centros de compra por modos suaves (não motorizados). Para embasar essa discussão, foram analisados dois shopping centers na cidade de São Paulo, que divergem quanto ao território onde foram inseridos e quanto às características morfológicas das suas edificações. Essa escolha busca um melhor entendimento da relação entre a configuração territorial pré-existente e o projeto dos centros de compras, especialmente na inclusão dos modos suaves. Assim, realizou-se inicialmente uma caracterização morfológica e socioeconômica no en-

torno dos shopping centers escolhidos. Em seguida, é analisado o padrão de ocupação de cada terreno e a relação das edificações com as ruas do entorno imediato. Por fim, o artigo trata das características dos acessos para os modos suaves. Com isso, busca-se uma compreensão da relação entre o território e a inclusão dos modos suaves nos projetos, e da maneira como o uso desses modais pode ser promovido a partir do projeto de centros de compra, considerados como polos geradores de tráfego. Como debate final, o artigo propõe rever o papel da legislação urbanística e dos órgãos públicos responsáveis pelo ordenamento da circulação da cidade e dos impactos dos PGTs, de modo a promover a produção de uma cidade mais humana e focada nas pessoas, não em automóveis.

Letícia Lindenberg Lemos
USP
leticialemos@usp.br

OS AGLOMERADOS URBANOS DA REGIÃO LESTE SUDESTE DA ZONA PERIMETROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A região leste sudeste da zona perimetropolitana de Belo Horizonte e particularmente os aglomerados urbanos que polarizam suas porções norte, central e sul são o tema deste trabalho. O foco da atenção e da investigação é, de um lado, as cidades centrais que compõem os aglomerados visando compreender, tanto sua importância e sua distribuição hierárquica e hierárquico funcional, quanto como esta evoluiu ao longo dos últimos anos, e do outro, os aglomerados urbanos presentes nesta região para determinar sua estrutura e importância. Para fazer isso, este trabalho se compõe de quatro partes: a primeira parte é uma contextualização da região leste sudeste dentro da zona perimetropolitana de Belo Horizonte; a segunda parte explica a metodologia utilizada que se compõe de Análise das Componentes Principais e Análise SWOT; a terceira parte analisa os resultados obtidos, e a quarta parte apresenta algumas conclusões e possíveis desdobramentos desta investigação."

Alexandre Augusto Vieira
UFMG
xandao.au@gmail.com

Alfio Conti
UFMG
contialfio@gmail.com

TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO NO NORTE FLUMINENSE: IMPACTOS NA DINÂMICA MIGRATÓRIA

A recente redistribuição das atividades econômicas no estado do Rio de Janeiro reestruturou seus espaços regionais, trazendo rebatimentos nas organizações urbanas e nas dinâmicas migratórias regionais. Dentre essas regiões, o Norte Fluminense se destaca em função das atividades de exploração energética impactando na atratividade regional (de capitais e pessoas). A região Norte Fluminense apresentou crescente participação no PIB estadual a partir de meados dos anos 2000, principalmente devido a indústria petrolífera, gerando a reordenação de investimentos intraestaduais. Nesse contexto, analisamos nesse trabalho a migração intraestadual do Rio de Janeiro, com foco na região Norte Fluminense. Para tal consideramos os fluxos migratórios, a partir do quesito censitário de data fixa, nas mesorregiões do Estado, e de modo mais específico, para os municípios da mesorregião do Norte Fluminense, afim de identificar os pólos regionais de atração de migrantes. No contexto regional, observa-se a perda da hegemonia histórica de Campos dos Goytacazes, gerando espaço para a cidade de Macaé. Feito isso também analisamos os dados relativos à mobilidade cotidiana, que permitem a melhor compreensão da dinâmica habitacional e do mercado de trabalho regional.

César Marques
ENCE
cesarmcs@gmail.com

Pedro Gomes Andrade
ENCE
pedrogandrade@yahoo.com.br

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GRANDE PROJETO URBANO A PARTIR DAS DETERMINAÇÕES DA

POLÍTICA ECONÔMICA E DE SUAS CARACTERÍSTICAS URBANÍSTICAS

O artigo tem como objetivo discutir a delimitação do termo Grandes Projetos Urbanos (GPUs) a partir da articulação entre duas estratégias de abordagem. A primeira, a relação de dependência entre este tipo de intervenção urbana e as inflexões na política econômica mundial, na qual os GPUs se tornam tanto objeto preferencial de investimento de capital, quanto instrumento de materialização de espaços urbanos necessários para novos modos de acumulação. A segunda, a discussão dos aspectos urbanísticos das intervenções identificadas como GPU, identificando os tipos ideais e características invariantes. O objetivo é aproximar as críticas para que não recair na comparação entre falsos equivalentes ou o risco de dar maior ênfase aos produtos que aos processos que orientam a recente política urbana em diferentes contextos. O artigo conclui pela necessidade de abordagens capazes de entender o campo de poder que produz os projetos, combinando o papel das determinações externas ao campo do planejamento urbano com o desvendamento de sua estrutura interna.

Daniel Medeiros de Freitas
UFMG
danielmedeirosdefreitas@gmail.com

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO NAS PERIFERIAS METROPOLITANAS. AGENTES SOCIAIS QUE PRODUZEM A INCORPORAÇÃO DA ANTIGA COLÔNIA JULIANO MOREIRA AO TECIDO FORMAL DO RIO DE JANEIRO

Este artigo trata da produção social do espaço urbano a partir da dinâmica sociopolítica de incorporação de áreas periféricas no tecido urbano formal das metrópoles, identificando as características deste fenômeno socioterritorial que provoca o crescimento espraiado da mancha urbana. Este processo é qualificado a partir do estudo da área delimitada pela antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), no bairro de Jacarepaguá, analisando o processo de incorporação da ocupação informal no tecido urbano formal da metrópole do Rio de Janeiro. Esta transformação está sendo realizada através da requalificação urbanística executada por meio de recursos públicos do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), desde o ano 2007 até os dias de hoje. No processo de incorporação ao tecido formal aplicam-se os instrumentos urbanísticos fornecidos pelo Estatuto da Cidade, como a regularização fundiária e a transformação dos terrenos ocupados em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), com objetivo de possibilitar a urbanização e favorecer a permanência das famílias no seu local de moradia. Através da revisão bibliográfica e entrevistas com agentes sociais do território, são levantadas dificuldades e desafios enfrentados no processo de gestão e planejamento, consequências das forças e interesses conflitantes entre os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano da Colônia.

Flavia Neves Maia
UFRJ
flavianevesmaia@gmail.com

Maria Ayara Mendo Perez
UFRJ
ayara.mendo@gmail.com

PRODUÇÃO DAS FAVELAS E VILLAS E ESTRUTURAÇÃO DAS METRÓPOLES DE CURITIBA - BRASIL E TUCUMÁN - ARGENTINA

O trabalho analisa o processo de produção das favelas e villas nas metrópoles de Curitiba e Tucumán entre 1990 e 2010, com o objetivo de identificar as transformações observadas na estruturação do espaço dessas aglomerações metropolitanas nas últimas décadas. Demonstra-se que tal processo contribui para a consolidação de metrópoles com uma estrutura mais complexa, heterogênea e fragmentada, que se diferencia do padrão observado no período que precede as décadas estudadas. As características da estruturação espacial permitem reconhecer também a emergência de novas relações entre centro e periferia, nas quais a produção das favelas e villas cumprem uma fun-

ção importante. O artigo concorre para uma interpretação mais abrangente das transformações socioespaciais experimentadas pelas metrópoles latino americanas nas últimas décadas, marcadas pela ampliação das desigualdades e o crescimento da polarização social.

Palavras-chave: Favelas, Villas, Estruturação de metrópoles secundárias, Curitiba, Tucumán.

Madianita Nunes da Silva
Universidade Federal do Paraná
madianita@gmail.com

Natalia Paola Czytajlo
Universidad Nacional de Tucumán
nczytajlo@yahoo.com.ar

FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REDE URBANA DO ALTO RIO PARDO, NORTE DE MINAS GERAIS

O presente trabalho trata da formação e transformação da rede urbana no Norte de Minas Gerais, tendo como foco a microrregião Alto Rio Pardo. Para tanto, será feita uma retrospectiva da ocupação do território mineiro, a partir do contraponto entre a região "das minas", no centro do Estado, e o "Gerais", ou "Sertão Mineiro", a norte, onde a ocupação se deu a partir da abertura de caminhos para a circulação de gado e transporte de mercadorias para a região das minas, a partir do Nordeste. A rede urbana do Alto Rio Pardo está diretamente relacionada à do Norte de Minas, com uma ocupação inicial dispersa, voltada para as atividades agropastoris. A formação dessa rede será dividida em três períodos pra melhor compreensão do contexto atual, frente aos empreendimentos mineradores que estão em vias de serem implantados. Esses empreendimentos têm potencial para mudar a estrutura urbana microrregional e a relação predominante do campo sobre as cidades e o caráter mercantil das mesmas, de acordo com uma abordagem lefebvriana.

Fabiana Oliveira Araújo
UFMG
fabianaoa@gmail.com

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HABITAÇÃO SOCIAL NA ATUALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR

Esse artigo tem por objetivo analisar a questão da Habitação Social na Região Metropolitana de Curitiba na atualidade, retratando como o poder público tem agido de modo a atender as camadas da população de mais baixa renda. Inicialmente tece algumas considerações a respeito do crescimento populacional de Curitiba e dos municípios do seu entorno, de modo a demonstrar que nas últimas cinco décadas em especial, houve um crescimento populacional absurdo, logicamente não acompanhado devidamente pelas políticas públicas. Diante de um cenário de precariedade e exclusão social que essas transformações proporcionaram, traz um panorama a respeito da atual Política de Habitação do Paraná, baseada na Política Nacional de Habitação que se propõe mais justa e eficiente. Analisa então, os resultados da parceria do estado com o Governo Federal através dos dois principais programas voltados a enfrentar a problemática da habitação: O Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e o Programa Minha Casa Minha Vida, especificamente para as famílias que recebem até três salários mínimos mensais. E, embora seja cedo para se chegar a uma conclusão absoluta e nem exista dados confiáveis e suficientes para tanto, pode-se dizer de forma preliminar que estes programas tem provocado novas dinâmicas populacionais no interior da RMC. Conclui afirmando, no entanto, que as transformações provocadas por tais iniciativas não estão sendo suficientes para resolver a questão da falta de moradias para a população mais pobre, além de que os "benefícios" trazidos a essa população são altamente questionáveis.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Habitação; Crescimento Populacional.

Fabiana Alves Monteiro
Universidade Federal do Paraná
fabianamot@hotmail.com

O CAMINHO DA HETEROTOPIA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

A cidade capitalista é composta de inúmeras fronteiras. O muro é uma evidência clara e material desse contexto, ele separa áreas que são configuradas por características distintas. Cada cerco, cada área privatizada, possuem características em comum, e para ter acesso a essas áreas é preciso obedecer a certos padrões, ser identificado por um grupo específico através de roupas, acessórios ou gestos. Tais ambiências criadas nos cernes dos muros são mistérios que nunca poderão ser revelados, pois como se tratam de espaços particulares, seus acessos são restritos. Portanto tais espaços se tratam de uma massa física, uma barreira, que ocupa espaço na cidade, mas não são permeáveis aos habitantes, fazem parte da paisagem, mas não permitem usufruí-la, fazem parte da cidade, mas não compartilham dos mesmos hábitos sociais. Esse espaço caracterizado pela divisão é mais que uma divisão caracterizada por segurança ou pelo isolamento, é também uma divisão procedente de interesses de prazer, interesse de ser: uma outra sociedade, morar em outro lugar, estar em outro lugar. Nesse enfoque, Michel Foucault trabalha o conceito de heterotopia que se mostra como uma grande ferramenta de articulação desses lugares. Foucault pensa o espaço onde a vida é comandada por espaços sacralizados, portanto, a heterotopia seria um lugar que "existe", o inverso da utopia, é um espaço concreto, onde todas as representações estariam presentes, causando novas contestações e inversões de regras. Nesses espaços, o público some para dar lugar a contestações privadas.

Lutero Pröscholdt Almeida
UFBA
luproal@yahoo.com.br

A CENTRALIDADE URBANA SUB-REGIONAL DE MACAPÁ-AP E SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

O presente artigo discute a centralidade urbana sub-regional de Macapá, historicamente construída no recorte espacial do estado do Amapá e das ilhas paraenses do Golfão Marajoara. O objetivo geral do artigo é analisar o papel de Macapá para sua região, para isto a metodologia utilizada considera dados obtidos de obras de referência sobre o Amapá, como: Porto (2003), Santos (2012) e Tostes (2006) que são referências para discutir a centralidade urbana sub-regional de Macapá, juntamente com a abordagem realizada pela REGIC/IBGE, que trata das regiões de influência das cidades e classifica Macapá como capital regional C, revelando seu alcance sub-regional. A justificativa para esta abordagem concerne à sobrecarga da cidade de Macapá que atende a uma demanda muito grande de sua área de influência, fato que tem comprometido a qualidade de vida deste centro sub-regional amazônico. É neste sentido que o planejamento e a gestão urbana e regional devem atuar de maneira a amenizar esta concentração de demandas sociais, econômicas, políticas e até mesmo cultural.

João Paulo de Almeida Amorim
Universidade Federal do Amapá
joaopauloamorim30@gmail.com

Romario Valente Santos
Universidade Federal do Amapá
romario_geo@yahoo.com.br

URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS NO USO DO SOLO NO EIXO DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO – RODOVIAS D. PEDRO I/ TAMOIOS - SP

As áreas urbanas ao mesmo tempo em que oferecem atrativos e benefícios aos seus moradores podem atuar negativamente sobre a qualidade de vida, principalmente em função da sobrecarga sobre os recursos naturais e a infraestrutura de uma região. Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de urbanização e de mudanças no uso do solo que ocorrem nos municípios localizados ao longo do Eixo Rodoviário Exportador D. Pedro I – Tamoios/ SP a partir da evolução dos dados sóciodemográficos no período de 1980 a 2010 e do PIB e do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços no período de 1999 a 2011, para os 10 municípios que são cortados pelo eixo em estudo e que foram escolhidos em função de suas relevâncias regionais, sendo eles, Caraguatatuba, Paraibuna, Jambeiro, Jacareí, Igaratá, Bom Jesus dos Perdões,

Nazaré Paulista, Jarinu, Atibaia e Itatiba. Os dados obtidos foram analisados tendo como foco as atuais mudanças socioambientais e econômicas em curso nos municípios, que ocorrem em especial devido aos processos de urbanização, industrialização, expansão do setor de serviços, desenvolvimento turístico e produção agrícola e sua potencial relação com mudanças ambientais globais urbanas.

Fábio Bueno de Lima
UNICAMP
buenofb@hotmail.com

Jansle Vieira Rocha
UNICAMP
jansle.rocha@gmail.com

João Luiz de Moraes Hoefel
Faculdades Atibaia
jlhoeffel@gmail.com

Kelly Elaine dos Santos Oliveira
Universidade São Francisco
kellyeoliveira@gmail.com

Sônia Regina da Cal Seixas
UNICAMP
srcal@unicamp.br

ADENSAMENTO DA COMUTAÇÃO NO ARRANJO URBANO-REGIONAL LESTE CATARINENSE

Na chamada "metamorfose" da metropolização, metrópoles e suas aglomerações passam a conformar regiões de grande escala territorial, com limites difusos, expressando fragmentação territorial e segregação social. Redefinem-se hierarquias e relações entre cidades, enquanto emergem cidades conturbadas, com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos, intensificando a comutação e dando origem a uma estrutura regional em rede. Esse processo se observa nos arranjos espaciais – considerados novas formas e novos conteúdos da cidade e da aglomeração, em seus processos de reconfiguração territorial. O Leste Catarinense, arranjos espacial objeto desta análise, distingue-se por não se constituir a partir da expansão de uma metrópole, mas por articular aglomerações e centros que estreitam relações entre si, dividindo funções especializadas. Este espaço é contextualizado na análise das dinâmicas territoriais da população, da concentração e distribuição regional das atividades econômicas, do emprego formal, e das instituições de ensino superior. Como elemento articulador, os movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo são analisados no âmbito dos fluxos e do perfil das pessoas envolvidas, com destaque à renda, instrução e ocupação, como forma de responder sobre quem se move. Introduz essa análise empírica uma breve discussão teórica sobre a tendência de configuração de arranjos espaciais e da expansão da ocupação ao longo de eixos viários.

Claudia A. F. Siebert
FURB - Universidade Regional de Blumenau
csiebert.arq@gmail.com

Marley Vanice Deschamps
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimentoo Econômico e Social
mvdeschamps@hotmail.com

Rosa Moura
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
rmoura.pr@gmail.com

O ESPAÇO DA PRODUÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Na teoria do espaço, entender sua gênese social é um pilar para a compreensão do urbano e das cidades. Esse artigo tem por objetivo problematizar o arcabouço teórico para uma leitura mais global do espaço social. Há na categoria produção uma universalidade concreta útil: trata-se da perspectiva da economia política do espaço, que visa analisar e expor o processo real de produção do espaço, que envolve o seu processo imediato de produção e o processo de circulação. Assim, partirei de aspectos conceituais mais abstratos para depois avançar na perspectiva de produção do espaço capitalista, desde o espaço da produção (construção) como primeiro momento, passando pelo espaço como produto (mercadoria) e como instrumento, até a produção do espaço abstrato – espaço capitalista por excelência – e suas contradições com a forma urbana que ele apresenta. Esse processo considera a divisão técnica e social do trabalho e as expressões intermediárias de controle hierárquico

pelo capital através dos desenhos e planos. Também considero as consequências do antagonismo criado pela separação do espaço social em relação ao espaço de produção. O objetivo é contribuir para ampliar o estudo dos agentes, das formas e dinâmicas de produção do espaço urbano, bem como dos caminhos para a problematização da crise urbana contemporânea.

Fausto Moura Breda
IAU-USP
faustomb@usp.br

A REFORMA DO ESTÁDIO DO MARACANÃ PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO 2014: IMPACTOS SOCIAIS E URBANOS

Este artigo discute os impactos urbanos e sociais da reforma do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã) no Rio de Janeiro, com base em pesquisa concluída em 2014. O objetivo é trazer novos elementos para o debate sobre grandes projetos urbanos e sua relação com os processos de estruturação e apropriação social do espaço urbano.

Após uma apresentação sintética do projeto de reforma do estádio e do contexto sociopolítico carioca, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa, que se desenvolve em torno de uma leitura do empreendimento em sua relação com aspectos políticos, institucionais, simbólicos, arquitetônicos-urbanísticos, socioambientais, fundiários e econômico-financeiros. Em contraponto à noção de "legado", fundamental no discurso oficial de legitimação de megaeventos, busca-se apreender o alcance da reforma do Maracanã em suas interfaces com diferentes aspectos da realidade social. Nesse percurso, são feitas considerações sobre (i) as decisões governamentais e as resistências oferecidas pela sociedade; (ii) as exceções e inovações institucionais empreendidas pelo Poder Público; (iii) as disputas em torno dos sentidos e da apropriação social do "Novo Maracanã"; (iv) a descaracterização do estádio e a disputa em torno do seu tombamento pelo IPHAN; (v) os processos de transformação do uso do solo e de valorização fundiária; (vi) os impactos socioambientais; e (vii) as formas de financiamento e gestão do estádio.

Fabricio Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
flealdeoliveira@gmail.com

Fernanda Ester Sánchez García
Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense
sanchezf2010@gmail.com

Giselle Megumi Martino Tanaka
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
gisellemegumi@gmail.com

Janaína Bezerra Pinto
Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
jana.bras@gmail.com

Rosane Rebeca de Oliveira Santos
Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense
rosanerebeca@gmail.com

ARQUEOLOGIA DA PNOT: A INCORPORAÇÃO DO IDEÁRIO DE TERRITÓRIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Esse texto aborda a incorporação do novo ideário de território e de políticas territoriais no Brasil contemporâneo. Associa-a, internamente, ao contexto de surgimento da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT e, internacionalmente, aos acordos de integração econômica supranacionais do fim século XX. No seu decorrer – parte retrospectivo, parte atual - o texto retoma o contexto antecessor à PNOT em busca de elementos para a apreensão da gênese dessa política, de sua formulação e de sua não implementação. Faz três constatações: i) as afinidades entre a PNOT e sua fonte de inspiração; ii) a diferença entre seu enunciado e o conteúdo que emergiu da pesquisa; iii) a incompatibilidade entre suas prioridades declaradas e o que foi implementado pelo governo federal na última década (2003-2013).

Esboça o antagonismo entre o caráter transformador enunciado e atribuído à PNOT e as condições concretas de sua implementação. Não aspira ser uma interpretação que se sobreponha às existentes, mas uma ampliação do enfoque analítico. Intenta estimular um caminho reflexivo acerca das políticas públicas territoriais.

Cíntia de Souza Alves
FAU - USP
cintia.s.alves@usp.br

Klara Anna Maria Kaiser Mor
FAU - USP
kmkaiser@usp.br

ANÁLISE DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PORTO ALEGRE /BRASIL

A presente pesquisa versa sobre a análise da dinâmica demográfica nos diferentes bairros da cidade de Porto Alegre-RS, conjugada à dinâmica da produção imobiliária, a fim de contribuir com subsídios para a implementação de políticas públicas. O aumento do contingente idoso, a redução do índice de fecundidade, o baixo crescimento populacional, as desigualdades socioespaciais nas áreas centrais e periféricas da cidade retratam, na atualidade, a produção do espaço urbano. Nesse sentido, o trabalho visa relacionar a evolução demográfica com a produção do espaço urbano de Porto Alegre, no período intercensitário de 2000 a 2010. Para fins de levantamento e operacionalização, utilizou-se dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados imobiliários do Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON).

Amanda Cabette
UFRGS
amandacabette@yahoo.com.br

Tânia Marques Strohaecker
UFRGS
tania.strohaecker@ufrgs.br

DESLOCAMENTO PENDULAR INTRAMETROPOLITANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

As decisões dos indivíduos sobre onde morar, onde trabalhar e onde estudar produzem a dinâmica de construção do espaço urbano e metropolitano. A seletividade do processo de escolha destes locais produzem fluxos de origem e destino, em grande parte diários, revelando relações funcionais entre as cidades, derivadas, principalmente da centralidade de algumas e da dependência complementar de outras. Os fluxos migratórios diários se enquadram no conceito de migração pendular, embora o conceito seja mais amplo e incorpore movimentos com outras durações. Os deslocamentos mais importantes são em função do trabalho e é também o objeto de estudo deste trabalho, que tem por objetivo identificar e caracterizar os movimentos pendulares intrametropolitanos diários por motivo de trabalho. Neste sentido serão analisados os movimentos pendulares diários na região metropolitana de São Paulo (RMSP), em função da importância econômica. A fonte de dados para o trabalho é Censo Demográfico de 2010, que permite a identificação dos movimentos pendulares diários desagregados por motivo de trabalho e estudo. Será analisada as matriz de origem e destino dos movimentos, bem como alguns aspectos relacionados aos movimentos, tais como tempo de deslocamento, pendularidade na conformação das cidades dormitório e crescimento populacional. Complementarmente, buscando melhorar o entendimento entre centro e periferia será analisada a estrutura de oferta de oportunidades educacionais e a estrutura produtiva dos locais de origem e destino. Verificou-se, como esperado que a os fluxos se direcionam majoritariamente para São Paulo (53,24%), o segundo lugar de destino foi São Bernardo do Campos, com percentual de 6,71%.

Elzira Lúcia de Oliveira
Universidade Federal Fluminense
elziralucia@globo.com

Jéssica Monteiro da Silva Tavares
Universidade Federal Fluminense
jessicamonteiro27@yahoo.com.br

NOVAS FORMAS URBANAS E O OLHAR ATRAVÉS DA DEMOGRAFIA: UM PANORAMA SOBRE A MACROMETRÓPOLE PAULISTA - 1991/2010

O processo de metropolização relaciona-se ao de reestruturação produtiva, dinamização do capital e consequentemente à divisão social do trabalho. No Brasil o desenvolvimento das Regiões Metropolitanas deve-se ao crescimento industrial aliado a urbanização, centralizando assim as principais atividades econômicas em grandes centros. Outros processos mais recentes, como a financeirização do capital redefiniram os espaços urbanos sob o signo do global. Nesse sentido o espaço metropolitano envolve relações de fluxos de pessoas, mercado e capital, propiciando transformações demográficas bem como movimentos de mais curta distância entre os municípios da região, no que se chama "movimentos pendulares". A desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, aliada a processos de inovação tecnológica e desenvolvimento de outras regiões do estado, proporcionou o surgimento da Macrometrópole Paulista interligando cinco Regiões Metropolitanas, duas Aglomerações Urbanas e duas Microregiões, concentrando mais de 80% da riqueza estadual, e quase 30% na nacional. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar esse processo de macrometropolização através dos fluxos migratórios e de movimentos pendulares, entendendo que estes nos fornecem informações importantes no que diz respeitos às conexões e interligações das regiões que fazem parte da Macrometrópole Paulista. Pra isso, foram utilizados dados dos anos de 1991, 2000 e 2010 do Censo Demográfico IBGE e da Fundação SEADE.

Guilherme Margarido Ortega
Universidade Estadual de Campinas
guilhermeortega@nepo.unicamp.br

José Marcos Pinto da Cunha
Universidade Estadual de Campinas
zemarcos@nepo.unicamp.br

Késia Anastácio Alves da Silva
Universidade Estadual de Campinas
kesia.anastacio@nepo.unicamp.br

A PRODUÇÃO DO CENTRO E DOS SUBCENTROS NO ESPAÇO METROPOLITANO DA RIDE-DF

Este trabalho aborda o crescimento metropolitano recente que, fruto de múltiplas dinâmicas, combina tendências de adensamento, dispersão e emergência de centralidades secundárias em diferentes países e no Brasil. Investiga a produção do centro metropolitano e de subcentros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF. Após breve revisão teórica, resgata aspectos do histórico da produção do espaço urbano - e posteriormente metropolitano - de Brasília, destacando como principal agente o Estado. Daí resultou uma estrutura econômica marcadamente dependente do centro principal de empregos - a Região Administrativa I, que abrange o Plano Piloto. Recentemente, parecem se apresentar tendências à formação de subcentros ligados a demandas de consumo das novas áreas habitadas, inclusive no chamado Entorno. Permanece uma grande dependência do centro principal, embora se antevejam tendências a uma mudança gradual em direção a uma configuração multinuclear.

Lúcia Cony Faria Cidade
Universidade de Brasília
cony@unb.br

Sergio Magno Carvalho de Souza
Universidade de Brasília
smcsgeo@gmail.com

VITÓRIA METROPOLITANA-ES: A INTERIORIZAÇÃO DA ATIVIDADE PORTUÁRIA

O panorama recente da atividade portuária inserida na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV/ES) resulta, majoritariamente, dos processos de intensificação da globalização e abertura econômica brasileira. Este artigo aborda o processo de interiorização da atividade portuária, instaurado a partir das duas últimas décadas do século XX e no decorrer do XXI, com abordagem empírica dirigida ao território da Vitória Metropolitana, fração territorial da RMGV. A interiorização dos portos conduz ao fenômeno de regionalização da atividade portuária, cor-

respondente a novo ciclo de expansão dos portos, caracterizado pela concentração espacial de sistema logístico vinculado à atividade portuária, inserido no interior do território em esfera metropolitana. Esse processo, associado à dinâmica de urbanização neoliberalizada, está entre os fatores que modificam permanentemente a configuração territorial e paisagística do território em tela. A ocupação da atividade portuária e os serviços correlatos no interior das cidades abordadas, em áreas consolidadas e em expansão, sem a devida avaliação das características territoriais – biofísicas e socioculturais –, articuladas por redes de infraestrutura rodoferroviária, revelam uma série de impactos urbanos e socioambientais. A ocupação descontínua e fragmentada do território resulta do imperativo da fragmentação econômica do espaço portuário no território em subespaços produtivos especializados vinculados ao comércio internacional. Constata-se, atualmente, além da disputa pelo território, a importância do (re)fortalecimento dos lugares, de seus atores locais, de alternativas que se imponham à hegemonia do padrão econômico vigente e se voltem para o planejamento territorial relacionado aos interesses do espaço cotidiano.

Martha Machado Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
marthamcampos@hotmail.com

Minieli Fim
Universidade Federal do Espírito Santo
minieli_fim@hotmail.com

ANÁLISE DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE

Este trabalho investiga como um novo sistema de circulação coletivo, que implanta a sua própria infraestrutura de circulação, pode interferir nas dinâmicas de um sistema urbano consolidado. O trem metropolitano é capaz de alterar essas dinâmicas, pois interfere nas facilidades ou dificuldades de acessar determinados locais. Qualquer tipo de mudança ou implementação no sistema viário influencia na acessibilidade e interfere na valorização imobiliária que ocorre pela alocação de novas atividades econômicas nestas implementações viárias. O objetivo deste trabalho é apresentar uma metodologia para a análise da configuração do sistema urbano após a inserção de um novo sistema de circulação de alta capacidade. Usando ferramentas de Sistemas de Informação Geográficas, foi criado um banco de dados com informações referentes ao desenho viário do município e, a partir deste, carregaram-se dados de oferta e demanda da referida cidade. Este trabalho consiste num estudo comparativo que, utilizando a abordagem dos modelos configuracionais para análises espaciais, investiga dois cenários distintos no município de Novo Hamburgo (RS): o sistema espacial antes e depois da implantação do trem metropolitano (Trensurb). As medidas configuracionais escolhidas utilizadas neste estudo dividem-se em dois grupos: as que analisam exclusivamente o traçado viário (i.e., Acessibilidade e Centralidade Freeman-Krafta Planar); e as que, juntamente com o traçado viário, consideram os dados de oferta e demanda (i.e., Convergência Espacial e Oportunidade Espacial).

Laís Corteletti
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
laiscorteletti@gmail.com

Bárbara Maria Giaccom Ribeiro
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bgiaccom@gmail.com

IMPACTO DE ESTRUTURA PARA MEGAEVENTOS EM ÁREA URBANA: ESTUDO DE CASO DA ARENA DO GRÊMIO DE PORTO ALEGRE

Este artigo aborda a relação entre estrutura para megaeventos e a área urbana onde se insere. O objetivo do artigo é avaliar o impacto gerado por uma estrutura para megaeventos, a Arena do Grêmio, em área urbana de Porto Alegre, especificamente, a Vila Farrapos. Os métodos utilizados para o desenvolvimento do trabalho incluem pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e estudo de caso, com caráter descritivo e explicativo. Como procedimentos metodológicos foram aplicados questionários, entrevistas e realizadas observações na área do estudo. Os moradores de uma forma geral não percebem mudanças econômi-

cas significativas, exceto a percepção de valorização imobiliária. Ainda, o uso dos espaços públicos pelos moradores está diretamente relacionado com a distância de tais espaços à Arena evidenciando-se um maior uso das ruas e praças mais distantes por aqueles que vivem na vila, sobretudo em dias de jogos. Os resultados obtidos possibilitam o avanço no conhecimento acerca do impacto de estruturas para megaeventos sobre áreas urbanas residenciais e podem servir de apoio a decisões envolvendo futuros projetos de tais estruturas a serem inseridas no meio urbano.

Antônio Tarcísio da Luz Reis
UFRGS
tarcisio.reis@ufrgs.br

Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro
UFRGS
devydalex@hotmail.com

Joana de Mattos Paradeda
UFRGS
jojoparadeda@gmail.com

Luciana Almeida de Andrade
UFRGS
lucianauuca@hotmail.com

Vinícius Silveira Borba
UFRGS
viniciussilveiraborba@hotmail.com

A CIDADE NOS NEGÓCIOS E OS NEGÓCIOS NA CIDADE NOTAS SOBRE AS OPERACÕES URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

As transformações que o capitalismo experimenta desde a década de 1970 têm afetado enormemente o mundo e a vida social, aí incluídas as cidades. Dialeticamente articulados, o colapso da ultrapassada estrutura produtiva e industrial e o surgimento de várias inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da automação têm acarretado a emergência de novas formas de gestão e planejamento da cidade. A fim de atrair novos investimentos, políticas urbanas são guiadas por ou para o mercado. Planejamento estratégico, grandes projetos, privatização de serviços e espaços públicos, entre outras iniciativas, compõem a nova agenda urbana, a ser adotada mundo afora. Este artigo discute as operações urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os casos estudados são a Operação Urbana Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, e a Operação Urbana Consorciada do Centro da cidade de Niterói. O trabalho tem como objetivo fornecer uma visão geral de como tais projetos têm sido apresentados pelos gestores públicos e discutidos com os moradores, com destaque para as estratégias de luta utilizadas por ambos os lados desses processos. Busca-se também demonstrar que a adoção de tais propostas, fortemente orientadas para e pelo mercado, tem resultado em diversos constrangimentos para os grupos que defendem o direito à cidade, significando um retrocesso nas históricas lutas pela reforma urbana. Verifica-se, então, que as expectativas em torno dos avanços do alguns instrumentos do Estatuto da Cidade se tornaram, na realidade, uma poderosa arma contra os grupos sociais que, supostamente, deveriam contemplar.

Daniel Mendes de Sousa
Universidade Federal Fluminense
danielmendesms@yahoo.com.br

Glauco Bienenstein
Universidade Federal Fluminense
glaucob01@gmail.com

Regina Bienenstein
Universidade Federal Fluminense
bienenstein2012@gmail.com

COMÉRCIO ATACADISTA E OPERAÇÃO LOGÍSTICA: A REESTRUTURAÇÃO DA PERIFERIA URBANA DE UBERLÂNDIA-MG

O presente artigo apresenta as transformações ocorridas na configuração espacial da cidade de Uberlândia-MG, em particular, aquelas que se deram na periferia urbana, engendradas pelas obras de reestruturação viária, implantação de empreendimentos de operação logística e, comércio e distribuição atacadista. A cidade de Uberlândia teve seu desenvolvimento econômico, bem como, a expansão

do tecido urbano orientada pela atuação das elites locais, que desde meados da década de 1950 passaram a atuar no ramo de armazenagem e distribuição de mercadorias, configurando, assim, o papel da cidade na rede urbana brasileira. Atualmente, num contexto econômico no qual a circulação do capital nas suas mais variadas formas (mercadoria, equipamentos, capital financeiro etc.) se dá de forma cada vez mais intensa, as cidades têm estruturado seu espaço para que a realização da produção e consumo ocorra. É neste contexto que podem ser compreendidas as alterações observadas no espaço urbano de Uberlândia, assim como, nas áreas lindeiras à sua periferia urbana (espaço peri-urbano), caracterizado por vias de trânsito rápido e, estruturas comerciais e empresariais de médio e grande porte ao longo dessas vias, dentre as quais se encontram os estabelecimentos de comércio e distribuição atacadista, como também, os operadores logísticos.

Fernando Garrefa
Universidade Federal de Uberlândia
fgarrefa@faued.ufu.br

Leandro Oliveira Silva
Universidade Federal de Uberlândia
silva-lo@hotmail.com

CIDADE-REGIÃO – REVISÃO DE CONCEITOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Um fenômeno urbano relevante - a transformação territorial mais profunda que se está produzindo no início do século XXI - está associado ao surgimento de uma cidade contemporânea, de escala regional e de alta complexidade, denominada de cidade-região. Estas aglomerações, entornos metropolitanos ou espaços não contíguos decorrentes de crescimentos conurbados, apresentam um sistema de relações sociais e econômicas que são inter-relacionados, para além dos municípios ou de outros limites administrativos. O desenvolvimento dos sistemas de comunicação e as novas tecnologias da informação estão propiciando uma dispersão das atividades humanas no território. Entretanto isto não é uma novidade. A conceituação e estruturação de cidade-região encontra na literatura diversas discussões centradas no papel do urbanismo na escala regional e no papel das cidades frente a mudanças do cenário econômico. O presente trabalho procura apresentar uma breve revisão histórica sobre este assunto, bem como apresentar diferentes conceitos que subsidiam a construção da concepção da cidade-região na contemporaneidade, a partir de uma revisão da literatura internacional e brasileira: (1) as concepções iniciais de Cidade-Região, (2) mudança de olhar – a Cidade-Região a partir de uma perspectiva econômica e (3) conceitos de Cidade-Região na literatura brasileira.

Leonardo Marques Hortencio
UFRGS
leonardo.hortencio@ufrgs.br

A EXPANSÃO URBANA EM SÃO PAULO COMO CONSEQUÊNCIA DE INTERESSES PRIVADOS

Este trabalho investiga o modelo de expansão horizontal da cidade de São Paulo do ponto de vista dos interesses do capital privado e até que ponto essas iniciativas nortearam a ocupação do território, a instalação de infraestrutura urbana e a estruturação da malha viária. Uma análise inicial do mapa fundiário da cidade e do sistema de transporte no início do século XX mostra que indícios daquela configuração até hoje permeiam o tecido urbano. Some-se a isso o problema das inundações e a lógica rodoviarista, que acabaram por nortear o planejamento urbano na cidade. A partir daí, é possível discutir a influência de alguns atores, como a empresa canadense São Paulo Tramway, Light & Power Limited, sobre o ambiente construído, muitas vezes em contradição com o estabelecido em planos e leis municipais.

Mariana Meidani Ripoli
Universidade de São Paulo
marianaripoli@yahoo.com.br

MORAR E TRABALHAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS PENDULARES E MIGRATÓRIOS RECENTES

O artigo analisa a evolução na última década da relação entre os fluxos migratórios e os fluxos pendulares motivados pelo trabalho no interior da RMBH. A análise dos fluxos de pendularidade na RMBH tem como pano de fundo a grande concentração das atividades geradoras de emprego na capital, que traduz uma estrutura espacial fortemente polarizada pelo núcleo central, inibidora do surgimento de centralidades intermediárias no espaço metropolitano. Dados apresentados mostram que, embora o volume dos fluxos migratórios intrametropolitanos, acompanhando tendências nacional, tenha reduzido na década 2000-2010 em 18,3%, os movimentos pendulares ampliaram em 54,5%. O artigo analisa a dinâmica espacial desses dois fluxos, e destaca a alta correlação estatística existente entre a migração e o contra-fluxo da pendularidade, correspondência que se manteve praticamente inalterada na última década. Se nas últimas décadas milhares de pessoas foram compelidas a sair de Belo Horizonte, por força dos mecanismos de expulsão do mercado imobiliário e terrenos baratos em municípios periféricos, os resultados apresentados mostram que seus vínculos com o core mantiveram-se fortes, o que as obrigam a vencer diariamente dezenas de quilômetros para chegar ao trabalho. Evidenciando um dos maiores desafios para a gestão e planejamento das grandes metrópoles do Brasil: os gargalos existentes na circulação de veículos e pessoas. O direito à mobilidade parece estar posto em xeque, e a extensão das infraestruturas associadas ao transporte de massa, além de onerosa, parece não resolver, no médio prazo, problemas cuja gênese vem de muitas décadas atrás.

Ralfo Edmundo da Silva Matos
IGC/UFMG
ralfo@igc.ufmg.br

Rodrigo Nunes Ferreira
IGC/UFMG
rodrigonunesferreira@gmail.com

EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O POTENCIAL DE CAPTAÇÃO DE CRÉDITO DOS MUNICÍPIOS RECÉM-CRIADOS

Os repasses previdenciários e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) vêm aumentando gradativamente as suas participações na economia de inúmeros municípios brasileiros. Quando se compara esses repasses com a massa total de rendimentos, observa-se uma crescente razão de dependência econômica desses municípios em relação aos repasses do governo federal, caracterizando-os nas denominadas "economias sem produção". A dependência é inversamente proporcional ao tamanho populacional dos municípios brasileiros. Sabe-se que após a aprovação da Constituição Federal de 1988, que deliberou às assembleias estaduais a prerrogativa de legislarem sobre o tema das emancipações, foram criados mais de mil municípios brasileiros, a maioria de pequeno porte e, por conseguinte, dependente desses repasses. Esta pesquisa, portanto, tem por objetivo averiguar o grau de dependência desses municípios, conforme a sua condição, se "recém-emancipados", "mães", ou "neutros" , mediante a elaboração de um indicador sintético de potencial de investimento econômico. Para isso, foram construídos dois indicadores com base nessas informações: a razão de dependência orçamentária, composta pelo peso do valor do FPM no total do orçamento municipal, e a razão de dependência econômica, indicada pelo peso da massa de rendimentos não produtivos na massa total de rendimentos do município. O método estatístico utilizado na pesquisa foi a Análise de Componentes Principais.

Gabriel Luís Nogueira de Oliveira
UFMG
gab.nogueira1@hotmail.com

Marcos Antônio Nunes
UFMG
marcos.geoman@gmail.com

Ricardo Alexandrino Garcia
UFMG
alexandrinogarcia@gmail.com

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TURISMO E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS NO LITORAL POTIGUAR

As políticas públicas de turismo possibilitaram a atração de investimentos turísticos privados para o Nordeste brasileiro, desencadeando uma intensa dinamização do mercado imobiliário ao longo da zona costeira. O objetivo do artigo é discutir os efeitos do processo de reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte, a partir da análise da atividade turística, e suas implicações no mercado imobiliário no litoral potiguar. O foco da análise será o comércio de imóveis, decorrente dos investimentos internacionais no Polo Costa das Dunas. Com relação aos procedimentos metodológicos, a principal fonte de pesquisa foram os cartórios de imóveis dos municípios enfocados no presente estudo. A reestruturação produtiva propiciou a inserção mais efetiva do litoral potiguar no mercado globalizado, por meio de atividades ligadas ao turismo e ao lazer, desencadeando a compra de terras por investidores internacionais. Verificou-se que as corporações internacionais procuraram comprar imóveis cujo uso não está diretamente voltado para o lazer e nem para o turismo.

Ary Pereira dos Santos Junior
UFRN
arypereira20@hotmail.com

Maria Aparecida Pontes Da Fonseca
UFRN
mariapontes@ufrnet.br

POR UMA ABORDAGEM DAS UNIVERSIDADES NO SUL DO BRASIL A PARTIR DOS ATORES E DAS MÚLTIPLAS ESCALAS DE PODER E GESTÃO

Este artigo tem como base pesquisa de doutorado em andamento sobre as repercussões territoriais das universidades no Sul do Brasil, que utiliza como abordagem os múltiplos atores e múltiplas escalas de poder e gestão. O recorte temporal leva em consideração as universidades federais criadas no Brasil a partir da implantação do Programa Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a partir do início dos anos 2000. Este programa resultou na criação de dezoito novas universidades federais. Estas novas universidades instalam-se sobre o território onde múltiplos atores atuam e exercem seu poder. A decisão sobre a expansão da rede de ensino superior federal foi tomada na escala federal, porém acredita-se que as regiões/locais que foram beneficiadas com a instalação de novos campi ou novas universidades partiu da articulação de atores que vislumbraram aí uma oportunidade de ampliar seu poder sobre o território. Também questiona-se quais são as repercussões territoriais verificadas a partir da implantação destas novas universidades e como os atores mobilizam-se em torno desta nova variável no território. Propõe-se uma abordagem das universidades no Sul do Brasil a partir dos atores e das múltiplas escalas de poder e gestão, utilizando como exemplo a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Aldomar Arnaldo Rückert
UFRGS
aldomar.ruckert@gmail.com

Geisa Zanini Rorato
UFRGS
geisazr@gmail.com

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

A microrregião do Médio Vale Paraíba fluminense passa por uma reestruturação produtiva e espacial, atraindo novas indústrias que são implantadas com formas desconectadas dos tecidos urbanos consolidados, características do processo de urbanização dispersa. Alteraram-se os processos sociais e as relações entre suas múltiplas dimensões, principalmente econômica, social, espacial e urbana. Essa reestruturação e dispersão urbana têm como marcos a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1993 e o anuncio da implantação da fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen em 1995. Ela só foi possível graças à adoção pelo governo brasileiro da política neoliberal, no início da década de 1990-2000, com a aplicação de medidas de ajuste macroeconômico. Isso levou à perda das politicas de desenvolvimento regional e industrial, desencorajando a articulação regional. Em conjunto com a implantação da fábrica da Volkswagen em Resende, surgiu o movimento pela emancipação do então distrito de Porto

Real. As indústrias dispersas implantadas na microrregião funcionam como catalisadores do processo de ocupação e organização do território regional. Novos empreendimentos, residenciais, comerciais e de serviços estão sendo instalados de maneira dispersa, com formas urbanas genéricas e segregadas. Com isso, parcela crescente dos habitantes dessa microrregião passou a ter seu cotidiano organizado regionalmente, como modos de vida e consumo semelhantes aos de uma metrópole. A reestruturação alterou a matriz de desenvolvimento econômico dos municípios dessa microrregião, com Porto Real, Resende e Itatiaia despontando com atividades fabris, enquanto antigos municípios industriais, Barra Mansa e Volta Redonda, transformam-se em polos regionais de comércio e serviços.

Júlio Cláudio da Gama Bentes
Universidade de São Paulo-USP
julio.bentes@usp.br

DISPERSÃO, ADENSAMENTO E SUPERAGLOMERAÇÃO URBANA EM SÃO PAULO: SUBSÍDIOS À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER TERRITORIAL

O artigo aborda a dispersão, o adensamento e a superaglomeração urbana enquanto feições espaciais associadas à configuração territorial do fenômeno da urbanização contemporânea no Estado de São Paulo. Admitindo que o conceito de urbanização dispersa seja apropriado para lidar com a análise das condições de sustentabilidade, verifica possíveis repercussões dessas feições na formulação de políticas públicas de caráter territorial, como o urbanismo e o planejamento regional e urbano. Essa abordagem orienta um panorama de respostas que o pensamento urbanístico produziu para enfrentar os problemas gerados com a proliferação de tecidos urbanos dispersos. Também são verificadas tendências gerais da política urbana com base na publicação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, de julho de 2014. Nesse plano o adensamento é utilizado como mecanismo indutor de instrumentos urbanísticos de controle de uso e ocupação do solo urbano. Para verificar implicações socioespaciais dessa estratégia a análise é cotejada com um estudo empírico sobre a dinâmica populacional em São Paulo.

Manoel Lemes da Silva Neto
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES VERDES PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE URBANA

O desenvolvimento urbano tem acarretado perda da qualidade urbana e ambiental, uma vez que é norteado pelas infraestruturas cinzas, insuficientes para assegurar a qualidade do ambiente construído. Perda de áreas verdes, inundações e ilhas de calor podem ser minimizadas através da infraestrutura verde, pouco implantada no Brasil. Os investimentos em arborização urbana e áreas verdes, costumam ser escassos e vistos como elementos menos relevantes. Porém, a importância desses espaços verdes tem sido estudada não só no planejamento, mas também na área da Saúde, pois melhoram a qualidade de vida. O objetivo deste trabalho é discutir a importância da infraestrutura verde como estratégia de planejamento e requalificação urbana para a cidade de Passo Fundo. Os métodos utilizados foram: a revisão bibliográfica sobre o tema e o levantamento de campo. Os resultados mostram a potencialidade da infraestrutura verde para a regeneração urbana e dão embasamento para sua promoção enquanto estratégia para resiliência urbana e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: infraestrutura verde, planejamento urbano, resiliência, saúde urbana, qualidade de vida.

Maiara R. Santos Morsch
Universidade de Passo Fundo
arq.maiaramorsch@gmail.com

Juan J. Mascaró
Universidade de Passo Fundo
juan@upf.br

Daniella do Amaral Mello Bonatto
Universidade Federal do Espirito Santo
daniella.bonatto@ufes.br

Natalia Hauenstein Eckert
Universidade de Passo Fundo
nataliahe.arq@gmail.com

Ana Paula Bona
Universidade de Passo Fundo
p-bona@hotmail.com

O TERRITORIALISMO COMPETIVIVO E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esse trabalho procura discutir a produção do território no Brasil, tendo como referência a análise a noção de desenvolvimento e sua influência ideológica sobre as práticas hegemônicas na sociedade brasileira. O processo histórico-geográfico de formação da sociedade brasileira foi regido por promessas acerca dos princípios da modernidade, em que a noção de desenvolvimento, desdobrada da noção de progresso, foi o combustível social de sustentação do movimento de inserção das relações capitalistas no Brasil durante o século XX. A ideia prevalecente na ação governamental, de um modo geral, tem sido a tentativa de inserção das regiões brasileiras no circuito competitivo capitalista. Nesse sentido, verificou-se que o pensamento desenvolvimentista tem sido construído, no espaço social brasileiro, sob a influência de suas elites, como uma estratégia de reprodução, que ressalta o discurso em favor da produção dos chamados territórios competitivos. Dessa forma, para melhor explorar as nuances dessa dinâmica, propõe-se o resgate de uma noção geográfica que tem sido posta à margem: o territorialismo.

Carlos Lobo
IGC/UFMG
carlosfflobo@gmail.com

Ricardo Alexandrino Garcia
IGC/UFMG
alexandrinogarcia@gmail.com

Weslley Monteiro Cantelmo
IGC/UFMG
weslleycantelmo@yahoo.com.br

MEDELLÍN: A CIDADE ESPETÁCULO E PARANOICA NUMA SÓ - UMA REALIDADE MAIS COMPLEXA DE UM MODELO INCOMPLETO

Medellín es modelo de desarrollo urbano. Este é um dos muitos titulares das revistas e jornais que exaltam o processo vivenciado pela cidade , uma cultura de mercado, de marca de cidade, de violência e de inequidade numa cidade só. Apresenta-se a cidade de Medellín desde os anos 1960, passando pela violência dos anos 1980 e 1990 onde o narcotráfico dominava a cidade, depois com maior profundidade se analisa o processo de renovação urbana e o investimento e apoio politico para as zonas mais pobres e periféricas da cidade.

A análise se concentra em duas figuras planteadas por CANCLINI (2005) para definir o que acontece nas cidades da América Latina: por um lado elas são concebidas como cidades-espetáculo, e por outro lado como cidades-paranoicas, as quais esquematizam a oposição entre o norte próspero e as penúrias do sul. A hipótese principal que se apresenta como argumentação neste trabalho está aqui: estas duas cidades fazem parte de uma mesma cidade, ao mesmo tempo e podem ser vistas desde olhares diferentes. Esta cidade permite entrever uma realidade mais complexa do que se vende como imagem, como modelo que se copia e que se exporta para outras partes do mundo, mas de forma incompleta e superficial.

Marcela Giraldo Romero
Universidade Federal do Rio de Janeiro
marcelagiraldoromero@gmail.com

REDES, INTERAÇÕES E PAPÉIS DOS CENTROS URBANOS DA REGIÃO NORDESTE DO PARÁ, BRASIL

A Região Nordeste do Estado do Pará, área de povoamento antigo, remontando aos primórdios do processo de colonização da Amazônia no século XVII, profundamente alterada pelas políticas da economia da borracha, no final do século XIX e início do século XX, e também pela expansão das rodovias no Brasil a partir dos anos 1960; se diferencia da maior parte do Estado do Pará e da Amazônia pelo grande número

de cidades em área relativamente restrita, por sua densa rede rodoviária interligando os núcleos e pela existência de três centros sub-regionais estruturando a região: Castanhal, Capanema e Bragança. Fundamentado em levantamentos teóricos, em dados secundários e em levantamentos de campo nos três núcleos urbanos supracitados, este trabalho objetiva analisar os papéis desempenhados pelas cidades de Castanhal, Capanema e Bragança na estruturação da rede urbana da Região Nordeste do Estado do Pará, destacando as particularidades dessa região, suas interações espaciais e a complexidade que se instala diante da chegada dos vetores da metropolização do espaço a partir de Belém. Os resultados obtidos demonstram a relevância de Castanhal, Capanema e Bragança na estruturação da rede urbana do nordeste paraense, com papéis diretamente ligados ao comércio e à prestação de serviços; e também a complexidade das interações espaciais na região, com a superposição/articulação de lógicas diversas.

Willame de Oliveira Ribeiro
UNESP/ Presidente Prudente
willame.geo@gmail.com

O "NOVO RECIFE" E A REPRODUÇÃO DA METRÓPOLE MODERNA: UMA ANÁLISE DO PROJETO "NOVO RECIFE" À LUZ DA RELAÇÃO METRÓPOLE-MODERNIDADE

As cidades têm passado por transformações desde muito tempo, principalmente, desde o período intitulado por vários pensadores, depois de Marx, de modernidade, no qual as transformações não se dão somente, na esfera da produção, mas hoje, principalmente, no âmbito do consumo e reprodução das relações de produção. Observa-se neste estudo a promoção de projetos voltados para o desenvolvimento urbano através da produção de imagens, símbolos de cidade no contexto de grandes projetos urbanísticos espetaculares, geralmente, associados a políticas culturais, preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, ou ligados ao discurso do progresso e do novo, como saída para a crise urbana. Assim aparece o objeto empírico dessa pesquisa como um projeto que tende a dar um novo conteúdo à área central da metrópole de Recife, o Projeto Novo Recife. Para analisar e embasar esse processo privilegia-se uma análise baseada no entendimento do processo de produção e apropriação do espaço urbano moderno, ligado as transformações do uso do espaço público, e seus conflitos. Essa análise parte do entendimento da lógica de reprodução do capitalismo avançado no mundo moderno e da organização da vida cotidiana. Dessa maneira, chega-se a conclusões preliminares que apontam que movimentos como "Ocupe Estelita" se vinculam a um ideário de utopia, que se empenharia em transcender o institucional, servindo-se da problemática do real e do possível-impossível, e a uma prática urbana dos grupos e das classes de confrontar-se com a ideologia urbanística hegemônica.

Alexandre Sabino do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
geographerspower@gmail.com

URBANIZAÇÃO PELA ÁGUA". VIESES DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DE GESTÃO URBANA.

Artefatos construídos historicamente em oposição ao ambiente natural, as cidades têm sofrido com a ocorrência mais constante de eventos extremos, como inundações, enxurradas e alagamentos. Frutos de um descompasso entre o ritmo de crescimento urbano e a capacidade do meio de suportá-los, esses problemas vinham sendo enfrentados através de medidas estruturais, que agravavam os conflitos entre o processo de urbanização e a dinâmica das águas. Ao rever as posturas adotadas, as soluções hidrológicas passam a se pautar pela consciência do grau de complexidade do fenômeno urbano. Concomitantemente, as políticas públicas de ordenamento territorial incorporam aspectos hidrológicos em suas abordagens. A integração torna-se palavra de ordem, tanto entre campos disciplinares quanto entre políticas setoriais. As escalas de abordagem se ampliam; a noção de desenvolvimento sustentável é incorporada. As medidas não-estruturais ganham importância e orientam as ações de gestão das águas pelo viés do ordenamento territorial. O percurso da ocupação da região metropolitana do Recife (RMR), a iniqüidade na produção de seu território e a emergência de uma nova perspectiva para enfrentar os conflitos relacionados às águas

pluviais são o foco desse artigo. Como fundamento para a discussão da realidade pernambucana traz-se uma síntese dos aspectos conceituais na origem do campo disciplinar da hidrologia urbana, sua relação com a ação de ordenamento territorial e os desafios relacionados à integração visada. Casos de referência na RMR ilustram os avanços e contradições desse processo, buscando identificar aspectos chaves na busca de coerência nas iniciativas integrativas.

Fabiano Rocha Diniz
Universidade Federal de Pernambuco
frdiniz.urb@gmail.com

ESPAÇOS RESIDUAIS: PRODUÇÃO E COTIDIANO

Apresentaremos reflexões sobre espaços residuais em dois conjuntos habitacionais populares, localizados em área periférica de Salvador, Bahia. Entendemos que espaços residuais são elementos excluídos do processo de projetação, de planejamento ou da dinâmica urbana. Buscamos compreender como foram produzidos, sua situação atual, o sentido do caráter residual destes espaços e maneiras que apropriação que alteram sua condição enquanto resto. Fundamentamo-nos essencialmente em reflexões desenvolvidas por Henti Lefebvre (1991), em seu livro "The production of space", no livro "A invenção do cotidiano. Artes de fazer", de Michel de Certau (1980) e no trabalho "A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar", de Pierre Mayol (2009).

Sanane Santos Sampaio
FAUFBA
sanane_sampaio@yahoo.com.br

INTERFACE ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO: PROPOSIÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE SUA QUALIDADE

O marco regulatório em revisão na cidade de São Paulo, junto às inovações trazidas pelas leis da Operação Urbana Consorciada Água Branca e do Plano Diretor já aprovadas, demonstram um questionamento em relação ao modelo de cidade que construímos ao longo do último século, centrado no automóvel e no qual a rua deixou de ser um espaço de sociabilidade. As novas legislações prezam pelo desenho urbano preocupado em qualificar o espaço público para o pedestre: mudam o objeto e a escala de projeto. Neste artigo apresentamos um resumo dos dispositivos, trazidos por essas leis, que regulam a interface entre o espaço público e o espaço privado, bem como desenvolvemos uma metodologia de análise da qualidade desta interface. O objetivo é levantar a discussão sobre a influência da interface público-privada na qualidade do espaço urbano, quais os elementos que a qualificam e como isso pode ser mensurado de forma objetiva.

Thaísa Folgosi Fróes
USP
thaisafroes@gmail.com

AÇÃO DO PODER PÚBLICO NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA RURAL

Este artigo objetiva a caracterização da ação do poder público e a identificação dos principais responsáveis pelo planejamento rural no Brasil, assim como a análise das principais dificuldades atuais vividas para o planejamento desta parcela do território, partindo-se da hipótese que hoje muita atenção é voltada ao planejamento interno das grandes cidades e poucos esforços são encontrados para gestão de áreas rurais. Com base em pesquisa bibliográfica foi possível constatar que o planejamento rural do país está muito restrito a atividades agrícolas, necessitando de uma reformulação e, também, uma melhor definição de responsabilidades. O meio rural deve deixar de ser tratado como um setor produtivo e ser olhado como um território. O município, neste contexto, configura-se como um ente federativo de potencial intervenção no campo, podendo este criar limites para a expansão urbana e critérios para a exploração sustentável do solo. Considera-se estratégica a elaboração de planos diretores com o envolvimento de moradores e lideranças desta área, e que integrem, assim como na área urbana, o zoneamento rural.

Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz
Universidade Federal do ABC
patferragoni@uol.com.br

Ricardo de Sousa Moretti
UFABC
ricardo.moretti@ufabc.edu.br

DINÂMICAS INDUSTRIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – NOVAS ESTRUTURAÇÕES ESPACIAIS

Ao considerar as atuais mudanças do processo de industrialização no estado do Ceará, o texto procura abordar os elementos que apontam para uma reestruturação nas relações e nas funcionalidades urbanas, em especial a partir da análise de uma realidade metropolitana, com destaque para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O principal objetivo é perceber como o arranjo metropolitano, marcado pela influência da estrutura urbana da cidade-motriz, pode ser alterado ou restabelecido a partir do incremento da atividade industrial. Pretende-se trabalhar o papel desempenhado pela indústria na confluência das dinâmicas espaciais da RMF e perceber o quanto essas ações tendem a materializar componentes importantes na organização do espaço urbano, responsáveis pela redefinição das formas e de seus nexos de funcionalidade. Desse modo, o artigo expõe as origens e as características da Região Metropolitana de Fortaleza a partir de um ângulo industrial, revelando as consequências da configuração produtiva cearense na mais recente estruturação espacial metropolitana.

Edilson Alves Pereira Júnior
Universidade Estadual do Ceará
edilsonapjr@hotmail.com

FEAR OF CRIME AND RESIDENTIAL FORTIFICATION IN BRAZIL

Crime rates in Latin America have risen with increasing urbanization, and Brazil has long experienced a global reputation for high rates of crime in its cities. Crime is a barrier to growth and development, threatening democratic consolidation and eroding social capital. As violence and crime have increased, so has the fear of crime, which has shaped both social relations and the built environment in Brazil. The manipulation of the built environment is a physical and visual representation of people's need or desire to secure self and family from perceived threats. The well-documented proliferation of walls and high-security gated communities in Brazil, in addition to the rest of Latin America, is evidence of a prevailing fear of crime. These well-fortified homes and communities are both inspired by and inspire a fear of crime. This study describes the state of household security and fear of crime in urban areas in Brazil to create a baseline of data for use in future comparative research, while also establishing a relationship between fear of crime and residential fortification. Data from the 2009 Brazilian National Household Sample Survey (PNAD) is used and analyzed employing a variety of statistical techniques including ordinary least squares regression modeling. This research concludes that by controlling for sociodemographic variables, victimization, and housing-related variables, fear of crime in the city has a positive and significant effect on degree of usage of residential security devices by heads of households in urban areas of Brazil.

Joseli Macedo
University of Florida
joseli@ufl.edu

Sarah R. Benton
Uniersity of Florida
sarah.r.benton@ufl.edu

O LUGAR DOS POBRES NAS CIDADES: EXPLORAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A INTEGRAÇÃO DA PERIFERIZAÇÃO E POBREZA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Desde meados do séc. XX, assistimos ao fortalecimento dos modos dispersos de ocupação do território tanto nos EUA, onde há tradição em seu estudo, quanto como a Ásia, África e Brasil, onde começam a ganhar força as iniciativas neste sentido. Buscamos entender a produção da forma urbana nestes mecanismos de crescimento e a formação de disparidade socioterritoriais nas cidades, inicialmente a partir de

relações microeconômicas sobre a urbanização que impulsionam maior compacidade ou dispersão de sua forma. Em seguida, investigamos a interação da produção de cidade com a formalidade e informalidade, buscando integrar esta última no núcleo da estrutura analítica da urbanização latino-americana de forma geral e brasileira mais especificamente. Finalizamos indicando diretrizes teóricas e metodológicas para avanços nestes estudos, especialmente considerando a formação de periferias e a pobreza enquanto fenômenos complexos e auto-organizados.

Alexandre Pereira Santos
Universidade Federal de Pelotas
alexandre.pereira.arq@gmail.com

Maurício Couto Polidori
Universidade Federal de Pelotas
mauricio.polidori@terra.com.br

Otávio Martins Peres
Universidade Federal de Pelotas
otmperes@gmail.com

UM SÉCULO DE MARKETING URBANO:PROMOVENDO A VENDA DA CIDADE ILUSÓRIA DESDE OS SUBÚRBIOS INGLESES AOS CONDOMÍNIOS FECHADOS NO BRASIL

A estrutura social é reproduzida na construção do espaço urbano, portanto, uma vez que a sociedade está fragmentada, a cidade é fragmentada. Para que a lógica da sociedade dominante se perpetue é necessário encontrar meios de fazê-lo, o que, em tempos de capitalismo, se relaciona diretamente com a venda de uma mercadoria. É necessário consumir e uma das maneiras eficazes de se estimular o processo é por meio da propaganda. Como qualquer produto, a cidade também passou a ser anunciada e vendida, não só os seus elementos materiais como também imateriais – qualidade de vida traduzida por lazer, segurança e contato com a natureza. Neste artigo é feita uma reflexão sobre a venda da cidade simbólica como fruto de uma representação mental impulsionada pela propaganda, tomando como referência a produção habitacional voltada para as massas. Para tanto, faz-se uma análise e comparação entre dois casos em contextos diferenciados: a expansão dos subúrbios de Londres impulsionada por cartazes publicitários, no início do século XX; e a recente produção habitacional promovida pelo setor imobiliário no Brasil através de campanhas de marketing, dentro do contexto de possibilidades do Programa Minha Casa Minha Vida. Em Londres, linhas de metrô e subúrbios se expandiam simultaneamente, estimulados por cartazes artísticos que exaltavam o padrão de vida suburbano, enquanto no Brasil, o apelo em torno da comercialização de empreendimentos habitacionais vende lazer e espaços domésticos diferenciados através de imagens de modelos arquitetônicos feitos por computador, que muitas vezes não correspondem à realidade do ambiente construído.

Geraldo Browne Ribeiro Filho
Universidade Federal de Viçosa
geraldobrowne@gmail.com

Maressa Fonseca e Souza
Universidade Federal de Viçosa
maressa.fs@gmail.com

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS EVENTOS ENANPUR E SIDR - UNISC E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os eventos científicos constituem uma das formas de comunicação científica e permitem a socialização dos resultados de pesquisa e o contato direto entre pesquisadores; porém, têm sido pouco investigados pela sociologia da ciência. O trabalho visou explicar a relação entre a produção e a disseminação da comunicação científica entre os pares, apresentando a distribuição espacial, além dos elementos teóricos e metodológicos preliminares associados à dinâmica estruturação e de organização dos eventos científicos de maior destaque em Desenvolvimento Regional no Brasil. O estudo exploratório com base na combinação da análise cientométrica e etnográfica identificou que a distribuição espacial dos eventos ENANPUR concentrou-se nas regiões: Sudeste (7 edições), Nordeste (4), Sul (2), Centro-Oeste (1) e Norte (1). Já o SIDR-UNISC, ocorre somente em Santa Cruz do Sul

- RS. Os termos mais citados nos títulos dos trabalhos dos eventos ENANPUR foram: espaço (291), planejamento (223), gestão (197), desenvolvimento (184), território (137), região (121), políticas públicas (55), sustentabilidade (39). No SIDR foram: desenvolvimento (239), região (61), território (37) gestão (35), políticas públicas (24), espaço (22), sustentabilidade (10). Quanto às participações nos ENANPUR destacaram-se a UFRJ (377 participações), UFRGS (159), UFPE (142), UNISC (81), UNIOESTE (54), FURB (47), PUC-PR (19), UFABC (16), UNIFACS (12), UCSAL (6). No SIDR, a própria instituição teve 129 participações, a UFRGS (62), UNIOESTE (42), FURB (34), UFRJ (13), UCSAL (4), UNIFACS (3), PUC-PR (2), UFPE (1). Assim, será possível compreender a distribuição espacial dos eventos científicos na área e ainda construir um modelo de análise de eventos científicos.

Christiane Fabíola Momm
Universidade Regional de Blumenau - FURB
christifabi@gmail.com

Marcos Antônio Mattedi
Universidade Regional de Blumenau - FURB
mattediblu@gmail.com

Raphael Junhity Nakirimoto
Universidade Regional de Blumenau - FURB
rapha_nakiri@hotmail.com

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA DINÂMICA URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Os recentes padrões de produtividade e de competitividade evidenciam transformações, não somente nas grandes cidades e áreas metropolitanas, mas assumem importância estratégica para o desenvolvimento de estados menos dinâmicos economicamente gerando aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza. Nessas articulações econômicas e espaciais, pode-se dizer que numa "aglomeração urbana não metropolizada", como Natal, os efeitos daí decorrentes ocorreram em menor grau e intensidade se considerar a metropolização brasileira. Os impactos, no entanto, podem corresponder às dinâmicas urbanas e reconfigurações territoriais diferenciadas e particulares. Dessa forma, buscar elementos que ajudem a compreender as dinâmicas urbanas recentes – entre 1980 e 2010 – da Região Metropolitana de Natal (RMN) no contexto das transformações macro econômicas e sociais é o objetivo do trabalho. Para tal, utilizou-se informações disponibilizadas pelos censos do IBGE e pela base de dados do CEMPRE, analisando-os segundo o roteiro desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles para a realização de estudo sobre as metrópoles brasileiras. Ao considerar a relevância e o alcance explicativo das especificidades locais, privilegia a análise das transformações macro econômicas e sociais, com ênfase no mercado de trabalho e na estrutura produtiva. Observou-se que a conjugação destes processos em que estão relacionados os principais elementos da estrutura de desenvolvimento territorial urbano e a dinâmica populacional e seus rebatimentos na economia urbana, propiciaram uma compreensão das manifestações concretas das desigualdades sociais no período analisado. Constata-se que a continuidade do processo de metropolização de certa forma está influenciada pelo peso funcional da situação política administrativa que centros como Natal possuem.

Angela Lucia de Araujo Ferreira
UFRN
angela.ferreira@pq.cnpq.br

Maria do Livramento Miranda Clementino
UFRN
mlmclementino@gmail.com

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: A PROBLEMÁTICA DA VULNERABILIDADE SOCIAL ENTRE OS JOVENS DE SANTA CATARINA

O presente artigo surgiu em razão da preocupação com a vulnerabilidade social do jovens catarinenses, bem como, para difundir alguns resultados obtidos no projeto de pesquisa "Educação e Desenvolvimento Desigual: A Problemática da Vulnerabilidade Social entre os Jovens de Santa Catarina", contou com financiamento da CAPES e está vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. O objetivo do projeto foi investigar a relação entre educação e desenvolvimento, com foco nos indicadores da área

da Educação, em especial nos dados levantados pelo INEP e noutros indicadores diretamente relacionados com a problemática da vulnerabilidade social. Para tanto, se optou em realizar o projeto com os jovens do estado de Santa Catarina, com um recorte territorial nas seis grandes mesorregiões do Estado, sendo que a seleção dos municípios e das escolas foi realizada com base nestes indicadores. As disparidades regionais da vulnerabilidade social em relação à educação serão demonstradas de forma concisa para que sirva de aporte para futuras análises específicas e individuais de cada mesorregião. Este estudo se constitui como um importante subsídio para a formulação de propostas que atendam a necessidade e superem a condição destes jovens catarinenses acometidos pela vulnerabilidade social. Também contribui para a construção de um currículo que se propõe a (re)pensar a escola para além de seus muros, compreendendo os jovens em seus contextos sociais.

Cristiane Sbardelati
FURB
sb.cris@hotmail.com

Diego Boehlke Vargas
FURB
vargasdb@gmail.com

Gabriel Filipe Theis
FURB
gabriel.theis@hotmail.com

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
FURB
jamiledelagnelo@yahoo.com.br

Natália Carolina de Oliveira Vaz
FURB
natihvaz@gmail.com

OS INVESTIMENTOS FINANCEIROS NA REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA E AS ARTICULAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA BREVE NOTA

A Baía de Sepetiba, situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é alvo de projetos governamentais de infraestrutura desde a década de 1970. Desde então, o Estado e os agentes de financiamento vêm atribuindo à região as funções de província portuária e industrial, através de incentivos à implantação de empreendimentos relativos à indústria de bens intermediários e setor logístico. Os projetos de infraestrutura em andamento - ampliação da capacidade portuária; aumento do polo siderúrgico;construção do primeiro submarino nuclear brasileiro e construção do arco rodoviário metropolitano - consolidam a manutenção desta lógica no ordenamento territorial para a Baía de Sepetiba. Vale somar a este cenário de investimentos a expansão da cadeia de exploração e produção do petróleo com a descoberta da camada Pré-sal brasileira, que poderá instalar na Baia de Sepetiba as bases continentais e de logística off shore. Num cenário futuro, a região poderá vir a abrigar a capital do Pré-sal no eixo RMRJ/Costa Verde.

Palavras-chave: Baía de Sepetiba; terminais portuários; indústrias; investimentos e desenvolvimento territorial.

Isis Alves do Sacramento Perdigão
IPPUR/UFRJ
geoisisperdigao@gmail.com

MOBILIDADE ESPACIAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL: ANÁLISE DOS FLUXOS POPULACIONAIS MOTIVADOS PELO SERVIÇO DE SAÚDE NA MICRORREGIÃO DE PORANGATU, 2010 – 2014

A literatura sobre a mobilidade espacialvem sendo muito disseminada por discutir questões vinculadas às metrópoles. Por outro lado as Cidades Médias têm incorporado uma parcela significativa do crescimento do país seja demográfico ou econômico. Entender esses contextos espaciais remete a uma série de fatores, como padrão demográfico, cadeia produtiva regional, disposição de funções públicas de interesse comum, dentre outros. A compreensão da mobilidade deve estar vinculada ao processo de centralidade, nesse sentido, importante analisar como ocorre à disposição das funções públicas de interesse comum na Microrregião de Porangatu. No que tange aos deslocamentos para acesso aos serviços de saúde, destaca-se as especificidades que envolvem o processo.

Cristiano Martins da Silva
Universidade Federal de Goiás
cristiano_martins@yahoo.com.br

Diego Pinheiro Alencar
Universidade Estadual de Goiás
diegopinheiroalencar@yahoo.com.br

CIDADE COMPACTA E CIDADE DISPERSA: PONDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DO ALPHAVILLE BRASÍLIA

Parte das teorias contemporâneas sobre a forma da cidade foca num debate dual: de um lado, os estudos analíticos e históricos que demonstram a intensidade do crescimento e expansão territorial da urbanização, sua permanência e irreversibilidade, formam uma leitura de cidade dispersa, considerado por alguns autores como a morte da cidade; do outro lado estão os estudos que objetivam frear essa dispersão e prover respostas urbanísticas baseadas no resgate de padrões espaciais da cidade “”tradicional””, formam uma leitura de cidade compacta. O embate entre estas leituras é central na discussão sobre morfologia urbana na contemporaneidade. A partir de análises do projeto urbanístico do Alphaville Brasília, incluindo mapas, imagens ilustrativas e textos produzidos pelos escritórios projetistas, concluímos que a futura realização de Alphaville na região de Brasília inserirá definitivamente a capital nos padrões contemporâneos de intensificação da dispersão urbana, materializando modos de moradia e trabalho ainda inexistentes ali, e constituindo uma “nova periferia”. Também é possível determinar que a estratégia de atração de moradores e investidores para esta nova periferia se baseia na construção de uma imagem ambígua de cidade, ora tendendo à dispersão urbana, ora incorporando parcialmente a ideia de cidade compacta, mas sempre negando, escondendo e se isolando dessa constituição de nova periferia, inevitavelmente localizada geográfica e socialmente na região do entorno do DF.

Carolina Pescatori Candido da Silva
UnB
pescatori@gmail.com

OS AGENTES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DE ALTAMIRA/PA

Este artigo tem como objetivo identificar os agentes sociais produtores do espaço urbano na Amazônia, assim como identificar a estrutura resultante dessas ações. Observou-se que até a metade do século XX, as estratégias de ocupação do território não implicaram em mudanças socioespaciais significativas e o espaço configurava-se a partir de regras próprias que mesclavam o interesse da elite local ao modo de vida da população. Após este período, o governo federal passou a ser o agente principal na definição de estratégias de intervenção no território amazônico, pautando a produção do espaço urbano na fronteira amazônica pela demanda do capital internacional, materializado pela financeirização da economia.

Elegemos como estudo de caso a cidade Altamira, que teve seu espaço urbano modificado em função dos “Grandes Projetos” e que atualmente passa por novas modificações decorrentes das ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, observou-se em Altamira um novo ciclo de expansão urbana, com crescente participação do setor privado, seja através da implantação de loteamentos e condomínios, ou de conjuntos habitacionais de baixa renda. Este padrão de expansão transpõe para a cidade a generalização de processos de alto impacto social e ambiental no espaço urbano, e de grande tolerância e passividade diante dos fenômenos de concentração fundiária, transformação intensiva do ambiente natural, urbanização em grande escala, homogeneização da paisagem e esgarçamento do tecido urbano.

Lucas Souto Cândido
Universidade Federal do Pará
candido74@hotmail.com

Marcilia Regina Gama Negrão
Universidade Federal do Pará
negraomarcilia@gmail.com

CÍRCULOS DE INFORMAÇÕES E USOS DO TERRITÓRIO: GRANDES EMPRESAS DE

CONSULTORIA E A GESTÃO DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

A partir de 1990, o Estado brasileiro passa a adotar medidas para adaptar o conteúdo da globalização ao território nacional, promovendo a privatização dos sistemas de engenharia e de movimento e alargando os contextos da globalização no território. Identificamos que esse processo perdura até os dias de hoje, por meio de novas práticas de transferência das materialidades do território e do planejamento territorial para as grandes corporações. Nesse processo, o Estado acionou as empresas de consultoria e com isso terceirizou o planejamento territorial já que ao privatizar as infraestruturas territoriais também se entregou o planejamento territorial. Esse processo forjou um novo tipo de planejamento que chamamos de corporativo, já que é feito diretamente pelas corporações tornando o território ainda mais corporativo. Lançando luz sob os aspectos territoriais que compõem o processo de uso corporativo - a espoliação de grandes empresas estatais; a inserção dessas empresas na lógica globalizada de acumulação a partir do controle da gestão por novos agentes globais e o apoio do Estado como financiador e gestor desse processo - pretendemos identificar os pontos de ruptura e continuidade com o atual processo de desestatização do sistema de movimento aeroviário estatal organizado pela Empresa Brasileira Infraestrutura Aeroviária (INFRAERO).

Adriana Maria Bernardes Silva
UNICAMP
abernardes@ige,unicamp.br

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira
UNICAMP
sergiothor@yahoo.com.br

UMA BREVE ANALISE DAS JORNADAS DE JUNHO: NOVAS INSURGENCIAS DA SOCIEDADE CIVIL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO PLANEJAMENTO URBANO

Este paper tem como objetivo apresentar algumas questões relativas a uma das recentes manifestações da sociedade civil – As Jornadas de Junho. Trata-se de um ciclo de protestos que teve como objetivo inicial alterar e influenciar as políticas públicas referentes ao transporte público e como objetivo mais amplo, reivindicar questões em torno da temática urbana e do direito à cidade. Para tal, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica. Mais especificamente, temos como meta, aqui, explorar inicialmente o seu contexto histórico de mobilização, o seu processo constitutivo de lutas durante o ano, as primeiras mobilizações ainda latentes e pouco visíveis e algumas questões relativas ao conteúdo das reivindicações. Nosso objetivo, assim, é analisar, inicialmente, as reivindicações como questões colocadas ao Estado e a suas políticas públicas que visam mudanças no planejamento e na estruturação urbana da cidade.

Aldrey Cristiane Iscaro
Universidade Federal do Rio de Janeiro
aldreycris@hotmail.com

A GUERRA COMO FATOR DE INDUÇÃO À URBANIZAÇÃO

Angola constituía, mesmo antes da colonização lusitana, um território com razoável grau de organização social, política e relações sócio-espaciais. Com a chegada dos colonizadores, a partir do século XVI, Luanda passa a ganhar importância e torna-se a principal cidade do país. A partir de 1961, as guerras de libertação passam a modificar a antiga organização territorial ao provocar a migração da população camponesa que busca abrigo nas principais cidades do interior e na capital. Em 1975 as frentes de libertação retomam o domínio do país e expulsam os portugueses. No entanto, seu território está dividido entre facções de orientação política e ideológica distintas: na capital o domínio do MPLA, ao sul a UNITA e ao norte a FNLA. É a guerra civil que se espalha pelo interior. Em Luanda a preponderância militar do MPLA garante uma relativa calma, fato que acaba por induzir novo fluxo migratório para seu entorno enquanto se esvaziavam as províncias interioranas. Extrapolando os antigos limites da capital surge uma nova configuração urbana, os musseques, expressão que designa os grandes assentamentos subnormais angolanos. O tratado de paz selado em 2002 não estancaria tais movimentos populacionais, ao contrário, as novas possibilidades concentradas na capital dos novos tempos, inclusive

no plano da economia, vem reforçar a concentração populacional em condições de difícil equação. Este trabalho traz à discussão tal processo, apoiado nos parcos documentos existentes e em pesquisas de campo detalhadas adiante.

Palavras chave: Angola; guerras de libertação; musseques; planejamento regional.

Jose Caleia Castro
Universidade do Vale Do Paraiba - UNIVAP
jccaleia2@gmail.com

Pedro Ribeiro Moreira Neto
Universidade do Vale Do Paraiba - UNIVAP
pedroribeiro@univap.br

EXISTE ESPAÇO PARA AS CIDADES NO MERCADO IMOBILIÁRIO FINANCEIRIZADO?

A partir de uma sucessão recente de reformas incrementais na política habitacional do país, a atividade imobiliária passou a ter forte intersecção com o mercado de capitais, como já vinha ocorrendo em outros países. Com isso, passou a incluir além da gestão de terrenos e encomenda da construção de imóveis, o agenciamento de crédito financeiro e a administração de suas garantias. Diante de um contexto de crescente mistura do mercado financeiro, por definição mundializado, com a atividade de incorporação imobiliária, ainda existe espaço para as cidades? Este artigo argumenta que sim, na medida em que a disputa travada pelo solo urbano, matéria prima da incorporação imobiliária, possui uma natureza local e, ademais, no caso brasileiro, pela fórmula federativa adotada, compete à municipalidade interferir nesse processo. As instituições do mercado financeiro compõem um quadro complexo de elementos que recaem sobre processos e configurações preexistentes e, com elas, se misturam de modos diversos. De maneira que, além de ser mantida uma dimensão local, a financeirização do mercado imobiliário não produz homogeneidade de porte e perfil entre empresas do setor. Para lançar luz sobre esse argumento, o artigo revisita como ocorre o processo da incorporação imobiliária, apresenta dados longitudinais da incorporação imobiliária em São Paulo e expõe as formas pelas quais o poder público municipal pode interferir nesse processo conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: Incorporação Imobiliária – Mercado Financeiro – Regulação Estatal – Solo Urbano

Telma Hoyler
Universidade de São Paulo
telmahoyler@usp.br

DO DISCURSO DO "DECLÍNIO" AO DISCURSO DA "LOGÍSTICA": ESTRATÉGIAS E TENDÊNCIAS PARA (RE) AFIRMAR A METRÓPOLE DE BELÉM NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O texto tem como objetivo principal analisar a relação a difusão de um discurso do "declínio" e a suposição de um outro que é o das atividades ligadas a logísticas, apresentado como uma solução econômica para a metrópole paraense. Em um primeiro momento, procuramos contextualizar a região metropolitana, para em um segundo momento associar como estes discursos vêm legitimando e "circulando" ideias no sentido de requalificar as áreas centrais da cidade, que são utilizadas como área portuária, e alterar seu uso em função do turismo, transferindo este serviços para outros municípios dentro da região metropolitana e para espaços além desta institucionalização, mas que possuem uma forte relação com a metrópole, devido a uma densa malha viária implantada recentemente pelo estado, além de instalação de inúmeras industrias e complexo portuário. Dessa forma, busca entender o significado da metrópole de Belém dentro da região depois de seu processo de integração, como fronteira econômica, ao mercado nacional e a acumulação do capital, propondo, a partir de sua dispersão tanta da malha urbana quanto dos serviços, uma configuração embrionária de cidade-região na Amazônia.

Thiago Alan Guedes Sabino
Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
thiagoalan2000@yahoo.com.br

PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO REGIONAL: UMA PERSPECTIVA SOBRE A SITUAÇÃO E EMPREGO DO SETOR NA REGIÃO DA COSTA VERDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A atividade turística no Brasil, ao longo dos anos, tornou-se um importante componente para a economia de muitos estados, em função do incremento de recursos financeiros e possibilidades geradas pelo setor, também na esfera social. A diversidade de paisagens e culturas viabilizou o desenvolvimento econômico de algumas regiões, através desta atividade econômica, sustentada pelas potencialidades do espaço natural e do espaço produzido pelo homem. O turismo emergiu no litoral Sul Fluminense, também conhecido como Costa Verde, como uma atividade potencialmente capaz de movimentar segmentos, anteriormente desestimulados da economia desta região do estado do Rio de Janeiro. O turismo ultrapassou sua condição secundária dentro da economia regional a partir da criação de infraestrutura espacial, sobretudo de mobilidade e acesso, apta a atender esse mercado carecedor de elementos que viabilizem estruturalmente a chegada e permanência de visitantes em busca de lazer temporário. Sob essa perspectiva o estudo avaliou a atividade turística na região administrativa da Costa Verde, através da análise do potencial gerado pela ocupação e pela renda do setor. Realizou-se análise tendo por base as informações sobre equipamentos e infraestrutura turística na Costa Verde, a partir de critérios definidos nas disposições da Organização Mundial do Turismo, assim como dados estatísticos do IBGE sobre a atividade econômica para o recorte territorial da Costa Verde. Mediante a comparação com outros destinos turísticos consolidados no Brasil, constatou-se o potencial da Costa Verde para este setor da atividade econômica com proporções parecidas mesmo, levando em conta seu eventual caráter segregador e gerador de conflitos territoriais.

Felipe Rodrigues Araujo
ENCE
felipe_araujo86@yahoo.com.br

A REESTRUTURAÇÃO DO LITORAL DE IPOJUCA-PE A PARTIR DO IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO: O USO DO ESPAÇO PÚBLICO DAS FAIXAS DE PRAIAS

Este artigo tem como objeto central as mudanças socioespaciais observadas no litoral de Ipojuca, na década de 2000-10, que trata por consolidar este como local de interesse privilegiado dos setores imobiliário e turístico em Pernambuco. Isso é percebido a partir da implantação dos grandes empreendimentos imobiliários vinculados ao turismo que vêm alterando o uso e apropriação dos espaços públicos de praia. O objetivo central e o de analisar as mudanças no uso das faixas de praia, procurando explicitar como esta nova forma de ocupação espacial voltada para um público específico (classe média alta e alta) gera ambientes excludentes, segmentados. Orientado por bases conceituais desenvolvidas por Michel de Certeau, o estudo focaliza as ações espontâneas da população, suas práticas cotidianas, frente às atitudes de dominação impostas aos espaços de praia por parte dos administradores e proprietários dos Resorts e empreendimentos imobiliário-turísticos. A partir dos diferentes comportamentos dos usuários desse espaço de domínio público, este estudo procura contribuir para o debate sobre o espaço da faixa de praia enquanto bem público de uso comum, porém submetido a diversas estratégias de poder para privatização de seu uso.

Amanda Florêncio de Macêdo
UFPE
amanda@vaastu.com.br

A SUBSUNÇÃO DA CIDADE ÀS FORMAS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O presente artigo critica a economia política da cidade na subsunção às formas de acumulação capitalista, destarte, busca precisar a sua natureza enquanto valor de uso e de valor, neste caso, pronta para ser comprada e vendida. O artigo discorre sobre as propriedades intrínsecas e extrínsecas do uso cidade, no qual a arquitetura tem papel fundamental quan-

do apresenta a importância estratégica da Escola Bauhaus na confirmação da economia de consumo. Ressalta então, a necessidade de levar o debate para plano da criação de valor de troca, com o propósito de desvelar os interesses que envolvem a cidade. Em seguida aborda inicialmente as questões da alienação, segundo Lefebvre, e discute os traços distintos da cidade nas formas do capitalismo, demarcadas na revolução industrial, no período fordista-keynesiano, e no capitalismo globalizado. Como referência empírica, o artigo aborda a referência da Capital de Minas como cidade que se confirma nas contradições e antagonismos do modo capitalista de produção. Finalmente, faz o cotejamento dos pontos apresentados.

Palavras-chaves: Cidade; Valor-de-uso; Valor-de-troca; Acumulação Capitalista.

José Tanajura Carvalho
CEDEPLAR
zecatana@cedeplar.ufmg.br

>ST2

ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICA

A DISCRICIONARIEDADE DO PODER PÚBLICO EM REGULARIZAÇÕES URBANÍSTICAS: O CASO DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM BELO HORIZONTE

Cada vez mais presente nas políticas urbanas, a Operação Urbana Consorciada constitui o tema deste artigo. Entende-se que o conhecimento desse instrumento urbanístico é importante para os profissionais que lidam com a problemática urbana, especificamente no campo da regularização urbanística e edilícia, como arquitetos e advogados. Como recorte de estudo, pretende-se investigar, baseado em estudos de renomados autores do Direito Urbanístico, a discricionariedade, ou seja, as decisões tomadas pelo Poder Público quanto às contrapartidas necessárias para a realização das Operações Urbanas Consorciadas. Primeiramente, será analisada a questão da irregularidade urbanística e as legislações afins. A seguir, desenvolve-se uma breve análise das Operações Urbanas Consorciadas realizadas na cidade de Belo Horizonte, no período compreendido do final do século XX à primeira década do século XXI e a respectiva discricionariedade do Poder Público. Ao final, conclui-se que cada operação urbana implicou em diferentes contrapartidas, demonstrando a sua subjetividade, bem como a necessidade de aperfeiçoamentos.

Juliana Malard Almeida
FUMEC
ju.malard@gmail.com

Reginaldo Magalhães de Almeida
FUMEC
ralmeida@fumec.br

CORRIDA CICLOVIÁRIA: UMA AVALIAÇÃO DA REDE DE CICLOVIAS IMPLANTADA NO DISTRITO FEDERAL.

Este trabalho buscou avaliar a qualidade de parte das ciclovias implantadas no Distrito Federal. Antes da avaliação propriamente dita foi realizada uma contextualização que destacou a gênese, evolução e fase atual do programa cicloviário, e as contradições entre críticas públicas e pronunciamentos do poder público local. Os procedimentos práticos de avaliação tiveram ênfase na verificação in-loco da ocorrência das cinco exigências para o planejamento cicloviário: segurança viária, rotas diretas, coerência, conforto e atratividade. Os resultados evidenciaram que a implantação súbita de uma grande quantidade de ciclovias – corrida cicloviária - fez com que aspectos qualitativos como constituição de rede, adequação às infraestruturas pré-existentes e integração com a cidade ficassem negligenciados.

Claudio Oliveira da Silva
Universidade de Brasília
carecasso@gmail.com

PLANOS DE DESENVOLVIMEMENTO INTEGRADO PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP): UMA HISTÓRIA SEM FIM

Este texto busca elencar os planos elaborados para a RMSP, da década de 1970 até 2014, que visaram orientar o desenvolvimento integrado dessa região, e busca apresentar a evolução da estrutura administrativa do Governo do Estado voltada à gestão metropolitana, destacando o desafio, que ainda perdura, no estabelecimento de planos de ação em escala metropolitana que possam ser acompanhados por um sistema de gestão democrático e que sejam capazes de articular políticas em escala local e regional, em nível estadual, conduzir e harmonizar o desejável desenvolvimento do uso e ocupação do solo da RMSP, em consonância com seus aspectos físicos, ambientais, econômicos, culturais e sociais.

Valentina Denizo
CDHU-Companhia de DEsenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
vdenizo@cdhu.sp.gov.br

A INFORMAÇÃO COMO PODER: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Em um contexto de crise da democracia representativa e a partir de uma análise dos processos de participação popular institucionalizados de planejamento urbano no Brasil, evidencia-se que a sociedade permanece às margens do debate sobre a produção da cidade, incapaz de interferir sobre seus processos de tomada de decisão. Os entraves da escala, do formato e da linguagem e o potencial da comunicação e do acesso à informação são examinados como possibilidades para a construção de um ideal ampliado de participação e o desmonte dos mecanismos tradicionais de reprodução do poder na produção do espaço urbano.

Thaís Mariano Nassif Salomão
UFMG
thaisnassif@gmail.com

O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO E O PAPEL DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO TAPAJÓS NA AMAZÔNIA: ENSAIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Na região Amazônica os gestores das pequenas cidades enfrentam grandes desafios para promover o desenvolvimento local que assegure às suas populações maior qualidade de vida em sua totalidade. O objetivo deste ensaio é refletir sobre o papel do Consórcio Intermunicipal enquanto agente institucional que empodera iniciativas na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, sobretudo na região do Tapajós, na Amazônia, cujas

estratégias adotadas e implementadas podem contribuir para o bem estar social, econômico e ambiental dos municípios consorciados. A consolidação do objetivo deu-se a partir da construção metodológica, que se utiliza de informações produzidas no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT's) e nos estudos sobre o "Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos" e também em pesquisa de campo de observação, ocorrida na cidade de Itaituba, lócus da segunda reunião da ADT's, em agosto de 2014. O foco principal nesta metodologia, é o recorte do território do Tapajós, formado pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, todos localizados na região do sudoeste do Estado do Pará. Concluiu-se que, a territorialização do Tapajós é vantajosa, visto que, o novo ator institucional, o Consórcio Intermunicipal do Tapajós pode empoderar estratégias na direção de um desenvolvimento sustentável no Território. Teoricamente estas vantagens são muitas para resolver questões ambientais comuns, principalmente para a Amazônia, que carece de políticas públicas ambientais. No entanto, apenas ações futuras devem evidenciar se o empoderamento do Consórcio vão contribuir para a promoção de um desenvolvimento territorial sustentável na região.

Palavras-Chaves: Consórcio Intermunicipal, Cooperação, Desenvolvimento do Território.

FRANCICLEI BURLAMAQUE MACIEL
Universidade Federal do Oeste do Pará.
pcedr.ics@ufopa.edu.br

PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS QUANTO ÀS ADOÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS DE LAZER E TURISMO URBANOS

Este artigo trata da percepção de usuários em relação ao desempenho de espaços públicos urbanos que sirvam concomitantemente ao lazer e ao turismo, em um contexto no qual se verifique parcerias público-privado do tipo Adoção. Objetiva-se colaborar para a análise dos procedimentos de planejamento urbano, em particular para o exame da gestão atual de espaços públicos de lazer alterados pelo setor privado, estando eles inseridos em um contexto turístico significativo. Como objetivos específicos visa-se: (i) averiguar se a ocorrência das parcerias nos espaços públicos urbanos, sob os aspectos físicos e simbólicos, é interpretada como necessária para a qualificação do lazer e do turismo, ou como imprópria; e (ii) verificar a percepção contemporânea da sociedade civil brasileira em relação ao papel do Estado, para provimento de lazer e turismo, em face do crescente número de cooperações público-privadas consolidadas nesses espaços. Para tanto, realizou-se estudo comparativo em três espaços adotados, na cidade de Porto Alegre/RS. A coleta de dados compreende levantamento de arquivo e levantamento de campo. Os resultados indicam: (i) existir aceitabilidade das intervenções privadas de forma correlata à relevância atribuída a esta prática de investimento no espaço público; (ii) não ser expressivo o interesse dos usuários pelo modo como os serviços são providos, contanto que o resultado final seja satisfatório ao propósito dos espaços; e (iii) que, na percepção dos usuários, o Estado ainda é a esfera sobre a qual incide e sobre a qual deveria incidir a responsabilidade pelo amparo às áreas públicas abertas de lazer e turismo.

Fernanda Costa da Silva
Rede Metodista de Educação do Sul - IPA
fernandacds@hotmail.com

Maria Cristina Dias Lay
UFRGS
cristina.lay@ufrgs.br

BURGUESIA INDUSTRIAL E A "AGENDA DE DESENVOLVIMENTO" PARA O RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DÉCADA DE 1990

O artigo analisa os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação às eleições que elegeram o governador gaúcho no período entre 1999 e 2002. Se, por um lado, a análise registra a capacidade da burguesia industrial em atuar como força social e coletivamente organizada, por outro lado apresenta as principais questões que definiram a "agenda de desenvolvimento" da burguesia industrial para o espaço subnacional a partir daquele período.

Marco Andre Cadona
Universidade de Santa Cruz Do Sul - UNISC
mcadona@unisc.br

SOBRE A FORMA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DO PT

O trabalho pretende caracterizar o Programa Minha Casa Minha Vida a partir da sua formulação institucional, buscando entendê-lo como parte de uma reestruturação da forma do Estado brasileiro durante a gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal desde 2002. Ao delimitá-lo dentro do campo contraditório das forças no interior de um partido que se torna governista, revela-se um particular projeto de desenvolvimento nacional que conforma o amadurecimento de uma determinada democracia defendida por uma gama de atores sociais capitaneada pelo PT desde sua fundação. A política pública relacionada ao urbano mostra-se um campo privilegiado para tecer estas considerações, na medida em que articula e materializa a ação de agentes relevantes neste contexto: o Estado, o campo da esquerda (partidos, sindicatos e movimentos sociais) e o capital no setor produtivo, financeiro e imobiliário.

Isadora de Andrade Guerreiro
Universidade de São Paulo
isaguerreiro@uol.com.br

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E DIREITO À CIDADE: UM OLHAR SOBRE O JOGO, SUAS REGRAS E AS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

O artigo discute as práticas de participação nas políticas públicas, fundamentais para a ampliação do direito à cidade e fortalecimento da cidadania. Para tanto, reflete sobre as esferas e âmbitos de tomada de decisões nas políticas públicas nas cidades brasileiras, tendo Belo Horizonte como um exemplo para fins analíticos. Considera que tem havido uma inflexão nos espaços e práticas formais de participação cidadã, com a paralela criação de novas práticas de mobilização nas grandes cidades, especialmente ligadas à cultura e à ação autônoma, fora do Estado e dos mecanismos da democracia representativa.

Clarice de Assis Libânio
UFMG
claricelibanio@gmail.com

COOPERAÇÕES TERRITORIAIS DE ÂMBITO URBANO-REGIONAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NAS COOPERAÇÕES INTERMUNICIPAIS NO BRASIL E NA FRANÇA

O fenômeno da urbanização atual não se configura mais por uma estrutura urbana densa e polarizada, típica da urbanização das cidades resultantes do período industrial; mas ele prende formas cada vez mais deconcentradas e polinucleares, estabelecedo uma configuração territorial que chamamos de "cidades -regiões". Em razão desta complexidade e da escala na qual se desencadeiam fenômenos ambientais e urbanos, nos parece impossível pensar o planejamento e a gestão territorial sem um "descolamento" das escalas político-administrativas. Percebe-se assim, que diferentes arranjos têm sido gradualmente colocados em prática, no Brasil e no mundo, em forma de cooperações territoriais pluriescalares, que podem estar para além dos limites territoriais das circunscrições municipais e até mesmo metropolitanas. Estas cooperações representam o campo de interesse deste estudo, que procura analisar alguns arranjos territoriais que parecem sinalizar para uma nova forma de aménager o território. A análise aqui apresentada mescla os resultados de pesquisas anteriores sobre as cooperações territoriais de planejamento e projeto na França com dois diferentes tipos de arranjos territoriais brasileiros. Percebe-se assim, que apesar de uma estruturação territorial completamente diferente, um Brasil federalista e uma França unitária, encontramos traços comuns nas práticas em matéria de planejamento e/ou gestão territorial nestes dois países. Neste exercício, as similitudes nas cooperações territoriais e os contrastes da organização político-administrativa contribuem para um melhor entendimento dos limites e possibilidades da cooperação territorial, e para refletir sobre a necessidade de inovações na configuração dos territórios.

Fernanda da Cruz Moscarelli
Faculdades Meridionais / Universidade Federal do Rio de Janeiro
fe_moscarelli@yahoo.com.br

Mauro Kleiman
UFRJ
kleiman@ippur.ufrj.br

O ESTATUTO DA CIDADE E O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: O QUE FICOU, PARA ONDE VAI?

O artigo traz reflexões a respeito do conteúdo presente no Estatuto da Cidade, legislação regulamentadora do princípio constitucional da função social da propriedade. A releitura da lei não propõe, contudo, sua desconstrução ou desmerecimento como fator de avanço na política urbana nacional. Antes, pretende-se destacar alguns pontos externos (exógenos) e internos (endógenos) à própria lei que acabam por contribuir à sua inaplicabilidade. Nesse sentido, são levantadas e analisadas questões ligadas à existência de um modelo alternativo àquele preconizado no Estatuto para o tratamento da cidade e da propriedade bem como para a realização do planejamento urbano local. Esse modelo, orientado pela concepção da terra como uma mercadoria, acaba por impedir a execução de fato da lei. Em seguida, discutem-se os aspectos internos à própria lei, entre quais destacamos seu caráter unificador (de homogeneização) e as complexidades por ela trazidas para realização do planejamento municipal, que restringem sua aplicação. Procura-se demonstrar por meio dessa análise como a função social da propriedade preconizada legalmente no Brasil - e consequentemente a ação do Estado na promoção do direito à cidade em seu fator mais básico - encontra-se longe de estar acabada e com significativa possibilidade de efetivamente ser colocada em prática.

Luiz Felype Gomes de Almeida
UFMG
luizfelype.almeida@gmail.com

PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é o foco deste trabalho: mostra-nos um arranjo que falhou no passado, por não ter reconhecido a desigualdade de poderes entre seus entes, recupera-se recentemente e prepara um novo arranjo que tem se mostrado estável. Mas para que serve este arranjo, o que ele tem como objetivo e qual seu escopo de atuação? A pergunta surge porque se constata que os primeiros anos de retomada do arranjo metropolitano da RMBH foram descoordenados em suas atividades: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano (SEDRU) realizava um conjunto de atividades e a recente Agência de Desenvolvimento da RMBH (Agência RMBH) realizava outras, sem interagirem, apesar de algumas ações serem complementares. Num governo seguinte, toda a questão metropolitana se transfere para a nova Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana (SEGEM) e Agência RMBH, focando outros novos projetos. O que estado, municípios e sociedade civil esperam deste esforço de coordenação? A pesquisa buscou recuperar o histórico de formação da questão metropolitana, a partir da reforma urbana, focando em seguida a criação do arranjo metropolitano da RMBH, passando pela revisão da legislação sobre o tema e documentos atuais, até atualizar as informações por entrevistas com os principais atores metropolitanos. Compreender estas questões é compreender como os atores metropolitanos percebem e alteram a região metropolitana de Belo Horizonte, um local estratégico pelas suas características socioeconômicas e políticas.

Ana Carolina Utsch Correa
UFMG
acutsch@gmail.com

REFLEXÕES SOBRE O USO DE INDICADORES NO PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO

O artigo discorre sobre a utilização de indicadores no planejamento do território, envolvendo em espe-

cial as atividades de formulação de diagnósticos e de definição de prioridades de ação e investimento, com ênfase na identificação de cuidados necessários para evitar os riscos mais usuais do uso de parâmetros médios. Essas reflexões se amparam na experiência obtida pela aplicação da metodologia preconizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no programa "Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis", a qual se baseia em um diagnóstico inicial das cidades com a utilização de 117 indicadores. A esses indicadores são associados resultados esperados e desejáveis, para um enquadramento semafórico da situação encontrada na cidade analisada. O artigo busca demonstrar a hipótese de que os indicadores são necessários e úteis no diagnóstico e na definição de prioridades de ação, porém, vários deles demandam informações adicionais para que seja possível evitar alguns riscos associados às análises de resultados médios, que são característica intrínseca dos indicadores. A partir dos estudos realizados são sugeridos alguns levantamentos complementares, que podem vir a reduzir os riscos identificados na pesquisa.

Flávio Henrique Ghilardi
USP
flavio.ghilardi@gmail.com

Ricardo de Sousa Moretti
UFABC
ufabc.moretti@gmail.com

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS – EXTREMA-MG

O pagamento por serviços ambientais vem sendo visto como uma política pública que atende muitos requisitos básicos, além de estar alinhado com o desenvolvimento sustentável e favorecendo todos os níveis da sociedade. No município de Extrema, localizado em Minas Gerais, divisa com São Paulo, esta política pública já virou realidade com o "Projeto Conservador das Águas" e está atendendo cerca de 160 agricultores, além de beneficiar o sistema da Cantareira, que abastece o Estado de São Paulo e vem sofrendo grandes problemas de falta de água nos últimos tempos. Como a escassez de água influencia diretamente na importância que o consumidor dará à preservação do manancial que lhe fornece esse bem natural, o momento atual é propício para a discussão de projetos desse tipo. O pagamento por serviços ambientais surge no Brasil como uma alternativa para o controle de áreas de degradação, visando a conservação ambiental e a garantia de serviços que beneficiem o meio ambiente e as presentes e futuras gerações que necessitam de recursos naturais para sua subsistência.

Alessandro Bertolino
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
alessandro.bertolino@pucpr.br

Carlos Mello Garcias
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR
carlos.garcias@pucpr.br

Liz Ehlke Cidreira
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
liz_ehlke@hotmail.com

Stephanie Louise Inácio Castro
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR
s_louise@hotmail.com

PARTICULARIDADES DAS HABITAÇÕES EM PEQUENOS MUNICÍPIOS PARAENSES

o presente trabalho propõe uma discussão relacionada com peculiaridades das habitações nos pequenos municípios no Estado do Pará. A necessidade de incorporar as diversidades regionais, municipais e urbanas como dados para a formulação de políticas públicas voltadas para a habitação na Amazônia justifica a escolha deste assunto para reflexão. A análise foi baseada em pesquisa bibliográfica e na leitura de Planos Locais de Interesse Social de nove municípios do Pará. Demonstra que há elevada precariedade habitacional e carência de infraestrutura. A definição de assentamentos precários utilizada pelo governo federal é muito abrangente e não contempla a realidade de todos os municípios brasileiros.

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas
Universidade Federal Do Pará
gibangoim.gisa@gmail.com

Joana Valente Santana
Universidade Federal Do Pará
joanavs@terra.com.br

AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS APLICADO AO MUNICÍPIO DE CURITIBA

O aumento na geração dos resíduos sólidos é um problema para a sociedade e encontrar formas para o seu equacionamento e disposição ambientalmente adequada é um grande desafio atual. O objetivo deste artigo é avaliar e propor políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos urbanos aplicados ao município de Curitiba. A partir da avaliação de modelos teóricos de gestão de resíduos foi possível selecionar variáveis e definir as principais, a partir da percepção de especialistas. A pesquisa é exploratória e descritiva, utiliza método bibliográfico, documental e de levantamento, utilizando a técnica Delphi. Como resultado, definiu-se as principais variáveis presentes na gestão de resíduos e uma avaliação e proposição de políticas públicas direcionadas para o município de Curitiba foi realizada através de uma comparação com a atual situação da gestão de resíduos sólidos urbanos do município.

Alain Hernández Santoyo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
santoyocu@upr.edu.cu

Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
christiansilva@utfpr.edu.br

Gabriel Massao Fugii
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
gabrielfugii@hotmail.com

Nádia Solange Bassi
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
sbnadia@gmail.com

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS URBANAS E AMBIENTAIS: ALGUNS DIÁLOGOS POSSÍVEIS.

Para que haja um desenvolvimento territorial mais equilibrado, com objetivo de buscar a melhor forma de usar e ocupar os espaços das cidades e realizar investimentos em serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, as políticas de desenvolvimento urbano e ambientais devem ser concebidas, a partir de uma abordagem integrada. Do ponto de vista da regulação, essas políticas passaram por regulamentação federal na última década, referendando o poder local como o principal agente em sua gestão. Uma articulação entre os diferentes instrumentos da política urbana e ambiental pode auxiliar a superar a fragmentação da implementação destas políticas, que incidem nos espaços urbanos e rurais, e que se refletem na urbanização desigual dada pela segregação espacial e exclusão social.

Elisamara de Oliveira Emiliano
UFBA
elisamara.emiliano@gmail.com

PARTICIPAÇÃO POPULAR INSTITUCIONALIZADA E PARTICIPAÇÃO ESPONTÂNEA: ENTRE CONSENSOS, DISSENSOS, TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

A crise do planejamento tecnocrático e autoritário, nas últimas décadas do século XX, no Brasil, trouxe em seu bojo a ideia de descentralização e participação. Apesar das possibilidades práticas no sentido de estimular a participação popular serem diversas, a tradição histórica e a resistência em mudar os rumos das questões urbanas apresentam-se como entraves. Da mesma forma, o que se constata, muitas vezes, é uma participação institucionalizada que desconsidera a diversidade e a espontaneidade de grupos sociais e os conflitos urbanos como peças fundamentais para a leitura das cidades. Vale ressaltar que, muito além da participação oficial nos espaços em que os cidadãos são convidados, há as manifestações espontâneas em que grupos se propõem a

tecer uma outra lógica espacial. Diante dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo estabelecer um contraponto entre a participação popular institucionalizada, exemplificada pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e a participação espontânea expressa nos conflitos urbanos em Belo Horizonte – MG. Os conflitos urbanos são pesquisados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais. Na mesma instituição é desenvolvida a pesquisa intitulada Planejamento Participativo e Gestão Democrática das Cidades: limites e possibilidades. Desse modo, os dados catalogados e analisados nessas pesquisas servirão como base para o desenvolvimento desse trabalho.

Brenda Melo Bernardes
Universidade Federal de Minas Gerais
brenda.mbernardes@gmail.com

Karina Machado de Castro Simão
Universidade Federal de Minas Gerais
karinamdcs@yahoo.com.br

Raquel Garcia Gonçalves
Universidade Federal de Minas Gerais
raquelgargon@hotmail.com

O URBANO SUBORDINADO: O PAC NAS FAVELAS DO COMPLEXO DO ALEMÃO

O tema do artigo são os efeitos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão da relação entre o surgimento do programa e a crise da economia norte-americana de 2008 (crise do subprime), o objetivo é contribuir na discussão no Planejamento Urbano e Regional sobre a utilização de obras públicas como política anticíclica, entre as quais podemos incluir o PAC, proposta que remonta a Keynes, diante da crise de 1929, para alcançar nosso objetivo mostramos que as políticas anticíclicas trazem embutidas uma pressa que levou os gestores públicos a fazerem opções que não passaram pelas fases necessárias do planejamento, os resultados serão analisados a partir de dois dos equipamentos implantados: o teleférico e o Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, como conclusão apresentamos como os equipamentos analisados atingiram resultados aquém dos esperados, em função da falta de um planejamento adequado, o método utilizado foi a revisão bibliográfica e a pesquisa qualitativa com entrevistas com moradores, lideranças locais, pesquisadores ligados a uma OSCIP local, com técnicos do teleférico, professores do colégio Tim Lopes e dirigentes da escola, os dados secundários foram obtidos nos sites da UPP Social, IPP (Instituto Pereira Passos) órgão responsável pelos dados da cidade do Rio de Janeiro e no site do Ministério da Educação.

Heitor Ney Mathias da Silva
UFRJ
hnms@ibest.com.br

CIVILIDADES E INCIVILIDADES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DO RIO DE JANEIRO E A NOVA GRAMÁTICA TERRITORIAL DA ORDEM NO ESPAÇO PÚBLICO E NAS FAVELAS

As políticas de lei e ordem têm se destacado cada vez mais na cena urbana contemporânea. A visão das cidades associada às situações de desordem e de violência conduz a uma sensação geral de insegurança, que torna legítimas as ações repressivas. No Rio de Janeiro, as noções de desordem, incivilidade e violência, fortemente marcadas no imaginário coletivo, passam por um estágio atual de contenção, a partir da introdução de políticas de ordem e segurança pública que pretendem produzir um cenário próspero em preparação para grandes eventos esportivos. Nesse contexto, o presente artigo busca investigar o processo de formação da cidade, bem como identificar as especificidades do processo civilizador brasileiro, na expectativa de entender as manifestações de "incivilidade" e de violência presentes no atual contexto e compreender a nova cartilha da ordem que se lança sobre determinados espaços públicos e favelas do Rio de Janeiro.

Grasiele Márcia Magri Grossi
Universidade Federal Fluminense
grasidaher@yahoo.com.br

A QUESTÃO REGIONAL FLUMINENSE E A AGENDA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: DA FUSÃO (1974) ATÉ MOREIRA FRANCO (1991)

Este artigo analisa a inserção da chamada "questão regional fluminense" na agenda governamental durante os quatro primeiros governos após a fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974. A questão regional fluminense diz respeito às contradições sócio-espaciais engendradas no atual Estado do Rio de Janeiro (ERJ) pelo processo histórico de desenvolvimento espacialmente desigual ocorrido em específico no território fluminense. Isto se deu pelas disparidades criadas ao longo das décadas entre a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e o interior fluminense, que após o ocaso do café no início do século XX, entrou em profunda crise e, em sua maior parte, permaneceu estagnado até os dias atuais. Ao mesmo tempo, a capital era impulsionada pelo setor público, de modo que consolidou uma poderosa economia urbana, que a partir de meados do século XX se metropolizou. Separados institucionalmente desde 1834, o ERJ e a cidade do Rio de Janeiro (que fora Distrito Federal e Estado da Guanabara) formaram um novo estado em 1974. A partir de então, o desenvolvimento desigual ocorrido no ERJ tornou-se uma questão de Estado em duas frentes: a questão metropolitana e as disparidades entre a capital e o interior fluminense. Tais temas foram centrais durante a fusão, inserindo-se fortemente na agenda governamental do primeiro governo, manifestando-se, inclusive, nos arranjos institucionais criados no novo aparato estadual. Porém, até fins da década de 1980, esses temas se esvaziaram, assim como as instituições criadas em função da questão regional fluminense.

Robson Santos Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro
robsondias.iff@gmail.com

COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Compreender a dinâmica de formação e manutenção de consórcios públicos é importante devido à força que esta política vem assumindo nas últimas décadas. Muitos municípios participam de algum tipo de consórcio, o que lhes proporciona economias de escala e recursos. Todavia, importante se faz compreender o processo de interação estratégica entre os municípios a partir da Lei no 11.107/2005. A Teoria dos Jogos serve de base metodológica porque a estratégia de não cooperação pode se apresentar como interessante a algum ente municipal participante do consórcio. A análise indica que podem existir incentivos ao não cumprimento das despesas com o consórcio, mesmo considerando a possibilidade de punição por parte da gestão do mesmo. Os custos sociais para a gestão do consórcio, atrelados à punição, podem ser relativamente elevados, os quais prejudicariam a manutenção do grupo. Apesar disso, considera-se que a legislação de 2005 reduziu os processos de extinção desses arranjos, haja vista a incorporação de um novo agente no jogo, o Poder Legislativo Municipal, o qual pode validar as decisões do prefeito.

Hilton Manoel Dias Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF (Campus GV)
hilton.manoel@ufjf.edu.br

Suzana Quinet de Andrade Bastos
Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF
quinet.bastos@ufjf.edu.br

DA FORMAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO IMOBILIÁRIO BANDEIRANTE

O objetivo da presente investigação é recuperar a trajetória da política urbana brasileira-paulistana, em sua herança conservadora e autoritária no uso da terra, enquanto aparato de segregação e estruturação das condições das distintas classes sociais, no bojo das relações de produção e de valorização riqueza . Sob o jogo de forças da produção capitalista, favorável aos proprietários de ativos, a população com renda majoritária do trabalho, arduamente acessa a propriedade, pela importância desta despesa fundiária. Com esse histórico domínio da terra, enquanto meio de produção e instrumento de autonomia do capital, sobre o direito a valor por propriedade, que se chega à alteração da economia política internacional, sob

uma dominação financeira, autonomizada interna e externamente, e a terra como destacado ativo.

Luís Maurício Martins Borges
IE - Unicamp
luismmborges@yahoo.com.br

MEGAEVENTOS, MEGAPROJETOS E POLÍTICAS HABITACIONAIS: NOVOS INSTRUMENTOS LEGAIS, NOVOS ARRANJOS DE ATORES E NOVAS FORMAS DE REPETIR O PASSADO

Os megaeventos esportivos, como estratégia neoliberal de empresariamento das cidades, propiciam grandes projetos de reestruturação urbana utilizando-se perversamente dos instrumentos do Estatuto da Cidade e de atos de exceção. A cidade que se produz é a do resgate das externalidades positivas presentes nas áreas centrais (ou em novas frentes de expansão) para o mercado imobiliário e da relocação de seus moradores pobres nas periferias destituídas de equipamentos e transportes adequados. No Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, o Estado e seus parceiros da construção civil e do mercado imobiliário invertem as prioridades da habitação social ao reassentar forçadamente centenas de famílias, repetindo o triste passado das nossas políticas urbanas e habitacionais. Este artigo explora o megaprojeto de reestruturação da região portuária do Rio de Janeiro com foco nas políticas de habitação social diante do modo neoliberal de governar, visando demonstrar como novos arranjos de atores e novos instrumentos legais permitem revigorar e potencializar velhas práticas excludentes. Considera também as manifestações e a opinião pública, conquanto possam trazer algo de novo ao cenário.

Palavras-chave: Megaprojetos, habitação social, remoções forçadas, movimentos sociais, Porto Maravilha.

Lucia Capanema Alvares
UFF
parq.uff@gmail.com

CONCESSÃO URBANÍSTICA E RENDA FUNDIÁRIA DIFERENCIAL NO PROJETO NOVA LUZ/SP: AÇÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO NO PLANEJAMENTO URBANO

O capital imobiliário urbano influencia o mercado e afeta o padrão de uso do solo ao dosar recursos financeiros disponíveis e ao direcionar ações estatais na alocação espacial de meios de consumo coletivo para os diferentes segmentos da sociedade. Direciona onde e como são implantados recursos públicos, gerando diferentes serviços e acessos concretizando desigualdade socioespacial. Este contexto socioeconômico que marca há muito as relações entre Estado e capital imobiliário no Brasil é interpretado como justificativa material e histórica ao compreender como se desenvolve este fenômeno e suas relações com a promoção, ou não, da participação social na definição de políticas públicas. Interessa verificar a maneira como se concebe a produção do espaço urbano a partir da concepção de legislação específica (concessão urbanística) enquanto superestrutura que quer se constituir como fundamento da estrutura socioeconômica (a partir da renda fundiária urbana), enquanto condição que rege a manutenção ou as mudanças sobre a realidade na história (cotidiano em sociedade), no processo de aprovação e aplicação da concessão urbanística no Projeto Nova Luz, região central de São Paulo/SP.

Fernando de Oliveira Amorim
FAUUSP
fernandoamorim@usp.br

O IPHAN E O PROGRAMA MONUMENTA - LIÇÕES PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO URBANO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios colocados pelo Programa MONUMENTA (1996 – 2010) para a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Trata-se de uma experiência voltada para a preservação e a promoção de cidades históricas, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que aportou re-

cursos importantes e que teve implicações conceituais e políticas na instituição. Por meio de entrevistas com gestores estratégicos do MONUMENTA, referenciadas na documentação oficial, identificaram-se as principais tensões ideológicas e institucionais. O IPHAN, reconhecido pela excelência dos seus expoentes técnicos e institucionalmente caracterizado pelo seu insulamento, foi desafiado a repensar os seus instrumentos de gestão e coordenação entre atores públicos e privados. O MONUMENTA recoloca os termos da complexa discussão a respeito da gestão, da descentralização e da participação, embora a implementação tenha mostrado limites para suas premissas. A mudança de governo federal em 2004 abriu janelas de oportunidades para reconfigurar a atuação do IPHAN, com a aproximação de seus dirigentes aos do MONUMENTA, permitindo o redimensionamento de posições ideológicas e culturas institucionais aparentemente antagônicas. Contudo, o fortalecimento institucional e a ampliação de recursos permanecem como grandes desafios da instituição.

Ana Clara Giannecchini
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
anaclaragia@gmail.com

PLANOS DIRETORES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO ENTRE O EMPRESARIAMENTO E O ESTATUTO DA CIDADE

O processo de democratização do Brasil ensejou um novo arranjo institucional para as políticas públicas de planejamento urbano, cujas principais inovações estão associadas à (i) Constituição Federal de 1988, que ampliou as prerrogativas dos municípios e incluiu um inédito capítulo dedicado à Política Urbana, e (II) à Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que ratificou a subordinação do direito à propriedade urbana à sua função social, instituiu um amplo conjunto de instrumentos regulatórios e impôs a exigência da participação na elaboração e implantação de políticas de planejamento urbano. Simultaneamente a esse marco regulatório promissor, o país enfrentou uma conjuntura socioeconômica instável que, ao lado do ideário neoliberal, difundiu práticas de empresariamento, ou seja, de mercantilização da cidade. Esse cenário apresenta, portanto, um contexto paradoxal: de um lado, a obrigação legal de fazer Planos Diretores com base nos princípios participativos e nos instrumentos do Estatuto da Cidade e, de outro, a pressão para que os municípios atraíssem investimentos, fossem proativos e replicassem o modelo do empresariamento. Essa contradição é analisada comparativamente através do conteúdo normativo e da incidência efetiva de Planos Diretores Participativos. O exame empírico revela que a experimentação participativa varia em sua capacidade efetiva de democratização de processos decisórios. Tal variação é determinada pela capacidade organizativa da sociedade civil, pela disposição dos governos de incorporar a participação e pela exigência participativa imposta pelo correspondente marco jurídico. Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Eliana Tadeu Terci
Universidade de São Paulo (USP)
etterci@usp.br

Estevam Vanale Otero
Universidade Metodista de Piracicaba
estevamotero@yahoo.com

Jefferson Oliveira Goulart
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
jgoulart@faac.unesp.br

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DIFICULDADES DE PLANEJAMENTO EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DE JUIZ DE FORA - MG

O artigo trata da problemática do planejamento e da produção do espaço urbano em cidades de médio porte, utilizando-se o instrumento urbanístico da Transferência do Direito de Construir como indicador das dificuldades encontradas no planejamento urbano dessas cidades. O instrumento da Transferência do Direito de Construir – TDC tem origem no conceito do "solo criado", que desvincula o direito de

propriedade do direito de construir na terra urbana. Incorporado ao Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257/2001 – o instrumento foi regulamentado, em Juiz de Fora, pela Lei Municipal 09327/1998, que confere ao proprietário de bens protegidos por tombamento, ou declarados de interesse cultural/natural, a possibilidade de transferir seu potencial construtivo para outro imóvel ou área. Neste estudo, discute-se, inicialmente, o crescimento das cidades de médio porte no Brasil após a década de 1970 e a necessidade de se pensar a produção do seu espaço urbano em face das dificuldades de aplicação de instrumentos de planejamento nesses contextos. Em seguida, são analisados os conflitos existentes nas áreas de planejamento e gestão urbana em Juiz de Fora que implicam a não aplicação da TDC nesta cidade e ilustram aspectos importantes dessas dificuldades.

Bárbara Lopes barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora
blb.arq.urb@gmail.com

Márcia Genésia de Sant Anna
Universidade Federal da Bahia
santanna.m@gmail.com

O PAPEL DAS AÇÕES DIRETAS NA PRODUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

O artigo aborda a interface entre a Política Habitacional da cidade de São Paulo e as ações diretas realizadas pelos movimentos de moradia, problematizando a hipótese de que os movimentos sociais possuem papel ativo na produção da Política Habitacional, com reflexos na constituição e produção do espaço da cidade. Para tal, detalha o papel das ocupações e ações diretas, discute as práticas cotidianas nas ocupações e a centralidade das ações diretas como instrumento de viabilização de conquistas e soluções dentro dos programas habitacionais disponíveis, evidenciando o distanciamento existente entre a Política Habitacional e as necessidades da população que compõe os movimentos de moradia e, extensivamente, grande parcela da população da cidade de São Paulo. As proposições que emergiram demonstraram as possíveis condições de apropriação da política instituída, o que aponta para encaminhamentos e condições de superação das limitações que a própria Política Habitacional possui na indução da produção do espaço.

André Luiz Teixeira dos Santos
FAU-USP
andrelts1976@gmail.com

ENTREPRENEURALISM: EMPRESARIAMENTO OU EMPREENDEDORISMO URBANO - DUAS TRADUÇÕES, DOIS SIGNIFICADOS

Neste artigo são abordadas as noções de empresariamento e empreendedorismo urbano, com a finalidade de esclarecer a duplicidade conceitual ocasionada por diferentes traduções, em publicações no Brasil, para o termo “entrepreneuralism” (Harvey, 1989). Argumenta-se que o termo empresariamento se refere a um fenômeno antropológico e cultural, no qual a empresa se torna referência para todas as esferas da vida social. Harvey, ao tratar do novo empreendedorismo urbano se refere especificamente à ultima estratégia de governo empreendedor de Osborne e Gaebler (1993) e toma explicitamente a noção de destruição criativa (Schumpeter, 2003) que caracteriza a noção de empreendedorismo. Ou seja, Harvey trata de uma prática específica, do empreendedorismo, que está inserido na ideologia gerencialista neoliberal e é uma das expressões do fenômeno antropológico/cultural de empresariamento do mundo.

Clarice Misoczky de Oliveira
UFRGS
arq.clarice@gmail.com

INSURGÊNCIAS CONTRA O CAPITAL NA DISPUTA PELA TERRA: O ESTELITA, NO RECIFE E OS QUILOMBOLAS EM GARANHUNS, PE

A disputa pela ocupação e uso da terra esteve presente em maior ou menor intensidade na história do Brasil, desde sua descoberta até a ocupação dos

povoados e formação das cidades. Quer seja por meio de grilagem de terras, tomada de posseiros em comunidades rurais, quer seja por meio de grandes empreendimentos em extensas glebas centrais, onde a especulação imobiliária expulsa antigos moradores, implantando condomínios de alto padrão, num modelo de verticalização e adensamento que estimula a antissociabilidade e desertifica as áreas públicas da cidade. As estratégias do capital variam conforme o objeto, local e uso da terra em questão. Esse artigo traz reflexões sobre as formas de insurgência e resistência de movimentos que representam essas lutas nesses dois cenários distintos: i) o Movimento Ocupe Estelita, que luta contra o Projeto Novo Recife, empreendimento que prevê a construção de um condomínio de luxo, de 12 torres no Cais Estelita, no bairro de São José, uma área de valor histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Recife, que abriga grande quantidade de imóveis tombados e onde começou uma cidade com quase 500 anos; e ii) As comunidades quilombolas de Garanhuns, particularmente, a comunidade de Castainho, cuja origem é de 1695, quando chegaram ao local oriundos da Serra da Barriga, sobreviventes da guerra que destruiu o Quilombo dos Palmares em Alagoas. Este artigo vai discutir e analisar as formas de resistência desses dois grupos, suas semelhanças e diferenças, no que se refere à luta pela terra e pelo direito à cidade.

Edinéa Alcântara de Barrose Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
edinealcantara@gmail.com

Edneida Rabelo Cavalcanti
Fundação Joaquim nabuco
edneidarabelo@gmail.com

Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
arqpaulocunha@gmail.com

OS (DES)CAMINHOS DO PROCESSO DECISÓRIO DO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP)

O presente artigo objetiva apresentar as motivações e os fatores sociais, políticos, institucionais e econômicos subjacentes ao processo decisório do Rodoanel Mário Covas, demonstrando o papel central exercido por Covas como o grande empreendedor do projeto, de acordo com os modelos analíticos de "fluxos", proposto por Kingdon (1984); e da "lata do lixo", de Cohen, March e Olsen (1972). A partir da análise de documentos, atos administrativos, matérias veiculadas na mídia e da realização de entrevistas, é possível constatar como o governador articula todos estes fatores para viabilizar o projeto com o objetivo de alcançar as metas traçadas para seu mandato: aquecer a economia paulista, satisfazer seu compromisso de realizar uma obra rodoviária e, principalmente, constituir uma marca de sua gestão e do PSDB no estado. Tais metas, no entanto, não incluem a realização de um processo de pactuação metropolitana acerca dos rumos do desenvolvimento territorial da Região Metropolitana de São Paulo, tampouco o planejamento dos impactos do projeto em questão. Conclui-se que o Rodoanel Mário Covas não foi idealizado ou implementado nem a partir, nem levando em consideração um processo de planejamento metropolitano compartilhado em uma arena pública e aberta à efetiva participação dos diferentes atores econômicos, políticos e sociais.

Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini
Universidade de São Paulo
faria.rodo@usp.br

POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL E SUA AVALIAÇÃO

O artigo aborda a temática da Política Pública a partir da sua construção, enfocando aspectos relacionados à questão habitacional, de modo à auxiliar na compreensão da estrutura de uma Política Pública Habitacional, e na ação organizada ou não organizada do Estado frente ao direito por moradia.

Desta construção de Política Pública, foca-se na importância da etapa de avaliação através da análise do Programa Minha Casa Minha Vida, utilizando-se metodologia desenvolvida por equipe ligada à Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP, em 2000 a pedido do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CC-FGTS).

A ideia central, entretanto, é que a aplicação de metodologia avaliativa de programas e políticas habitacionais traga novas interpretações e abordagens ricas e detalhadas, e sendo aplicada continuamente permitiria aprimora-la e consolidar elemento técnico importantíssimo na defesa da Política Habitacional.

Adelcke Rossetto Netto
Integra Desenvolvimento Urbano Ltda
adelcke.rossetto@integraurbano.com.br

EM BUSCA DA INTEGRAÇÃO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO PLANEJAMENTO REGIONAL: O DEBATE SOBRE UMA QUIMERA

As políticas públicas têm sido estudadas em diversas áreas das ciências humanas e sociais, a partir de diferentes aspectos teóricos e técnicos. No entanto, ainda persiste uma lacuna que enfrente questões diversas relacionadas a intersetorialidade e a integração de ações das agências governamentais. A pesquisa buscou identificar onde esses caráter disjunto se manifesta, partindo da literatura sobre intersetorialidade, para então explicitar, através de pesquisa documental, essa dissociação entre a oficialidade da ação coordenada e a prática da implementação. Para tanto, além do debate teórico que incorpora categorias diversas da ciência política, da administração pública, das políticas públicas, da geografia e da economia, o estudo debruçou-se sobre fontes secundárias, utilizando bases de dados das diferentes agências governamentais, com a finalidade de levantar informações. Assim, a proposta do é contribuir para a construção de uma metodologia que possibilite compreender alguns limites dessa atuação intersetorial partindo de dimensões pouco tratadas nos estudos.

Joao Mendes da Rocha Neto
Universidade de Brasilia
jmdrn@uol.com.br

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA MANUTENÇÃO DAS ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O presente artigo aborda a utilização da lei dos Termos de Cooperação - Decreto nº 52.062, de 30 de dezembro de 2010, no município de São Paulo. O decreto regulamenta as parcerias público-privadas para a manutenção de áreas verdes na cidade. A pesquisa realizou um levantamento quantitativo de parcerias em vigência em cada uma das 31 Subprefeituras de São Paulo, e comparou com a distribuição de domicílios, com renda domiciliar de até 2 salários mínimos. Atualmente, está em vigor no município de São Paulo, mais de 500 termos de cooperação. O levantamento e análise de dados identificou que a distribuição atual dos objetos de parcerias público-privadas em São Paulo, reforça a conformação da paisagem pelos setores da cidade que investem na promoção imobiliária paulistana voltada para a classe dominante. Para ilustrar o interesse no investimento privado em áreas públicas em regiões com forte presença da especulação imobiliária, selecionou-se como estudo de caso, um trecho da Avenida Dr. Chucri Zaidan, onde estão localizados dois shopping centers e alguns edifícios corporativos. Os dados levantados demostram que a lei dos Termos de Cooperação é um instrumento que tem conseguido alavancar investimentos do setor privado na promoção da manutenção e preservação de áreas verdes públicas, mas ainda não dispõe de mecanismos que estimulem a adoção de parcerias em áreas menos favorecidas da cidade.

Luciana Monzillo de Oliveira
Universidade Presbiteriana Mackenzie
um.arquitetura@gmail.com

Maria Augusta Justi Pisani
Universidade P. Mackenzie
augustajp@gmail.com

AS JORNADAS DE JUNHO E AS FISSURAS DO URBANO

O presente trabalho procura refletir sobre questões que os protestos de junho de 2013 no Brasil despertaram a respeito da produção do espaço urbano. O artigo foca, sobretudo, a nova configuração dos movimentos sociais urbanos e sua luta pelo "direito à cidade". Os principais desafios para a reflexão dizem respeito às relações que eles estabelecem com o Estado e com a política e à dificuldade de categorizá-los

nas formas tradicionais em que se pensa a luta de classes. O objetivo do artigo é contribuir para construção de um pensamento sobre a esquerda política que ultrapasse os dogmas e que possa se transformar juntamente com as transformações do mundo.

Manuela Mendonça de Alvarenga
Universidade Federal de Minas Gerais
manuela.alvarenga@gmail.com

REVITALIZAÇÃO URBANA NO BRASIL: COMPARANDO QUATRO CENTROS HISTÓRICOS

O objetivo desse trabalho é avaliar a sustentabilidade de longo prazo dos processos de revitalização de centros históricos do Brasil. Foram definidos dois objetivos: 1) identificar fatores de desempenho dos processos de revitalização e 2) avaliar a sustentabilidade dos processos no longo prazo. O trabalho cobre um conjunto de quatro processos de revitalização de centros históricos no período 1980 – 2013: São Luís, Recife, Salvador e São Paulo. Optou-se por utilizar uma metodologia comparativa de estudo de casos, baseada na análise da literatura científica e na avaliação de desempenho dos processos pelos atores sociais envolvidos nas revitalizações. A comparação foi realizada com base na análise de 12 indicadores. Para a avaliação de desempenho dos processos, foram realizadas pesquisas diretas com atores sociais comprometidos nos processos de revitalização de cada centro: os stakeholders. Como resultados observou-se uma grande semelhança entre os indicadores dos quatro processos assim como entre as avaliações de desempenho realizada pelos atores sociais. Os processos de revitalização de centros históricos no Brasil tem percorrido caminhos semelhantes, apesar de toda "mística" de "cada caso é um caso" e das conjunturas políticas. Essa constante não implica que existe uma "formula" básica que permita a replicabilidade dos processos para alcançar bons ou maus resultados. Pode-se sim encontrar estratégias para formulação de melhores politicas urbanas no nosso país.

Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi
Universidade Presbiteriana Mackenzie
brunafregonezi@gmail.com

Nadia Somekh
Universidade de São Paulo – USP
nadiasom@terra.com.br

Silvio Mendes Zancheti
Universidade de São Paulo, USP
smzancheti@gmail.com

ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: AMBIENTE INSTITUCIONAL E PERSPECTIVAS DE COESÃO

Este artigo tem por objetivo principal realizar uma análise critica do funcionamento e desafios das modalidades de governança territorial no Estado de São Paulo, tomando como referências os Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Setoriais, Circuitos Turísticos e Comitês Gestores de Arranjos Produtivos Locais. Procura-se interrogar se tais estruturas constituem um elemento inovador nas políticas públicas do país, que alterariam as antigas estratégias de planejamento regional com possíveis práticas de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável, democrático e participativo. Partimos do conceito de governança para nos referirmos aos processos e à estrutura composta por atores sociais em compromissos com normas e regras formais e informais de convivência social, que nos permitisse analisar as diferenças das relações de poder e das formas de gestão pública ou privadas, que regem a ação política local e regional. Neste sentido, a governança explicaria porque os atores ao se auto-organizarem no território favoreceriam mutações na construção de novas legitimidades, que assim transitariam com mais eficácia para atingir o desenvolvimento. A metodologia adotada destaca os princípios que condicionam a cooperação e a coordenação das ações entre agentes públicos e privados, como fio condutor para análise crítica da política pública voltada para a governança do desenvolvimento territorial local e regional.

Elson Luciano Silva Pires
Universidade Estadual Paulista - UNESP
elsonlsp@rc.unesp.br

Carolina Simões Galvanese
Universidade Federal do ABC
carolgalvanese@yahoo.com.br

A GESTÃO CONTEMPORÂNEA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL: DEFESA E SEPARAÇÃO X COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A consolidação dos limites internacionais do Brasil foi realizada através dos séculos por meio de tratados decorrentes de batalhas, acordos e arbitragens. Por conseguinte, a gestão das fronteiras brasileiras foi marcada por uma preocupação constante com a defesa do território até o final do século XX, quando o advento do neoliberalismo, da globalização e do MERCOSUL trouxeram novos enfoques para uma zona tão estigmatizada do país. Nos últimos anos, a implementação de projetos de infraestrutura para a fronteira, impulsionados fundamentalmente pela IIRSA-COSIPLAN, com apoio do BNDES, favoreceram a aproximação com Estados vizinhos e contribuíram para o surgimento de novas funções para a fronteira, tais como contato e cooperação. Tais funções foram contempladas na criação do Programa para a Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e do Plano Plurianual atual (PPA). Não obstante o novo enfoque recebido pela zona de fronteira do Brasil, nos últimos anos iniciativas como a ENAFRON e a operação Ágata reafirmam a tradicional função de defesa, o que demonstra que o governo federal vem empregando duas políticas distintas para a fronteira. Políticas que por vezes são contraditórias.

Palavras-chave: Fronteira; Brasil; IIRSA; PDFF; Operação Ágata.

Aldomar Arnaldo Rückert
UFRGS
aldomar.ruckert@gmail.com

AS ESCALAS DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL: EM BUSCA DE NOVAS LENTES ANALÍTICAS

Após 20 anos de uma trajetória de institucionalização progressista da política urbana brasileira, fundamentada na ideia de "reforma urbana", constatam-se impasses e limites à sua capacidade de transformação das cidades brasileiras. A reflexão teórica em torno do reescalonamento do Estado no capitalismo pós-fordista e da política das escalas oferece potencial para investigar essa trajetória, mas tem sido submetida a críticas de natureza pós-estrutural e pós-colonial, direcionadas às economias políticas da urbanização. Uma revisão de aspectos chave do conceito de reescalonamento e de alguns das críticas que buscam destacar particularismos, o papel da agência e a especificidade do sul global na teorização sobre cidades são apresentados, em busca de estabelecer um pano de fundo (ainda inconcluso) para a um breve relato da trajetória recente da política urbana no Brasil.

Júlia Lins Bittencourt
UFABC
julia.cidades@gmail.com

O REDESENHO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E A EQUAÇÃO (IM)POSSÍVEL DA GARANTIA DE RENTABILIDADE DA TERRA E DO DIREITO À CIDADE NOS PROJETOS URBANOS

Desde os anos 1990 vem se construindo uma reorganização do papel do Estado na transformação urbana. O contexto foi o da erosão da base econômica e fiscal das cidades e a retirada do Estado do papel de financiador imediato do desenvolvimento urbano, processo associado ao forte estímulo às políticas de desregulação, privatização e liberação dos mercados, em maior ou menor grau, da diminuição da presença do Estado na gestão e construção do urbano, substituída pela fórmula parcerias público-privadas (PPPs).

Essa reorganização traduziu-se em mudanças na estruturação financeira dos planos e projetos urbanos e no desenho de novos instrumentos urbanísticos que viabilizassem diferentes modelos de PPPs. As reações a essas dinâmicas de valorização da terra impostas pela lógica da maior rentabilidade resultaram em novos e urgentes conflitos urbanos pelo direito à cidade.

A combinação das mudanças econômicas, institucionais e normativas tem favorecido a utilização do capital financeiro na produção do ambiente construído e na captura da valorização da terra urbana. No entanto, em um país onde não há tradição na regulação dos mercados, a instalação da lógica de rentabilidade associada ao capital trouxe as contradições do

capitalismo para a produção do espaço, impedindo a garantia dos direitos à moradia e à cidade. As resistências põem em xeque a lógica das PPPs, dificultando sua implantação, mas ainda sem colocar no lugar outra lógica que vá além da regulação da ação desse mercado de forma a desconstruir rentabilidades, não produzir valorização da terra e garantir o direito à cidade e à moradia.

Paula Freire Santoro
FAUUSP
paulafsantoro@gmail.com

O URBANO COMO ATUALIZAÇÃO DA VERDADEIRA DEMOCRACIA E DA CIDADE LIVRE

O Urbano, conceito desenvolvido por Lefebvre, é analisado neste trabalho como a atualização de outros conceitos, como a Cidade Livre (Espinosa) e a Verdadeira Democracia (Marx). Essa reflexão se baseia no entendimento, a partir de Hegel, de que o conceito corresponde a um movimento cíclico, que encontra sua efetividade não somente no resultado, mas também em sua atualização e em seu vir-a-ser. Cada um dos momentos do conceito em análise – Cidade Livre, Verdadeira Democracia e Urbano – atualiza o anterior, atribuindo-lhe nova determinidade, mas sem perder a riqueza ou a radicalidade dos momentos que o antecederam. O vir-a-ser do conceito em estudo encontra-se no vislumbrar uma nova sociedade em que o político e a potência substituem a política e o poder, correspondendo à comunidade mundial autogerida. O movimento em direção a essa nova sociedade deve surgir das contradições e das fissuras do sistema atual, sendo as paixões fundamentais nesse processo.

Fabiana Furtado
UFMG
fafurtado@ig.com.br

POLÍTICA HABITACIONAL E NEODESENVOLVIMENTISMO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE A PARTIR DAS FRAÇÕES DE CLASSE

O presente artigo buscar analisar o programa habitacional do governo federal "Minha Casa, Minha Vida", principalmente em seu momento inicial de formulação e aplicação, a partir de elementos da conjuntura política e econômica. Buscamos responder se no caso deste programa se trata de um ponto em uma linha de continuidade em relação às políticas de gestões governamentais anteriores ou com uma ruptura com políticas anteriores. Para isso, buscamos o conceito de habitação social de mercado, analisando-o à luz das contribuições teóricas à respeito da emergência de um novo Estado desenvolvimentista. Utiliza-se o exemplo do programa como argumento e teste em um debate hoje existente na ciência política crítica, bem como, por outro lado, os termos desse mesmo debate são utilizados para uma melhor compreensão da atual política habitacional. Almeja-se responder ou ao menos tentar detectar que interesses sociais sustentam o Minha, Casa, Minha Vida. Para tanto, se defende que os conceitos de bloco no poder e frações de classe são de grande serventia para tal observação, concluindo-se que há elementos suficientes para afirmar que a financeirização da produção habitacional brasileira, ao contrário de outros cenários encontrados em outros países, se deu sob hegemonia do capital interno.

Rafael Locateli Tatemoto
UFABC
rafael.tatemoto@gmail.com

MUSEUM OF THE MARE: NEW REPERTOIRES OF CONSTETATION IN THE FAVELAS OF RIO DE JANEIRO

This paper analyses a strategy of image reconstruction developed on the ground to tackle the social stigma associated to living in slums and to promote social inclusion in productive networks in Rio de Janeiro, Brazil. The study draws upon the elements of empowerment and identity construction to explore the application of Castells (1996) conceptual model proposed in the book "The Power of Identity". I argue that that strategy - based on the implementation of a community-driven museum in Favela da Maré – represents a new repertoire of contestation performed by urban social movements with the aim of dissemi-

nating new meanings for their community's resistance experiences and everyday life. It is a tool of resistance against imposed prejudice for being poor and excluded through the promotion of self-awareness about a shared identity constructed over many years and several generations. Using a combination of participant observation, document analysis and a series of in-depth interviews with participants and partners alike, I identify the main motivations, actors, networks and actions of this bottom-up image construction. The findings suggest that museums are tools to enhance social capital within the community and among external actors. In this way, they are not only new tools of resistance but also a promising mechanism for local entrepreneurs to redevelop their neighborhoods, to empower marginalized groups, and to integrate themselves with the city.

Izabel Torres Cordeiro Rennó
Ministério das Cidades
izabeltorres@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA BOA GOVERNANÇA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ: A QUESTÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL

No panorama contemporâneo do Estado, no que tange o desenvolvimento desigual das microrregiões, surge em cena a proposta de criação de dois novos territórios desmembrados a partir da unidade federativa paraense: Carajás e Tapajós. A possibilidade de uma nova configuração estadual enseja o intenso debate no seio amazônico, acarretando em diversos argumentos, o que envolve distintos aspectos (sociais, políticos, econômicos, geográficos, ambientais, etc.) ligados ao desenvolvimento desta conjectura regional. Um argumento que se faz necessário é a importância do planejamento regional para o desenvolvimento como enfatizado por Matus (1989), o qual critica o planejamento tradicional, tecnocrático e economicista que impede o diálogo social, ressaltando o planejamento estratégico público como uma ferramenta de suporte para os atores sociais organizarem-se e disputarem espaço, na construção de ambientes institucionais articulados pelos atores sociais: governo, setor produtivo e sociedade civil. O presente estudo demonstra a relevância do planejamento e boa governança como gerador de mudança na gestão pública, fundamental para integração no desenvolvimento regional do estado. Para tal, será enfatizado o planejamento, como instância de governança, utilizando das estratégias de desenvolvimento o associativismo e cooperativismo com enfoque na região de Carajás.

inaildealmeida@hotmail.com
UFOPA
inaildealmeida@hotmail.com

A PRODUÇÃO DA MORADIA NAS RECENTES POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO CEARÁ: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROURB

Ao longo dos últimos anos do século XX, o Estado do Ceará foi alvo de um conjunto de ações políticas direcionadas ao desenvolvimento e gestão de seu território, e a habitação foi uma das questões tratadas no escopo destas ações. Exemplos relevantes são: o Plano de Estruturação Urbana, o chamado Prourb, e o Plano Estadual de Habitação. Contudo, percebe-se que estas políticas de desenvolvimento territorial, conceitualmente têm sido associadas ao fortalecimento das cidades como espaço propício à prática de atividades econômicas selecionadas como vetores de desenvolvimento pelos principais atores envolvidos nestas ações, o que vem implicando num conjunto de transformações do espaço urbano de cidades pequenas e médias do interior do Estado. Adotando os conjuntos do Prourb como referência, buscamos neste trabalho relacionar as recentes políticas de desenvolvimento territoriais e a maneira como a questão habitacional tem sido enfrentada. O período temporal que está sendo observado vai de meados da década de 90 até o ano de 2003, quando finda o programa. Contudo, optamos por, de maneira geral, trazer informações sobre o processo de planejamento territorial por que passa o Estado do Ceará, e que foi iniciado

ainda na década de 80, com a ascensão do grupo político auto-intitulado de governo das mudanças. No total, foram construídos conjuntos habitacionais em 44 cidades. Acreditamos que parte das análises aqui feitas pode ser ampliada para o universo destas ações, devido ao seu caráter homogêneo, a começar pela centralização da política e a repetição de um modelo de projeto habitacional.

Francisco Rérisson Carvalho Correia Máximo
Instituto Federal do Ceará / Universidade Federal de Pernambuco
rerisson@gmail.com

GESTÃO URBANA, REGIONAL E METROPOLITANA DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE-DF): O PROCESSO DE DISCUSSÃO E REFORMA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA RIDE-DF

O processo de gestão da questão regional e metropolitana no Brasil sofreram com intermitências ao longo do tempo, levando à criação e extinção de instâncias, órgãos e instrumentos ao longo do tempo. Este processo possuiu rebatimento no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), que tem refletido, de forma geral, este processo, o que tem tornado dificultado a atuação de sua instância administrativa, o Conselho Administrativo da RIDE (COARIDE). Afim de melhorar tal processo, recentemente desenvolveram-se as atividade de um Grupo de Trabalho com a finalidade de rever suas funções e sua composição, definidas pelo Decreto n 7.469/2011. O objetivo deste trabalho é relatar e analisar o funcionamento e os resultados do referido Grupo de Trabalho, como material empírico de análise das questões da gestão do espaço da RIDE, por meio de uma análise da participação dos diversos segmentos aí representados. Os resultados apontam para uma atuação ainda pouco articulada dos diversos agentes interessados, bem como a ausência de segmentos fundamentais. De outro lado, os trabalhos permitiram melhorar a articulação entre os agentes interessados e sugeriu uma minuta de alteração ao Decreto que aponta para a inclusão de setores pouco ou subrepresentados no COARIDE.

Sergio Magno Carvalho de Souza
Universidade de Brasília
smcsgeo@gmail.com

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA OCUPAÇÃO DO CINTURÃO INSTITUCIONAL DE BELÉM: BENS PÚBLICOS ESPECIAIS E PLANEJAMENTO URBANO

A presença militar na Amazônia durante os governos ditatoriais do século XX contribuíram para a aquisição de terras próximas ao núcleo urbano do município de Belém em prol da segurança nacional, formando o chamado Cinturão Institucional. Atualmente, observam-se transformações na ocupação das áreas de domínio das Forças Armadas, que passa a receber novos usos mediante alienação, como é o caso de um centro de convenções construído e gerido pelo governo do estado em terra permutada por obras a serem executadas pela Secretaria Estadual de Obras em prédios da Aeronáutica localizado nas imediações; bem como outras áreas alienadas por venda a empresas particulares, as quais recebem condomínios e um Shopping Center está em construção. Tal processo levanta questionamentos quanto a permissibilidade da lei que rege as áreas militares e como os bens imóveis militares têm sido privatizados por meio de ações de alienação, não sendo alcançados pelos instrumentos de planejamento urbano. Tendo em vista os recentes processos de alienação dos bens imóveis das Forças Armadas em Belém, o objetivo do trabalho é por em discussão as transformações na ocupação do Cinturão Institucional de Belém, a partir de uma análise de sua trajetória fundiária, mostrando que apesar de se constituir em assunto de interesse público, as modificações no uso do solo dos terrenos das Forças Armadas, ao serem alienadas não são tratadas conforme preconiza o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade.

José Júlio Ferreira Lima
Universidade Federal do Pará
jjlimaufpa@gmail.com

Rebeca Silva Nunez Lopes
Universidade Federal do Pará
nunez_rebeca@yahoo.com

A RELAÇÃO ENTRE MORADORES E O PODER PÚBLICO NO PROGRAMA DE MACRODRENAGEM DA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM

Pretende-se neste artigo, descrever aspectos do processo de reconfiguração urbanística e socioambiental na bacia da Estrada Nova resultante da execução do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) executado pela Prefeitura Municipal de Belém com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Procura-se analisar as relações entre moradores e o Poder Público e finalmente enfatizando a formulação de propostas e a organização de lideranças comunitárias e moradores compreender suas ações pelo viés do Planejamento Insurgente discutido por Rainer Randolph além das contribuições teóricas de Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Ana Fani Carlos e Joana Santana. Utilizando-se de matérias jornalísticas, documentos produzidos por lideranças comunitárias e moradores e ainda material institucional do BID, CMB e PMB verificar conflitos, diálogos e interseções entre os sujeitos envolvidos diretamente no projeto.

Palavras-Chave: Moradores da Estrada Nova; Poder Público; Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova.

Edivania Santos Alves
UFPA
edivania1972@yahoo.com.br

(NÃO)PLANEJAMENTO CENTRAL E IMPLICAÇÕES REGIONAIS: UMA SINTÉTICA APRECIAÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO RECENTE NO BRASIL

Este trabalho trata do planejamento econômico de Estado no Brasil e suas implicações sobre a questão regional no período democrático recente. Em termos metodológicos, dividiu-se o período no que chamamos de rodada neoliberal e rodada social-desenvolvimentista, recorrendo-se a uma perspectiva histórico-comparativa de análise, com vistas a identificar semelhanças e/ou rupturas no papel atribuído ao Estado, tanto no que se refere ao planejamento econômico quanto no que tange à questão regional. A partir da análise observou-se que, embora o núcleo duro da estratégia macroeconômica do segundo governo Cardoso tenha sido inicialmente mantido (câmbio flutuante, juros altos e metas de inflação), a partir de 2006, novos elementos entraram na conformação da política econômica (fundamentalmente, no que concerne ao papel do Estado na alocação de recursos e na definição na estratégia de crescimento e política externa). Além disso, da perspectiva que orienta esse trabalho, essas diferenças não podem ser atribuídas somente aos constrangimentos históricos de cada rodada; é preciso ter em conta também a mudança na orientação dos governos. Afinal, o Estado não é uma entidade abstrata pairando sobre as sociedades, mas constituído por agentes que, por sua vez, são movidos por interesses e valores políticos.

Autenir Carvalho de Rezende
UFRJ
autenircarvalho@gmail.com

Wellington Nunes
UFPR
gton_nunes@yahoo.com.br

DO "SOLO CRIADO"" À OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NA APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE RECUPERAÇÃO DE VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A implantação de infraestrutura urbana sempre representou um grande custo para o poder público. Um dos resultados dessa ação geralmente tem sido a valorização dos imóveis adjacentes a essa infraestrutura, valorização essa captada pelos proprietários e empreendedores, através do aumento dos alugueis ou do va-

lor de venda dos imóveis. Em função disso, surgiu em várias cidades do mundo a cobrança de taxas sobre os melhoramentos realizados, como forma de recuperar para o Poder Público parte dessa valorização, permitindo assim a continuidade na ampliação da infraestrutura. Posteriormente, a utilização desses instrumentos passou a ser feita também para as alterações na regulação de uso e ocupação do solo que pudessem incorrer na valorização dos imóveis em questão. No Brasil, a ideia de implementação desses instrumentos remonta a década de 1970 com as discussões sobre o "solo criado" e a ideia da criação de um fundo, composto dos recursos arrecadados, para investimento no desenvolvimento urbano. O objetivo desse trabalho é avaliar a implementação desses instrumentos, tomando a cidade de São Paulo, uma das pioneiras na sua adoção, como estudo de caso, procurando compreender os impactos de sua aplicação e a destinação dos recursos arrecadados considerando o contexto de uma sociedade extremamente desigual como a brasileira.

Eduardo Alberto Cusce Nobre
FAUUSP
eacnobre@usp.br

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E PACTO FEDERATIVO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO QUADRO ATUAL (2000/2012)

O artigo problematiza aspectos da insuficiência, e até mesmo da ausência, de elementos de articulação e/ou coordenação entre as políticas de desenvolvimento regional e setorial no país, bem como entre estas e o regime de partilha de recursos no federalismo brasileiro atual. Mostra como a baixa prioridade política dada ao tema do desenvolvimento regional por parte do executivo federal traduz-se em baixa mudança das estruturas produtivas regionais e, por conseguinte, na manutenção do quadro de desigualdade econômica relativa. Quando políticas públicas temáticas são criadas para atuar em regiões de baixo de desenvolvimento, em geral, não dialogam entre si nem com as políticas regionais explícitas. O esforço de articulação da política regional com demais políticas e, em especial, com as de apoio ao setor produtivo, se bem tenha se ampliado nos anos recentes, ainda é rarefeito e de pouca visibilidade.

Aristides Monteiro Neto
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)
arimonteiro2011@gmail.com

EL BANCO NACIONAL DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL –BNDES– Y LA INSERCIÓN INTERNACIONAL DE LA ECONOMÍA BRASILERA

El objetivo de este artículo es analizar la estrategia y acción del BNDES en el período 2003-2012, observando los cambios y continuidades en el padrón de acumulación y grupos económicos favorecidos en general y las particularidades en el área internacional y la integración regional. La metodología de investigación consistió en un análisis de la bibliografía más general sobre esa cuestión en el Brasil y sobre el papel histórico del BNDES en particular. Fue realizado un análisis de datos estadísticos e informes institucionales del propio banco y se llevaron a cabo entrevistas a sus dirigentes.

El trabajo presenta primero la estrategia y acción más reciente del Banco, distinguiendo su papel más general en la configuración de directrices del desarrollo. Luego, se observa su lugar más específico en la inserción internacional del país. Finalmente, se destacan cómo los cambios y continuidades en la acción del BNDES en el período estudiado se relacionan con apoyos y conflictos dentro de las fracciones de clase dominantes.

Javier Walter Ghibaudi
Universidade Federal Fluminense
javierghibaudi@id.uff.br

CADÊ O MUNICÍPIO?

No entendimento da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades , os municípios deveriam ter uma atuação mais relevante no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no que diz respeito à implantação e à qualidade dos empreendimentos de habitação de interesse social, particularmente nos projetos da Faixa 01, dirigidos à demanda aberta, para famílias com renda até R$ 1.600,00

mensais.Na visão do Ministério das Cidades, a atuação municipal deveria se assentar, principalmente, nas suas competências constitucionais, na sua condição de responsável pelo uso e ocupação do solo urbano, nas exigências que o município pode fazer a empreendedores privados, com base no seu Plano Diretor e legislação complementar. Porque esta atuação municipal não acontece como gostaria o Ministério das Cidades? Quais são os constrangimentos e as limitações dos municípios para trabalhar com o MCMV? Nesse artigo, apresentamos o contexto e relatamos a experiência de implantação do Programa MCMV em Duque de Caxias, RJ, e analisamos os constrangimentos enfrentados.

Caroline Rodrigues da Silva
UERJ
cora_rs@hotmail.com

Kelson Vieira Senra
UNB
kelsonsenra@gmail.com

ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL – PARADOXOS DE RIQUEZA E DÉFICIT SOCIAL: O ESTUDO DA DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO E A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

As primeiras regiões metropolitanas foram regulamentadas no ano de 1973, de forma compulsória, no período do Regime Militar. A partir da Constituição de 1988 a União delegou essa atribuição à esfera estadual. A partir do ano de 2005 foram instituídas novas regiões metropolitanas no Brasil, sem necessariamente derivarem de processos de metropolização, por exemplo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba instituída em 2012. Nesse contexto, duas perspectivas de desenvolvimento alicerçadas em base territorial serão analisadas: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (2008) e a nova escala regional criada para gestão da política publica regional - a Macrometrópole paulista (2011) - que pode ser considerada a afirmação do projeto de São Paulo, como tentativa de postergar a "hegemonia inacabada", pois confirma a liderança de uma região que concentra um polo de riqueza contra todas as demais regiões do país. Sendo assim, a criação da nova escala metropolitana não aponta nenhuma perspectiva de diminuição das desigualdades regionais para o país.

Agnes Yuri Uehara
Universidade do Vale do Paraíba
agyuri@hotmail.com

Paulo Romano Reschilian
Universidade do Vale do Paraíba
pauloromano@univap.br

UM BALANÇO CRÍTICO DA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO NA GRANDE CURITIBA NA ÚLTIMA DÉCADA (2004-2014)

A agenda urbana na última década tem vivenciado avanços no Brasil, como em relação ao fortalecimento institucional e à ampliação do aporte de recursos públicos. No entanto, apesar do contexto aparentemente favorável, alguns autores têm apontado que o mesmo não tem sido capaz de alavancar uma tendência de inversão do padrão segregatório de urbanização das metrópoles brasileiras. No tocante à Região Metropolitana de Curitiba (RMC) o último decênio tem marcado o retorno da elaboração dos planos diretores (tanto os municipais como o metropolitano) e da ação do Estado através de grandes intervenções na estruturação urbana, como o projeto "Eixo Metropolitano" e do metrô (em vias de licitação). Frente às ideias de "modelo" e vanguarda que acompanham as literaturas dominantes sobre a experiência de planejamento urbano em Curitiba, o presente artigo busca avaliar em que medida a capital paranaense estaria se distinguindo em relação aos apontamentos acerca do planejamento e gestão territorial do país sobre a frágil implementação da agenda da Reforma Urbana, bem como sobre pouca influência no rompimento da dinâmica de segregação socioespacial. Os principais objetos de estudo são os planos de ordenamento territorial (municipais e o metropolitano), alguns dos principais programas e intervenções territoriais estatais identificados no período, associados a estudos sobre a segregação socioespacial na RMC. Destaca-se que atualmente (2014), tanto o plano diretor de

Curitiba como o plano metropolitano se encontram em revisão, o que torna oportuna a realização de um balanço crítico sobre a experiência planejamento na Grande Curitiba na última década.

Laisa Eleonora Marostica Stroher
FAU USP
laisaeleonora@gmail.com

PROCESOS RECIENTES DE ORDENACIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN ARGENTINA Y EL NORDESTE

Después de la crisis económica y política del 2001–2002, Argentina empezó a experimentar un nuevo modelo de desarrollo signado por una mayor intervención del Estado en la economía, con el fin de lograr un mayor equilibrio de la sociedad. Bajo este nuevo modelo, la planificación territorial fue retomada como política nacional y promovida hacia los gobiernos provinciales y municipales. La primera herramienta operativa implementada fue el Plan Estratégico Territorial, que planteó una visión territorial y un conjunto articulado de programas, proyectos y acciones territoriales a ser desarrollados en forma concurrente por todos los niveles del Estado. Con este fin se conformó el Consejo Federal de Planificación y a partir de él, distintas provincias iniciaron la planificación de sus territorios. Con posterioridad, para determinar la concreción del proceso, este Consejo elaboró y consensuó un anteproyecto de Ley de Ordenamiento Territorial que aún permanece sin tratamiento parlamentario. El presente trabajo presenta los primeros avances de un proyecto de investigación que pretende constituirse, entre otros objetivos, en un ámbito de análisis de estos procesos. La ponencia avanza en el encuadre teórico y metodológico de la investigación y en un análisis preliminar de esta política nacional y su impacto en una de las provincias del Nordeste (Chaco).

Miguel Ángel Barreto
Universidad Nacional del Nordeste - CONICET
mabarreto@arnet.com.ar

Gabriela Antonella Ebel
Universidad Nacional del Nordeste
gabi_a_ebel@hotmail.com

Evelyn Abildgaard
Universidad Nacional del Nordeste
eveabild@hotmail.com

A SAÚDE COMO DIREITO À CIDADE: POTENCIALIDADES DIFICULDADES DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA NA REDE DE SAÚDE DE NITERÓI

O objetivo geral desse trabalho é apresentar uma discussão inicial sobre a inserção do Programa Médico de Família (PMF) na rede pública de saúde de Niterói-RJ, examinando as potencialidades e dificuldades desta relação. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, cuja produção de dados foi realizada por meio da técnica de entrevista com aplicação do método de análise de conteúdo. A amostra é construída por usuários e profissionais do PMF, nível primário de atenção à saúde. Os resultados iniciais mostram que a população de Niterói está adoecendo menos, como consequência do controle médico-sanitário imputado sobre os corpos dos moradores desta cidade e sobre seus territórios. No entanto, as ações preventivas nem sempre alcançam o reconhecimento de valor pelos usuários da rede de saúde, em detrimento das ações interventivas de cunho curativo. A doença ganha força de visibilidade pela objetividade com que toma os corpos das pessoas e interfere na sua funcionalidade. Sendo assim, requerem tecnologias por vezes avançadas e exigem saberes especializados do campo da saúde. Entre as ações de promoção, prevenção, tratamento e cura estabelece-se um campo de lutas em que a intervenção primária torna-se quase invisível porque lida com aspectos intangíveis, por vezes de caráter subjetivo, mais afetos ao campo da educação em saúde levando o sujeito à responsabilização pelo cuidado de si e dos outros (da família e do espaço), se comparadas às intervenções terciárias – cujos procedimentos técnicos interventivos exigem aparatos físicos e farmacológicos objetivos e tangíveis.

Évelin Generoso Ferreira Fonseca
Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
evelingeneroso@yahoo.com.br

ESTADO, UNIVERSIDADE, EMPRESA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCEPÇÕES EM CONFLITO E ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS

Este artigo tem por finalidade compreender a contribuição da Universidade Estadual de Goiás (UEG) para o desenvolvimento regional e local, uma vez que sua criação faz parte das políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior implementadas pelo Governo Estadual. Criada em 1999, em decorrência da necessidade de desenvolvimento de cidades consideradas polos econômicos regionais, atualmente, a UEG está presente em 48 dos 246 municípios goianos, com suas 42 Unidades Universitárias e nove Polos Tecnológicos. Os primeiros contatos com o objeto de estudo indicaram a necessidade de um distanciamento dos dados empíricos, adotando-se uma lente de análise capaz de captar os pressupostos teóricos subjacentes ao discurso e às ações do Governo, dos gestores e professores da UEG, das empresas, dos órgãos do Governo e dos atores de outras instituições locais. O artigo toma como referencial teórico autores institucionalistas e as abordagens que tratam sobre o papel da universidade. A análise do contexto socioeconômico, em que se dá a criação da UEG e que influencia a sua implementação e evolução, se tornou um recurso metodológico indispensável e acabou por revelar estreitos vínculos entre Estado, Universidade, Empresas e Desenvolvimento Regional. Os resultados da pesquisa indicam que, neste cenário, coexistem diferentes concepções e visões, cada uma delas lutando para se tornar hegemônica e impregnar as práticas sociais. No entanto, algumas convenções apontam para articulações possíveis entre os principais players em prol do desenvolvimento regional e local.

Palavras-chave: Estado. Universidade. Empresa. Desenvolvimento regional.

Alzino Furtado de Mendonça
Faculdade Alves Faria (ALFA)
dralzino@gmail.com

Júlia Paranhos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
juliaparanhos@ie.ufrj.br

Lia Hasenclever
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
lia@ie.ufrj.br

Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
yarafonseca09@gmail.com

POLITIZAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: O CASO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE BELO HORIZONTE

As formas e os espaços de participação social institucionalizada, desenhados a partir da Constituição de 1988 tiveram suas ambiguidades demonstradas e vêm levando à consolidação de um consenso crítico quanto ao esvaziamento de seu potencial transformador. Buscamos discutir a possível constituição destes, como espaços de disputa efetivos, a partir do estudo da IV Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU), realizada em Belo Horizonte, 2014. Na pesquisa foram realizadas entrevistas com participantes e consultas a documentos disponibilizados no site da Prefeitura, notícias de jornais, redes sociais e à Ação Civil Pública referente ao processo. Os desdobramentos do processo da IV CMPU, suas contradições e os conflitos envolvidos levaram à criação de um ritmo próprio, calendários e formas de negociação específicos. O conflito político instituído na tomada do espaço por grupos não-hegemônicos instaurou a disputa como presença efetiva no processo. Este conflito se expressa na interação entre o político e o jurídico, onde o acionamento do Ministério Público por vários grupos desde o início do processo instaurou um conflito jurídico cuja evolução é o conflito judicial – Ação Civil Pública iniciada em maio de 2014. Apesar da tentativa de esvaziamento dos fóruns e da representatividade da IV CMPU, seus espaços têm sido reivindicados e ocupados pelos movimentos sociais como forma de pressão contra o Estado e empoderamento dos movimentos. Enquanto sua legalidade permanece como objeto de disputa judicial, há uma expectativa quanto aos seus desdobramentos em termos de configuração de uma nova lei. Nesse sentido, esta reflexão propõe um olhar menos linearizado.

Daila Coutinho Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais
daila.mmm@gmail.com

Floriana de Fátima Gaspar
Universidade Federal de Minas Gerais
floriana.gaspar@gmail.com

Natália Lelis
Universidade Federal de Minas Gerais
natilelis@gmail.com

A PAZ, OS CONFLITOS, A INSURGÊNCIA E A RESISTÊNCIA: CONFLITOS E ALTERNATIVAS POPULARES NO CONTEXTO DE MEGAEVENTOS

A Comunidade da Paz, localizada próxima ao estádio que acolheu os jogos da Copa em São Paulo, tornou-se objeto de remoção que seria justificada pela construção do Parque Linear Rio Verde. Porém, após as ameaças de remoção, foi possível verificar a instauração de um processo de mobilização e resistência da comunidade, que até hoje está no local. O Objetivo deste trabalho é discorrer sobre os diversos interesses que convergem naquela área, bem como os conflitos instaurados, mostrando também um pouco sobre o processo de mobilização e resistência por meio de alternativas populares, como a construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Comunidade da Paz, que teve uma grande importância no processo de resistência. É importante salientar que esse processo se deu no contexto da preparação da cidade para acolher um megaevento, e, portanto, numa conjuntura de tendências internacionais da reprodução das cidades, que tem como uma de suas principais marcas o empresariamento urbano, e que não necessariamente irá considerar as especificidades das áreas nas quais estes grandes projetos serão instaurados. Passada a Copa é possível pontuar algumas vitórias da comunidade, e alguns questionamentos em relação a elas.

Talita Anzei Gonsales
Universidade Federal do ABC
tathagonsales@hotmail.com

REFLEXÃO A CERCA DA IMPORTÂNCIA DE CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DIGITAIS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: A NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Esta pesquisa trata-se importância de criação de espaços digitais de participação democrática e das dificuldades de seu fortalecimento a partir do estudo de caso do OP Digital de Belo Horizonte. Nesta pesquisa foi feita avaliação dos motivos na diminuição significativa na participação no Orçamento Participativo Digital 2011 e 2013, realizados na cidade de Belo Horizonte, em relação às duas edições anteriores realizadas em 2006 e 2008. Nas edições do Orçamento Participativo Digital foram registrados em 2006, 172.000 votantes, em 2008 foram registrados 125.000 votantes, em 2011, 25.000 votantes e 2013 8.900 votantes. Esta diminuição brusca da participação está relacionada a diversos fatores. Destaque relevante deve ser dado à implementação de regras de segurança a partir da edição 2011, no processo de votação, que além de aumentar o tempo necessário para votação também inviabilizava o uso de listas não autorizadas. Outro aspecto relevante para a queda na votação foi a não execução do empreendimento eleito no Orçamento Participativo Digital 2008, colocando em cheque a credibilidade do OP Digital. Aspectos como o não envolvimento de lideranças do Orçamento Participativo no Processo de pré-seleção dos empreendimentos foi um dos motivos na queda da participação. Apesar da queda na participação verificou-se que houve um amadurecimento do processo de segurança que promoveu maior legitimidade ao processo e necessidade de fortalecimento das ferramentas digitais como estratégia de participação democrática.

Palavras-chave: Orçamento, Participativo, Digital, Democracia, Internet.

Maria Diana de Oliveira
UFMG
diana@pbh.gov.br

Verônica Campos Sales
Prefeitura de Belo Horizonte
veronica@pbh.gov.br

A INGOVERNABILIDADE METROPOLITANA EMBORA A MAIORIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA JÁ RESIDA EM REGIÕES METROPOLITANAS, NÃO EXISTE AINDA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO UM MARCO LEGAL APROPRIADO À GESTÃO DESTES TERRITÓRIOS

O pacto federativo resultante da Constituição Federal de 1988 estabeleceu a prerrogativa dos Estados na criação das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, mas não lhes atribuiu competências suficientes para a execução das funções públicas de interesse comum (FPICs), face à autonomia municipal igualmente consagrada pela Carta Magna. Em nenhum outro aspecto este conflito normativo se apresenta de forma mais evidente do que na organização territorial, já que praticamente todos os instrumentos para o controle do uso do solo são de competência exclusivamente municipal. O objetivo do presente artigo é discutir as possibilidades de pacificar o entendimento sobre os limites da autonomia local em áreas conurbadas, subordinando o interesse "local" ao interesse comum, no que se refere à regulação da ocupação urbana. Para tanto, iniciamos com uma breve análise da Lei que instituiu as primeiras regiões metropolitanas no país, em 1973, buscando identificar avanços e retrocessos que a Constituição representou em relação à divisão de competências entre entes federativos no que tange à gestão territorial. Em seguida, investigamos o papel que a legislação federal pós-1988 reserva a organismos metropolitanos na organização, planejamento e execução das FPICs, no intuito de vislumbrar janelas de oportunidades para atuação dos mesmos no ordenamento territorial. Finalmente, discutimos se o Estatuto das Metrópoles oferecerá, caso aprovado, o arcabouço jurídico necessário à superação dos antagonismos que se interpõem à governança metropolitana.

Rose Compans
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
compans@uninet.com.br

TERRITÓRIOS MINERÁRIOS – DESAFIOS DA GESTÃO COMPARTILHADA E DO FECHAMENTO DE MINAS. O CASO DE MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais traz a mineração no seu nome e no seu território. Desencadeadora da ocupação mais intensiva não só do Estado, mas também do interior do Brasil, essa atividade tem, desde o século XVII, vivido ciclos de desenvolvimento que passaram pelo ouro nas primeiras eras, até chegar aos dias atuais como um dos maiores produtores de minério do mundo. Os grandes investimentos feitos nos últimos anos e a grande difusão da atividade pelo território fizeram com que as minas passassem a ser tratadas não mais isoladamente, mas como territórios mineradores em rede, exigindo um processo de gestão que extrapole os limites de atuação do Estado e das empresa e que passe a considerar as comunidades envolvidas e os impactos socioeconômicos, além dos ambientais, que incidem sobre elas. Nesse processo de gestão, dadas as transformações pelas quais os territórios mineradores passam e a pouca diversificação de atividades econômicas nas áreas em que estão inseridos, torna-se necessário estudos aprofundados e proposições que envolvam o momento de fechamento da mina, não somente sob os aspectos ambientais, mas também socioeconômicos das áreas afetadas. As contradições da legislação sobre o momento em que o plano de fechamento deve ser elaborado, assim como os aspectos que devem ser considerados serão avaliados no presente trabalho, utilizando-se de estudos de caso que embasem as questões levantadas.

Fabiana Borges Teixeira dos Santos
CEDEPLAR/UFMG
fabiana@cedeplar.ufmg.br

Fabiana Oliveira Araújo
NPGAU/UFMG
fabianaoa@gmail.com

UMA EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: OS PERIMETROS DE REABILITAÇÃO INTEGRADA DO HABITAT (PRIH)

Este artigo resgata a proposta de reabilitação urbana trazida pelos Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIH) implantados durante a gestão municipal de Marta Suplicy (2001-2004) em São Paulo e a analisa à luz dos modelos de planejamento urbano utilizados nas administrações públicas recentes. Pretende-se contrapor os princípios metodológicos dos PRIH, baseados na elaboração e gestão participativa de um plano de intervenções construído a partir da atuação capilar do poder público no território, às formulas finaceiro-urbanisticas tão em voga nos grandes projetos de transformação urbana. Busca-se vislumbrar formas de produção do espaço que se contraponham aos interesses hegemônicos do Capital, assim como a construção de alternativas focadas na gestão participativa das transformações, a fim de se superar as desigualdades nas tomadas de decisões. A reflexão proposta é permeada pela indagação sobre o papel que cabe ao poder publico num contexto de fragilidade dos marcos legal (instrumentos urbanísticos, delimitação de perímetros de intervenção) na efetivação de respostas às necessidades urbanas reais.

Beatriz Kara Jose
Centro Universitário SENAC
biakara@gmail.com

Letizia Vitale
FIAM FAAM
letiz.vitale@gmail.com

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU USO COMPULSÓRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A presente reflexão objetiva apresentar a experiência de aplicação do Parcelamento, Edificação ou Uso Compulsório (PEUC) no município de São Paulo, etapa inicial de aplicação dos instrumentos promotores da função social da propriedade. A análise é feita por meio da legislação urbana e urbanística, partindo do Plano Diretor de 1988 até as primeiras notificações que se dão pouco tempo após a aprovação do Plano Diretor Estratégico de 2014. Entende-se que a potencialidade do instrumento não está na implementação do IPTU progressivo no tempo, de modo a punir os proprietário de imóveis ociosos e recuperar parte da mais-valia urbana, e sim em garantir que a terra cumpra a sua função social, revertendo para a coletividade os benefícios dos investimentos públicos e das vantagens da aglomeração urbana, contribuindo também para a refuncionalização e reestruturação espacial. Conclui-se que a efetividade do instrumento ocorrerá somente com a compreensão das especificidades da formação sócio-espacial brasileira, e as estruturas de dominação econômica, política e ideológica num amplo combate ao patrimonialismo e com a articulação com outras políticas urbanas, principalmente a habitacional.

Fábio Custódio Costa
Prefeitura Municipal de São Paulo
geofab@gmail.com

O BRASIL METROPOLITANO: ESCALA REAL, ENTE INEXISTENTE E AS TENSÕES DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA METROPOLITANAS NO PAÍS

O artigo apresenta os resultados do projeto de pesquisa Governança Metropolitana no Brasil, realizado pelo IPEA e entidades governamentais de catorze estados da federação. O projeto possui três componentes: caracterização do desenho institucional, dos arranjos de gestão e da governança metropolitana; análise da gestão de funções públicas de interesse comum selecionadas (FPICs); e relatos de experiência ou estudos de caso contendo elementos inspiradores para a gestão e a governança metropolitanas do país. Além da análise das institucionalidades e dos arranjos governativos em cada uma das regiões metropolitanas em estudo, a pesquisa apresenta o debate contemporâneo sobre o tema da governança metropolitana no país, que vem sendo debatido pelo Congresso Nacional

e pelo Supremo Tribunal Federal, na busca por definições a respeito do tema. Desta forma acredita-se que o presente trabalho contribui para qualificação do debate sobre a questão metropolitana no país atualmente, provendo insumos e apontando caminhos para o desenvolvimento das cidades metropolitanas brasileiras.

Barbara Marguti
IPEA
barbara.marguti@ipea.gov.br

Igor Pantoja
IPEA
igorpantojaalves@gmail.com

Marco Aurelio Costa
IPEA
marco.costa@ipea.gov.br

RIO DE JANEIRO: CIDADE-NEGÓCIO

Este trabalho pretende uma breve aproximação crítica entre três momentos de reconfiguração urbana, respectivamente, a reforma de Paris no século XIX, o "Bota-abaixo" ocorrido no Rio de Janeiro no inicio do século XX e as atuais transformações urbanas que ocorrem na capital carioca com o advento dos megaeventos. Neste sentido pretende-se traçar uma trajetória de importação de modelos de cidades capitalistas e sua radicalização no modelo de cidade-negócio.

Leonardo Izoton Braga
UFES
leo.izoton@gmail.com

PLANEJAMENTO URBANO ENQUANTO CAMPO DE DISPUTA DE PODER. O CASO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR

As relações da vida urbana são entremeadas e determinadas por relações de poder, ou seja, pela criação de mecanismos e procedimentos que visam a assegurar a manutenção do exercício do poder de uns sobre a ação de outros. O instrumento do planejamento urbano se apresenta como mecanismo e procedimento de manutenção de poder por parte de determinado sujeitos e, ao mesmo tempo, como objeto de luta, confronto e disputa. A partir do exemplo do recente processo de planejamento urbano de Salvador, com as alterações do Plano Diretor de Salvador de 2008, pautado por lógicas privatistas e mercadológicas de produção do espaço urbano, discute-se a pertinência da ferramenta do planejamento urbano enquanto campo de disputa de poder.

Thaís de Miranda Rebouças
UFBA
thaisreboucas@gmail.com

A QUESTÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COM BASE EM UMA LEITURA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Este trabalho procura contribuir com a discursão a respeito da produção do espaço urbano-regional por meio de uma reflexão sobre os movimentos Occupy's que tomaram os Estados Unidos e a Europa na ultima década. Utilizaremos o movimento Ocupe Estelita, que ocorre na cidade do Recife, ao mesmo tempo em que desenvolvemos este estudo, configurando-se como um assunto importante para a cidade, tendo em vista que entusiasma parte da população a se apropriar, a pensar e a discutir o espaço urbano. Este estudo desenvolve, portanto, uma compreensão do movimento recifense e do contexto no qual ele está inserido, que nos leva a uma crítica geral dos grandes projetos urbanos que vem sendo implantados nas cidades brasileiras, com os arranjos institucionais que garantem o sucesso desses empreendimentos, e que simultaneamente nos permite pensar o significado de nova forma de organização da vida social que é a ocupação.

Victor Hugo Araújo Montenegro de Lucena
Universidade Federal de Pernambuco
victorxhugo@gmail.com

Thais Oliveira Ponte
Universidade Federal de Pernambuco
thaisoponte@gmail.com

THE PROBLEM OF DEMOCRACY IN TWO BRAZILIAN GOVERNANCE EXPERIENCES

This paper puts into question the relation between the State and civil society in Brazil from the standpoint of the notion of governance. Initially, it describes the context in which the idea of governance arrived at the debate concerning the state in Brazil in the 1990s. The country had completed a long process of democratization, after the military dictatorship. Reflecting on the historical experience allows putting into perspective themes such as popular participation, social control and political decentralization, which set the foundations for the democratic state in Brazil, as established in the 1988 Constitution. Next, two cases are presented, the Participative Budget in Porto Alegre and the Porto Maravilha Project in Rio de Janeiro. The practices that these two experiences exemplify are concrete expressions of the concept of public governance, that is, mechanisms to displace decision-making processes from state bureaucracy (for some because it is inefficient, for others because it is biased towards powerful interests) and, simultaneously, to create a counterpart decision-making body, constituted either as a group of citizens exercising their rights, either as a network of relevant stakeholders in collaboration in order to facilitate common interests. The experiences introduced represent opposing sides of the political debate over democracy, therefore serving as references to reflect on the meaning and possibilities that the notion of governance may actually have in Brazil. Such consideration is the purpose of the final part of this paper.

Pedro de Novais Lima Junior
IPPUR
pedrodenovais@gmail.com

DESIDERATOS SOCIOPOLÍTICOS E TERRITÓRIOS DE PARTICIPAÇAO POPULAR NO PLANO DIRETOR DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/ MG

Partindo de uma contextualização breve sobre os processos de participação popular no Brasil e seus reflexos na consolidação e construção de políticas urbanas democráticas, a análise traça um paralelo entre os desejos, interesses e possibilidades do planejamento socioterritorial no processo de revisão do Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro, município localizado no Médio Espinhaço mineiro. Em 2014, em face à necessidade de revisão do então Plano Diretor de 2003, um amplo debate e processo se institui envolvendo um complexo mosaico sociopolítico e institucional que visa construir convergências e sentidos socioculturais comuns em um amplo espaço formado por distritos, vilas e povoados setecentistas, que somados a uma igualmente rica geobiodiversidade, resultaram em uma excepcional paisagem sociocultural, conformando ainda múltiplas arenas de posicionamento sociopolítico com grandes déficits de experiência em processos de participação pública. O cerne das mudanças socioespaciais e espécie de catalisador deste processo é a instalação de grande empreendimento mínero-industrial, o Projeto Minas-Rio, com uma série de transformações nos padrões de urbanização e nas vocações e tendências socioeconômicas locais e regionais. A análise situa os diversos interesses em termos de uma desejada e necessária apropriação socioterritorial do planejamento urbano e nas ofertas, desejos e possibilidades da participação popular nos elos entre planejamento, participação e governança urbanos.

Fernanda Vargas Lima
PUC - SP
fvl.fer@gmail.com

Julia Franco Prados Mello
PUC - MG
juliafpmello@gmail.com

Valnei Pereira
fau usp
valneipereira@uol.com.br

A REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO NO BRASIL: ENTRE OS CONSTRANGIMENTOS DO ESTADO CAPITALISTA E AS POSSIBILIDADES DA POLÍTICA

A dimensão técnico-administrativa é predominante na maioria dos estudos sobre o setor de saneamento no Brasil. Este artigo pretende contribuir de um outro lugar porque parte do pressuposto de que o reconhecimento do saneamento como um problema essencialmente político ajuda a entender o caráter excludente do acesso aos serviços e as condições para sua superação. Trabalha-se a hipótese de que, no processo de regulamentação do saneamento transcorrido no governo Lula, ensaiou-se uma ruptura com a trajetória resiliente do setor, marcada pela visão predominantemente tecnicista e empresarial, e que a Lei Nacional de Saneamento Básico representa muito mais o resultado do conflito do que a expressão de um consenso. Inspirados na teoria do campo de Bourdieu, reflete-se sobre o espaço social do saneamento segundo as posições dos agentes, suas relações de poder e a distribuição de diferentes formas de capital. Quando o processo decisório é deslocado da esfera do Conselho Nacional das Cidades para a arena do Legislativo federal, criam-se as condições do consenso possível e se esvaziam as possibilidades de ruptura, na perspectiva da afirmação do saneamento como direito. Constata-se que a completude da ruptura depende da superação dos constrangimentos e mecanismos seletivos que estão postos tanto na natureza do Estado capitalista brasileiro, quanto na dinâmica política. Na perspectiva das possibilidades da política, o estudo indica que esboçou-se um processo novo, que mesmo não chegando a impor uma inflexão radical, desenhou uma ruptura incompleta que coloca em aberto o futuro e os rumos da política de saneamento no Brasil.

Berenice de Souza Cordeiro
Ippur/Ufrj
berenicesc@uol.com.br

OS LIMITES DA CONVERGÊNCIA: ESPECIFICIDADES LOCAIS E DESAFIOS COMUNS NO PLANEJAMENTO URBANO DE SÃO PAULO E CHICAGO

Este trabalho baseia-se na hipótese de que políticas urbanas podem convergir. Esta convergência, entretanto, não quer dizer simplesmente que diferentes culturas de planejamento urbano estão se tornando mais parecidas. Pelo contrário, significa que uma multiplicidade de locais estão materializando processos transnacionais que, por um lado, representam desafios similares mas que, por outro lado, produzem respostas contextuais. Como exemplo, este trabalho explora as principais políticas de redesenvolvimento urbano em São Paulo e Chicago – respectivamente, operações urbanas consorciadas e tax increment financing – como manifestações destas redes de fluxos que são localizadas em cidades específicas. O objetivo é compreender como estes instrumentos estão inseridos em um contexto estrutural de reforma politico-econômica que tem reflexos diretos no planejamento urbano local com o surgimento de instrumentos competitivos que misturam agentes públicos e privados, políticas financeiras e de uso do solo. Por outro lado, estes instrumentos somente podem ser compreendidos em sua origem e funcionamento atavés do estudo das culturas de planejamento urbano locais que informam diferentes modelos de intervenção, arquiteturas institucionais, e papéis atribuídos a agentes públicos e privados. Como resultado, este trabalho adota uma postura crítica à noção de convergência do planejamento urbano atual ao identificar em diferentes instrumentos tanto convergências e diálogos estruturais, quanto a contextualização destes mesmos para realidades locais.

Marina Toneli Siqueira
University of Illinois at Chicago
marinatsiq@gmail.com

HABITAÇÃO E TRANSPORTE COLETIVO: NÃO INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS REFORÇANDO DESIGUALDADES SOCIAIS

O trabalho tem por objetivo analisar a acessibilidade propiciada por transporte público coletivo a beneficiários de programa habitacional e comparar os resultados da política segundo categorias de beneficiários. Os dados empíricos são referidos aos empreendimentos contratados na primeira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém e ao sistema de transporte por ônibus gerenciado pela Superintendência Execu-

tiva de Mobilidade Urbana de Belém. Esse sistema envolve a totalidade das linhas metropolitanas que circulam na maior parte dos municípios componentes da região. No desenvolvimento do estudo foram utilizados indicadores de micro e macroacessibilidade, baseados nas variáveis distância entre habitação e rede de transporte e cobertura espacial das linhas em relação à área metropolitana, calculados isoladamente e agrupados segundo a faixa de renda dos beneficiários a que se destinam os empreendimentos habitacionais. Além da abordagem quantitativa, também foi analisada a configuração da cobertura espacial das linhas em relação às características da estruturação do espaço urbano-metropolitano. O estudo indicou que é restrita a acessibilidade propiciada pela rede de transporte por ônibus a grande parte dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, em especial os destinados a beneficiários com menor renda, permitindo inferir que a implementação de política habitacional desarticulada de ações no setor transporte coletivo contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, visto que os impactos negativos na mobilidade e na integração à cidade são mais graves para as faixas menos favorecidas economicamente, dado que são mais dependentes do transporte público.

Rodrigo Saraiva
UFPA
rodrigosaraivaufpa@gmail.com

Simaia Mercês
UFPA
simrcs@yahoo.com.br

DEMOCRACIA E ESTADO REFLEXÍES PARA AS (IM)POSSIBILIDADES DE UM PLANEJAMENTO URBANO DEMOCRÁTICO

Partindo da percepção de que na base do projeto da reforma urbana no Brasil está a crença em um Estado democrático reformado, esse trabalho propõe jogar luz nas dificuldades encontradas atualmente na realização das promessas de construção de cidades mais democráticas ao sugerir que a conjunção entre democracia e Estado é uma resultante da política moderna que acaba restringir a democracia a um estatuto meramente abstrato. Para tanto faço um rápido resgate da especificidade histórica que a democracia assume na modernidade ao ser constrangida por outras formas políticas como a representação e a república, mas, especialmente ao Estado. Em sequência procuro argumentar que a democracia pode e deve ser entendida não como uma modelo que se insere na tentativa de mediação entre Estado e sociedade civil, mas como um movimento histórico que demanda a própria superação dessa separação, uma vez que esta é funcional para a reprodução do modo de produção capitalista. Na medida em que se constrói a ideia de que a democracia insurge-se contra o Estado surge o questionamento se é possível que o próprio planejamento possa ser caracterizado como democrático, haja vista sua íntima relação com a face espacial da alienação política representada pelo próprio Estado.

Marcos Gustavo Pires de Melo
UFMG
marcosgustavo@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DO DEBATE ACERCA DO CAIS JOSÉ ESTELITA E DO PROJETO NOVO RECIFE PARA A GESTÃO PÚBLICA

Com a revalorização do centro antigo do Recife, as áreas ociosas que apresentavam potencial para renovação urbana passaram a ser visadas pelo mercado imobiliário, entre elas o terreno localizado no Cais José Estelita, para o qual foi desenvolvido o Projeto Novo Recife por um grupo de construtoras, para a implantação de um conjunto de 13 torres voltadas para uma demanda constituída por setores da classe alta. Não obstante, este terreno está inserido no bairro histórico de São José, caracterizado por construções de baixo e médio gabarito e pela existência de bens tombados pelo Patrimônio Histórico, e localizado às margens da bacia portuária, compondo uma parte significativa da frente d'água da cidade. O Projeto Novo Recife, no entanto, não obteve a aceitação da população que reivindica a sua revisão, além de apontar diversas irregularidades que vem ocorrendo no processo de aprovação do projeto, que estão sendo apuradas

pelo Ministério Público Federal. Neste contexto, este artigo vem chamar atenção para a importância do debate acerca da gestão pública destas áreas tidas como estratégicas para o desenvolvimento das cidades, e, ainda, para a responsabilidade do poder público municipal em realizar o planejamento urbano e promover a defesa do interesse público. O caso do Cais José Estelita constitui-se como um exemplo do fortalecimento da sociedade civil na luta pelo Direito à Cidade, e pela condução adequada da Política Urbana.

Adriana Santos Mendonça
Universidade Federal de Pernambuco
adriana.santos77@gmail.com

A "VONTADE DE GOVERNAR": CONFLUÊNCIAS NOS MODOS DE CONTROLE MILITAR E EMPRESARIAL DO TERRITÓRIO

O presente trabalho procura discutir formas de intervenção territorial exercidas por empresas cuja atividade implica forte dependência de recursos territorializados, e cujo acionar envolve ativamente as populações atingidas pelos empreendimentos. Trata-se de ações compreendidas no espectro das denominadas práticas de "responsabilidade social" através das quais as empresas reclamam uma participação no desenvolvimento dos territórios, nos términos da chamada "governança territorial". No propósito de compreender tais práticas como formas de controle empresarial do território, são examinadas suas possíveis confluências com as formas de operação das forças militares, especialmente com as operações de ocupação e contra-insurgência. A partir de tal exercício é identificada a centralidade que em ambos os casos ostenta a noção de rede como forma de inteligibilidade e modelo de intervenção sociopolítica nos territórios, e para sua ilustração no âmbito empresarial, são abordados alguns dos desenvolvimentos no setor minerador ao respeito da chamada "licença social para operar". Como resultado de tal aproximação comparativa se sugere que tanto as forças militares quanto as empresariais, vêm dando forma ao exercício de um tipo de governo biopolítico, cujo sentido no caso empresarial, é tanto a obtenção do consentimento das populações, quanto o envolvimento de suas forças vitais em função dos imperativos dos processos de acumulação.

Edwin Alberto Muñoz Gaviria
Universidade Federal do Rio de Janeiro
emugaia@hotmail.com

>ST3

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INOVAÇÃO E REDES REGIONAIS

A DINÂMICA ATUAL DO SETOR PRODUTIVO E SUAS CONTEMPORÂNEAS INTERAÇÕES: EXEMPLOS DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

Carlos Cassemiro Casaril
UNIOESTE - PR
carloscasaril@yahoo.com.br

Os dados apresentados neste trabalho fazem parte de capítulo de nossa tese de doutoramento em Geografia pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2014. Destacando que o objetivo deste trabalho foi analisar a dinâmica do setor produtivo da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná, com destaque para análise das interações espaciais concretizadas via exportações e importawções, realizadas por empresas do setor produtivo e, por empresas especializadas na intermediação de exportação/importação (comércio exterior). Para a configuração inicial desta rede, utilizamos o trabalho denominado de REGIC - Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008). Ao analisarmos a dinâmica atual do setor produtivo, verificamos que, a rede urbana de Francisco Beltrão se torna cada vez mais complexa e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, se amplia a complexidade da rede. Cidades locais que só mantinham relações com suas áreas rurais e com centros de sua rede, passam a realizar interações diretamente com outros países. Assim, uma das explicações para essa problemática, reside no fato de cada centro urbano situar-se em pelo menos duas redes. Uma formada pelo REGIC e outra por fluxos irregulares e não sistemáticos, expressando continuidades e descontinuidades.

A DINÂMICA PRODUTIVA E ESPACIAL DA INDÒSTRIA GOIANA

O presente artigo tem como objetivo caracterizar o perfil da indústria goiana e sua dinâmica espacial no período de 1996 a 2012. Para isso foram trabalhados, principalmente, os dados da Pesquisa Industrial Anual, do IBGE, e Registros Administrativos da Secretaria Estadual de Fazenda. Constatou-se que os segmentos intensivos em recursos naturais – agroindústria/alimentícia e mineração – continuam mantendo forte liderança no processo de industrialização do estado. Os segmentos da indústria tradicional apresentam queda importante em sua participação relativa enquanto há segmentos novos, intensivos em escala, emergindo, indicando um movimento de diversificação do tecido industrial do estado. Em relação à dinâmica espacial, constatou-se que houve desconcentração da atividade industrial, com perda de participação da capital, Goiânia, e com fortalecendo de cidades que já possuem certa capacidade de polarização.

João Batista de Deus
UFG
deus.joao@gmail.com

Marcos Fernando Arriel
UFG
marcosarriel@ig.com.br

IMPACTOS REGIONAIS DA RELOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA

A indústria automobilística apresenta capacidade de exercer efeitos multiplicadores sobre vários outros setores da economia, contribui com a geração de emprego e renda, direta ou indiretamente, o que a torna alvo constante de políticas públicas de fomento e desenvolvimento regional. O objetivo deste artigo é analisar a evolução recente e prin-

cipais características da relocalização da indústria automobilística brasileira, através de um conjunto de indicadores econômicos como renda industrial, emprego, salário anual médio e produtividade, elaborados para o Brasil, regiões e estados selecionados no período 1996-2010. Os dados utilizados são da Pesquisa Industrial Anual, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir dos quais elaborou-se o conjunto de indicadores que compõem o trabalho. Foi possível verificar que, apesar da Região Sudeste continuar concentrando a maior parte da renda industrial do setor, já se visualiza a formação de novos arranjos produtivos na indústria automobilística e, portanto, um importante processo de desconcentração desta indústria.

Marisa dos Reis Azevedo Botelho
Universidade Federal de Uberlândia
botelhomr@ufu.br

Vanessa Marzano Araujo
Universidade Federal de Goiás
vanessamarzano@yahoo.com.br

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: RESULTADOS DE ESTUDOS EM EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Resumimos discussões e análises sobre experiências de Indicação Geográfica e seus possíveis impactos no desenvolvimento territorial, abrangendo as dimensões social, cultural, ambiental e econômica, realizadas durante os anos de 2013 e 2014, abrangendo duas experiências do setor vinícola do sul do Brasil. Metodologicamente, os estudos estiverem sustentados em visitações, análises documentais e entrevistas com atores envolvidos nas experiências. Conclui-se que as variáveis relacionadas às dimensões econômica, social e cultural estão minimamente contempladas. No entanto, em relação à dimensão ambiental, a preocupação resume-se ao atendimento das exigências legais, sendo necessários novos avanços.

Giovane José Maiorki
Universidade do Contestado
giovane@unc.br

Jairo Marchesan
Universidade do Contestado
jairo@netcon.com.br

Sabrina Dhieniffer Sander
Universidade do Contestado
valdirroqued897@gmail.com

Valdir Roque Dallabrida
Universidade do Contestado
valdirroqued897@gmail.com

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO ESTADO DE GOIÁS

O artigo tem como objetivo caracterizar os Arranjos Produtivos Locais – APLs da Indústria Automobilística que estão em processo de formação no Estado de Goiás, a partir da instalação de empresas âncoras, mais especificamente nos municípios de Catalão e Anápolis. Considerando-se os fortes efeitos multiplicadores sobre outras atividades econômicas e a capacidade de se articular em rede como características principais das empresas da Indústria Automobilística, realizou-se pesquisa de campo com vistas a identificar as características e impactos iniciais dos arranjos produtivos em processo de formação nestas localidades. O conjunto de dados obtidos na pesquisa permitiu identificar um processo de contínuo crescimento dos arranjos, aferido pela evolução dos empregos, assim como de diferenciação entre os dois casos, dado que o APL de Catalão apresenta tendência a apresentar, futuramente, adensamento da cadeia produtiva presente no território e, portanto, impactos mais importantes para o desenvolvimento da região.

Marisa dos Reis Azevedo Botelho
Universidade Federal de Uberlândia
botelhomr@ufu.br

Vanessa Marzano Araujo
Universidade Federal de Goiás
vanessamarzano@yahoo.com.br

MOEDA COMPLEMENTAR, REGIONAL OU SOCIAL: O QUE SÃO E PARA QUE ESTÃO SERVINDO?

O objetivo deste artigo é apresentar o uso das moedas sociais potenciais mecanismos de desenvolvimento local. A partir de várias experiências de uso de moedas sociais e complementares no mundo, focamos as moedas sociais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil para detalhar o modo de funcionamento do circuito monetário local. As informações e as análises aqui empreendidas se basearam numa ampla revisão de literatura e análise documental, bem como em uma pesquisa etnográfica em janeiro de 2012. Nossa reflexão e pesquisa permite apontar as possibilidades de mudanças e reorganização socieconomica nos territorios onde se faz uso das moedas sociais. As potencialidades do uso de moedas sociais pelos BCDs no Brasil estão associadas a construção conjunta da oferta e da demanda, onde a oferta e a demanda são planejadas e decidas por eles mesmos em espaços públicos de discussão; a um novo tipo de relação com o dinheiro, traduzida na tentativa de restaurar vínculos sociais degradados; e parece ser um mecanismo com utilidade social por sua maneira de atuar e pelos benefícios resultantes de cada experiencia.

Airton Cardoso Cançado
UFT
airtoncardoso@yahoo.com.br

Ariádne Scalfoni Rigo
UFBA
ariadnescalfoni@gmail.com

Genauto Carvalho de França Filho
UFBA
francafilho@gmail.com

COMPLEXOS INDUSTRIAIS, CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E DIREITO REFLEXIVO

O artigo procura debater algumas diferenças básicas dos complexos industriais em relação ao período fordista e ao que o sucede, especialmente relacionados à indústria de alta tecnologia trazendo autores que já analisaram tais características. Em seguida procurou-se fundamentar que os complexos industriais atuais de alta tecnologia não somente já nascem especializados em algum tipo de tecnologia mais sofisticada, e não alta tecnologia de um modo geral, mas são constituídos por circuitos espaciais produtivos. Isto implica numa diferenciação profunda em relação ao passado, pois os circuitos espaciais produtivos são planetários, transnacionais, e comandados em grande medida por corporações dos setores implicados. Ao mesmo tempo os complexos industriais são nacionais já que em grande medida são incentivados e subsidiados direta ou indiretamente pelo Estado e os complexos industriais são também constituídos por muitas empresas micro, pequenas, médias e até algumas grandes (de dimensão e atuação estritamente nacional) que dependem do território como abrigo (Santos e Silveira, 2001). Por fim discutimos como os círculos de cooperação no espaço vem crescentemente baseando as suas ações de promoção à cooperação capitalista por meio do desenvolvimento do direito reflexivo, onde destacamos a lex mercatoria e o direito da produção como normas jurídicas para gerar e garantir a cooperação capitalista utilizando, entretanto, formas de judicialização não-estatais ou soberanas e também apontamos que essas são formas que podem lesar os direitos nacionais do mesmo modo que outra forma de direito, o sistêmico, bastante relacionado às ações das ONGs de alcance global, podem produzir esse mesmo efeito (Faria, 1999).

Ricardo Mendes Antas Jr.
Universidade de São Paulo/ Depto Geografia - FFLCH
ricardomendes@usp.br

TERRITÓRIO EXTREMO SUL DA BA – AVANÇOS E LIMITES PARA UM DESENVOLVIMENTO COM COESÃO SOCIAL

O presente trabalho objetivou analisar o território Extremo Sul da Bahia utilizando uma estrutura conceitual fundamentada na Nova Economia Institucional, buscando em sua trajetória explicações para os avanços e permanências observados, bem como nas cinco dimensões elencadas pelo Centro Latinoamericano para el Desarollo Rural (Rimisp) como condições

centrais para o desenvolvimento territorial: estrutura agrária, vínculo com mercados dinâmicos, estrutura produtiva, presença de cidades intermediárias com interdependência do rural e do urbano e coalizões sociais dominantes. Com essa finalidade efetuou-se um levantamento histórico, uma análise de diferentes dados secundários – em sua maioria comparando informações do Censo Demográfico IBGE dos anos 2000 e 2010 – e uma apresentação sobre duas arenas de ação que compõem o cenário de conflitos e negociações na região à luz dos componentes teóricos apresentados. Conclui-se que há um cenário de avanços ao longo da última década, porém permanecem limitações importantes para um desenvolvimento com coesão social no território analisado.

Ariane da Silva Favareto
Cebrap
cla.magalhaes@ig.com.br

Clarissa Magalhães
UFABC
cla.magalhaes@ig.com.br

Heidi Cristina Buzato
UFABC
heidibuzato@yahoo.com.br

Ricardo Camargo Cardoso
UFABC
cla.magalhaes@ig.com.br

DESIGUALDADES REGIONAIS E VARIAÇÕES ESPACIAIS NO INDICADOR DE MORTALIDADE INFANTIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL

A taxa de mortalidade infantil (TMI) é um dos indicadores de saúde mais sensíveis às desigualdades sociais e as disparidades regionais. Por isso, contrariando-se os reconhecidos avanços na redução da mortalidade infantil no Brasil, ainda são encontradas TMIs elevadas e bem acima das metas estabelecidas nos programas de vigilância e controle. É o caso da meta estabelecida pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Embora essa meta tenha sido antecipadamente alcançada e celebrada, realidades locais mais carenciadas estão muito distantes de atendê-la. Esse é o contexto motivador para a realização deste trabalho, cujo objetivo, expresso de forma sintética, é analisar as variações espaciais das TMIs, ao nível das microrregiões do estado de Minas Gerais, Brasil, nos períodos de 2003-2007 e 2008-2012. A fim de propor algumas razões de contexto regional capazes de explicar as variações espaciais nas TMIs, levantamos indicadores relacionados com o sistema de atenção (oferta e uso dos serviços de atenção primária) e com as desigualdades socioespaciais (expressas através de um indicador composto de privação social). Os dados foram coletados em fontes secundárias oficiais, modelados e inseridos em Sistema de Informação Geográfica. Os resultados indicaram a redução das TMIs em quase todas as microrregiões de Minas Gerais. Mas ainda persistem enormes desigualdades regionais, com taxas ainda muito elevadas nas microrregiões mais carenciadas.

Rivaldo Faria
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
rivaldogeo@hotmail.com

INDÚSTRIA PETROLÍFERA, MERCADO DE TRABALHO E NÍVEL DE DEPENDÊNCIA DA MÃO DE OBRA EXÓGENA NOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS, RJ

Os municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, no estado do Rio de janeiro vem apresentando significativas transformações econômicas e sociais, destacando-se a mudança na estrutura ocupacional impulsionada pelas novas oportunidades de trabalho nos setores secundário e terciário e que tem atraído muitos imigrantes além do crescimento do movimento pendular por motivo de trabalho. Esse artigo tem como principal objetivo compreender esta nova dinâmica e para isso desenvolveu um indicador que pretende medir o nível de dependência de um mercado de trabalho de mão de obra exógena, admitida como sendo constituída por todos os trabalhadores não naturais, residentes há menos de 10 anos em determinado município, e também pelos trabalhadores pendulares. Os resultados apontam que o nível de

dependência de mão de obra exógena destes municípios pode alcançar até cerca de 60%, como é o caso do município de Macaé, onde se encontra a base de operações da Petrobras e das demais empresas petrolíferas que ali se instalaram.

Denise Cunha Tavares Terra
UENF
deniseterra@gmail.com

Joseane de Souza
UENF
joseanedesouza.souza@gmail.com

DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDUZIDO PELA INDÚSTRIA? OBSERVAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO MÉDIO PARAÍBA-RJ

Este trabalho tem por objetivo examinar a alocação de multinacionais, do setor automobilístico, na região do Médio Paraíba-RJ, em especial duas cidades onde estão localizadas as plantas dessas indústrias: Resende e Porto Real, e em pouco tempo também em Itatiaia. Será observada a interação das políticas locais de planejamento, que tem foco no desenvolvimento socioeconômico, e a possibilidade de integração regional com a criação de sinergia entre municípios, órgãos públicos, empresariado e sociedade. Para isso, foi utilizada bibliografia disponível, notícias de jornais e órgãos públicos, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ; e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN. As cidades supracitadas buscam cada vez mais o desenvolvimento econômico através da industrialização. As montadoras de veículos se tornaram oportunidades viáveis, visto o aumento das arrecadações das prefeituras e crescimento nos postos de trabalho. Porém, esse modo de planejar tem seus percalços e limitações. De fato, são apontados alguns progressos, quando observados dados sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Embora, o desenvolvimento local endógeno esteja em evidência na teoria e prática, essa possibilidade de desenvolvimento limita-se aos interesses empresariais e ao espaço de "manobra" política do poder público local.

Bianca Louzada Xavier Vasconcellos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
bianca.ufrrj@gmail.com

DINÂMICAS REGIONAIS DE MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (RS).

O artigo analisa como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a organização dos mercados de trabalho, mas, também, as condições de trabalho das pessoas que vivem do trabalho. Tomando como referência empírica uma pesquisa realizada na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), cuja economia é fortemente dependente da presença de indústrias fumageiras, atenta-se para o modo como as particularidades regionais contribuem para a definição das formas de empregabilidade e de uso da força-de-trabalho, mas, também e inclusive, das formas de desemprego.

Marco Andre Cadona
Unisc - Universidade De Santa Cruz Do Sul
mcadona@unisc.br

POLÍTICAS RECENTES DE MELHORIAS URBANAS: CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS VERSUS FAVELAS

Este artigo pretende fazer uma breve análise comparativa sobre as condições de infraestrutura em domicílios localizados em setores subnormais (proxy de favelas) e domicílios em municípios pequenos e médios, no Brasil como um todo e em suas grandes regiões. A ideia para esta análise surgiu de um estudo sobre as favelas brasileiras, a partir dos dados do Censo de 2010, onde foi possível identificarmos que as condições dos domicílios em favelas, no que diz respeito a alguns indicadores (como abastecimento de água ou esgotamento sanitário), são melhores do que as

condições gerais dos domicílios brasileiros. Fazendo uso dos dados relativos aos domicílios permanentes e aos aglomerados subnormais disponibilizados pelos Censos de 2000 e de 2010, procuraremos identificar como a realidade do acesso à infraestrutura urbana no Brasil evoluiu durante a década inter-censitária. As perguntas que orientam este estudo são: após uma década de intensa intervenção nas áreas de favela, com projetos de urbanização e de instalação de infraestrutura urbana, impulsionados de forma sistemática pelo PAC - Urbanização de Assentamentos Precários, as favelas se mantêm como o espaço de maior precariedade habitacional no país? É possível deduzir, a partir dos dados censitários, se as cidades pequenas e médias também foram beneficiadas pelos programas e investimentos federais do período?

Camila D'Ottaviano
FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
camila.dottaviano@gmail.com

Suzana Pasternak
FAUUSP
suzanapasternak@gmail.com

A UNIVERSIDADE COMO CATALISADORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, NA FRONTEIRA SANTANA DO LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY

Esta pesquisa analisou o período dos primeiros seis anos do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa, no âmbito de alcance do seu objetivo, que é o mesmo desde o seu processo social de criação, e que a Lei 11640/08 reforça: Desenvolvimento Regional. Para avaliar possíveis meios para o desenvolvimento de uma região fronteiriça como é a fronteira Santana do Livramento – BR e Rivera – UY, foi necessário um longo resgate histórico que, relacionado com os atuais dados sociais, possibilitou identificar que esta sociedade é estratificada, carente em Capital Social. Uma sociedade estratificada possui dificuldades de desenvolver trabalhos coletivos que possibilite o desenvolvimento mútuo dos envolvidos. O Capital Social acaba sendo um dos meios para o desenvolvimento regional, objetivo-fim da instituição estudada. Assim, foi definido um marco teórico para o Capital Social, que privilegia o trabalho coletivo. Tendo como cenário o Campus de Santana do Livramento da UNIPAMPA e a sociedade fronteiriça, através da fenomenologia foram buscadas as percepções de atores sociais relevantes tanto da universidade quanto da sociedade no processo de instalação da mesma na fronteira já citada. Por fim, as percepções indicam a UNIPAMPA como instituição-chave para o desenvolvimento regional, contudo, eximindo-se do seu papel de protagonista do mesmo, ou seja, eximindo-se de ser protagonista do seu próprio objetivo.

Christine da Silva Schröeder
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia Programa de Pós-Graduação em Administração
christine1004sch@gmail.com

Deivid Ilecki Forgiarini
Universidade Federal do Pampa
deividforgiarini@hotmail.com

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS INDUZIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE NORTE

Este trabalho busca investigar se o Pronat e o PTC têm contribuído para reduzir as desigualdades territoriais do Rio Grande do Norte. Assim, tem-se como objetivo geral verificar se a indução governamental para a constituição de arranjos socioprodutivos em territórios rurais no estado tem sido bem sucedida, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, em termos socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento territorial com inclusão social e econômica. Os dados secundários foram obtidos a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano, do Portal Transparência e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), o que permitiu, por meio de tabulações e de média ponderada, calcular informações

territoriais para analisar os diferentes territórios. Os resultados evidenciam que, em termos sociais, nos territórios mais pobres ocorreu lenta redução de assimetrias regionais, entretanto, o desempenho econômico ficou aquém da media estadual. Conclui-se, portanto, que estes territórios reclamam maior atenção quanto aos investimentos realizados.

Clesio Marcelino de Jesus
Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
clesiomj@ie.ufu.br

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes
Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
vcrodrigues51@gmail.com

A METODOLOGIA DO "CONE" E SUA APLICABILIDADE NO ESTUDO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/BRASIL

A expansão urbana e o processo de metropolização traz consigo enormes efeitos para todo um território, onde os impactos ambientais não se restringem à um único município, mas para um conjunto cuja responsabilidade pela solução passa a ser compartilhada. A metodologia do "Cone" desenvolvida pelo observatório das metrópoles tenta demonstrar como se configuram certas centralidades na região e sua relevância social, econômica, política e ambiental para a manutenção do desenvolvimento urbano. Neste estudo de caso, ao reconstruir a centralidade metropolitana, foi observado a relevância do Rio Potengi, desempenhando múltiplas funções espaciais, desde o fornecimento de água, destinação final do sistema de coleta de água de chuva (evitar os alagamentos na cidade), equilíbrio de uma rica vida marinha concomitantemente à um processo de poluição, especialmente pelo sistema falho de esgotamento sanitário, que tem neste rio sua destinação final. Desta forma, verificou-se que ao demonstrar a centralidade que o rio passa a ter na região, trona-se mais urgente uma nova forma de planejar e agir, bem como interpretar a corresponsabilidade dos municípios metropolitanos, especialmente descritos nos planos diretores, portanto, num segundo momento, após demonstrar a centralidade do rio na regionalização da metrópole, estudou-se os planos diretores a fim de compreender os mecanismos de controle que agem no ordenamento do território, especificamente nas margens do rio.

Palavras-chave: metodologia do "cone"; metrópole;saneamento básico; rio Potengi; impacto ambiental.

Fábio Fonseca Figueiredo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ffabiof@yahoo.com

Marcela Fernanda da Paz de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
marceladapaz@yahoo.com.br

Pedro Augusto Filgueira Albuquerque
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
pedroaugustofa@gmail.com

TECNOLOGIA, CIDADE E REGIÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SISTEMA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO

O presente artigo procura associar diferentes referências conceituais para compreender a dimensão territorial da inovação em situações de subdesenvolvimento, defendendo uma interpretação da importância da tecnologia como empiricização do tempo, inspirada na ideia de meio técnico-científico -informacional (MTCI) de Milton Santos. Entretanto, propõe-se uma interpretação que reconhece o MTCI não apenas como o espaço gerador de riqueza e poder para grandes agentes hegemônicos com o apoio do estado. Entende-se o MTCI como sistema territorial por onde também podem circular fluxos de conhecimento estruturadores de convivência e de resistência diante de grandes interesses econômicos, de descoberta e de capacidade de regulação a partir do próprio território, em benefício de agentes locais estruturadores, portanto, de solidariedades horizontais. Conhecimento científico e tecnologia não seriam, nesta perspectiva, elementos promovidos, produzidos ou apropriados apenas pelos grandes interesses corporativos em sua trajetória de reprodução ampliada em tempos de globalização, responsáveis pela constituição de "vetores de modernização

entrópicos" motivados por "interesses privatísticos" sem compromissos com a sociedade local. Ciência, tecnologia e informação constituem também a base técnico-científico-informacional para a vida social em benefício da construção de horizontalidades no espaço vivido por sujeitos desejosos de se contrapor a "finalidades impostas de fora", por meio das quais estes sujeitos podem criar formas não submissas de integração entre si e com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes.

Ana Cristina de Almeida Fernandes
UFPE
anacf.ufpe@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MÉDICOS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Este artigo pretende apresentar a distribuição espacial dos médicos no Brasil a partir do acesso aos serviços médicos segundo as sedes dos municípios brasileiros. O estudo utiliza dados do último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, o qual revelou que dos 5565 municípios brasileiro, 3139 municípios não possuem acesso aos médicos, o que corresponde à 56,4% do total de municípios no país. Este dado já indica uma ineficiência locacional da distribuição espacial dos médicos. Para tanto, em julho de 2013 o governo brasileiro lançou o programa federal Mais Médico a fim de cobrir a carência desses profissionais por todo território nacional. Contudo, tal iniciativa tem levantado uma discussão a nível nacional que convoca os diversos atores envolvidos nesse processo a questionarem a real relevância e necessidade em contratar profissionais estrangeiros. Nesse sentido, um estudo de caráter espacial tem muito a contribuir para o entendimento da distribuição espacial dos médicos, o que possibilita uma mensuração dos eventos e posteriormente uma avaliação de sua configuração espacial.

Tamara Macedo Lima da Silva
UFMG
tamaramacedos@hotmail.com

Wallison Henrique Oliveira Silva
UFMG
wallisonhenriqueo.silva@hotmail.com

DINÁMICA ESPACIAL DEL EMPLEO EN EL PARAGUAY: UNA ANÁLISIS A TRAVÉS DE LAS MEDIDAS DE LOCALIZACIÓN, ESPECIALIZACIÓN Y EL MÉTODO SHIFT-SHARE

El objetivo general del presente trabajo fue analizar la dinámica del empleo por sectores de actividades económicas en el Paraguay. El área de estudio comprende algunos departamentos de la Región Oriental del Paraguay, específicamente Alto Paraná, Caaguazú, Central, Itapúa, San Pedro y Asunción. Los datos fueron obtenidos juntamente con la Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censo (DGEEC) por medio de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Y se analizó el número de personas ocupadas por sectores económicos para el período 2004-2011. Para el análisis de los datos fueron utilizadas las medidas de localización y especialización, además del método Shift-share. Los resultados evidencian que La tasa de crecimiento del empleo formal en los departamentos del Paraguay fue de 1,19%, además se constató que Alto Paraná y Central cuentan con sectores dinámicos en su estructura productiva y posee ventajas locacionales. Asunción registró variación diferencial negativa y una variación estructural positiva con superior, de tal manera que hubo también incremento de puestos de trabajo en la magnitud de 28.457 empleos.

Palabras claves: Empleo, sectores de actividades económicas, departamentos de la Región Oriental del Paraguay, medidas regionales.

Claudia Vera da Silveira
Universidade Estadual de3 Mato Grosso do Sul
gycvera@gmail.com

Rosele Marques Vieira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
rosele@uems.br

AS RURALIDADES BRASILEIRAS E OS DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O artigo apresenta um ensaio sobre o desafio de incorporar a dimensão rural na estruturação de políti-

cas de desenvolvimento urbano e regional no Brasil. Refecia-se no trabalho coletivo de pesquisadores que participaram do estudo "Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014). Inicia-se pelo debate sobre as restrições conceituais decorrentes de uma visão reducionista sobre o rural brasileiro, frequentemente associada a relações produtivistas e ao tamanho da população (decorrente da definição legal dos perímetros urbanos). A partir dessa crítica propõe-se uma abordagem multidimensional que buscou, a partir da construção de uma tipologia dos espaços rurais, distinguir dois extremos: o essencialmente urbano e o essencialmente rural. Entre esses extremos identificaram-se situações intermediárias nas quais as relações entre o rural e o urbano ganham importância para definir predominâncias. A proposta foi subsidiada por experiências internacionais, considerando-se países similares ao Brasil, em nível de urbanização e industrialização e incorporou outras dimensões da vida determinantes para o desenvolvimento socioterritorial. Como se verá, o estudo revela que apesar de intensa, a urbanização brasileira produziu especificidades que não podem ser desconsideradas: Em 2010, 70% dos municípios concentravam até 20 mil habitantes. Tal condição confere características especiais a seus espaços urbanos, muito distintas do urbano dos grandes centros. Essas especificidades estabelecem a necessidade de integração entre políticas de desenvolvimento territorial, constituindo um amplo desafio tanto para aqueles preocupados com o planejamento rural, urbano e regional.

Jan Bitoun
Universidade Federal de Pernambuco
jbitoun@terra.com.br

Livia Izabel Bezerra de Miranda
Universidade Federal de Campina Grande
liviaibmiranda@gmail.com

Tânia Bacelar de Araújo
Universidade Federal de Pernambuco
taniabacelar@gmail.com

>ST4

NATUREZA, REPRODUÇÃO SOCIAL E BENS COMUNS

IMPORTANCIA DE LOS SERVICIOS ECOSISTEMICOS EN LA PLANIFICACION URBANA Y GESTION TERRITORIAL, UN CAMINO HACIA LA SOSTENIBILIDAD

Este artículo examina la importancia de la planificación urbana para la conservación y mantenimiento de los servicios ecosistémicos en las ciudades como aporte al concepto de sostenibilidad. Para entender el papel de los servicios ambientales en la planificación y gestión del territorio se realizo un análisis sobre la relevancia de las funciones ecosistémicas en las ciudades, como base importante al bienestar humano de la sociedad; en un principio nos centramos en los conceptos de sostenibilidad y ecología urbana como apoyo a la integración de los servicios ambientales a una gestión urbana sostenible. Por ultimo se hacen observaciones sobre la necesidad del cambio en el enfoque de la planificación contribuyendo en las decisiones político público ambiental con la finalidad de direccionar el territorio a escenarios de gestión ambiental de ciudades.

Palabras claves: Planificación. Servicios ecosistemicos. Ecología urbana. Sostenibilidad.

Angelica Maria Mosquera Munoz
Universidade Federal do ABC
angelica.mosquera@gmail.com

O DESENHO URBANO E A SUSTENTABILIDADE

A cidade, como um sistema vivo, depende de fluxos de energia, matéria e informação para sintetizar a oferta e a demanda de serviços ecossistêmicos urbanos e assim, garantir a qualidade de vida de seus habitantes. A sustentabilidade urbana e seus instrumentos de aplicações conformam-se como otimizadores da eficiência dos fluxos de recursos das cidades contemporâneas. No urbanismo, o planejamento ambiental voltado ao desenvolvimento sustentável auxilia a prática da sustentabilidade urbana através de políticas públicas. No meio físico, esta prática tem no desenho urbano seu método de efetividade. Amparado em teorias e conceitos relacionados a problemática ambiental urbana, pode-se apontar três perspectivas de sustentabilidade urbana que tratam o desenho urbano como método: Urbanismo Sustentável, Ecologia Urbana e Urbanismo Ecológico. No presente trabalho, as diretrizes correspondentes a estas perspectivas são categorizadas para analisar suas semelhanças e diferenças.

Palavras-chaves: Sustentabilidade Urbana; Urbanismo Sustentável, Ecologia Urbana e Urbanismo Ecológico

Emília Wanda Rutkowski
Unicamp
emilia@fec.unicamp.br

Thalita dos Santos Dalbelo
Unicamp
thadalbelo@yahoo.com.br

O BRASIL INDÍGENA E A COSMOPOLÍTICA PLURINACIONALISTA DE BOLÍVIA E EQUADOR

Neste artigo, situaremos brevemente os povos indígenas no Brasil desde a chegada dos colonizadores europeus até os dias de hoje, sob a visão do paradigma pós-colonial. Mostraremos um pouco do percurso dos processos legais que mais ou menos incorporaram os índios à invenção da nação brasileira e as instituições que de alguma maneira contribuíram para isso, incluindo ainda alguns dados territoriais e demográficos que nos ajudem a situar a realidade desses povos neste percurso. Posteriormente, tentaremos demonstrar um pouco das mudanças que vem sendo suscitadas pela visão contemporânea de teorias antropológicas e sociológicas relacionando-as com as novas perspectivas que tem servido de base para a legitimação de novos paradigmas sociais, espaciais e científicos, incluindo os movimentos sociais indigenistas, introduzindo dois dos exemplos mais radicais no sentido de tentar colocar em prática teorias sociais contemporâneas, como é o caso das Constituições da Bolívia e Equador. Essas Constituições estão sendo reconhecidas enquanto instrumentos de transformação social, elaboradas a partir de outras lógicas, além da dicotomia capitalismo x socialismo.

Deborah Cimini Cancela Sanches
Universidade Federal de Minas Gerais
cimini@gmail.com

FORMAS DE VIOLENCIA EN PROYECTOS HÍDRICOS EL CASO DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA PORCE III EN ANTIOQUIA – COLOMBIA

El presente trabajo contiene una descripción de las formas de violencia simbólica, material y epistemológica, - según las definiciones que de estos conceptos se encuentran en Bourdieu (2013), Boltanski y Chiapello (2002) y Santos (2003), respectivamente- identificables en los discursos y prácticas de la empresa y sus aliados, más específicamente en las fases de información, consulta y negociación del proyecto hidroeléctrico Porce III; proyecto que fue construido por Empresas Públicas de Medellín, entre 2001 y 2010 en el departamento de Antioquia-Colombia. La información es construida a partir de las narraciones de la población impactada directa e indirectamente por el proyecto y recolectada en trabajo de campo en 2013, así como de fuentes bibliográficas sobre gestión social en “grandes” proyectos. Finalmente, se enuncian elementos de discusión para promover políticas hídricas más igualitarias, que garanticen la reproducción social de las poblaciones afectadas en un contexto de proliferación de proyectos hidroeléctricos.

Gustavo Adolfo Muñoz Gaviria
IPPUR/UFRJ
gamgaviria@yahoo.es

MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA E CIDADANIA EMPRESARIAL: A TEORIA QUE SUSTENTA A PRÁTICA

O presente texto visa fazer uma análise do conceito da teoria da Modernização Ecológica e sua relação com a cidadania empresarial ou responsabilidade social empresarial. Partindo de uma verificação da relação homem-natureza, do conceito e fundamentação da Teoria da Modernização Ecológica e a responsabilidade social empresarial identifica-se que Modernização Ecológica surge como um pilar fundamental para a prática da Responsabilidade Social Empresarial.

Arlete Longhi
FURB
arletelonghi@hotmail.com

Felipe Augusto Hoeflich Damaso de Oliveira
FURB
felipe.ahdo@gmail.com

Gabriela Liliana Egea
UNISOCIESC
gabriela.egea@sociesc.org.br

CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS HABITACIONAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE URBANA

A sustentabilidade de uma cidade depende da qualidade, quantidade e, fundamentalmente, do fluxo de recursos naturais em seu funcionamento. Elemento central para o equilíbrio desses fluxos é a integração entre os espaços construídos e os recursos naturais, em cada lugar. As certificações ambientais para edificações se propõem a verificar precisamente o grau de adequação das formas e funções dos espaços construídos às necessidades sociais e características naturais pré-existentes, assim contribuindo para a sustentabilidade das cidades. O artigo apresenta uma reflexão teórica sobre as possibilidades e limites desses instrumentos de contribuir para a sustentabilidade ambiental urbana. Destacam-se algumas certificações voltadas para empreendimentos habitacionais, internacionais (BREEAM, LEED, CASBEE, HQE e DGNB) e nacionais (RTQ-R, AQUA e SELO CASA AZUL). Argumenta-se no artigo que essas certificações têm grande potencial de contribuição efetiva para a sustentabilidade urbana, mas apresentam limitações que repousam principalmente em algumas características metodológicas do processo de avaliação. Destacam-se como mais importantes a análise excessivamente centrada no edifício, ficando o seu impacto no contexto urbano em segundo plano, e o nível de generalização dos critérios contra os quais são avaliados os empreendimentos. Esses fatos terminam fragilizando a contribuição efetiva das certificações para a sustentabilidade urbana, levando-as a terem mais impactos mercadológicos do que ambiental.

Lívia Melo de Lima
IFPE
melo.livialima@gmail.com

Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado
UFPE
fgfurtado@hotmail.com

A DESREGULAÇÃO AMBIENTAL E A DINÂMICA DOS CONFLITOS URBANOS: O CASO DA MINERAÇÃO MINAS-RIO

O processo de intensificação da produção e da exportação de commodities tem representado um aprofundamento da mercantilização de territórios nos chamados países do sul global. A participação neste mercado se insere na mundialização do capital, no seio do qual emerge uma nova divisão internacional do trabalho definida pelos níveis tecnológicos de produção, pelas formas de gestão e pelas relações de trabalho dominantes. Neste cenário, a extração minerária é um exemplo do conflito que evidencia os diferentes processos de construção dos territórios e as formas desproporcionais de uso do espaço praticadas por grupos sociais heterogêneos. A partir de um estudo de caso, pretende-se analisar as principais mudanças sociais ocorridas no contexto urbano de uma pequena cidade de Minas Gerais, provocadas pelo Projeto

Minas-Rio, um dos maiores empreendimentos minerários em fase de implantação no Brasil. O complexo conta com a estrutura de uma mina de exploração de minério de ferro, localizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro-MG e Alvorada de Minas -MG, um mineroduto de 525km de extensão que corta 26 cidades mineiras e 7 cariocas, além de um porto marítimo no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.

Ana Flávia Moreira Santos
UFMG
anaflaviam.santos@gmail.com

Marcos Cristiano Zucarelli
UFMG
mczucarelli@yaho.com.br

AS DISTINTAS LÓGICAS DA APROPRIAÇÃO DO MUNDO MATERIAL: O CONFLITO ENTRE A PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA E A COMUNIDADE QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE POMPÉU / MG

Este trabalho trata do conflito entre territorialidades no município de Pompéu. É observado como as práticas espaciais hegemônicas, caracterizada pela usina sucroalcooleira, tem inviabilizado outros usos do território, como os da comunidade quilombola Saco Barreiro. O trabalho tem como objetivo demonstrar como o conflito se manifesta a partir de lógicas distintas da apropriação do mundo material, neste caso sobre o território o os seus recursos. Para realizar este trabalho foram feitas entrevistas semiestruturadas, com todos os agentes envolvidos, e uma oficina de cartografia social para resgatar o processo histórico de constituição do quilombo. Nossa hipótese é a de que, enquanto a usina sucroalcooleira "consome" o território na lógica do valor de troca, a comunidade quilombola o "usa" sob o valor de uso.

Alexandre Coelho Ferreira
FAFICH/UFMG
alex.cf1991@hotmail.com

Cristiano da Cruz
Sena IGC/UFMG
cristianocruzsena@gmail.com

Mateus Braga Silva dos Santos
PUC/MG
braga.mts@gmail.com

REFLEXÕES ACERCA DAS INTERVENÇÕES INTEGRADAS NA GESTÃO DAS ÁGUAS URBANAS EM BELO HORIZONTE

No contexto do pensamento positivista, caracterizado pelo enaltecimento da razão e domínio da natureza pela técnica, as soluções de saneamento basearam-se em estratégias de afastamento dos cursos d' água do meio urbano por meio de intervenções estruturais de engenharia que tiveram na implantação de avenidas sanitárias sua mais perfeita expressão. A partir de meados do século XX, com a crise ambiental, alternativas à canalização passaram a ser buscadas para reduzir os impactos provocados pelo aumento dos volumes e velocidades dos escoamentos superficiais associados à urbanização. A partir do conceito da cidade como sócio natureza, esse artigo discute a noção de intervenções integradas de infraestrutura como uma alternativa para a gestão das águas urbanas, tendo a sub-bacia como unidade de planejamento intervenção que promovam o enfrentamento de conflitos socioambientais e o tratamento conjunto de problemas sanitário-ambientais e socioeconômicos nas áreas urbanas nas quais se inserem. O trabalho mostra como o debate sobre a crise ambiental das cidades repercutiu na revisão da política municipal de drenagem em Belo Horizonte que, a partir do Plano Diretor de Drenagem Urbana (2001) implementa o Programa de Recuperação Ambiental – DRENURBS. Intervenções da primeira fase do Programa (2004 e 2011) são apresentadas e, em seguida, a análise concentra-se na segunda fase em curso, nas quais observa-se o afastamento dos objetivos e componentes iniciais que caracterizaram o DRENURBS e o alijamento das populações diretamente afetadas do processo de concepção dos projetos, refletidas também nos programas de investimentos em infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Cristiane Borda Pinheiro
FUMEC
cristiane@praxisbh.com.br

Rogerio Palhares Zschaber de Araújo
UFMG
rogerio@praxisbh.com.br

ÁREAS PROTEGIDAS E ESPAÇO ABSTRATO: CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E DESVIO NA APA FAZENDA CAPITÃO EDUARDO (BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS)

Neste artigo, reflete-se sobre as áreas destinadas à proteção da natureza como produtos do processo de fragmentação e homogeneização do espaço, com base nos conceitos de espaço abstrato, espaço diferencial, produção do espaço, contradições do espaço e desvio, propostos pelo filósofo Henri Lefebvre (1991; 2008). A partir desses conceitos, e do estudo de caso da APA Fazenda Capitão Eduardo, em Belo Horizonte (Minas Gerais), procura-se identificar as práticas legitimadas pela política de áreas protegidas e apreender formas como as contradições inerentes a esses espaços podem contribuir para a construção de espaços novos – na direção do espaço diferencial.

Ana Carolina Pinheiro Euclydes
UFMG
anacpeuclydes@gmail.com

AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DA FORMA URBANA DOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV: EMPREENDIMENTOS JARDINS MANGUEIRAL NO DF E RESIDENCIAL BETHEL EM GOIÁS

O "urbanismo sustentável" no Brasil vem sendo apropriado pelo "marketing verde" capitalista e, portanto, é visto com desconfiança por estudiosos do planejamento urbano que o comparam ao urbanismo moderno do início do século XX. Nas soluções de projeto, não se considera os conflitos inerentes às agendas Verde e Marrom e a sinergia entre as agendas (ONU -Habitat, 2009), advindos das desigualdades sociais do país. A forma urbana, se analisada cientificamente, tem potencial interdisciplinar para analisar as questões socioespaciais, de justiça ambiental e de regeneração dos ecossistemas. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a metodologia avaliativa "Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana", como parte do trabalho do grupo de pesquisadores da FAU/UnB, no âmbito da Chamada Pública MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012, para monitoramento, avaliação, e aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo como estudos de caso os empreendimentos Jardins Mangueiral no Distrito Federal e Residencial Bethel na RIDE, em Goiás. A proposta metodológica trata das dimensões da sustentabilidade em quatro aspectos: ambiental, social, econômico e, cultural e emocional, que se desdobram em princípios, critérios, indicadores de desempenho e verificadores que, por sua vez, estão fundamentados nos atributos das Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (DIMPU/FAU/UnB) e nos princípios de sustentabilidade (Andrade, 2005), bem como na legislação urbana e ambiental, e nos critérios de certificação ambiental (Selo Azul da Caixa, 2010), e (AQUA para Bairro da Fundação Vazolini,2012). Os resultados demonstrados por tabelas e gráficos evidenciam um grau de insustentabilidade e a inserção de contribuições mínimas para a sustentabilidade em todos os aspectos.

Cristiane Guinancio
Universidade de Brasília
cristiane-g@uol.com.br

Elane Peixoto Ribeiro
Universidade de Brasília
elanerib@hotmail.com

Liza Maria Souza de Andrade
Universidade de Brasília
lizamsa@gmail.com

Natalia da Silva Lemos
Universidade de Brasília
lemos.natalia@gmail.com

IMPACTOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NA VIDA DOS MORADORES DA CIDADE: A EXPERIENCIA DE OSASCO/SP

Este artigo tem como objetivo discutir o desenho e os resultados preliminares da pesquisa de avaliação de impactos das intervenções habitacionais na vida das famílias e organizações sociais no município de Osasco.

Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
carolaarregui@gmail.com

Maria de Lourdes da Paz Rodrigues
Pluralis Assessoria em Gestão Social Ltda
paz.rodrigues@ig.com.br

Marisa A. Almeida Blanco
Pluralis Assessoria em Gestão Social Ltda
ma.alblanco@gmail.com

Rosangela Dias Oliveira da Paz.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
rosapaz@uol.com.br

O QUE MUDA COM A MUDANÇA CLIMÁTICA? MÁ-ADAPTAÇÃO: QUANDO A ADAPTAÇÃO AUMENTA O RISCO

As atividades humanas estão intimamente conectadas às condições climáticas. A aceleração da mudança climática global e a intensificação dos eventos extremos localizados tem gerado a necessidade de aumentar a velocidade da adaptação ao clima. Esta aceleração agrega uma urgência à questão climática e traz consigo desafios e oportunidades que requerem uma abordagem transescalar temporal e geográfica. Nosso foco, neste artigo, será o impacto da mudança climática, antropogênica ou não, sobre as cidades, e, principalmente, nossas respostas a estes impactos. Percebemos que, muitas vezes, as ações de adaptação à mudança climática estão, na verdade, aumentando o risco, no que se denomina de má-adaptação. Além do mais, a mudança climática, e as adaptações dela decorrentes, podem também reforçar a concentração de riqueza e poder, alienando populações locais e aumentando sua vulnerabilidade. Em um mundo estratificado, com sistemas assimétricos de poder, a falta de compreensão das consequências das medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas pode, inadvertidamente, reproduzir ou aprofundar os danos que elas visam sanar. Adaptações e mitigações climáticas devem promover justiça ambiental na forma de direitos e representação para que as intervenções sejam relevantes localmente, e, consequentemente, sustentáveis.

Claudia Araripe Freitas Siebert
Universidade Regional de Blumenau
csiebert.arq@gmail.com

DEBATES SOBRE PODER NO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL ENVOLVENDO PESCADORES ARTESANAIS E A PETROBRAS NA BAÍA DE GUANABARA

O artigo em questão é resultado de uma pesquisa de mestrado em conclusão que teve como principal objetivo analisar as ações dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, frente aos impactos da instalação do empreendimento da Petrobras denominado Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Com o intuito de compreender a resistência pesqueira da Baía, durante a pesquisa, nos ativemos à atuação da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), com sede no município de Magé (RJ). Esta associação representa pescadores e profissionais que dependem das águas da Baía para sobreviver, os quais vivenciam a progressiva instalação de empreendimentos correlacionados às atividades petrolíferas, que promovem a perda dos territórios pesqueiros e geram uma série de impactos socioambientais. Na prática cotidiana de resistência, os membros da AHOMAR se configuram como insurgentes e, por isso, vêm sendo perseguidos e vulnerabilizados. Muitos deles, são alvos de ameaças e ofensivas de natureza violenta desde a fundação da associação. Neste artigo, nos propomos a descrever o conflito envolvendo pescadores e o COMPERJ, elencando alguns episódios que marcaram este embate. Também intentamos compreender esta dinâmica a partir das discussões sobre o conceito de poder, buscando, neste sentido, trazer contribuições e estabelecer relações entre esta noção e os processos de violência e resistência pesqueira no recorte urbano-regional da Baía de Guanabara.

Laura dos Santos Rougemont
IPPUR/UFRJ
lsrougemont@gmail.com

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NO SETOR COSTEIRO VALE DO RIBEIRA PAULISTA: AVANÇOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da zona costeira paulista constitui um dos instrumentos estabelecidos pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual 10.019/1998), que objetiva compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico da região. Este plano dividiu a zona costeira do estado em quatro setores: Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e Vale do Ribeira. O presente trabalho apresenta a metodologia de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do setor costeiro Vale do Ribeira e destaca os principais desafios para a consolidação da proposta que, uma vez aprovada por norma legal, instituirá diretrizes para a implementação dos demais instrumentos do Gerenciamento Costeiro no Vale do Ribeira.

Isadora Le Senechal Parada
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Planejamento Ambiental
iparada@sp.gov.br

Lucia Sousa e Silva
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Planejamento Ambiental
luciass@ambiente.sp.gov.br

Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Planejamento Ambiental
lroliveira@sp.gov.br

Márcia Renata Itani
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Planejamento Ambiental
marciari@ambiente.sp.gov.br

Natalia Micossi da Cruz
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Planejamento Ambiental
nataliamc@ambiente.sp.gov.br

SEPETIBA: CERCAMENTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS EM ESCALA INDUSTRIAL

Localizada no Rio de Janeiro, a Baía de Sepetiba tornou-se alvo de interesses logísticos portuários e industriais a partir do século XXI. Através de medidas econômicas e políticas (justificadas por uma miríade de discursos) é submetida a transformações carimbadas como imprescindíveis para ajudar o país a alcançar condições de eficiência e competitividade. O investimento, sob o traço do capital e a expensas do erário público, promove experiências e reforça o empenho em reconfigurar o espaço, condensando ameaças à qualidade ambiental, as cargas culturais e as compreensões da vida, expostas à possibilidade de sobreposição e apagamento, pela perda de referências e memórias. Imersos na projeção de um cenário afeito a disputas de poder, propomos nesse trabalho conhecer algumas experiências com efeitos sobre o tecido sociocultural e ambiental desta Baía. A ideia é refletir sob o prisma do planejamento urbano e regional e da história o movimento de desestruturação e reestruturação, ordenado por tentativas de apropriação - com maior recorrência numa rugosidade urbana e economicista que se pretende afirmar as práticas e hábitos tradicionais - em meio à invasão de empreendimentos e aumentos de escala sobre um complexo ecossistema reprodutor de vida. Catalisando interesses, cumplicidades e permissividades, permitindo a incorporação e privatização do território, agora cercado por muros simbólicos e concretos, no objetivo de intensificar usos em defesa de pretensos vetores de crescimento econômico, e promover uma espécie de "enclosure".

Marcelo Bessa de Freitas
Fundação Oswaldo Cruz
bessa@ensp.fiocruz.br

Silvio Cesar Alves Rodrigues
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
scarr2801@gmail.com

A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS CONFLITOS URBANOS: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA FORMAÇÃO DE UM BAIRRO PERIFÉRICO

O presente trabalho pretende, valendo-se da categoria de conflito ambiental, interpretar como ambientais as práticas espaciais conflituosas e as estratégias individuais/familiares das classes populares envolvidas na construção e consolidação de territórios periféricos, problematizando a maneira como o espaço físico urbano, ou seja, o meio ambiente urbano é apropriado e reconfigurado pela dinâmica capitalista de produção das cidades nos países semiperiféricos. Como objeto do estudo de caso, recorreremos ao histórico de formação e consolidação do bairro São Dimas, localizado na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. Buscando inscrevê-lo no debate teórico-conceitual que problematiza as conexões dos processos de formação de periferias com a dinâmica especificamente capitalista de apropriação territorial, almejamos identificar, descrever e analisar os conflitos presentes no processo de formação do bairro. Considerando, ainda, que os sujeitos de classes populares, na medida em que periferalizados, são expropriados de suas condições sócio-ambientais de existência, questionamos em que medida esse processo de expropriação e de produção de periferias se caracterizaria como um mecanismo de acumulação primitiva/via espoliação no espaço urbano.

Eder Jurandir Carneiro
Universidade Federal de São João del-Rei
eder@ufsj.edu.br

Vivian Prado Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
vivian.vpp@gmail.com

ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO SOCIAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS: A TRANSNACIONAL KINROSS E A MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU/MG

A partir do conflito decorrente da exploração de ouro pela transnacional canadense Kinross em Paracatu/MG, o presente trabalho busca destrinchar mecanismos empresariais e do poder público que garantem a legitimação de atuação causadora a violência material e simbólica, desencadeada a partir do incentivo a processos de territorialização de grandes empresas sem controle regulatório mais efetivo e expropriação de grupos locais. Foram usados como fonte de informações documentos públicos oficiais, documentos produzidos pela empresa e entrevistas e observações realizadas em três idas a campo.

Juliana Neves Barros
IPPUR/UFRJ
junevesbarros@gmail.com

Laís Jabace Maia
IPPUR/UFRJ
laisjabace@gmail.com

NARRATIVAS HEGEMONICAS E CONTRA HEGEMONIA NARRATIVA: REORDENAMENTO NORMATIVO E DIREITOS TERRITORIAIS

A partir de uma análise mais aprofundada da proposta do novo marco legal da mineração no Brasil, o artigo analisa a forma como o Estado e os setores das elites agrária, fundiária e financeira, que mantém uma forte pressão sobre o aparelho estatal, respondem à emergência de projetos alternativos introduzidos pela conquista de novos direitos em um contexto de aprofundamento das políticas desenvolvimentistas.

Considerando que a produção de sentidos no mundo social se dá de forma dinâmica e relacional, também será analisada a forma pela qual os movimentos que no bojo de suas lutas conseguiram "territorializar" suas demandas constroem contra narrativas e resignificam o sentido de sua ação política frente à nova onda de expansão da fronteira econômica sobre seus territórios

Julianna Eluze Carrera Malerba
IPPUR/UFRJ
jumalerba@gmail.com

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA PARA REGIÕES METROPOLITANAS

O artigo tem como objetivo trazer ao debate a proposição de um sistema de indicadores de sustentabilidade urbana para avaliação e monitoramento do desempenho em sustentabilidade Regiões Metropolitanas. Tomando como referência experiências desenvolvidas em diversos países, propõe-se um sistema composto por indicadores referentes às dimensões de sustentabilidade Ambiental, Econômica, Sociocultural, Tecnológica e de Governança. Tais indicadores deverão ser passíveis de atualizações em curto e médio prazo e georreferenciados em múltiplas escalas, de forma que o sistema seja composto por indicadores específicos para cada escala e indicadores comuns às todas as escalas, possibilitando uma análise integrada da sustentabilidade. A análise do desempenho em sustentabilidade deverá ser feita a partir do estabelecimento de valores a serem alcançados em curto, médio e longo prazo, para cada indicador e cada dimensão, em cada uma das escalas. Todo o processo de construção do sistema deverá contar com a participação popular através de consultas dirigidas aos atores que influenciam no desenvolvimento da região, abrangendo desde a definição das dimensões de sustentabilidade a serem consideradas até a escolha dos indicadores e o estabelecimento dos valores a serem alcançados em cada período de tempo. A metodologia proposta deverá ser, futuramente, aplicada à Região Metropolitana de Belo Horizonte, propiciando a consolidação da metodologia e a introdução de aperfeiçoamentos visando sua aplicação a outras regiões metropolitanas brasileiras e de outros países.

Maria Inês Pedrosa Nahas
PUC MG
ines.nahas@gmail.com

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: CIDADE E TERRITÓRIO. O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

A sociedade pós-revolução industrial é carregada de conflitos e contradições, disputas pelo poder e desigualdades socioespaciais. A cultura do consumo e o progresso tecnológico geram um desequilíbrio socioambiental que se evidencia na produção dos espaços urbanos contemporâneos. Neste processo, a produção de resíduos sólidos urbanos e suas consequências negativas para as cidades está atrelada ao processo de industrialização e ao crescimento urbano direcionado pelos promotores imobiliários. As disparidades sociais e a formação de periferias urbanas possuem relações diretas com a problemática questão da disposição final de resíduos e a necessidade premente de manter o lixo afastado dos olhos da população. Este artigo, fruto de pesquisa em desenvolvimento, apresenta as relações e conflitos entre a produção do espaço urbano e a produção de resíduos sólidos urbanos, através de estudo de caso da Região Metropolitana de Florianópolis, em Santa Catarina.

Arthur Eduardo Becker Lins
UFSC
aeblins@gmail.com

Maria Inês Sugai
UFSC
misugai2@gmail.com

TECNOLOGIAS DA UNIVERSALIZAÇÃO: DIFERENÇAS NO ACESSO À ÁGUA NA RMSP

O objetivo de universalizar acesso à água carrega diversas ordens de implicações espaciais que merecem análise. A história desse espaço revela o processo de fragmentação das qualidades integradas em funções parciais, e contradições decorrentes – o crescimento urbano desigual, simultâneo à evolução dos padrões técnicos e de financiamento dos sistemas de saneamento com valorização de seus ativos. Tanto o espaço realizado das redes como o espaço possível dos planos são analisantes importantes destes processos. Este artigo, que reúne resultado de pesquisas sobre a universalização do abastecimento na Região Metropolitana de São Paulo e experiência profissional para criação de entidade de saneamento no setor público municipal de São

Paulo, pretende compreender como evoluiu o pensamento e a prática dos planejadores desta camada funcional, e identificar, no ponto de chegada de uma trajetória histórica de fragmentação espacial, como as tecnologias mais recentes para distribuição de água da Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp) induziram novas diferenças qualitativas no espaço urbano metropolitano, constitutivas de seu colapso e que se revelam no momento da crise.

Renata Maria Pinto Moreira
FAU-USP
moreira.rmp@gmail.com

A POLÍTICA DA ANVISA PARA REGULAÇÃO DOS AGROTÓXICOS. MUITO ALÉM DA TÉCNICA

O Brasil apresenta índices crescentes de comercialização e utilização de agrotóxicos de uso agropecuário, repercutindo em crescente impacto ambiental e danos à saúde humana, fato que motiva a discussão política e científica acerca do tema. À ANVISA compete regular os agrotóxicos sob o ponto de vista de garantia da saúde pública. Foram analisados regulamentos, normas, relatórios oficiais e notícias de jornais organizados por três aspectos relativos à origem, norma/Lei e associações políticas da ANVISA. Quanto à origem, a ANVISA foi criada no contexto neoliberal da década de 1990 segundo os modelos norte americano e inglês. É, portanto, uma autarquia de governo que se pauta por princípios de autonomia e conhecimento técnico-científico. O marco regulatório ambiciona salvaguardar o mercado de agrotóxicos e a saúde pública, constituindo um enlace conflituoso e hierárquico que privilegia, precipuamente, o interesse econômico. Os princípios normativos da autarquia resultaram numa falsa isenção política e insulamento técnico nas deliberações sustentadas pelo paradigma científico moderno epidemiológico-toxicológico, favorecendo o conceito de "uso seguro" e constituindo obstáculo à adoção de modelos da incerteza e precaução. A regulação compartilhada com o MAPA e o IBAMA amplia as redes de poderes e atores que agem sobre a regulação dos agrotóxicos com polarização entre grupos empresariais e setores ruralistas, dirigidos à lógica de máxima acumulação e reprodução do capital, e movimentos sociais e setores acadêmicos voltados à preservação ambiental, saúde e bem comum.

Henri Acselrad
Instituto de Planejamento Urbano e Regional
hacsel@uol.com

Julio Cesar Borges Dos Santos
Ippur/Ufrj
jcborges83@gmail.com

ESTRADA-PARQUE, PAISAGEM, PRESERVAÇÃO E NATUREZA: DESAFIOS DA RJ-165 PARATY-CUNHA

Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, para o desdobramento do Plano Básico Ambiental – PBA, para a Estrada RJ-165 Paraty-Cunha. Estradas e vias de acesso são reconhecidas como fatores intensificadores da distribuição de impactos ambientais negativos causados pela ocupação humana de um dado território. Estudos recentes em diferentes países sobre os efeitos diretos e indiretos de rodovias indicam aumento das taxas de mortalidade (fauna), dispersão de espécies exóticas (flora) e mudanças no uso humano da água e da terra. O PBA certamente demonstra, com sua abrangência, a correta preocupação com a necessidade de monitoramento e controle dos referidos impactos, sugerindo diversos caminhos, nos diferentes programas que o compõem, para a consecução desses propósitos. Ações preventivas são também contempladas no Plano em questão sob a forma de indicações de procedimentos de planejamento a serem adotados tendo em vista evitar, mitigar ou remediar os possíveis e previsíveis impactos da mencionada estrada. É nesta categoria que o Programa de Ordenamento Urbano se insere como contribuição à gradativa construção de padrões sustentáveis de exploração da terra e dos seus recursos naturais.

Alex Assunção Lamounier
Universidade Federal Fluminense
alex.a.lamounier@gmail.com

Thereza Christina Carvalho
Universidade Federal Fluminense
thereza.urbanismouff@gmail.com

O CONCEITO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E O NOVO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO: UMA NOVA ABORDAGEM PARA A GESTÃO AMBIENTAL URBANA?

No presente artigo se busca discutir a conciliação entre as tradicionais políticas e intervenções de comando e controle, baseadas no princípio do Poluidor -Pagador e a formulação de novas políticas públicas voltadas aos incentivos e benefícios, monetários ou não (Princípio do Protetor-Receptor) a proprietários que arcam com o ônus de preservar áreas de importância fundamental para a sustentabilidade da metrópole paulistana. Esta proposição se encontra recepcionada no novo Plano Diretor Estratégico aprovado na cidade de São Paulo, que inovou quando adotou novos paradigmas, entre os quais, a introdução de uma abordagem ecossistêmica para a gestão ambiental urbana.

Helia Maria Santa Barbara Pereira
Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal do Verde e meio Ambiente
heliasbpereira@gmail.com

Patricia Marra Sepe
Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
pati.sepe@gmail.com

>ST5

TÉCNICAS E MÉTODOS DE MODELAGEM E DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL

COPA DO MUNDO 2014 E INTEGRAÇÃO VIÁRIA EM NATAL/ RN (BRASIL): A FÁBULA CONTINUA

Natal, capital do Rio Grande do Norte, tem sofrido os efeitos do marketing urbano Sanches (1999) desde que foi anunciada como cidade sede da Copa de 2014. Tal status acompanhou projetos em escala arquitetônica e urbanística a exemplo do novo estádio (Arena das Dunas), em lugar do antigo "Machadão" (VELOSO, et al, 2010) ; o novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, e a reestruturação viária para integração metropolitana. Sabendo que a estrutura da malha urbana é um dos mais poderosos determinantes do movimento (Hillier, 1996) – de pedestres e veículos - é razoável crer que se torne alvo do interesse de investidores (públicos e privados) em ações de empreendedorismo urbano, para inseri-las nos no mundo globalizado (Harvey, 1996). Propõe-se aqui estabelecer uma reflexão sobre as intervenções no sistema viário da cidade de Natal no contexto da Copa do Mundo de 2014, a partir de alguns projetos que foram incorporados ao discurso da melhoria da integração viária. Parte-se da Lógica Social do Espaço (Hillier et al, 1984), no qual um dos axiomas mais explorados é o de que a forma do espaço – neste caso, o urbano - é variável atuante e quando combinada à fenômenos sócio-econômicos transformam as relações entre movimento e configuração espacial. Adota-se a Análise Sintática de Espaço (Hillier et al, 1984) como instrumental usado para se ler quantitativa e qualitativamente os níveis de integração através dos mapas axiais, aplicados ao

caso da avenida Prudente de Morais, até agora única via efetivamente ampliada dentro da cidade.

Rodrigo Costa do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ronasciarq@yahoo.com.br

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - IDM DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH MINAS GERAIS – MG - 2010

Esta pesquisa apresenta uma proposta metodológica para Análise Espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - MG, com elaboração de um Indicador de Desenvolvimento Municipal (IDM) composto pelas dimensões econômica, social e ambiental. Estas são consideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU) as três dimensões primordiais para desenvolvimento sustentável, que enfatiza a necessidade de sistemas de monitoramento para o planejamento urbano, com elaboração de indicadores capazes de mensurar mudanças nestas dimensões e avaliar o avanço para o desenvolvimento sustentável. O indicador foi obtido a partir de aplicação da técnica de Análise de Componentes Principais (ACP), utilizando-se de 18 variáveis referentes ao ano de 2010, dispostas em três grupos relacionados às dimensões de análise, sendo 6 variáveis para cada dimensão, para formular os subindicadores: IE – Indicador Econômico, IS – Indicador Social e IA – Indicador Ambiental. Com uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) foi possível selecionar qual dimensão do desenvolvimento e quais variáveis estão associados a este desenvolvimento, assim como realizar a análise espacial com enfoque regional, de acordo com as características e o grau de desenvolvimento dos municípios que compõe a RMBH. Considera além dos fatores de crescimento econômico, as questões sociais; relacionadas à vulnerabilidade social; as questões ambientais, associadas ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e infraestrutura municipal, o que permitiu uma análise espacial integrada destas dimensões.

Palavras-chave: Análise Espacial. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Indicador de Desenvolvimento Municipal (IDM). Análise de Componentes Principais (ACP). Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Jose Flávio Morais Castro
PUC-MG
jflaviomoraisc@gmail.com

Thiago Leonardo Soares
PUC-MG
thiago.leosoares@gmail.com

DINÂMICA URBANA: ANÁLISE DE DADOS REAIS PARA A APLICAÇÃO EM UM MODELO CONFIGURACIONAL URBANO

O artigo aborda pesquisa em andamento onde se propõe a criação de um modelo configuracional urbano para aferir os “limiares” na interação entre a localização de serviços urbanos e consumidores e seu efeito no crescimento da cidade. A hipótese desenvolvida é de que a localização dos serviços urbanos e consumidores no espaço intraurbano estão condicionadas a duas forças que se contrapõem, “centrípetas e centrífugas”, geradoras de “tensões”, e que conduzem o sistema a atingir níveis críticos, quando então novas condições movem o sistema de maneira surpreendente a um novo limiar. O grande número de variáveis de “serviços urbanos”, suas heterogeneidades e dispersão espacial exigem tratamento e avaliação anterior à aplicação no modelo em estudo. Procede-se análise dos dados através de modelagem matemática e validação dos dados globais e, na sequencia, mapeamento de clusters destas variáveis. Com a utilização de uma ferramenta de Análise de Agrupamento, existente no software ArcGIS, foram identificados agrupamentos espaciais de recursos com valores altos e baixos em uma situação real para a cidade de Santa Maria – RS. Espera-se que estas escolhas sejam as que melhor se apliquem ao modelo configuracional proposto.

Decio Bevilacqua
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bevilacqua.decio@gmail.com

Romulo Krafta
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
krafta@ufrgs.br

A LÓGICA ESPACIAL DA EXPANSÃO URBANA ATRAVÉS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES: ESTUDOS DE CONDOMÍNIOS VERTICAIS NA CIDADE DE CARUARU-PE

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado de mesmo título, em que se trata de diferentes tipos de conjuntos habitacionais populares quanto à sua configuração espacial, e sua participação no processo de expansão e consolidação de lógicas espaciais na cidade e suas partes. Para isto, além de recorrer a conceitos relacionados ao desenho urbano, utiliza-se principalmente da teoria da sintaxe espacial, criada por Hillier e Hanson e apresentada inicialmente no livro The Social Logic of Space, em 1984. As análises realizadas aqui, dos conjuntos verticais, que para empreendimentos populares surgem principalmente em forma de condomínios fechados com várias torres, ocorrerão sobre projetos já implantados ou em fase de implantação, na cidade de Caruaru-PE. Estes conjuntos serão analisados dentro de recortes urbanos denominados setores, em que serão desenvolvidas também situações simuladas, construídas de forma sistemática para melhor compreensão de conceitos teóricos e das relações espaciais.

André Gustavo Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco
Prefeitura de Caruaru
gustavooliveirape@hotmail.com

PPSIG ORLA DO GUAÍBA: AVALIAÇÃO DA FERRAMENTA DO PONTO DE VISTA DA POPULAÇÃO

Este trabalho aborda o uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em especial a Internet, para a participação pública no planejamento urbano. Mais especificamente, investiga-se a Participação Pública com Sistema de Informação Geográfica (PPSIG), uma alternativa através da qual o público participa produzindo mapas ou e/ou dados espaciais que representam a sua percepção do espaço urbano em questão. Com o objetivo de expandir o conhecimento empírico sobre a PPSIG, uma ferramenta desenvolvida na Finlândia foi customizada e aplicada numa situação simulada sobre a Orla do Guaíba em Porto Alegre (RS), e avaliado do ponto de vista da população. Em tese, novas abordagens metodológicas, que façam uso das TIC e dos SIG, como a PPSIG, podem aperfeiçoar os processos participativos, pois permitem a criação de técnicas mais interativas, emancipatórias e colaborativas. Porém, na prática, faz-se necessário avaliar se a expectativa de que a PPSIG pode ampliar o envolvimento do público no planejamento urbano procede no contexto brasileiro. A ferramenta PPSIG Orla do Guaíba ficou disponível online durante um mês e foi avaliada por 110 usuários. Os resultados da avaliação demonstram, por exemplo, que há uma boa aceitação ao uso de ferramentas participativas digitais, tais como a PPSIG, por parte da população.

Antônio Tarcísio Reis
UFRGS
tarcisio@orion.ufrgs.br

Geisa Bugs
Universidade Feevale
geisabugs@gmail.com

VULNERABILIDADE SOCIAL E ACESSO A EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CULTURA E LAZER NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG

O artigo desenvolve uma metodologia, baseada no uso de ferramentas de geoprocessamento, para a mapear o padrão de acesso da população residente em áreas de vulnerabilidade social a equipamentos públicos de interesse social no município de Belo Horizonte. Foram selecionados três equipamentos: Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), Centros Culturais e Parques. Mesmo não sendo uma lista exaustiva da infraestrutura de equipamentos necessários ao adequado suporte do bem-estar social, é inquestionável a importância dos equipamentos selecionados como estruturas de apoio ao desenvolvimento social, abarcando dimensões nem sempre contempladas nos diagnósticos sobre o desenvolvimento social, como cultura e lazer. Como a

rede dos equipamentos selecionados está em expansão no município, com novas unidades previstas para os próximos anos, o estudo busca oferecer, a partir de uma metodologia simplificada, subsídios para a alocação mais eficiente dos equipamentos planejados, delimitando as áreas que combinam maior vulnerabilidade social e baixa cobertura da rede atualmente existente. Os resultados mostraram que são reduzidas as áreas da cidade com cobertura adequada dos três equipamentos (1,5% da área total do município). Áreas identificadas como de alta vulnerabilidade segundo o critério da renda domiciliar atingem 31,3% da área municipal e estão concentradas nas áreas de ocupação periférica da cidade. No total 30,5% da área do município foi classificada como de cobertura inadequada da rede de equipamentos aqui selecionados e de alta vulnerabilidade avaliada pela renda, correspondendo, respectivamente, a 29,3% e 32,0% de participação no total de domicílios e habitantes do município em 2010.

Rodrigo Nunes Ferreira
IGC/UFMG
rodrigonunesferreira@gmail.com

OS SUPERMERCADOS E A CIDADE: ANÁLISE ESPACIAL EM PORTO ALEGRE, RS

O trabalho enfoca a relação entre os supermercados e o espaço urbano. Desde sua introdução no Brasil, na década de 1950, os supermercados vêm presenciando inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais da sociedade e das próprias cidades. Nesse processo, os supermercados, ao mesmo tempo em que buscam se adaptar a essas mudanças, se tornam eles próprios agentes de novas transformações sócio-espaciais. Frente a esse contexto dinâmico, requerem-se metodologias capazes de tratar esse problema complexo. O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho espacial das localizações dos supermercados aplicando metodologia baseada em modelos configuracionais (Batty, 2008). O trabalho aborda questões como: a acessibilidade local (ao entorno) e global (cidade como um todo), capacidade das localizações em atrair fluxos de potenciais consumidores e a provável repartição dos consumidores entre as lojas num cenário competitivo. Também investiga possíveis diferenças no desempenho das localizações de lojas pertencentes a redes nacionais e multinacionais. O trabalho desenvolve um estudo empírico na cidade de Porto Alegre, analisando um total de 62 supermercados, classificados em diferentes categorias. São aplicados os modelos de Acessibilidade, Centralidade e Convergência, propostos por Krafta (1994, 1996). As conclusões preliminares permitiram identificar algumas regularidades apresentadas pelas localizações, relacionando-as com o porte e o tipo de propriedade das lojas. O estudo também constatou o grande potencial da metodologia adotada para o tratamento dessa temática.

Clarice Maraschin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
clarice.maraschin@ufrgs.br

Helena Nocchi Macedo
UFRGS
helenamacedo89@hotmail.com

MODELO DE DESEMPENHO SOCIOESPACIAL PARA O SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: APLICABILIDADE DAS ANÁLISES ESPACIAIS E ESTATÍSTICAS PARA GESTÃO MUNICIPAL DOS TRANSPORTES

O artigo analisa o desempenho do sistema de transporte público do município do Rio de Janeiro em um contexto de possível acentuação das assimetrias territoriais na cidade, no que se refere ao desequilíbrio da distribuição espacial dos locais de residência em relação aos vínculos empregatícios formais. Nesse sentido, a problemática da mobilidade urbana será analisada segundo uma perspectiva sistêmica do planejamento e da gestão urbanos, produzindo-se um diagnóstico baseado na análise de três cenários/hipóteses: (a) o desequilíbrio entre a distribuição espacial da população e do mercado de trabalho, (b) a distribuição espacial deficitária dos equipamentos/infraestruturas de transporte e (c) os limites da estrutura morfológica da rede viária em receber os deslocamentos no

atual cenário de origens e destinos. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico para os anos de 2000 e 2010, da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para o período de 2002 e 2012, e as bases geográficas da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como os pontos de embarque/desembarque do transporte público e limites administrativos. Por fim produziu-se um axial viário para a realização das análises de sintaxe espacial.

João Grand Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro
joaograndjr@gmail.com

Joao Vitor Meirelles de Miranda
Universidade de São Paulo
joaovitormeirelles@gmail.com

Maíra Pinheiro Luiz Soares
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
mairasoares.arq@hotmail.com

ANÁLISE CONFIGURACIONAL DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: LOTES, EDIFÍCIOS E USO DO SOLO

O objetivo deste artigo é analisar modelos configuracionais que utilizam uma representação detalhada da forma urbana, na qual lotes ou edifícios estão conectados a ruas para compor um único sistema em rede (Krafta, 1994; 1996; Ståhle et al., 2005; Sevtsuk e Mekonnen, 2012). Ao usar esse tipo de representação, é possível mensurar propriedades configuracionais e geométricas de lotes ou edifícios, bem como lidar com os usos associados a eles. Este artigo também apresenta um procedimento para conectar lotes ou edifícios a ruas (linhas ou segmentos) numa implementação que é capaz de manipular mapas muito grandes ([ref suprimida]). Os resultados preliminares confirmam que a análise configuracional baseada apenas em ruas ou espaços abertos não deve ser tomada como correta sem a análise dos lotes ou edifícios conectados a eles.

Claudia Ortiz-Chao
Universidad Anáhuac Querétaro
c.ortiz.chao@gmail.com

Lucas Figueiredo de Medeiros
Universidade Federal da Paraíba
lucasfigueiredo@gmail.com

APLICAÇÃO DA TEORIA DE GRAFOS E ANÁLISE ESPACIAL PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS GEOGRÁFICOS: UM ESTUDO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

O artigo refere-se ao estudo do emprego de técnicas de análise espacial e de aplicação da Teoria de Grafos na solução de problemas geográficos, no caso, da modelagem de áreas de interesse de segurança pública, com base nos dados de crimes violentos (homicídio, homicídio tentado, roubo, roubo a mão armada, estupro, latrocínio, extorsão mediante sequestro e sequestro e cárcere privado) registrados em Belo Horizonte no ano de 2013. A metodologia é apresentada minuciosamente, a fim de demonstrar sua aplicabilidade para o caso em comento, bem como para tratar de outras situações correlatas. Para tanto foi feita análise da concentração de densidade criminal, por meio de registros policiais no período analisado e mapeamento com técnica estatística de análise espacial de probabilidades (Kernel). A partir da densidade de crimes foi realizada a modelagem do espaço territorial do hipercentro de Belo Horizonte com base na rede viária. Na rede modelada foi aplicada a teoria de grafos e utilizado o algoritmo de Dijkstra para definição de caminhos mínimos e resolução de problemas de localização. Os resultados apresentaram que o uso do grafo se mostrou muito eficiente, tanto na resolução de problemas envolvendo rotas entre quaisquer pontos, quanto na elaboração de rotas otimizadas a partir de critérios pré-definidos por usuários. Como fruto do trabalho observou-se que este se apresenta como um instrumento auxiliar no planejamento de atividades de prevenção criminal e, de modo geral, os resultados oferecem subsídios para criação de mecanismos e implementação de políticas públicas de combate ao crime e à violência.

Antônio Hot Pereira de Faria
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
hot.pmmg@gmail.com

Diego Filipe Cordeiro Alves
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
diegofcalves@gmail.com

Leônidas Conceição Barroso
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
lbarroso@pucminas.br

A INSERÇÃO URBANA DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA ESCALA LOCAL: UMA ANÁLISE DO ENTORNO DE SETE CONJUNTOS HABITACIONAIS

Desde seu lançamento, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida produziu no país milhões de unidades habitacionais para a população de baixa renda. No entanto, esta importante política federal de provisão de moradias tem apresentado resultados preocupantes no que diz respeito à inserção urbana dos empreendimentos dentro das cidades onde o programa é executado. Este artigo apresenta o resultado da análise de sete estudos de caso em quatro municípios paulistas acerca do padrão de inserção dos conjuntos do PMCMV na escala local, isto é, no entorno dos empreendimentos. Para além da discussão sobre a localização periférica nos territórios em que se inserem, procurou-se discutir as implicações da execução destes conjuntos habitacionais para a (re)produção de cidades - e periferias - mais ou menos diversificadas e mais ou menos includentes do ponto de vista do acesso a diferentes usos, equipamentos e oportunidades, considerando a morfologia urbana e a interação do projeto das moradias com o contexto urbano: todos estes elementos fundamentais na definição do nível de urbanidade, que poderia - e deveria - ser qualificada com a implantação de novos empreendimentos habitacionais, financiados com recursos públicos, na cidade existente.

Ana Paula de Oliveira Lopes
FAU USP
ana.paula.2592@gmail.com

JULIA FERREIRA DE SÁ BORRELLI
FAU USP
juliafsab@gmail.com

Luanda Villas Boas Vannuchi
FAU USP
luandavb@gmail.com

Luis Guilherme Alves Rossi
FAU USP
lu.garossi@gmail.com

Vitor Coelho Nisida
FAU USP
vitor.nisida@usp.br

>ST6

CULTURA, SABERES E IDENTIDADES

PAISAGENS EPISTOLARES: A PAISAGEM NA CORRESPONDÊNCIA DE ELIZABETH BISHOP

Este texto enfoca a paisagem epistolar – a paisagem que surge nas várias formas de correspondência escrita. Considera a correspondência como fonte documental histórica, mas debruça-se especialmente na configuração da paisagem pela epistolografia. Toma por fundamento o fato de que numa correspondência o remetente e o destinatário constituem-se mutuamente. Portanto, nela estando presente a paisagem, esta por sua vez é duplamente desenhada: por quem escreve e por quem lê. O estudo de caso é formado pela correspondência da poetisa americana Elizabeth Bishop em sua primeira temporada de moradora do Brasil (1952 –1967). Conclui pela consideração da paisagem epistolar como uma memória.

Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos Souza
Secult
elilordello@gmail.com

CIRCULAR É PRECISO, PAUSAR É PRECISO

Este ensaio busca refletir sobre o uso (im)previsto dos passeios periféricos em algumas das superquadras de Brasília. Tomei como referência alguns conceitos da arquitetura e urbanismo modernos e fiz o contraponto com outros conceitos em torno do uso e convivência de pessoas em espaços públicos a céu aberto. Realizei a análise empírica através de pesquisas de campo em duas superquadras, SQS207 e SQN209, em busca de confirmar ou refutar a hipótese de que os respectivos passeios periféricos - espaços especializados para circulação de pedestres - atualmente dão lugar a um número não menos importante de atividades estacionárias.

Claudio Oliveira da Silva
Universidade de Brasília
carecasso@gmail.com

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES ENTRE O URBANO E O RURAL NO ROMANCE “FAR FROM THE MADDING CROWD” DE THOMAS HARDY

O presente artigo traz reflexões a respeito das representações dos meios urbano e rural através das personagens do romance Far from the Madding Crowd (“Longe da Multidão Estulta””) de Thomas Hardy, escritor inglês que viveu de 1840 a 1928 e publicou romances entre os anos de 1871 e 1895. Para tanto, são feitas considerações sobre o uso da Literatura como fonte de investigação histórica de representações elaboradas pela sociedade de uma época e sua relação com a formação dos imaginários e das identidades sociais. Em seguida, a questão da dicotomia cidade-campo é apresentada, tendo em vista o contexto histórico e literário de Hardy, as características de suas obras e do romance em tela, destacando como as diferenças do urbano e do rural representadas são questionadas pelos eventos da narrativa. Finalmente, após breve apresentação das personagens do romance, procura-se mostrar como as principais, Bathsheba Everdene e Gabriel Oak, também servem de contraponto para as representações dos dois meios como distintos e opostos, na medida em que se configuram em suas identidades de modo a aproximá-los ou superá-los.

Júlia Birchal Domingues
UFMG
juliabdomigues@hotmail.com

A CIDADE "PARA-FORMAL": CONTROVÉRSIAS E MEDIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO

O trabalho tem o objetivo de mapear a para-formalidade em centros de cidades latino-americanas como Bagé, Salvador, Montevidéu, Santiago do Chile, Santo Ângelo, La Plata, Pelotas, Brasília, São Paulo e Jaguarão, a partir de cartografias urbanas, fazendo uso de recursos infográficos e divulgação em tempo real por meio de website. As atividades consideradas para-formais são aquelas que se encontram no limite entre o formal, tomado como formado, pronto, constituído, e o informal, no sentido de "em formação", "em construção". Tratam-se de atividades comerciais, culturais, relacionadas a moradia, entre outras, encontradas no espaço público da cidade, que não fazem parte de sua configuração primeira, mas que na contemporaneidade passam a fazer parte de seu cotidiano. Os sujeitos da instância aqui chamada para-formal são atores da cidade que se apropriam do espaço e se auto-organizam sem nenhuma intervenção do Estado. Suas atuações, muitas vezes, geram controvérsias, disputas, opiniões diversas e debates, já que interferem diretamente na dinâmica da vida urbana e reconfiguram o espaço das cidades.

Debora Souto Allemand
UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

Eduardo Rocha
UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

Glauco Roberto Munsberg dos Santos
UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

Lais Dellinghausen Portela
UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

Rafaela Barros de Pinho
UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

O DISCURSO DA CRIATIVIDADE NA CIDADE: POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA SOB A INSPIRAÇÃO DE BERLIM

A relação entre cidade e cultura vem recebendo grande atenção no campo do Urbanismo nas últimas décadas. Entre os anos 1970 e 2000, foram numerosos os debates em torno das revitalizações de áreas estratégicas das cidades com o objetivo principal de criar imagens capazes de competir internacionalmente por investimentos e turistas. As tendências de regeneração urbana através da implantação de grandes equipamentos culturais e da transformação de antigos distritos portuários e industriais em novos territórios de cultura e lazer geraram exemplos emblemáticos de "culturalização" de cidades diversas, como Paris, Barcelona e Bilbao. No entanto, após anos de críticas às consequências negativas resultantes destas tendências – como os fenômenos de gentrificação e espetacularização da paisagem –, começamos a assistir, na última década, a uma transformação nos discursos das políticas urbanas que instrumentalizam a cultura. O que percebemos atualmente é uma grande influência do conceito de criatividade nestas políticas. Este conceito vem sendo reproduzido mundialmente por gestores urbanos que agora enfatizam a importância de cidades abertas, tolerantes e voltadas não apenas para os turistas culturais, mas também para a atração de profissionais especializados – produtores de capital cognitivo. Para ilustrar este "deslocamento" em direção ao discurso criativo, apresentaremos o caso de Berlim, onde a ideia de criatividade vem ganhando imensa força no âmbito das políticas públicas e culminando, simultaneamente, em um forte movimento de resistência por parte da população local. Mencionaremos também aspectos do contexto carioca, onde o conceito de criatividade começa a ser reproduzido nas políticas, porém ainda sem desenvolvimentos claros.

Claudia Seldin
UFRJ
claudia.seldin@gmail.com

USO DO ESPAÇO PÚBLICO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE PELOS CAMELÔS

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado e tem por principal objetivo analisar o uso do espaço público pelos camelôs — mais especificamente pelas barraqueiras moradoras — na dinâmica territorial do centro religioso/comercial da cidade de Juazeiro do Norte-CE, em momentos de romarias. Para realizar tal analise, fez-se uso do conceito de território na visão de Souza (2005) e Haesbeart (2007, 2009). Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a) entrevistas; b) observação passiva do cotidiano dos camelôs, aplicação de questionários; e c) registro em fotografias e análises das mesmas. Esta pesquisa contribui também na medida em que dá visibilidade a um cotidiano, aquele em que o trabalhador sem carteira assinada e restrito de direitos, busca uma vida digna através do trabalho, na esperança por dias melhores.

Palavras-chaves: Juazeiro do Norte; Território; Espaço público, Apropriação, Camelôs.

David Melo van den Brule
Universidade Estadual do Piauí
dmvdb@ig.com.br

AS FAVELAS DO LADO DO OLIMPO: MAPEAMENTO COLABORATIVO NA DISPUTA SIMBÓLICA PELO RIO DE 2016

Este texto é uma interpretação - à luz das noções de lateralização social e zona de intermediação entre entidades e processos de globalização de Fortuna e Silva (2002) - de aspectos das representações das favelas na preparação do Rio para os jogos olímpicos de 2016. Estas noções são referência para a construção de uma crítica ao modo como a favela tem sido, primeiro, ocultada e, depois, "domesticada" na imagem da cidade promovida internacionalmente pelo poder público e ao projeto de cidade que esta estratégia de invisibilização legitima. São, também, ponto de partida para sugerir que o mapeamento colaborativo destes territórios pode apoiar a construção de representações socioespaciais alternativas e, neste sentido, ser instrumento de insurgência cidadã na disputa simbólica pela construção do Rio olímpico.

Flávia Neves Maia
UFRJ
flavianevesmaia@gmail.com

PROJETO POR CENÁRIOS: UMA NARRATIVA DA DIFERENÇA

Este artigo posiciona a cidade como uma obra coletiva, resultado de uma força produtiva que é histórica e dependente de processos sociais. Processos que territorializam-se pela diferença, marcados por conflitos. A partir desse recorte da realidade urbana, a ação de intervenção, feita pelo projeto, deve se expressar por diferenças. Neste artigo, o projeto é posto como uma maneira de evidenciar conflitos. A essa abordagem do projeto, nomeamos projeto por cenários. Os cenários são, portanto, representações do conflito e da diferença que estão presentes na esfera sensível da realidade. Mas não somente representações, são formas de construir uma leitura da realidade, um pensamento. Posto assim, o projeto se expressa como um estruturador de agenciamentos que deslocam o sentido do território da sua fisicalidade para o sentido de ato – o território em movimento. Isso significa que o projeto do território carrega junto dele o projeto da cidade, seus desejos e conflitos. O objetivo deste artigo é apresentar teoricamente essa relação entre a cidade (território em ato), o projeto (sistematizador da diferença) e o cenário (forma de leitura). A abordagem teórica apoia-se em uma visão do contemporâneo através de Deleuze, Guattari e Rancière, desdobrando essas questões sobre as diferenças nos processos de agenciamento e emergência de territorialidades dinâmicas na cidade e suas representações através do projeto por cenários como narrativas possíveis. O artigo estrutura-se em: o recorte da realidade – contraditória e conflitiva; a representação da realidade – o projeto por cenários; e a construção dos cenários – a realidade exposta.

Paulo Edison Belo Reyes
UFRGS
paulo.reyes@ufrgs.br

HÁ DIFERENÇAS QUE FAZEM DIFERENÇA? LUTAS IDENTITÁRIAS E CONFLITOS AMBIENTAIS NAS DINÂMICAS DE EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA

Em um contexto de disputas territoriais, como no caso da Amazônia, a politização da identidade e da diferença tem representado para as populações tradicionais uma forma de afiançar a permanência no lugar. A cultura como recurso e o recurso à cultura tem aparecido, portanto, como estratégias de mobilização para obstaculizar as dinâmicas expropriatórias que atingem esses sujeitos na medida em que as frentes de ocupação econômica avançam sobre novos territórios. Para tentar dar conta desse emaranhado universo, que se plasma na junção entre cultura, luta territorial, reconhecimento sócio-jurídico e preservação ambiental, o artigo se ancora na realização de trabalhos de campo conduzidos na região Oeste do Pará, que desde a última década tem sido lócus de intensos conflitos fundiários envolvendo as novas frentes de acumulação capitalista e as populações tradicionais e camponesas. A partir dos dados e análises aqui cotejados, se procurará demonstrar como o recurso à cultura em associação com a politização das diferenças identitárias, tem sido alinhavado pela pertença territorial para garantir a permanência das populações tradicionais nos seus lugares ancestralmente ocupados.

Anabelle Santos Lages
UFAL
anabellelages@yahoo.com.br

Wendell Ficher Teixeira Assis
UFAL e IPPUR/UFRJ
wwficher@yahoo.com.br

REDES, RUAS E DIREITO A CIDADE: COLETIVOS CULTURAIS EM SÃO PAULO E BOGOTÁ

O presente artigo consiste no recorte de um projeto de pesquisa mais amplo, cujos objetos de investigação são coletivos culturais atuantes em regiões periféricas da América Latina. Entendidos como movimentos sociais contemporâneos que se organizam em rede e atuam de forma radical, são formados principalmente por jovens que, através de ações culturais, exigem o direito à cidade. Trata-se de uma investigação que, a partir de uma aproximação com coletivos culturais atuantes na periferia de São Paulo e Bogotá, busca evidenciar a importância dos coletivos culturais no processo de transformação das cidades, especificamente das regiões periféricas. Para tanto, levantamos suas potencialidades, limitações e observamos a relação com os outros atores, principalmente o Estado. A partir disso, com o olhar de planejadores do território, propomos a ampliação da atuação destes movimentos e sua influência sobre as dinâmicas territoriais locais, por meio de novas possibilidades que dialogam com o conceito de governança radical.

Aluízio Marino
UFABC
aluiziomarino@hotmail.com

Silvia Helena Passarelli
UFABC
silvia.passarelli@ufabc.edu.br

CONFLITOS E IDENTIDADES NO COTIDIANO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (ELP): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Este ensaio procura analisar sob a lógica das apropriações dos espaços livres públicos (ELP), como os cidadãos conformam a cidade e como esta última conforma as desigualdades de lugares, possibilidades e comportamentos. Toma-se por base um modelo com quatro dimensões não exaustivas e suas relações com três aspectos externos, sendo as dimensões: socioambiental, sociocultural, socioeconômica e político-administrativa; e os aspectos externos: o capital global e as grandes corporações; as interescalaridades; e o turismo. A adoção de uma perspectiva crítica requer ainda a contextualização das práticas políticas para e no espaço público urbano sob a ótica do capital e do trabalho em suas diversas frações. Procura enfim detalhar aspectos da sociabilidade e da esfera pública, bem como os simbólicos e identitários presentes nos ELP, comparando-os às políticas públicas incidentes. Traz como exemplo uma comparação entre o Centro do Rio de Janeiro e o bairro de São Cristóvão.

Lucia Capanema Alvares
UFF
parq.uff@gmail.com

A APROPRIAÇÃO DA RUA APREENDIDA PELO "ESPAÇO VIVIDO"

Esse artigo propõe como objeto de pesquisa a apropriação da rua da metrópole belorizontina pelos blocos de carnaval na contemporaneidade, enfatizando as associações carnavalescas que surgiram a partir de 2009, vislumbrando nas festas populares a potencialidade de trazer à tona discussões e pontos de vista originais sobre as categorias espaço, urbano e cidade.

A partir das reflexões do "antropoteto", mistura de antropólogo com arquiteto, Carlos Nelson Ferreira dos Santos sobre sua própria trajetória, esse artigo investiga as possibilidades de contribuição das ciências sociais para a arquitetura e o planejamento urbano, no que se refere a perspectivas de pensamento e de métodos de crítica e de análise.

Entretanto, ainda existem resistências sobre quais devem ser os temas sociais passíveis de tornarem-se objeto de pesquisa no campo de conhecimento da arquitetura e do urbanismo, principalmente, se esses estão ligados a práticas culturais, mesmo quando têm forte ligação com a questão espacial, como as festas populares e religiosas que ocorrem em várias cidades brasileiras desde os tempos de colônia, não só sendo moldadas pelo espaço como também moldando o próprio espaço apropriado ao longo do tempo.

Portanto, o objetivo principal dessa pesquisa é ensaiar uma perspectiva de investigação que seja capaz de apreender as dimensões mais intangíveis do espaço social e de suas práticas, como aquelas resultantes dos simbolismos, imaginários e utopias sociais. Para tanto, propõe-se apreender o espaço social a partir do "espaço vivido", enfatizando os usos e os valores de usos dos agentes sociais dominados, como os habitantes e os usuários.

Paola Lisboa Côdo Dias
UFMG - Escola de Arquitetura
paolacodo@yahoo.com.br

(RE)SIGNIFICAÇÕES DA CULTURA: OS DISCURSOS INTERNACIONAIS E A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CORREDOR CULTURAL NO RIO DE JANEIRO

O trabalho tem como proposta estudar os múltiplos conceitos de cultura, focando aqueles apropriados pelo discurso de salvaguarda e patrimonialização da arquitetura e de conjuntos urbanos, com seus rebatimentos na estruturação da cidade contemporânea e seu contexto de crescente globalização. Para tal, será empreendida uma revisão dos conceitos lançados nas declarações internacionais de salvaguarda – as cartas patrimoniais – e seu uso da palavra cultura. Em seguida, propõe-se verificar o rebatimento desse discurso numa experiência concreta de proteção do patrimônio urbano – as ações do Corredor Cultural, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, abordando as ressignificações do termo cultura no processo de transição entre suas propostas originais, de 1979, e sua materialização na cidade, na década de 1980, culminando com a legislação patrimonial e urbanística vigente desde 1987.

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos
UFRJ
guilemmm@hotmail.com

COM CARTAS E POR CARTAS: O LUGAR DO SENSÍVEL PARA SE FALAR DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Trata-se de um ensaio que apresenta um conjunto de cartas trocadas entre os autores e que acionam a dimensão sensível da percepção da cidade. São cartas que narram cidades fantásticas e como dispositivos nos mostram os instrumentos de controle do espaço urbano no sentido de alertar o quanto tais instrumentos situam uma construção da subjetividade na cidade contemporânea. Assim, o ensaio estrutura-se apresentando uma escrita experimental na qual num primeiro momento as cartas são apresentadas num conjunto de carta e carta resposta. Após a apresentação das cartas, segue-se uma articulação teórica sobre as cartas, trazendo sob a luz de estudos fenomenológicos o sentido das cartas e o processo de escrita como exercício estético para se falar sobre a cidade. E por fim, apresenta-se uma leitura além das cartas, apontando desdobramentos e reflexões acerca da dimensão corporal e o lugar do sensível no processo de percepção urbana.

Ramon Martins da Silva
IFSC
ramonmarttins@gmail.com

Rodrigo Gonçalves dos Santos
UFSC
rodgonca@gmail.com

O OLHAR DE DAN GRAHAM PARA A CIDADE SOB O PRISMA DA "CRÍTICA CULTURAL"

A partir de algumas discussões levantadas por Fredric Jameson em seu texto "Reificação e Utopia na Cultura de Massa" (1979), busca-se analisar a produção do artista norte-americano Dan Graham relacionados à arquitetura e a cidade contemporânea. Explorando a aparente proximidade entre as questões trabalhadas pelo autor – como as relações entre cultura e economia e sua consequente instrumentalização – com algumas peças chaves na produção do artista – sua inscrição dentro da chamada crítica institucional da arte, o rompimento com os limites convencionais da produção do objeto artístico e a atenção para a cultura popular de massa – o artigo procura aprofundar a compreensão deste último com um pensamento teórico que está se desenhando simultaneamente e que parecem partilhar um mesmo princípio: investigar um novo modo de percepção e sensibilidade moldado sob o contexto do capital financeiro a partir da crítica cultural e de suas relações e implicações para a arquitetura e a cidade.

Fábio Lopes de Souza Santos
IAU.USP-São Carlos
sotosantos@uol.com.br

Rafael Goffinet de Almeida
IAU.USP-São Carlos
rafagoff@gmail.com

TÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO PROJETO NOVA LUZ: PARTICIPAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO PLANEJAMENTO URBANO

O acelerado processo de urbanização, associado ao crescimento demográfico e mobilidade social, conduz a grandes transformações do meio físico e social das cidades brasileiras com crescente empobrecimento de parcela da população. Estas transformações são desencadeadas por processos de intervenções urbanas, por sua vez, permeados por relações entre diferentes grupos que atuam nas políticas públicas com interesses próprios. Este artigo busca analisar as relações entre o Estado e a pessoa envolta nas relações de classe social, objetivando avaliar se há participação social no processo de planejamento urbano, pois do contrário, este último permanecerá como útero fecundo de conflitos de grupos com predomínio de benefícios para determinado grupo em detrimento da busca por equidade e justiça socioespacial. Problematiza ainda a questão da participação social ao analisar em que medida esta participação depende do grau de apreensão e compreensão por parte da população do modo como se produz este espaço urbano no processo de elaboração do Projeto Nova Luz, na região central de São Paulo/SP.

Fernando de Oliveira Amorim
FAUUSP
philol@ibest.com.br

CIDADE MARAVILHOSA: A POTÊNCIA DOS DISCURSOS ENTRE O IMAGINÁRIO E O MITO

No presente trabalho pretende-se remontar uma origem e percurso do imaginário da Cidade Maravilhosa, esboçando uma leitura crítica da incorporação da ideia como título do Rio de Janeiro. Na sequência, investe na análise de discursos de atores distintos inspirados na Cidade Maravilhosa, por uma perspectiva mítica. Em tal perspectiva, o mito é caracterizado como uma fala subjetiva e significativa, capaz de revelar algo da sociedade em que é criado e tem circularidade, por informar pensamentos e comportamentos. Por fim, enfatizando a conjuntura econômica do Rio de Janeiro entre as cidades mundiais e a cultura e o turismo como elementos motrizes para dinamização da economia, sinaliza a potência política dos discursos em uma arena em que as ideias e os artifícios se assemelham e até se confundem, sem contudo anular matizes hegemônicas e insurgentes.

Priscilla Oliveira Xavier
IPPUR/UFRJ
priscillaxavier@gmail.com

AGRESTES E DESAGRESTES: O MAPEAMENTO CULTURAL EM PERSPECTIVA

O artigo apresenta possibilidades e dificuldades iniciais do projeto de pesquisa Mapeamento do Patrimônio Cultural do Agreste alagoano. Nesta região do estado o mapeamento das referências culturais ainda se encontra bastante preliminar, o que tem levado o poder público a atuar no planejamento urbano desconsiderando o patrimônio cultural presente nas mesmas. O projeto buscou, portanto, produzir um inventário de identificação destes patrimônios como base para ações de planejamento em que o reconhecimento das identidades fosse levado em consideração. O artigo discute perspectivas conceituais e dificuldades epistemológicas que nos atravessaram enquanto pesquisadores, abrindo espaço para questionamentos e desterritorializações em enfrentamento com o que não nos permitimos conceber como objeto: o "outro".

Juliana Michaello Macêdo Dias
UFAL
jumichaello@hotmail.com

Walcler de Lima Mendes Junior
UNIT
walclerjunior@hotmail.com

A HABITAÇÃO COMO OBJETO DE CONSUMO À LUZ DA PUBLICIDADE DOS RESIDENCIAIS ALPHAVILLE - SÃO PAULO

O objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre o morar nos condomínios fechados não como uma simples resposta a crescente violência urbana, fortalezas defensivas contra os perigos e ameaças à espreita nas ruas, mas como uma forma de distinção e status. Assim, o enfoque volta-se ao entendimento dessa tipologia urbana como a transfiguração da habitação em objeto de consumo, atravessada pela publicidade e permeada de conotações com diferentes significados e hierarquias, de prestígio e de moda, parte de uma lógica da diferenciação característica da sociedade de consumo sobre a qual discorreu Jean Baudrillard. A partir dessa referência teórica optou-se, como procedimento metodológico, privilegiar a análise dos anúncios imobiliários dos residenciais Alphaville-SP, de modo a mostrar como esses anúncios tornaram os condomínios uma moradia extremamente atraente, dialogando com valores caros à sociedade contemporânea.

Hanna Lima da Costa Ferreira de Melo
Universidade Federal de Pernambuco
hannacosta87@gmail.com

DISPUTAS SIMBÓLICAS NA CIDADE MARAVILHOSA: ATORES, INSTRUMENTOS E GRAMÁTICAS TERRITORIAIS

O presente artigo tem como objeto a chamada Cidade Maravilhosa e as disputas simbólicas em torno ao projeto de cidade para os megaeventos Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016. Nesse sentido, o trabalho procura desafiar a aparente integração simbólica da política-espetáculo rumo aos Jogos, problematizando suas fissuras, contradições e promessas, que ficaram ainda mais explícitas sobretudo a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013. A hipótese desenvolvida está centrada na ideia de que os conflitos urbanos e as disputas simbólicas, na atual cena urbana carioca, geram uma gramática territorial nova. Essa gramática compreende ações combinadas e reconhecíveis nos territórios, diferentes práticas e expressões das resistências, cujos sujeitos constroem relações simbólicas e territoriais com o atual projeto de cidade, com escolhas locacionais, uso de instrumentos comunicacionais e modos de interação inovadores nos espaços públicos, acionamento de contrapontos relacionados às imagens oficiais dos lugares, subversão de sentidos tradicionais atribuídos aos lugares urbanos e edifícios emblemáticos, busca dos holofotes das grandes mídias pela cuidadosa inscrição territorial dos conflitos, para dar-lhes centralidade na luta pelos direitos urbanos. Hoje, de fato, a imagem da Cidade Maravilhosa está desafiada por

uma conjuntura que desconstrói representações e estereótipos, até mesmo aqueles que pareciam cristalizados. Há uma reinvenção da política na cena urbana. Ruas, avenidas e espaços públicos são tomados pelos cidadãos, que reconfiguram a gramática territorial da Cidade Olímpica, mostrando que a "cidade maravilhosa" é mais que uma síntese de cartão postal, também pode ser a cidade que luta.

Fernanda Ester Sánchez García
Universidade Federal Fluminense -UFF
sanchezf2010@gmail.com

Bruna da Cunha Guterman
Universidade Federal Fluminense-UFF
bruna.guterman@gmail.com

Paula Laiber Mendes de Oliveira
Universidade Federal Fluminense
paulalaiber@hotmail.com

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MOVIMENTOS DE MORADIA: OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO E A (IM)POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO

O artigo aborda a interface entre a Política Habitacional da cidade de São Paulo e os movimentos de moradia, discutindo a relação entre a atuação dos movimentos sociais de moradia e condições de apropriação e produção do espaço. Para tal, reconstitui a visão atual que os movimentos de moradia possuem de seu histórico e formação, resgata a visão que possuem de suas matrizes discursivas, evidenciando alguns elementos identitários principais e a estrutura do fenômeno observada. O artigo articula tais matrizes discursivas com as condições atuais de organização dos movimentos de moradia e reflexos na conquista de projetos habitacionais e na própria produção da Política Habitacional. Com o recorte realizado, reconstrói visões sobre a história de produção do espaço urbano da cidade de São Paulo, sob a ótica dos movimentos de moradia, procurando redimensionar o discurso dominante sobre a produção do espaço, ao evidenciar a prática dos movimentos de moradia, que representaram um dos principais atores na constituição da Política Habitacional da cidade de São Paulo, nas últimas décadas, apesar da crescente fragilização e capacidade de indução da Política Habitacional.

André Luiz Teixeira dos Santos
FAU-USP
andrelts1976@gmail.com

RELAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES HISTÓRICAS E O GRAFFITI: EAST SIDE GALLERY (BERLIM) E JOCKEY CLUB (RIO DE JANEIRO)

O presente artigo se desenvolve acerca de uma das camadas característica da paisagem contemporânea, o graffiti,. Será abordada a aproximação ou sobreposição do graffiti com uma outra camada/narrativa urbana, a da história. Tal abordagem foi desenvolvida a partir de dois exemplos observados em cidades e contextos distintos. O primeiro se trata do o Muro de Berlin, hoje transformado em galeria de arte à céu aberto, destino de muitos visitantes da capital da Alemanha. O segundo é muro do Jockey Club na cidade do Rio de Janeiro, que começou a ter seus graffiti encobertos por tinta sob a desculpa de restaurar o muro, que é considerado parte do patrimônio construído da cidade.

Daniela Coutinho Bissoli
UFRJ
dcbissoli@gmail.com

AN EVIDENCE-BASED INTEGRATIVE MAPPING TECHNIQUE FOR GUIDING SOCIALLY-RESPONSIVE URBAN DESIGN PROPOSALS

The contemporary urban condition raises issues regarding the effectiveness of some design proposals in contributing towards the generation of well-loved and well-used urban open spaces. To address the research question "How can designers feel more confident that their design proposals will contribute towards the generation of socially-responsive public urban open spaces?" this paper describes an evidence-based integrative methodology for revealing user preferences within small scale urban open spa-

ces. The robustness of the technique is demonstrated by means of its application in one public urban square located in the central area of the city of Belo Horizonte, Brazil.

Paula Barros
UFMG
p.barros@yahoo.com.br

REPRESENTAÇÕES NÃO-HEGEMÔNICAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE AS CANÇÕES DE ADONIRAN BARBOSA E PAULO VANZOLINI

Uma outra representação da paisagem urbana se constrói nas falas e memória dos subalternos. Os compositores populares, cronistas privilegiados dos modos de vida urbanos e das tensões que ali se observam, não deixam de registrar as mudanças que se observam na paisagem das cidades, acompanhando processos de profunda transformação social. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo contrastar as representações da cidade de São Paulo do ponto de vista das elites que buscam construir sua hegemonia a partir do processo de industrialização e urbanização que ali se intensifica a partir das décadas de 1940 e 50 e na perspectiva de dois de seus cancionistas mais conhecidos: Adoniran Barbosa (1910-1982) e Paulo Vanzolini (1924-2013). Suas composições traduzem como são vividas as transformações do território e a relação tensa destas com sua memória, incidindo diretamente em seu sentimento de não pertencimento ao espaço urbano renovado.

Antonio Carlos Machado Guimarães
UNIVAP
guimaraes@univap.br

Roberto Gomes Monção Junior
UNIVAP
rgmoncao@yahoo.com.br

OS PARQUES PÚBLICOS URBANOS NA CONTEMPORANEIDADE: A COMPRESSÃO DO TEMPO DE LAZER E O REFLORESCIMENTO DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA - REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE PIQUENIQUES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O artigo propõe uma reflexão sobre aspectos da contemporaneidade – sobretudo a aceleração do tempo – que influenciam as maneiras de agir do indivíduo, que vive em uma constante busca de identidade, auto-realização e significados na vida. O indivíduo oprimido pela expansão do tempo de trabalho em oposição à compressão do tempo de lazer parece inaugurar movimentos de resistência e procurar novas formas de se divertir, e isso vem se refletindo nas apropriações coletivas do espaço público urbano, em especial dos parques da cidade do Rio de Janeiro pelas atividades de piqueniques. A localização e construção dos equipamentos de lazer são definidos por agentes produtores da cidade, e em especial pelas leis, que fixam no espaço urbano modelos de desenvolvimento, contenção e expansão. Independente da área em que se situa e das atividades que promove os parques públicos configuram locais possibilitadores de sociabilidade e a sua apropriação vem lançando os corpos na cidade. Os piqueniques espontâneos parecem conter traços de resistência à cultura de enclausuramento do lazer e têm sido agentes de ocupação e uso dos espaços públicos da cidade. Entretanto, na contramão da resistência, em parceria à lógica capitalista contemporânea, os piqueniques também ressurgem em uma versão repaginada e vendida como mercadoria por empresas especializadas em organizá-los, sobretudo em Parques da Zona Sul do Rio de Janeiro. A reflexão sobre atividades de lazer na cidade e suas reverberações em dinâmicas e práticas sócio-político-espaciais podem dar pistas de caminhos e alternativas para reapropriação e ressignificação do espaço público da cidade.

Julia Silva Benayon
Universidade Federal Fluminense
juliabenayon@gmail.com

O MAPA CULTURAL DO RIO ANIL COMO INSTRUMENTO

DE INTEGRAÇÃO URBANA E TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL

Este artigo pretende sistematizar uma experiência de participação institucional, no âmbito de um grande projeto de urbanização de assentamentos precários, o PAC Rio Anil, iniciado em 2007 e atualmente ainda em curso na cidade de São Luís, Maranhão. O mapa cultural, que se instalou em totens no território e se imprimiu associado a um calendário, propôs-se como um elemento simbólico e específico (por oposição às metas "físicas" dos conjuntos residenciais genéricos e de uma complexa avenida em construção) que fosse potencializador de relações sociais e de integração espacial, inclusive com a cidade para além dele. A espacialização do mapeamento das dezenas de entidades e grupos culturais ali existentes visou a disseminação da realidade cultural e artística da área que, pelo estigma de bairro violento, acaba por não ser tão reconhecida na cidade. Para a sua realização promoveram-se parcerias com líderes das associações e oficinas em escolas da região. As observações aqui partilhadas, ao mesmo tempo que ensaiam as potencialidades do instrumento, pretendem também trazer a discussão do papel dos técnicos dentro dos órgãos públicos de gestão.

Carlos Frederico Lago Burnett
UEMA
fredlburnett@gmail.com

Joana Barbosa Vieira Silva
UFMG
jovieirasilva@gmail.com

DIVERSIDADE E INSURGÊNCIA NA CIDADE: TERRITORIALIDADE E DESAFIOS PARA O PLANEJAMENTO

O artigo propõe uma reflexão sobre as múltiplas territorialidades que constroem e mediam a vida nas cidades e os desafios que representam para o planejamento. De que forma a apropriação do espaço urbano expressa e produz identidades? Que desafios as múltiplas territorialidades que se entrecruzam na vida urbana contemporânea colocam para o planejamento urbano? Quais as possibilidades de afirmação da diversidade cultural diante de modelos de planejamento subordinados à lógica de mercado? Articulando territorialidade e cidadania cultural, argumenta-se em defesa do reconhecimento das diversas territorialidades nos planos urbano-culturais e aponta-se a apropriação do território como geradora de insurgências frente à ordem urbana dominante. Por fim, o trabalho apresenta duas correntes teóricas do planejamento que se aproximam dessas reflexões, o Planejamento Multicultural e o Planejamento Insurgente, e coloca questões relativas aos seus caminhos e desafios.

Mariana Luscher Albinati
Universidade Federal da Bahia
marianalbinati@yahoo.com.br

BUSCANDO ENTENDER OS MORADORES DAS OCUPAÇÕES URBANAS DA RMBH

O artigo a seguir apresenta o perfil dos moradores das ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Essas ocupações urbanas são ações políticas que tem ocorrido na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Este artigo apresenta os moradores que habitam essas ocupações urbanas, conceituando o perfil social dessa população e suas motivações para participar dessas ações políticas. Essa reflexão aponta diferenças entre os sujeitos sociais que participam desses eventos políticos. A classe social apresentada aqui se vincula ao que conceituamos, dentro de uma tradição sociológica bourdiana, como ralé estrutural, conceito desenvolvido pelo sociólogo Jessé Souza para definir uma classe social que sempre esteve alijada dos processos de inclusão social no Brasil e neste estudo de caso participa de uma luta política através das ocupações urbanas. Os limites desta atuação política para conquista do direito à cidade é o grande objetivo da reflexão proposta por esse artigo.

Tiago Castelo Branco Lourenço
UFMG
tiago@coau.com.br

APROPRIAÇÃO PRIVADA VERSUS RESISTÊNCIA POPULAR:

DISPUTAS EM TORNO DA REFORMA DO MARACANÃ

O trabalho busca analisar as ordens de justificação relativas ao projeto de adequação do estádio Mário Filho (Maracanã) à Copa de 2014, assim como verificar e refletir sobre alguns dos seus impactos, arquitetônicos, urbanos e simbólicos, no processo de construção da cidade olímpica do Rio de Janeiro. Argumenta-se que a centralidade e importância do estádio, no contexto do atual processo de adaptação da cidade aos megaeventos esportivos que se propôs a sediar, oferecem importantes elementos que possam contribuir com a pesquisa urbana contemporânea sobre a gestão e a produção do ambiente construído nestes tempos de acirrada desmedida empresarial. Assim sendo, o artigo esboça algumas notas sobre os 64 anos da história do Maracanã e realiza uma crônica entrelaçada que articula a dimensão arquitetônico-urbanística, onde são analisadas rupturas relacionadas à arquitetura enquanto patrimônio, as intervenções no entorno urbano e nos equipamentos que constituem o complexo esportivo, e a dimensão simbólica, por meio da qual busca-se, de forma resumida, compreender as disputas entre diferentes agentes, seus interesses e representações, que marcam a construção de um símbolo tal qual o é o Maracanã. Avalia-se que o modelo de concessão privada do equipamento aqui analisado e as intervenções realizadas, tanto arquitetônicas quanto no seu entrono urbano, representam o novo urbanismo de corte escancaradamente empresarial o qual, em última análise, promove a exclusão socioespacial em um importante lócus de manifestações populares, de construção de memória coletiva, um ícone do esporte mais popular do Brasil.

Felipe Carvalho Nin Ferreira
Universidade Federal Fluminense
felipeninferreira@gmail.com

Glauco Bienenstein
Universidade Federal Fluminense
galucob01@gmail.com

Mariana do Carmo Lins
Universidade Federal do Rio de Janeiro
maric_lins@hotmail.com

Natália Burlamaqui Soares Pereira
Universidade Federal Fluminense
nataliabsp@gmail.com

Rosane Rebeca de Oliveira Santos
Universidade Federal Fluminense
rosanerebeca@gmail.com

CIDADE CANTADA: A REPRESENTAÇÃO DOS CONFLITOS URBANOS PELA ANÁLISE MUSICAL

A música popular brasileira é uma fonte riquíssima de representação das nossas cidades. Com foco neste pressuposto, este artigo trata de parte de uma pesquisa científica na qual se entende a cidade como produto social, onde a música popular é um dos meios que representa sua lógica e dinâmica. Por intermédio de canções do cotidiano, pretende-se investigar conflitos urbanos, as relações sociais estabelecidas na cidade, as relações de conflito com o espaço e com a produção e disputa do mesmo. O propósito principal da pesquisa em curso é identificar conflitos urbanos representados por intermédio de exemplares de canções da música popular brasileira. Especificamente neste artigo, o objetivo é apresentar a metodologia empregada para analisar as canções selecionadas, aplicando-a em dois estudos de caso e discutir o resultado desta análise. Esta análise tem como intenção a identificação de quais elementos musicais são utilizados para descrever um conflito urbano e como o compositor articula estes elementos para que tenha um efeito sobre o tema. Neste artigo, são analisadas: a) a música Lamento Sertanejo de Gilberto Gil, em articulação com o tema migração no Brasil dos anos 70; b) a música Malabaristas do Sinal Vermelho de João Bosco, em articulação com o tema cidade partida e segregação sócio-espacial. Com este artigo, pretende-se contribuir com a produção do conhecimento sobre conflitos urbanos e sua representação pela música popular brasileira, como também para pesquisas interdisciplinares que tematizam a cidade.

Gisela Cunha Viana Leonelli
FEC - UNICAMP
gisela@fec.unicamp.br

Rafael Baldam
FEC - UNICAMP
rafabaldam@gmail.com

DE LA PERIFERIA AL CENTRO: EXPRESIONES GRÁFICAS JÓVENES EN LA CIUDAD DE CORRIENTES, ARGENTINA

Este escrito expone parte de los resultados obtenidos en la investigación titulada "Expresiones del arte gráfico callejero en la ciudad. Observaciones en el Gran Resistencia y Corrientes" , trabajo en el que se observaron las distintas formas de expresiones gráficas en el espacio público de dichas ciudades, analizándolas y tipificadas, según sus contextos de producción. En el presente trabajo se ha decidido desarrollar dos de los tipos de gráficas observadas en la Ciudad de Corrientes: las "gráficas de referencia a lugares" y las "gráficas referentes a grupos de cumbia locales". Estos tipos de gráficas, realizadas por población joven, sobre elementos del espacio urbano y en el interior del transporte público, permiten reconstruir los desplazamientos diarios que realizan sus autores, así como poner en evidencia el papel que juegan sus respectivos barrios de residencia y gustos particulares en la construcción de su identidad urbana; también queda expuesta la situación de "centro y periferia" en la construcción popular de la "imagen de ciudad".

Ezequiel Ledesma
Facultad de Arquitectura y Urbanismo UNNE
ledes.arq@hotmail.com

COPA DO MUNDO 2014 EM CURITIBA. REPERCUSSÕES NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO: AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

A presente pesquisa tem como objetivo principal demonstrar como o uso do espaço público foi afetado pelo megaevento da Copa do Mundo de Futebol 2014 em Curitiba. A ideia de fazer uma relação entre os diferentes usos de uma rua e o megaevento esportivo surgiu a partir da possibilidade única de observar as transformações no espaço público decorrente da realização da Copa na cidade. Além do interesse em relatar e observar as repercussões de um fato pouco comum no contexto local, considerou-se igualmente importante a pesquisa acerca dos benefícios e prejuízos de tal evento para os moradores locais. A partir de entrevistas com os usuários e observações indiretas de um trecho de via, pode-se observar que houve diferentes percepções quanto a interferência do evento no uso e apropriação do espaço público. Portanto, foram identificados tanto impactos positivos quanto negativos decorrentes deste processo.

Elena Justen Brandenburg
Universidade Federal do Parana
elenajbr@gmail.com

Fabiana Maria Galli Wütrich
Universidade Federal do Parana
fabiana.wutrich@gmail.com

UTOPIA, EROTISMO E A A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: DO FESTIVAL BURNING MAN A UMA PRAÇA BRASILIENSE

A partir do batizado de um espaço público em Brasília, DF, como "Praça dos Prazeres" por seus frequentadores, o artigo analisa quais os possíveis sentidos deste ato. A argumentação é desenvolvida colocando-se em discussão reformulações do conceito de utopia por sociólogos e teóricos queers e de erotismo, o papel da utopia e do erótico nos espaços públicos urbanos enquanto possibilidades de reinvenção desses espaços, de novas sociabilidades, de corpos e subjetividades, além de reimaginar, a partir do aqui e agora, uma cidade com diferentes sociabilidades, significados e ocupações num amanhã, transformando o espaço social que é elaborado diuturnamente nas interações e subjetividades. Entende-se aqui o erótico como desejo de encontro com o Outro e de ligação afetiva com espaços, enquanto a utopia é um desempenhar novas maneiras prazerosas de "estar no mundo". Como outro exemplo, o artigo utiliza o festival Burning Man como um prenúncio experimental e efêmero no aqui e agora de uma cidade utópica de amanhã.

Lucas Brasil Pereira
UnB
lucasbrasilp@gmail.com

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira
UnB/UDF
marceloalmeidaarquiteto@gmail.com

PACIFICAÇÃO E EXCLUSÃO: O ESTADIO DE FUTEBOL NA PRODUÇÃO DA CIDADE-ESPETÁCULO

Entendemos que a recente transformação radical na forma e no conteúdo dos estádios de futebol pode ser interpretada para além das óbvias necessidades e interesses da nova economia do futebol-espetáculo. Pretendemos refletir sobre em que medida as mudanças em curso são expressão de um movimento mais amplo que se passa na cidade contemporânea, se olhamos o estádio como um potencial microcosmo do universo urbano: o processo de espetacularização como faceta do espaço abstrato e, consequentemente, a crescente imposição do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços de sociabilidade, apontando a "cultura" e o lazer como novas fronteiras de acumulação (ARANTES, 2000; JAMESON, 2000). Vislumbramos, nas novas arenas, uma faceta da "redução da cota da experiência urbana", pelo controle exacerbado da ação corporal e coletiva: um empobrecimento da experiência, como integrante do cotidiano espetacular e "desencarnado", de que nos fala Jacques (2006: 126).

Uma de nossas premissas fundamentais é a possibilidade de reconhecer o estádio de futebol como espaço-tempo da cidade (CARLOS, 2011), como momento e lugar da realização de parcela da vida urbana. As transformações em curso – privatização, elitização e aumento do controle sobre os corpos – podem ser lidas no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo. Toda a nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo das massas ruidosas e, por vezes, imprevisíveis. Uma corpografia do torcedor que se pretende banir, mas que encontra resistências.

Gilmar Mascarenhas
UERJ
gmascarenhas@uerj.br

ZONA DE FRONTEIRA E IDENTIDADE NACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CIDADES GÊMEAS BRASILEIRO-ARGENTINAS DIONÍSIO CERQUEIRA/ BARRACÃO/BERNARDO DE IRIGOYEN E SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/SAN ANTONIO

A zona de fronteira é espaço que emerge da demarcação do limite político territorial entre dois Estados Nacionais; ela se encontra na confluência entre dois territórios fundados sobre duas identidades nacionais construídas dentro da oposição entre "nós e os outros". Mas, longe de ser apenas espaço político geográfico, marcado pela identidade nacional e pertencimento territorial, a zona de fronteira é também espaço social e cultural. Portanto, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete também à ideia de ligação entre dois territórios nacionais. Assim, podemos pensar a zona fronteiriça como um lugar que não reflete apenas a divisão e a identidade/alteridade, pois, se as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Esses lugares estariam impregnados de cores que podem revelar-se nas mais diversas formas de ligações ou contatos entre duas identidades oficialmente instituídas, entre as quais se produzem trocas materiais e imateriais. O propósito deste artigo é analisar os processos de construção das identidades nacionais num segmento da fronteira brasileiro-argentina e as práticas fronteiriças frente a essas identidades nacionais, notadamente nas cidades gêmeas Dionísio Cerqueira (SC)/Barracão (PR)/ Bernardo de Irigoyen (MNES) e Santo Antonio do Sudoeste (PR)/San Antonio (MNES). O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa os processos de construção da identidade nacional pelos Estados nacionais; a segunda analisa como os fronteiriços percebem a identidade nacional e dela se apropriam.

Palavras-chave: zona de fronteira, identidade nacional, cidades gêmeas, interações transfronteiriças.

Maristela Ferrari
UNIOESTE
maristelafff@hotmail.com

TODOS OS CAMINHOS LEVAM ÀS OLLAS? UM ESTUDO SOBRE OS HABITANTES DE CALLE DE BOGOTÁ

A população de moradores de rua – que tem nos espaços públicos das cidades grande parte de suas possibilidade de (r)existências – é atravessada por arranjos de poderes e saberes que, ao se depararem com os seus próprios, produzem reverberações em seu cotidiano que são de ordem social, econômica e espacial. Esse é o tema maior do qual este artigo é parte. Elaborado com base nas observações de campo que ocorreram na cidade de Bogotá – cujo objetivo foi o de perceber as formas pelas quais os habitantes de calle espacializavam seus modos de vida –, ele versa sobre uma relação que se observou como marcante nos cotidianos e nas formas como essa população se relaciona com os espaços públicos e deles se apropriam. A despeito da heterogeneidade de saberes e fazeres, chama a atenção a dinâmica sócio-espacial que tem, de um lado, os próprios habitantes de calle e, do outro, as ollas – pontos fixos no território da ciade e que estabelecem, a partir de seu centro, áreas de influência e abrangência em função da comercialização e uso de drogas.

Karine Gonçalves Carneiro
PUC-Minas
carneirokari@gmail.com

CASAS RIBEIRINHAS: ACONCHEGO NOS BRAÇOS DO RIO

O presente artigo, é fruto de pesquisa que tem como objeto de estudo o habitar ribeirinho que se materializou nas construções de suas casas. Tem-se como objetivo compreender o processor de construção das casas ribeirinhas e o ato de morar de seus habitantes; comparar as casas construídas nas regiões de terra firme, mais especificamente as das comunidades do rio Cuieiras, afluente do rio Negro, e em comunidades no rio Solimões do município do Careiro da Várzea, área de várzea, rio de águas brancas. Será demonstrado que essas diferenças de localidades na mesma região gera diferentes resultados no que diz respeito as habitações. O modo como às casas são construídas é composto de maneira a servir perfeitamente para o ambiente no qual se vive, o design que nele se compõe é de certa maneira intuitivo, assim como sua arquitetura, que busca uma relação de troca com o ambiente vivido cotidianamente, ao clima, a paisagem, a cultura e ao imaginário.

Laelia Regina Batista Nogueira
UFF universidade federal fluminense
laelia.design@gmail.com

PEDALAR NA CIDADE

Nesse artigo, propomos pensar a respeito da condição do ciclista na cidade moderna e contemporânea. Para tanto, partimos do pressuposto de que a movimentação dos corpos através dos espaços, bem como as ferramentas utilizadas para o transporte, marcam intensa e profundamente os sujeitos e os espaços em sua dimensão imaterial, subjetiva. Desse modo, nos interessa, aqui, pensar os movimentos e a circulação dos corpos que são atravessados tanto pelo contexto urbano, quanto pela experiência de se deslocar de bicicleta na cidade. Em um primeiro momento, trataremos das referências conceituais que balizarão nossas articulações, sobretudo as noções de corpo, subjetividade, lugar e espaço; depois, pensaremos a respeito das transformações que o ato de pedalar sofreu do século XIX ao momento contemporâneo; e, por último, refletiremos sobre a condição, os desdobramentos e as potências ciclista na metrópole atuall.

Leandro José Carmelini
UFRJ
lcarmelini@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E AS QUESTÕES CULTURAIS DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Os programas habitacionais implementados no Brasil sempre tiveram como objetivo paralelo ao da solução do problema da habitação do país, a contemplação de outros problemas sociais e econômicos. Através de uma abordagem qualitativa e bibliográfica este artigo pretende verificar se os aspectos culturais da população de baixa renda são considerados na constituição e realização das políticas públicas

habitacionais brasileiras. Para tanto, o artigo se desenvolve em três pontos de abordagem: (i) apresenta um breve contexto da constituição das políticas habitacionais no Brasil desde o inicio do século XX até a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) atualmente; (ii) apresenta algumas experiências de conjuntos de habitação de interesse social dos anos 70, 80 e 90, e, mais recentemente do PMCMV; e (iii) expõe conceitos dos autores David Clapham, Nikos Salíngaros et al, Paola Jacques, Eber Marzulo e Marcia Lima para propor uma nova abordagem para a realização de políticas públicas habitacionais. Defende-se aqui que os planejadores tenham um olhar sob uma perspectiva da história cultural para a constituição e implementação de políticas públicas habitacionais, onde, não somente números de déficits, de recursos alocados, de índices a serem atingidos sejam levados em conta, mas também elementos culturais como: os saberes tradicionais, as relações familiares, a religião, a arte e as manifestações populares estejam em pauta.

Palavras-chave: políticas públicas de habitação, habitação de interesse social e história cultural.

Flávia Gazzola Gobbato
UFRGS
flaviagg@gmail.com

AFUÁ: A CIDADE-PALAFITA. TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO ENTRE ÁGUAS

A urbanização das cidades da Amazônia Brasileira exibe sua complexidade mediante distintas transformações espaciais. A diferenciação dos territórios, nesse sentido, é imprescindível na compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos e na tentativa de apreensão do cotidiano das cidades. Nessa conjuntura, esta pesquisa abordou o espaço público da cidade ribeirinha de Afuá, situada no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará, na Amazônia brasileira e tratou das noções e conceitos de Território como subsídio de análises acerca da orla, constituída como o principal espaço público da cidade. Caracterizada por sua peculiar apropriação do território, Afuá possui uma arquitetura vernacular ribeirinha e estruturação urbana sobre palafitas. O objetivo da pesquisa consistiu na obtenção de novos dados que contribuem com a pesquisa científica e desenvolvimento urbano da cidade de Afuá, assim como da realidade urbana das pequenas cidades amazônicas. A metodologia empregada tange ao método dialético, as pesquisas realizadas possuem caráter quantitativo e qualitativo mediante a aplicação de questionários, referências bibliográficas e levantamento de campo (técnicas de mapeamento do uso do solo, registros fotográficos e coleta de dados). Posteriormente, realizaram-se análises socioterritoriais da orla da cidade, a fim se obter um panorama referente ao processo de territorialização da orla da cidade supracitada.

Jacy Soares Correa Neto
Universidade Federal do Amapá
neto.scorrea@gmail.com

José Marcelo Martins Medeiros
UNB
medeirosjose@gmail.com

AS BORDAS DE ÁGUA DO GUAÍBA E A IDÉIA DE ACOLHIMENTO

O ensaio tem como objetivo identificar e expor a ideia de acolhimento usando as bordas de água do Guaíba como parâmetro afetivo no uso e apropriação dos espaços públicos. Formador das cidades e importante elemento físico-geográfico os rios e suas bordas configuram a construção do território a partir do uso e significação dada pela população. Desta forma o sentido de borda de água nesse trabalho faz referência à interface cidade-água entendida como um limite entre dois espaços, mas que ao mesmo tempo resgata e guarda em si a potencia de acontecimentos e possibilidades dos espaços que a contem. Ao retomar bordas como gesto de acolhimento, buscamos a possibilidade de afeto na procura de uma cidade mais democrática. Acolhimento assim pode se manifestar em qualquer coisa que nos afete pela ação do homem ou da natureza, tudo pode ter na sua essência acolhimento. Tudo pode ser construído e provido de acolhimento. Desta forma o ensaio através de imagens documenta a interpretação simbólica dos espaços como borda a partir da ideia de acolhimento revelando uma importante fonte de informação na definição dos lugares da cidade como elemento de resignificação. Assim, esse ensaio representado por mapas afetivos das bordas do rio Guaíba retomam elemento importan-

tes de leitura e interpretações dos espaços urbanos que são contraditórios as formas de ocupação contemporânea sobre a utilização dos lugares impostas de uma forma neoliberal de cidade.

Eclea Moraes Mullich
UFRGS
eclea.moraes@yahoo.com.br

Julian Grub
UFRGS
julian.grup@gmail.com

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO

Este artigo é inspirado na pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e do Observatório/PE da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contextualiza-se suscintamente a aceleração econômica do CIPS, no momento recente do novo desenvolvimentismo no Brasil e no Nordeste, cujo impacto produz transformações na configuração socioespacial e nas dinâmicas socioculturais da população, privilegiando o ponto de vista dos atores sociais sob o contexto das transformações nos principais municípios de influência direta do Complexo, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Essas transformações são observadas nas mudanças: i) do uso e ocupação do solo, face ao processo de urbanização e à oportunidade dos atores privados implantarem empreendimentos imobiliários e de logística, criando novos territórios para inserção de novos grupos sociais; ii) das dinâmicas socioculturais, exarcebando conflitos entre trabalhadores oriundos de atividades tradicionais (pesca e agricultura) e o processo de industrialização (CIPS), moradores ou trabalhadores locais e migrante. Busca-se capturar as "circustancialidades" (Geertz, 1989) daqueles que vivem a experiência da implantação do CIPS, um dos mais importantes polos de investimentos industriais de grande porte da América Latina, por meio das interpretações elaboradas em seus depoimentos. Questiona-se a quem serve esse progresso oferecido a pernambucanos e nordestinos que desafia os limites da natureza, enterra culturas e produz paradoxos por "caminhos sinuosos"?

Danielle de Melo Rocha
Universidade Federal de Pernambuco
mrochadanielle@gmail.com

Helenilda Wanderlei de Vasconcelos Cavalcanti
Fundação Joaquim Nabuco
helenilda.cavalcanti@fundaj.gov.br

CICLOATIVISMO, PLANEJAMENTO URBANO E DIREITO CIDADE

O presente trabalho tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre as formas de ação e organização do Cicloativismo no Brasil. Em especial, busca-se resgatar as visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses e identidades, suas bandeiras de luta. O recorte temporal que se pretende utilizar é demarcado por suas ações nos últimos 30 anos, período que o cicloativismo nasceu e cresceu no Brasil. Num primeiro momento, serão enfatizadas as formas de institucionalização desses movimentos, destacando suas relações com órgãos de planejamento urbano do governo, e as ações que ganharam força junto poder público. Serão apresentadas redes internacionais de cooperação. Destaca-se os diferentes grupos que se formaram, buscando apresentar conflitos, identidades e saberes entre Cicloativistas. Num segundo momento, serão apresentadas as formas ação e bandeiras de luta dos Cicloativistas. Serão enfatizadas as culturas que se forjaram, em especial, a luta contra o carro e a violência no transito, o direito ao uso da cidade e de participação em seu planejamento, conquista da cidadania e promoção efetiva da saúde. A acao do cicloativismo no debate socioambiental será abordado, mostrando sua relação desde anos 1980 quando o tema. Ganhara destaque o surgimento de diversos grupos de Cicloativistas pelo Brasil, nos últimos cinco anos, com forte presença através de redes sociais.

Fernando Henrique Guimaraes Barcellos
UFRRJ
fernando.barcellos@globo.com

CAI A NOITE: IMAGENS SORRATEIRAS DA NOITE URBANA

É noite... Das espeluncas saem os ruídos do sexo e do vinho. A cidade dorme e ao sair do estado de vigília, libera desejos, gozos, o amor e o "inútil" dos gastos não-econômicos. O espaço noturno liberta a ordem cerceadora da cidade-solar. É o perigo... Não se sabe quem vigia quem. A cidade se torna uma selva, é o apelo dos lobos. Segredos e complots se tecem enquanto muitos dormem. É nesse momento que errantes, amorosos e criminosos despertam para seu cotidiano noturno. Em "O crepúsculo vespertino" de Baudelaire, a noite da cidade é identificada ao assassino e quando ela cai o homem se torna besta fera. Os demônios acordam e o meretrício se espalha pelas ruas colorindo-as com seu 'rouge'. Cozinheiros de restaurantes, jogadores, artistas de teatro, músico, ladrões e boêmios, tomam as ruas, como uma nova fauna que se impõe à cidade. Mas também ela, a urbe, pode ser amável para com o trabalhador e para com o sábio, pois que anuncia a hora do descanso da faina selvagem. Qual é, podemos nos perguntar, a essência dessa noite urbana? Essa contribuição ao estudo da noite urbana visa analisar as representações da noite nas artes, basicamente da pintura. A partir do trabalho desses artistas vamos tentar pontuar algumas questões sobre a coabitação das noites urbanas.

Robert Moses Pechman
UFRJ
robert@ippur.ufrj.br

>ST7

DINÂMICA IMOBILIÁRIA, HABITAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA HABITAÇÃO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL: SETOR HABITACIONAL JARDINS MANGUEIRAL

O artigo analisa a reprodução do espaço a partir da política de habitação de interesse social, inserida na produção do urbano como negócio. O Jardins Mangueiral é resultado de uma parceria público-privada (PPP), que, por si, é uma interação nada desprezível em uma cidade na qual os negócios e as políticas públicas estão envolvidos em projetos comuns no contexto do empreendedorismo urbano. Esta parceria, voltada à habitação de interesse social, articula a ação estadista e os negócios imobiliários nas condições concretas da vida, apresentando novos conteúdos no contexto da reprodução do espaço na cidade de Brasília. Para se chegar a esse entendimento de atuação empresarial e produtiva do urbano pelo governo, tendo a habitação social como nexo valorativo e instrumento de captação de capitais para a reprodução do espaço, recorreu-se às condições materiais e discursivas estipuladas para o ordenamento do território e à execução da política habitacional no contexto empresarial da realização econômica do lugar. Na análise, busca-se demonstrar como, pelas políticas públicas do Governo do Distrito Federal, as intencionalidades e a prática de dominação da classe ligada ao capital imobiliário articulam-se ao mercado de ativos via reprodução do espaço. A racionalidade econômica e objetivada na organização e no planejamento dos governos aparece como forma administrativa e, as-

sim, a sociedade, dividida em classes, aparece una na cidade e a reprodução do espaço se faz a partir do espaço mercadoria.

Palavras-chave: capital imobiliário – política habitacional – reprodução do espaço.

Rosângela Viana Vieira
Universidade Federal de Goiás
rvianavieira@gmail.com

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
Universidade Federal de Goiás
celenemonteiro05@gmail.com

OBSERVATÓRIO IMOBILIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Esse texto relata o processo de construção do Observatório Imobiliário no Distrito Federal – OIDF; apresenta as metodologias que vem sendo utilizadas para elaboração do Boletim Imobiliário do DF; para a montagem do banco de dados do Observatório e para a construção do índice de preços, apontando ainda as principais dificuldades e os resultados esperados."

Vicente Correia Lima Neto
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA
vicente.neto@ipea.gov.br

Heloisa Pereira Lima Azevedo
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH
heloisa.azevedo@hotmail.com

Sergio Ulisses Jatobá
Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN
sj.jatoba@uol.com.br

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CENTRO DE SANTOS: LÓGICA DE FUNCIONAMENTO, INTERESSES ATENDIDOS E IMPLICAÇÕES SOCIAIS

O objeto de estudo deste artigo é a Cidade de Santos, mais especificamente a gestão pública municipal, no que toca aos projetos para a região central da cidade e suas implicações sociais. Dada a vertiginosa valorização do solo urbano em Santos, nos últimos quinze anos, combinada com uma gestão pública marcada pelo patrimonialismo e crescente atendimento aos interesses do grande capital privado, houve dois processos bastante nítidos na cidade: a) a expulsão de parcela da população de Santos, principalmente para outras cidades da Baixada Santista; e b) a commodification do patrimônio arquitetônico e urbanístico, que tem sido preservado, desde que não interferindo nos interesses do mercado imobiliário. O trabalho apresenta como objetivo principal a descrição, análise e avaliação das políticas públicas urbanas para o centro de Santos, no que tange seu conjunto de valores, lógica de funcionamento, interesses atendidos e suas implicações sociais. Há duas hipóteses que guiam esse trabalho: i) as políticas urbanas santistas têm duplo caráter, patrimonialista e privatista ; ii) essas políticas públicas têm tido um resultado nefasto para o conjunto da população de toda a Baixada Santista, especialmente para moradores de baixa renda que se encontram em moradias precárias na área central.

Palavras-chave: revitalização de centros urbanos, gestão empresarial de cidades, habitação popular

Maria Carolina Maziviero
Universidade São Judas Tadeu
mcarolmazi@hotmail.com

QUALIDADE DE VIDA EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS

A ferramenta "Retorno Social do Investimento" (SROI) é capaz de mensurar o valor dos benefícios sociais gerados por uma organização em relação ao custo para alcançar esses benefícios. Embora discutida a partir de experiências internacionais, no contexto brasileiro, essa ferramenta ainda é pouco disseminada. Frente a isso, o objetivo deste trabalho é gerar informações sobre a qualidade de vida dos usuários de empreendimentos habitacionais de interesse social (EHIS) que possam ser utilizadas para auxiliar na aplicabilidade da ferramenta SROI, no contexto bra-

sileiro. Para alcançar este objetivo são analisados: a permanência, o perfil e as percepções dos usuários. O objeto de estudo selecionado para o desenvolvimento deste trabalho foi o Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC), localizado na cidade de Porto Alegre – RS. Como procedimentos metodológicos foram aplicados instrumentos de coleta aos usuários de três empreendimentos do PIEC. Os principais resultados evidenciaram aspectos negativos com relação à permanência dos usuários nos empreendimentos investigados. Ainda, a avaliação indicou algumas tendências positivas em relação ao perfil dos usuários originários do programa, como por exemplo, o aumento de trabalhadores com vínculo empregatício formal e a melhoria na renda média familiar. No tocante aos impactos gerados pelo programa na melhoria da qualidade de vida dos usuários, foram constatados aspectos positivos relacionados à saúde, qualificação, educação, segurança, ao uso dos espaços públicos e a infraestrutura urbana. Concluindo, os resultados aqui apresentados, além de contribuírem para aplicabilidade da abordagem SROI, também podem auxiliar na identificação de melhorias e ajustes, assim como para o monitoramento do programa.

Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
deyvidalex@hotmail.com

Luciana Inês Gomes Miron
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
luciana.miron@ufrgs.br

DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO CONTEXTO DA LUTA PELA MORADIA: REGISTRO DE UMA EXPERIÊNCIA EM MACEIÓ-AL A PARTIR DA CARTOGRAFIA DA AÇÃO

Neste trabalho, buscamos descrever uma experiência conjunta de dois movimentos de luta pela moradia que ocorreu na década de 2000 na cidade de Maceió, AL. O objetivo é discorrer sobre um processo em torno da apropriação pelos sem-teto de determinadas áreas da cidade, bem como as mediações institucionais para "resolução" dos conflitos através da implantação de conjuntos habitacionais para relocação das famílias.

Partiremos das formas de ação empreendidas por ambos os movimentos e que correspondem às ocupações de imóveis ociosos. Em seguida, discorreremos sobre os deslocamentos dos sem-teto no território maceioense usando como instrumento de registro e análise a cartografia da ação como proposta por Ribeiro et al. (2001).

A partir das mediações institucionais envolvendo as secretarias de habitação e infraestrutura da prefeitura municipal e do governo do estado, discutiremos as ações de remoções das ocupações e a relocação dos sem-teto em conjuntos habitacionais populares localizados na periferia da cidade, em áreas marcadas pela precariedade de infraestrutura e serviços urbanos.

Concluímos que a localização dos conjuntos habitacionais, as remoções e as relocações fizeram parte de um mesmo processo centrado na produção e renovação de materialidades e criação de áreas urbanas a serviço do confinamento e da segregação dos pobres na cidade, portanto, da criação de formas sociais e espaciais que cristalizam velhas concepções de moradia pautadas na negação do direito à cidade e ao território.

Palavras-chave: Ocupações; Movimentos de Sem-teto; Política Habitacional; Cartografia da Ação; Maceió-AL.

Carlos Eduardo Nobre
Universidade Estadual de Campinas
geocadu@gmail.com

A CONCEPÇÃO DO SUBSIDIO HABITACIONAL NUM MODELO DE ECONOMIA SOCIAL DO MERCADO

Este artigo tenta esboçar um panorama geral da evolução da política de subsidio habitacional no Chile a partir da ditadura militar, centrando-se principalmente nas reformas econômicas e sociais ocorridas no período autoritário, para logo estabelecer a justificação da concepção do subsidio habitacional tendo como marco uma economia social de mercado, padrão de atuação da política habitacional que irá se constituir em clima democrático. Busca-se com este artigo contribuir também, para a reflexão da importância de começarmos a desenvolver pesquisas comparativas entre países da América Latina para entender porque

hoje o Brasil está desenvolvendo uma política habitacional que envolve um modelo de subsídios muito semelhante ao caso chileno, isto é, com um alto grau de subsídios direcionado a baixa renda tornando-se o alicerça duma política "neoliberal" voltada para as empresas, que limpa as áreas centrais abrindo novos frentes de valorização para o capital imobiliário.

Marisol Eugenia Brito Doerr
IPPUR
maribrido@gmail.com

RECUPERAÇÃO DE MAIS VALIAS FUNDIÁRIAS E ACESSO A TERRA URBANIZADA: O CASO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG

O artigo faz uma análise sobre a recuperação de mais valias fundiárias urbanas o acesso a terra urbanizada no município de Contagem-MG na última década. Para isso é realizado um levantamento da legislação urbanística municipal e das medidas de diferentes naturezas tomadas no período pelo poder público que promoveram ou não a aplicação dos instrumentos legais ligado à temática. Analisam-se especificamente os casos referentes à aplicação do IPTU; da Utilização, parcelamento e edificação compulsórios seguido do IPTU progressivo no tempo; à Outorga Onerosa do Direito de Construir – OODC; às Operações Urbanas Consorciadas – OUC e às Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. São apresentados e discutidos os fatores que influenciaram a ação de fato ou não desses instrumentos, os limites operacionais da estrutura administrativa local, as tensões envolvidas no desenvolvimento do plano diretor municipal, dentre outros aspectos. Para a elaboração de tais seções foram realizados levantamentos bibliográficos e, sobretudo informações qualitativas extraídas das entrevistas locais. A discussão evidencia as dificuldades em diferentes frentes para operosidade de tais instrumentos legais destacando, sobretudo o papel da (in) disposição política nesse cenário.

Luiz Felype Gomes de Almeida
UFMG
luizfelype.almeida@gmail.com

DESIGUALDADES HABITACIONAIS NO REPOVOAMENTO DAS ÁREAS CENTRAIS DE SÃO PAULO

O presente artigo discute o tão almejado "repovoamento" das áreas centrais do Município de São Paulo, ocorrido na década de 2000 com o predomínio da lógica mercantil vigente na urbanização capitalista em detrimento de políticas urbanas e habitacionais socialmente inclusivas. Esse "repovoamento" favoreceu a produção imobiliária voltada para o atendimento das demandas dos compradores de média e alta renda em detrimento das demandas da população de baixa renda que lutam para viver naquelas áreas privilegiadas da cidade por meio de cômodos, cortiços e assentamentos precários que, em geral, se encontram em condições insalubres e de destituição urbanística. Ademais, o artigo mostra que a despeito da inversão demográfica ocorrida nas áreas centrais paulistanas, causadora desse "repovoamento", e a persistência do crescimento populacional na periferia, embora em ritmo lento, permanecem os níveis de desigualdades de renda domiciliar que marcam o modelo centro-periferia.

Anderson Kazuo Nakano
FIAM FAAM Centro Universitário
kazuo.nakano@fiamfaam.br

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM PROJETOS DE REVALORIZAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

O artigo tem por objetivo contribuir para o debate acadêmico em torno da incorporação do componente habitacional nas recentes experiências de revalorização de áreas urbanas centrais brasileiras. São apresentadas as conclusões obtidas a partir de uma pesquisa sobre a produção habitacional de interesse social na área central do Rio de Janeiro. As reflexões expostas são apoiadas numa análise do Programa Novas Alternativas, criado em 1996 pelo poder público municipal com o objetivo declarado de fomentar a produção habitacional nos bairros centrais da capital fluminense. Realizamos uma revisão das publicações

institucionais da prefeitura sobre o tema e entrevistas com o quadro técnico do programa. Através destes elementos buscamos desvendar os componentes discursivos que embasam as ações do poder público municipal carioca em sua prática de fomento à produção habitacional. Conclui-se que, na área central do Rio de Janeiro, a habitação de interesse social vem sendo instrumentalizada para alavancar o processo de revalorização em curso, distanciando-se do ideário de cidade inclusiva e aprofundando o padrão elitista e excludente da política urbana brasileira.

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro
Université du Québec à Montréal
joaocarlosmonteiro@gmail.com

ENTRE A VULNERABILIDADE E A ESPERANÇA: CONFLITOS DE GOVERNANÇA NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DA UNIÃO

O trabalho tem duas intenções: evidenciar a precariedade da convivência da população de baixa renda, moradora dos assentamentos populares localizados em terras pertencentes à União, situadas no Parque Histórico Nacional dos Guararapes na Região Metropolitana do Recife no caso de áreas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN; Demonstrar os conflitos de governança na relação entre os atores, face ao amplo leque de interesses envolvidos, no caso o IPHAN, a SPU, a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes e a Comunidade. Constata-se que, no que pese a legitimidade dos instrumentos de regularização fundiária contemplados no Estatuto da Cidade, longos são os caminhos a superar nos processos de gestão e governança que envolvem a regularização fundiária plena. Apesar das dificuldades e conflitos que permeiam a instalação, em sua plenitude, das experiências de regularização fundiária vivenciadas no Brasil, no caso dos assentamentos situados no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inúmeros são os avanços que vêm sendo observados na condução dos passos necessários à regularização fundiária plena. Uma das áreas objeto de estudo do referido projeto, intitulada Córrego do Balaio passou recentemente pela institucionalização de sua Zona Especial de Interesse Social, sem dúvida um importante passo dado pelo poder publico municipal junto com a comunidade no sentido de dotar a população desta área de um direito essencial que é o direito à propriedade da terra.

Janaina Aparecida Gomes de Lima
UFPE
janainalimaarq@gmail.com

Ronaldo Augusto Campos Pessoa
UFT
camposbr@hotmail.com

Suely Maria Ribeiro Leal
UFPE
suelyleal@terra.com.br

RECONFIGURAÇÃO SOCIOURBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA NOS ANOS 2000

Este capítulo tem por objetivo analisar as mudanças nas condições de moradia e no perfil social dos moradores da Região Metropolitana de Goiânia, no período entre 2000 e 2010. A partir da análise dos indicadores censitários do IBGE, de estoque domiciliar, condição de ocupação, relação de propriedade, características urbanísticas do entorno dos domicílios, acesso aos serviços, buscar-se-á identificar mudanças na estrutura e no padrão de organização social do território metropolitano, que possam indicar redução ou aumento das desigualdades em diversos níveis, da precariedade da moradia, da segmentação e segregação socioespacial no território desta jovem metrópole. Como síntese, a interpretação levará em conta o contexto de mudanças na política habitacional brasileira desde os anos 1980 (crise do SFH e expansão da autoconstrução), as alterações em função da retomada dos financiamentos públicos para o setor a partir da segunda metade dos anos 2000, os impactos dos programas públicos como o PAC Habitação, MCMV, Crédito Solidário, e a atuação das novas construtoras/incorporadoras que passam a direcionar sua produção para os estratos sociais mais baixos e populares, em geral localizados nas áreas periféricas.

Aristides Moysés
PUC GOIÁS
arymoyses@uol.com.br

Débora Ferreira da Cunha
Universidade Federal de Goiás
cunhadf@hotmail.com

Elcileni de Melo Borges
Univdersidade Federal de Goiás
elcimb@uol.com.br

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE POLÍTICAS DE QUASE-MERCADO

Desde 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) vem desempenhando papel central na política de provisão de habitação de interesse social no Brasil. Este programa é desenvolvido segundo diferentes modalidades de crédito que estão disponíveis tanto ao consumo quanto à produção. Modelos semelhantes de políticas habitacionais baseadas na relação de consumo foram sistematicamente utilizados a partir da década de 70 em países desenvolvidos. No que tange as políticas sociais, a concepção de quase-mercados ocupa um papel central nas transformações que vem ocorrendo nas ultimas décadas em relação à provisão de bens públicos. Neste sentido, o presente artigo busca realizar uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida a partir do referencial teórico que norteia políticas sociais baseadas no consumo.

Thêmis Amorim Aragão
IPPUR - UFRJ
themisaragao@gmail.com

O QUE É LEGAL NA MINHA CASA:REFLEXÕES DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

Grande parte das cidades brasileiras são conformadas por territórios ilegais do ponto de vista do direito urbanístico e da aplicação da legislação urbanística. Esta pesquisa insere-se nessa discussão, com base na legislação urbanística e no seu ponto cego: a sua não aplicação e a consequente geração da ilegalidade urbana a partir de uma intenção de legalidade. O artigo evidencia a lógica de produção do espaço urbano sob o ponto de vista do morador da cidade. A intenção da pesquisa foi explicitar os reais motivos que levam o morador a licenciar a sua edificação e, com isso, a enquadrar dentro dos parâmetros urbanísticos fixados em lei. Além disso, este estudo buscou o entendimento da real percepção do morador a respeito da legislação urbanística. Neste sentido, a investigação tem como foco a aprovação de projetos residenciais unifamiliares, com recorte da Regional Leste, na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A pesquisa evidencia o distanciamento entre as leis urbanas e a dinâmica de ocupação de grande parte da cidade, o que pode ter como causa a rigidez dos parâmetros urbanísticos e o desconhecimento dos moradores a respeito do conteúdo e das formas de aplicação da legislação urbanística, sobretudo nas residências unifamiliares. A partir da constatação de que grande parte do território urbano é ocupado, são propostos dois caminhos de reflexão até mesmo antagônicos: Qual a pertinência de legalizar toda a massa construtiva ilegal da cidade? Como enquadrar toda a massa construtiva que já está alheia aos requisitos mínimos das normas urbanísticas?

Geruza Lustosa de Andrade Tibo
Universidade Federal de Minas Gerais
geruzalustosa@gmail.com

A GESTÃO DA TERRA NAS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA: PRINCÍPIOS, INSTRUMENTOS E POSSIBILIDADES EM UM PARALELO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA

Este artigo tem o propósito de analisar e estabelecer um paralelo entre as soluções adotadas na Colômbia e no Brasil para as áreas de expansão urbana. Analisam-se as características, particularidades e diferenças da regulamentação e gestão da terra nas áreas de expansão urbana nesses dois países, focando-se em. temas como o controle da expansão urbana, o papel do projeto urbano, a gestão associada e aos instrumentos para o reajuste de terrenos, a justa distribuição dos ônus e benefícios da urbanização assim como a arrecadação de mais-valias fundiárias urbanas. No âmbito da legislação brasileira, são considerados o instrumento da Outorga Onerosa de Alteração de Uso, o disposto na Lei de Parcelamento do Solo (Lei Federal nº 6.766 de 1979) e nas leis de

parcelamento municipais assim com as exigências e possibilidades de atuação dos empreendedores privados no que diz respeito à ocupação das áreas de expansão. Destaca-se, como diferencial entre os dois casos, o fato de o sistema brasileiro dispor de um instrumento específico para cada atuação da administração pública na gestão das terras de expansão urbana, enquanto na Colômbia há possibilidade de que as diversas formas de atuação ocorram de forma integrada no âmbito do Plan Parcial.

Isabela Bacellar
Escola de Arquitetura e Urbanismo (EUA) - Universidade Federal Fluminense (UFF)
isabelabacellar.arq@gmail.com

Oscar Eduardo Pérez Moreno
Escola de Arquitetura e Urbanismo (EUA) - Universidade Federal Fluminense (UFF)
oscareperezm@gmail.com

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, ZEIS DE VAZIOS, NA REGIÃO DO GRANDE ABC

As grandes cidades brasileiras são caracterizadas pela existência de significativos contingentes populacionais em situação de precariedade habitacional, resultado do modelo de desenvolvimento excludente característico do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. A partir da década de 1980 surge o conceito de ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, que é um instrumento urbanístico implementado em áreas ocupadas com habitações precárias, ou a demarcação de áreas vazias, subutilizadas ou não utilizadas, voltadas prioritariamente ao acesso à moradia e à terra urbanizada para populações de baixa renda. A ZEIS constitui-se em um dos primeiros dispositivos institucionais de política urbana no país voltados à diminuição da desigualdade social urbana. Através do estudo da implementação das ZEIS de vazios no território do Grande ABC, buscou-se identificar os avanços concretos realizados com base nessa política, suas limitações e desafios na atuação do Estado na solução das questões fundiárias e de democratização do território. No cenário atual de crescimento das favelas e ocupações irregulares, por um lado, e ampliação da oferta de moradia através de políticas públicas de incentivo à obtenção de imóveis, por outro, os instrumentos urbanísticos voltados à diminuição da desigualdade urbana podem contribuir para democratizar o acesso à terra urbanizada. Neste sentido, este artigo pretende avaliar o alcance e a efetividade da implementação de políticas públicas para contribuir criticamente para seu aperfeiçoamento, tendo como recorte a Região do Grande ABC, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo.

Sandra Teixeira Malvese
Universidade Federal do ABC
sandramalvese@gmail.com

AS GARANTIAS DO FINANCIAMENTO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O artigo analisa aspectos relevantes das garantias que asseguram o financiamento habitacional, sob a perspectiva da solvabilidade das famílias brasileiras para a aquisição da moradia, particularmente pelo Programa Minha Casa Minha Vida, implementado pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e municípios. As garantias asseguram o financiamento de longo prazo imprescindível à aquisição da casa própria em face da insuficiência de recursos pela maioria da população de média e baixa renda. O acesso à casa própria não se limita a direito individual, o direito à moradia se enquadra dentre os direitos sociais garantidos constitucionalmente, cuja consecução se dá por meio de uma política habitacional que assegure o bem estar social, o desenvolvimento socioeconômico, a inclusão social e o direito à cidade. O objetivo deste artigo é estudar as garantias previstas no financiamento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, considerado por sua escala, o mais importante até então existente no país, particularmente o 'Fundo Garantidor de Habitação', e a propriedade fiduciária, instrumento comumente utilizado no financiamento imobiliário. Nesta análise foram abordadas as principais características e meios de efetivação destas garantias. Avalia-se que as garantias previstas no arcabouço legal das linhas de financiamento habitacional são direcionadas à consecução do direito à moradia, beneficiam as demandas de renda média e média baixa para aquisição do imóvel residencial urbano, e esti-

mulam a concessão de crédito fiduciário e têm papel de prover estabilidade na amortização da dívida e dar credibilidade financeira ao programa.

Adriana Jesus Guilhen
Ufscar - Universidade Federal de São Carlos
ajguilhen@uol.com.br

Carolina Maria Pozzi de Castro
Ufscar - Universidade Federal de São Carlos
carolmcastro@gmail.com

INSERÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM FORTALEZA

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa realizada sobre as condições de inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza. As análises se detiveram em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, municípios que concentram a maior parte dos contratos aprovados até o final de 2012. Como procedimentos metodológicos destacam-se entrevistas junto aos agentes envolvidos, trabalhos de campo nas áreas onde se localizam os condomínios, aplicação de questionários aos moradores visando detectar os impactos junto aos beneficiados. Foram realizados estudos de caso referentes à análise das condições de inserção para situações representativas considerando: a intensidade e o padrão de ocupação do solo, a morfologia urbana, a proximidade de equipamentos, o acesso às infraestruturas, as condições de mobilidade. Os resultados apontam para a concentração de poder por parte dos financiadores e dos construtores, se contrapondo à fragilidade do papel do poder local revelando a dissociação entre as políticas urbana e habitacional. Foram detectadas dinâmicas que sinalizam o processo de segregação que atinge as famílias beneficiadas pelo programa. Constatou-se a negação do direito à cidade, dadas as dificuldades no acesso às redes de infraestrutura e aos equipamentos sociais, assim como problemas associados à sua localização periférica e um conjunto de fenômenos que revelam a monofuncionalidade dos espaços onde estes se localizam. Também foram abordadas questões relacionadas à forma de apropriação dos empreendimentos pelas famílias. Ao final, sugere-se algumas recomendações com vistas a melhorar as condições de implementação do programa visando garantir melhores condições de vida aos beneficiados.

Luis Renato Bezerra Pequeno
UFC
renatopequeno@gmail.com

Sara Vieira Rosa
FAUUSP
saravrosa@gmail.com

O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SEGREGAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Existe a teoria (talvez a falsa ideia), muito difundida e aceita por diversos grupos, que a segregação urbana é resultado do livre comércio de terras na cidade, da falta de planejamento ou mesmo da incompetência das instituições públicas. Evidentemente a especulação imobiliária tem papel importante na produção do espaço das cidades, porém é fundamental entender a ação protagonista do Estado instrumentalizado pela elite de cada momento histórico. O processo de segregação espacial entre as classes no Rio de Janeiro tem momentos bem marcados por ações incisivas do Estado, com mudanças de legislação, remoções forçadas, incentivos à construção em determinadas áreas e empreendimentos habitacionais para trabalhadores. Essas ações, em geral ocorrem para adaptar as cidades às novas necessidades impostas pelo capital nacional e internacional, na busca das melhores condições para a acumulação capitalista; para o favorecimento de especuladores ou pela própria segregação ideológica, estratégia da dominação de classe. O presente artigo traz reflexões acerca da ação do Estado como indutor do processo de segregação espacial entre as classes na cidade do Rio de Janeiro; para investigar um dos reflexos dos conflitos de classe na produção do espaço urbano."

Ivan Zanatta Kawahara
UFF
iv.zanatta@gmail.com

A DESTINAÇÃO DE TERRAS PARA A PRODUÇÃO DE MORADIAS NO DESENHO DOS PLANOS LOCIAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

O acesso a terra, com qualidade, para a população de baixa renda é o principal desafio das políticas e ações habitacionais. No campo da formulação de políticas habitacionais, as práticas empreendidas no Brasil raramente trataram da questão. Essas práticas foram influenciadas pela problemática fundiária, tendo contribuído para agravar a segregação espacial das populações de menor renda e os problemas urbanos e ambientais das cidades. Pautar o acesso a terra bem localizada e equipada se relaciona ao enfrentamento dos interesses fundiários e imobiliários existentes nas cidades, em muito respaldados pela falta ou falsa aplicação de um arcabouço regulatório voltado ao cumprimento da função social da terra. Em face desta discussão, este artigo apresenta a forma como a localização e a destinação de terras para Habitação de Interesse Social foi tratada no planejamento habitacional nos Planos Locais de Habitação de Interesse Social de municípios da Região Metropolitana de Campinas. Para a reflexão almejada, foram analisados os documentos do Diagnóstico Habitacional e os relativos às Estratégias de Ação dos PLHIS(s) de Americana, Campinas, Indaiatuba, Itatiba, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos, bem como foram identificadas as necessidades fundiárias de atendimento da problemática habitacional local, visando sua posterior destinação para a política de produção habitacional. Nos casos analisados, observou-se que, não obstante o fato dos municípios não terem previsto atender a totalidade de suas necessidades habitacionais, as terras indicadas para a política quase não chegaram a interferir no quadro dos vazios urbanos quantificados pelos PLHIS(s).

Joana Aparecida Zavaglia M. T. Ribeiro
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
joana.zavagliaribeiro@gmail.com

Tomás Antonio Moreira
Universidade de São Paulo
tomas_moreira@hotmail.com

MCMV ENTIDADES: ENTRE OS DIREITOS, AS URGÊNCIAS E OS NEGÓCIOS

A modalidade "Entidades" foi cavada no contexto do programa MCMV pelas interações entre os movimentos de moradia de articulação nacional e governo federal, presença institucional nos Conselhos participativos e interlocução permanente entre lideranças e técnicos do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. Apesar de se tratar de uma produção ínfima em termos quantitativos, se comparada a toda produção do programa, a presença e permanência (para não dizer insistência) dessa modalidade tem uma dimensão política paradigmática, apoiando-se na tradição de políticas habitacionais autogestionárias, envolvendo os mais representativos movimentos de luta por moradia e reforma urbana do país. Essa produção enseja toda uma reflexão sobre as relações institucionais e políticas entre esferas de governo; entre governo e construtoras; entre governo, construtoras e entidades organizadoras sem fins lucrativos; e entre esses agentes e os beneficiários do referido programa, os futuros usuários do produto habitacional e urbano. Suaprodução parece não escapar à lógica de mercado imposta a outras modalidades do programa e insere o MCMV Entidades no quadro de políticas sociais do Brasil contemporâneo. Além disso, nota-se que os "dados frios" das tabelas da Caixa não são capazes de demonstrar os processos longos, morosos e cheios de percalços por que as entidades passam até que os empreendimentos sejam contratados. Nota-se ainda que o programa tem criado uma espécie de "mercado" para muitas entidades, de origens e naturezas diversas, que conformam seu caráter organizativo da população de um modo bastante focalizado na produção habitacional.

Camila Moreno de Camargo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP
cmcamargo.urb@gmail.com

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: A DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO BRASIL NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E DO SENTIMENTO DE URGÊNCIA

O presente trabalho pretende investigar como o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), editado em caráter de urgência em 2009, após a crise mundial do ano anterior e em meio a uma crise interna ao próprio setor imobiliário brasileiro, revela alguns dos principais problemas existentes nas tradicionais políticas de desenvolvimento urbano e regional que vem sendo aplicadas às novas problemáticas. Com aproximadamente 3,39 milhões de unidades contratadas em todo o país até agora, o Programa propõe a solução de um dos problemas mais crônicos de toda a história brasileira – a moradia -, ao passo que explicita grandes contradições da urbanização e do capital, assim como do cotidiano urbano dos indivíduos dele endividados. Qual será, portanto, o caráter da urbanização em curso nas cidades brasileiras que vem como decorrência do PMCMV? Quais os efeitos do planejamento dessa política habitacional para o desenvolvimento urbano e regional do país? Discutiremos, portanto, o caráter emergencial no qual foi editado o PMCMV, seus elos com a reprodução do capitalismo financeiro no Brasil e como a existência de um estado de emergência constante permitiu colocar o Programa no que chamaremos de urbanização crítica.

Bruno Xavier Martins
Universidade de São Paulo - USP
bruno_x_martins@hotmail.com

DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA: TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIAS DO GRANDE PIRAMBU, FORTALEZA (CE)

O presente artigo, tendo como recorte Fortaleza (CE), busca situar a resistência dos movimentos urbanos como resposta às conseqüências da produção capitalista do espaço, em especial, a assimetria de poder, político e econômico, na disputa pela terra urbana. Tem como objetivo refletir sobre as formas de planejar e projetar a cidade que afetam diretamente a população moradora, mas que, apesar do marco legal da função social da cidade e da propriedade, negam aos mais pobres esses direitos. Esse processo desigual termina provocando movimentos de resistência, entretanto o resultado, na maioria das vezes, ainda é a expulsão da população para outras áreas da cidade. Buscou-se traçar a trajetória dos movimentos de resistência do Grande Pirambu, zona oeste e costeira de Fortaleza, que remontam aos anos 1950 e nos dão um panorama de como as questões que envolvem o planejamento urbano e a disputa pela terra urbana se manifestam ao longo do tempo, em um caso específico.

Palavras-chave: Movimentos Urbanos; Planejamento Urbano; Produção Capitalista do Espaço.

Amiria Bezerra Brasil
UNIFOR / USP
amiriabrasil@gmail.com

Emanuel Ramos Cavalcanti
UNIFOR
ercavalcanti@yahoo.com.br

CRISE DE MOBILIDADE URBANA EM SANTOS/SP: PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESENRAIZAMENTO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a atuação do mercado imobiliário formal, em Santos, voltado unicamente para faixas de renda que não representam a maior parte da demanda por habitação, em face da inoperância da política urbana municipal, e das limitações dos programas estatais de HIS. Este processo, como se pretende demonstrar, é caracterizado pela segregação socioespacial e pela expansão urbana periférica, resultando em expressivo aumento de pendularidade por motivo de trabalho e estudo, na área central da RMBS, agravando as condições de mobilidade nos municípios centrais da região e da formação e manutenção das redes familiares e sociais urbanas, desencadeando processos de desenraizamento, considerando-se a importância que o compartilhar do espaço em um determinado tempo histórico e social tem na manutenção dos grupos sociais e suas identidades.

José Marques Carriço
Universidade Católica de Santos
jmc@carrier.com.br

Marina Ferrari de Barros
Universidade Santa Cecília
mfdbarros@hotmail.com

MARINGÁ E O MITO DA CIDADE PLANEJADA

Este trabalho dedica-se a avançar na compreensão do processo de reordenação urbana, promovido pelo poder estatal, em Maringá-PR, mais precisamente durante o final da década de 1970 e início da década de 1980, momento da Ditadura Civil Militar. Este período é marcado por uma grande expansão da malha urbana da cidade, criando vazios urbanos, que introduziram em Maringá, uma cidade nova e planejada, os mesmos problemas que as cidades metropolitanas apresentavam na época, caracterizadas pelo crescimento populacional e territorial abrupto. Em Maringá, as verbas oriundas do BNH(Banco Nacional de Habitação) foram consumidas para a estruturação da malha viária da cidade, além da implantação de conjuntos habitacionais afastados do centro urbano consolidado para justificar a obtenção destes recursos. Um marco relacionado ao planejamento neste momento histórico foi a implantação e a extinção do Eteplan (Escritório Técnico de Planejamento), um escritório de planejamento, com autonomia financeira, que realizou vários estudos e atualizou a planta cadastral da cidade. O Eteplan, indicado pelo Plano Diretor de 1967, seria uma possibilidade de ordenação do crescimento da cidade. Por conseguinte, este órgão poderia ser um impedimento para a implementação de conjuntos habitacionais em áreas longínquas financiados pelo governo federal, através do BNH. O trabalho pretende demonstrar que a aplicação dos recursos financiados pelo governo federal em Maringá, mesmo justificado com base em aspectos técnicos, foi direcionado para uma finalidade política e que o planejamento urbano, tanto na esfera local quanto nacional, era apenas um discurso.

Carla Fernanda Rocha Garcia
UEM
arquitetacarla@hotmail.com

Fabiola Castelo de Souza Cordovil
UEM
fabiolacordovil@gmail.com

UM SÉCULO DE EXCLUSÃO DO USO HABITACIONAL NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE

As grandes mudanças socioeconômicas provocadas pela adesão do Brasil à nova ordem mundial iniciada com a Revolução Industrial deram início a um processo de transformações nos centros fundacionais das grandes cidades, como foi o caso do Recife. Num primeiro momento, foram promovidas grandes reformas urbanas baseadas em discursos higienistas e modernizadores, que buscaram afastar o uso habitacional da área central e dotá-la de usos institucionais, comerciais e voltados ao lazer. Num segundo momento, após a preservação do que passou a ser o Centro Histórico do Recife, passou-se a uma fase de propostas de reabilitação e requalificação das estruturas físicas dessa área, num discurso preservacionista, mas que mantinha o mesmo foco das ações anteriores no que diz respeito aos usos: turismo e lazer, institucionais e comerciais, permanecendo a exclusão do uso habitacional como um uso reconhecido e necessário ao centro histórico. As poucas propostas que buscaram implementar uma reabilitação do uso habitacional tiveram, no Recife, vida curta. Dessa forma, o artigo tem por objetivo realizar uma breve revisão histórica das intervenções levadas a cabo no Centro Histórico do Recife, demonstrando como, um século após a primeira grande reforma urbana no Bairro do Recife, o principal resultado das ações foi o afastamento cada vez maior do uso habitacional e a construção de uma memória coletiva higienizada, sem que seja de fato assegurada a preservação do estoque imobiliário.

Larissa Rodrigues de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco
larissarmenezes@gmail.com

O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE MARABÁ-PA

Análise do atual processo de expansão urbana da cidade de Marabá, estado do Pará, por meio do exame da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) nos Núcleos São Félix e Morada Nova localizados a 20 km do centro urbano na margem oposta do Rio Tocantins distante dos núcleos mais adensados da cidade. Avalia-se em que medida os empreendimentos do PMCMV - Faixa 1 (para famílias de renda familiar mensal até R$ 1.600,00) impactam a expansão urbana da cidade.

Observou-se que, após a implantação de dois empreendimentos concluídos e inferindo repercussões após a entrega de outros dois ainda em construção, o incremento significativo do número de domicílios, bem como de demanda de infraestrutura, reforçará os dois núcleos enquanto vetores de expansão urbana. Naquelas áreas, há uma coadunação de fatores que contribuem para, em função das características do PMCMV ocorra: a) aumento do caráter periférico da localização de habitação de interesse social; b) especulação imobiliária em meio aos processos de conversão de terras rurais em urbanas; c) transformação do capital financeiro existente na região em capital imobiliário, configurando um ciclo de utilização da terra, uma vez que os empreendimentos do PMCMV significam mais uma etapa na transformação do espaço em mercadoria. Conclui-se que a implantação do PMCMV - Faixa 1 acaba sendo um meio para que a ação do capital imobiliário conforme um ciclo de transformação e reprodução do capital.

José Júlio Ferreira Lima
Universidade Federal do Pará
jjlimaufpa@gmail.com

Renato Freitas de Castro Leão
Universidade Federal do Pará
renato.leao@hotmail.com

A REGULAÇÃO URBANÍSTICA E A QUALIDADE DE PROJETO DE HABITAÇÃO POPULAR: ZEIS/AEIS EM SÃO PAULO E BELO HORIZONTE NOS ANOS 2000

Com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, o Estado brasileiro tem buscado o atendimento às classes de mais baixos rendimentos através da mobilização de uma grande quantidade de recursos e subsídios, dinamizando a produção massiva de habitação em todo o país. No entanto, distante das formulações do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU), com origens ainda na década de 1970, essa produção, delegada predominantemente às construtoras/incorporadoras, tem ocorrido de forma pouco articulada ao planejamento urbano, reforçando tendências históricas que agravam o problema habitacional traduzidas em segregação sócio espacial e limitada qualidade arquitetônica dos conjuntos habitacionais. Nesse quadro, os municípios são relegados a meros coadjuvantes da política federal, cedendo às pressões dos promotores privados, apesar de sua autonomia constitucional para implementar estratégias de controle e regulação de seus territórios. O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel da legislação municipal de regulação urbana na qualidade dos projetos de habitação popular, públicos e privados. Nessa perspectiva, analisamos os instrumentos vigentes em Belo Horizonte e São Paulo, no âmbito de nossas pesquisas, considerando relevante uma breve comparação entre seus marcos regulatórios urbanísticos, a fim de identificar avanços e retrocessos para o acesso à arquitetura e à cidade das camadas populares. Espera-se contribuir para enriquecer o debate sobre os desafios da produção habitacional atual, alinhavando perspectivas para revestir de qualidade a produção massiva de habitação social, bem como para a recuperação do caráter insurgente dos movimentos sociais de moradia que construíram a Reforma Urbana no Brasil.

Renata da Silva Oliveira
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU - USP
renata.eamm@sc.usp.br

Eulalia Portela Negrelos
IAU-USP - Instituto de Arquitetura e Urbanismo
negrelos@sc.usp.br

A ARQUITETURA IN-DISPOSIÇÃO: OS ARQUITETOS E AS OCUPAÇÕES URBANAS DA RMBH

O artigo a seguir apresenta uma reflexão a partir da teoria crítica acerca da atuação dos arquitetos urbanistas dentro da assessoria técnica prestada para movimentos sociais e moradores das ocupações urbanas Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Essas ocupações urbanas são ações políticas que tem ocorrido na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Este artigo apresenta procedimentos de atuação e seus resultados, adotados por arquitetos dentro desta prestação de serviço como assessores técnicos nessas ocupações urbanas. Essa reflexão aponta que os procedimentos de projeto e planeja-

mento urbano são discursos de classe e que muitas vezes as diferenças entre os sujeitos sociais envolvidos nas ocupações urbanas não são evidenciadas dentro desta atuação dos arquitetos, não permitindo que essas diferenças e sua diversidade sejam manifestadas no espaço. Os limites desta atuação da arquitetura para conquista do direito à cidade é o grande objetivo da reflexão proposta por esse artigo.

Tiago Castelo Branco Lourenço
UFMG
tiago@coau.com.br

NOTAS SOBRE AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA HABITACIONAL NA AMÉRICA LATINA NA ATUALIDADE: O CASO DO BRASIL E DA VENEZUELA

A produção de moradias constitui-se numa importante atividade para a acumulação capitalista e um dos focos de conflito ao redor da apropriação do espaço. Isso exigiu, historicamente, a regulação estatal por diversos meios, entre eles, as políticas habitacionais. Ainda que seja algo presente em todas as formações socioespaciais, a maneira pela qual se dá a produção e a regulação do setor nos diferentes espaços depende fundamentalmente do padrão de acumulação em curso. Com base nesse pressuposto metodológico, o objetivo do trabalho é, à luz da teoria crítica do subdesenvolvimento, analisar as atuais características e limites das políticas habitacionais no continente latinoamericano. Diante da variedade de experiências em curso, a discussão será centrada no programa Minha Casa Minha Vida (Brasil) e Gran Misión Vivienda (Venezuela) enquanto dois modelos paradigmáticos da produção da cidade. Constata-se que três são as principais diferenças entre esses dois programas: política fundiária, participação do capital estrangeiro e a relação do Estado com os setores dos principais insumos da construção.

Beatriz Tamaso Mioto
Unicamp
bea.mioto@gmail.com

Pietro Cadeirini Aruto
Unicamp
pietro.aruto@gmail.com

CENTROS HISTÓRICOS BRASILEIROS: TENSÕES ENTRE A OBSOLESCÊNCIA IMOBILIÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESPACIALIDADES

A cidade brasileira, como um conjunto de bens construídos, sob condições históricas, culturais, econômicas e ideológicas diversas, tem o seu processo de estruturação espacial estreitamente vinculado a movimentos contínuos de produção habitacional. Enquanto esse processo amplia e redefine fronteiras urbanas, um grande estoque de edificações mantém as suas condições de uso e persiste na cidade precedente. Parte desse estoque é composto por conjuntos arquitetônicos de reconhecido valor histórico-cultural, presentes, sobretudo, nos centros históricos. Entende-se que o bem imobiliário, devido ao seu longo período de depreciação, pode manter suas condições de uso por várias décadas, fazendo com que gerações sucessivas, com culturas domésticas e perfis familiares diferentes, possam fazer uso de uma mesma edificação. Os imóveis históricos, no entanto, são alvo de limitações impostas por leis preservacionistas que restringem as possibilidades de intervenção e de adaptação destes às demandas contemporâneas. Ademais, esses centros vem sendo requalificados, em geral, sob uma ótica empreendedora ou vem passando por processos de aparelhamento para atender às demandas da centralidade funcional e, ainda, vem atraindo, no seu entorno, novos empreendimentos transformadores da dinâmica espacial e da paisagem. Nessa conjuntura, criam-se novas espacialidades, deixando de atender às expectativas de uma população – residente ou não – que com eles se relacionam. Este trabalho apresenta reflexões acerca da dinâmica urbana dos centros históricos de grandes cidades brasileiras, com foco nas tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades, trazendo como estudo de caso o centro do Recife.

Iana Ludermir Bernardino
Universidade Federal de Pernambuco
ianaludermir@gmail.com

Norma Lacerda
Universidade Federal de Pernambuco
ianaludermir@gmail.com

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA RESIDENCIAL UFRJ: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA

O texto focaliza questões que emergem a partir da instalação de processo de regularização fundiária na Vila Residencial da UFRJ, assentamento de baixa renda inserido na Cidade Universitária da UFRJ. Se por um lado a regularização fundiária significou a garantia de permanência dos moradores no local e decorreu em significativas melhorias, com a implantação de saneamento básico, calçamento de vias e estruturação do espaço público, tornando realidade o sonho de muitos moradores, por outro, os efeitos produzidos por estas ações combinados a processos vinculados ao meio acadêmico, ocasionaram brusca transformação, resultando na substituição de parte dos moradores por indivíduos desejosos de transformar moradias em meios de hospedagem. Assim, ao cabo de dois anos, as consequências da instalação desses processos levantam dúvidas quanto à pertinência da política na forma em que é aplicada, especialmente para os moradores, e desafia a repensá-las. Embora a particular situação deste assentamento inserido em espaço que se propõe ordenado pela razão e conhecimento, o texto parte da hipótese de que processos ali experimentados não diferem essencialmente dos vividos em favelas da cidade, o que o torna um exemplo privilegiado de observação. O texto adota narrativa descritiva evidenciando a história e características deste assentamento, com ênfase em aspectos do processo de regularização fundiária e foco nos atores sociais envolvidos e os conflitos que emergem em decorrência. Os dados que embasam a narrativa foram obtidos por relatos de moradores, observações in loco e levantamentos realizados em 8 anos de atuação na área.

Maria Julieta Nunes de Souza
UFRJ
julieta.nunes@uol.com.br

A RETOMADA DAS REMOÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Este trabalho visa analisar as justificativas dadas para a retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro nos anos 2000, bem como a forma como elas são viabilizadas. Para isso, é realizado um breve histórico das políticas para favelas no município desde o início do século XX, quando se configuram as favelas como um problema urbano.As políticas oscilam entre a dicotomia urbanização e remoção e as razões para as remoções variam desde a insalubridade, passando pela moral, pela ambiental até chegar aos grandes eventos esportivos. Uma questão incomum de todas as épocas é que as remoções se concentram em áreas estratégicas para o mercado imobiliário.Ultimamente, apreende-se que o Programa Minha Casa Minha Vida tem sido utilizado na cidade principalmente para viabilizar as remoções, reassentando as famílias em locais distantes de sua origem. A partir da análise do desenvolvimento das políticas, identifica-se uma semelhança entre as remoções que estão ocorrendo atualmente e aquelas dos anos 1960 e 1970, assim como se percebe como as justificativas se transformam de acordo com a conjuntura econômica e política vigente.

Adauto Lucio Cardoso
IPPUR/UFRJ
adcard.cardoso@gmail.com

Grazia de Grazia
IPPUR/UFRJ
degrazia2@gmail.com

Irene de Queiroz e Mello
IPPUR/UFRJ
ireneqmello@yahoo.com.br

Samuel Thomas Jaenisch
IPPUR/UFRJ
samueljaenisch@hotmail.com

AS DIMENSÕES COORPORATIVAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, O DILEMA DO LIMITE ENTRE UMA A POLÍTICA SOCIAL E A POLÍTICA ECONÔMICA

Dentre as questões levantadas a partir da problematização do Programa Minha Casa Minha Vida, uma que se destaca é a opção de seus idealizadores por

um modelo que privilegiou a presença do setor privado na definição dos rumos desta Política Pública. Em nenhuma experiência anterior foi verificada tamanha prevalência do setor privado sobre questões que se relacionam diretamente com direitos sociais como o acesso à moradia. Neste sentido, este trabalho busca a discutir as dimensões da atuação do setor privado na construção da política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, tomando como base à experiência da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A análise dos dados sobre os investimentos do programa nos municípios que compõem esta região problematiza e discute os padrões de localização e espacialização dos conjuntos habitacionais, levando também em consideração a atuação de empresas e dos grupos econômicos por cada faixa cada programa. Como forma aprofundar o entendimento de questões que envolvem diretamente a visão empresarial sobre o programa, foram realizadas entrevistas com representante indicados pelas empresas. Neste sentido, verificou-se que o Programa Minha Casa Minha Vida vem atuando como um catalisador de processos socioespaciais que já se encontravam em curso na Região Metropolitana do Rio de Janeiros, bem como a sobreposição dos interesses puramente econômicos em detrimento da função social da habitação.

Julio Cezar Pinheiro de Oliveira
UFRJ
juliocezar@oi.com.br

O MERCADO DE TERRAS URBANAS EM RIBEIRÃO PRETO E LONDRINA: ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Trabalhando com dados de anúncios imobiliários do período 1995 a 2010, além de outras diversas fontes de informação, este trabalho coloca em uma perspectiva comparada as características dos mercados fundiários de duas cidades médias. Busca-se, apreender processos que sejam comuns entre elas e outros, particulares a cada uma, procurando compreender alguns dos traços contemporâneos de sua produção e das condições de seu consumo. Atendo-se às dinâmicas históricas de suas formações espaciais, considera, no amplo processo de reprodução das relações capitalistas, um cenário de mudanças dos conteúdos econômicos, sociais e políticos, que se entrelaçam e se combinam à morfologia destas cidades. Se de um lado observamos a redefinição das lógicas de produção do espaço urbano em geral e das cidades em particular, confrontando características tais como a continuidade dos tecidos urbanos e amplificando as dinâmicas de diferenciação interna da cidade, de outro, sob a particularidade da produção imobiliária, observamos redefinições das estratégias de atuação dos agentes e da extensão do poder aplicado à suas práticas ao produzir e se apropriar das cidades.

Marlon Altavini de Abreu
FCT - UNESP
marlon_altavini@hotmail.com

A TERRA DO PODER: DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA À NOVA FRENTE DE EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NO SUDESTE DO PARÁ

Este artigo busca identificar possíveis conexões entre os desdobramentos da intervenção governamental no território amazônico a partir de 1960, em particular no sudeste paraense, e a recente criação de uma nova frente de expansão imobiliária nas cidades de Marabá e Parauapebas. Nossa hipótese é de que, ao contrário da expectativa, não foram as incorporadoras nacionais as grandes protagonistas do recente boom imobiliário no sudeste paraense e, sim os proprietários fundiários e empresários regionais, favorecidos pelas políticas federais de incentivo ao agronegócio na Amazônia, os quais detêm hoje o influente tripé: poder econômico, político e a terra.

Ana Carolina Campos de Melo
UFPA
carolmelo.08@gmail.com

O DÉFICIT HABITACIONAL NOS PAÍSES DEPENDENTES: ANÁLISE A PARTIR DA CATEGORIA DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O artigo busca contribuir no balanço das recentes políticas habitacionais no Brasil. Para tanto situa histórica e teoricamente o problema da habitação como o problema da reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente. Em seguida é analisada a evolução do déficit habitacional a partir do conceito de superexploração da força de trabalho que se encontra na base da contradição do acesso à moradia que se expressa no divórcio entre a produção de moradias e seu consumo pelos trabalhadores, isto é, numa exclusão habitacional.

Vitor Hugo Tonin
Universidade Federal de Santa Catarina
vitorht@gmail.com

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA JOANA BEZERRA NO RECIFE

Coque/Joana Bezerra: terreno de frente d`água, no coração do Recife, com notável potencial para atração de investimentos. A terra é de propriedade da União Federal. Terra? O Coque era mangue – ocupado por famílias que, literalmente, criaram solo, antes que instrumentos de política urbana anunciassem seu direito à cidade – e em 1983 foi delimitado como Zona Especial de Interesse Especial. Em 2010, foi aprovado o plano da Operação Urbana Consorciada Joana Bezerra, propondo a construção de um Polo Jurídico, justificada no interesse público de democratizar o acesso à justiça. Este artigo pretende resgatar as irregularidades do processo de aprovação do plano desta operação – inexistência de estudo de impacto de vizinhança e de audiência publica – assim como o processo legislativo de alterações do plano – tais como a revogação das contrapartidas, as generosas alterações nos coeficientes de utilizaçao e a revogação de limites temporais da operação. A lei não está em vigor. Entretanto, este artigo não descarta a ameaça de que, assim como ocorreu na aprovação do plano em 2010, uma nova proposta de intervenção para a área seja aprovada distante das instâncias democráticas e acessíveis à população. O artigo enxerga, ainda, no estágio inicial desta operação, um momento propício para especular sobre as distâncias entre esta experiência de uso do instrumento no Recife e os propósitos que estariam relacionados ao instrumento OUC à luz do Estatuto da Cidade. Pretende-se, assim, contribuir para as discussões acerca dos novos intrumentos de planejamento urbano à luz do Estatuto da Cidade.

Raquel Ludermir Bernardino
Universidade Federal de Pernambuco
raquel_ludermir@hotmail.com

FORMAS DE PROVISÃO DE MORADIA ALTERNATIVAS AO MODELO EMPRESARIAL: O CASO DO FÓRUM DE COOPERATIVAS HABITACIONAIS DE BENTO GONÇALVES-RS.

As formas alternativas ao modelo de produção de habitações via mercado, no Brasil, como a autogestão habitacional, encontraram fomento, por parte do Estado, nos atuais programas federais de financiamento, tornando-se práticas importantes no contexto brasileiro de produção de moradias. Muitas experiências têm surgindo no país desde o primeiro programa, o PCS, em 2005. No entanto, algumas regiões concentram um número mais expressivo delas, como é o caso do RS. No estado, três regiões possuem uma quantidade significativa de experiências alternativas ao mercado: a Região Metropolitana de Porto Alegre, a Região Noroeste e a Nordeste. Entretanto elas se diferenciam por possuírem características bastante diversas. Na RMPA as entidades são, em sua grande maioria, ligadas a movimentos de luta por moradia; na Noroeste são originárias da cultura de produção agropecuária cooperativista, o que facilitou sua inserção no ramo habitacional e no acesso ao programa de financiamento, que exige certo grau de organização; por fim, na Região Nordeste, são cooperativas habitacionais criadas na década de 1990, ou seja, sem o apoio de programas federais de financiamento, pois mais antigas que estes. Essa diversidade de modelos alternativos no estado serviu de motivação para a presente pesquisa, que tem como foco as experiências das regiões Noroeste e Nordeste. O objetivo é conhecer melhor essas experiências para identificar onde se diferenciam, na prática, na produção de habitações. Contudo, aqui, nesta comunicação

apresentaremos algumas informações referentes à região Nordeste do RS – mais especificamente o Fórum de cooperativas habitacionais de Bento Gonçalves.

Clarissa do Nascimento Friedrich
UFRGS
clarissafriedrich@hotmail.com

PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SOLO URBANO E TÁTICAS POLÍTICAS RESISTENTES AO CONTROLE PÚBLICO DA TERRA

A crítica ao planejamento urbano tradicional evidencia a necessidade de renovação dos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo urbano e aprimoramento da capacidade institucional dos municípios para a melhor distribuição dos serviços públicos e democratização do acesso a terra urbanizada, especialmente, para inclusão territorial. No entanto, para superar os conflitos urbanos gerados pelas disputas pela terra urbana, não basta renovar o marco jurídico da política urbana e criar novos instrumentos sofisticados de planejamento e gestão das cidades. Este argumento está baseado na análise dos resultados da pesquisa realizada no âmbito do projeto "Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos" iniciado em 2007 e no estudo de caso sobre a regulamentação da "Aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, no período entre 1994 e 2010". A questão central esboçada neste artigo sugere que táticas políticas resistentes ao controle público da terra prevalecem nas práticas de planejamento e gestão das cidades, apesar de todo o esforço de modernização do marco normativo da política urbana, mantendo, de certa maneira, a disputa pela terra e o seu domínio fora do alcance dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo urbano

Rosane Biasotto
Instituto de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ
rosanebiasotto@yahoo.com

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS – A REGRA PARA POUCOS

Após mais de 10 anos de aprovação do Estatuto da Cidade é possível analisar as modificações e alterações na legislação urbana dos municípios. O cumprimento dos preceitos básicos do Estatuto se torna um desafio do Poder Público e da sociedade civil, uma vez que a cidade é para todos, as intervenções no espaço construído e os impactos ambientais gerados atingem a todos os segmentos e classes existentes. São muitos os desafios de se aplicar uma política urbana em prol do interesse comum e de se fazer cumprir a função social da propriedade promovendo a justa distribuição dos benefícios na cidade. Os exemplos da aplicação dos instrumentos urbanísticos, como a Transferência do Direito de Construir, objeto deste estudo, demonstram que é tênue a linha entre atender ao interesse individual ou ao coletivo, e na maioria das vezes o interesse individual de grupos econômicos detentores do capital privado prevalecem na utilização do instituto jurídico. O estudo demonstra uma enorme defasagem entre a ordem jurídica dos instrumentos urbanísticos, regulamentados em muitos municípios brasileiros através dos planos diretores, e a realidade de aplicação dessas ferramentas no solo urbano, que muitas vezes tem sido utilizada para atender aos interesses do mercado imobiliário e capital privado com a conivência dos agentes públicos às custas das necessidades sociais e interesses populares.

Ivana Costa de Amorim
Universidade Federal de Minas Gerais
ivanaamorim@yahoo.com.br

INSERÇÃO URBANA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: DESAFIOS E LIMITES NA ESCALA DA METRÓPOLE

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, representou um forte impacto na Política Habitacional brasileira, em especial a uma agenda de modificações esperados ao setor desde o fim do Banco Nacional de Habitação, nos anos de 1980. Tais impactos são contraditórios, no limite da expressão

econômica, social e urbana dos seus efeitos, sendo – por um lado – revelador da potencialidade econômica da moradia social ao setor produtivo e, por outro, a manutenção de velhas formas de atuação sobre o território, tendo na produção de casas a manutenção do modelo centro-periferia. Entretanto, as pesquisas recentes realizadas em diferentes contextos demonstram que a análise do MCMV é mais complexa do simplesmente o rebatimento de práticas anteriores. Este artigo pretende contribuir com este debate, em especial revelando aspectos da dimensão metropolitano, em um jogo de escalas envolvendo a organização social da Região Metropolitana, em especial, o caso de Natal-RN. Objetiva discutir a inserção urbana dos empreendimentos MCMV por meio da análise territorial e da percepção dos moradores sobre a satisfação resultante do novo local de moradia.

Palavras-Chave: Minha Casa Minha Vida, Moradia Social, Região Metropolitana, Inserção Urbana.

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
alexsandroferreira@hotmail.com

Glenda Dantas Ferreira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
glenda.dantas09@gmail.com

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
dubentes@gmail.com

MINHA CASA, MINHA VIDA: NOTAS SOBRE A RESPONSABILIDADE COLETIVA DE UM DESASTRE URBANO

O texto explora a responsabilidade coletiva sobre o desastre urbano causado pelo Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal. Toma como base resultados de pesquisa empírica realizada, e evidencia os resultados físico-urbanísticos da provisão de moradia resultante deste programa, seja em seu segmento público, seja em sua modalidade de promoção privada. O artigo elucida as responsabilidades compartilhadas por prefeituras, construtoras e demais agentes envolvidos no programa, problematizando os papéis do governo federal e da Caixa Econômica nos resultados desta ambiciosa iniciativa, que ao fim e ao cabo, não promove princípios da reforma urbana, nem rompe o padrão de produção de cidades desiguais no país.

João Sette Whitaker Ferreira
FAU - USP
whitaker@usp.br

O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E OS EFEITOS NO TRABALHO DOS CATADORES: ESTUDO DE CASO NO RESIDENCIAL VIVENDAS DO PLANALTO – NATAL/RN

A recorrente temática sobre a problemática habitacional das cidades brasileiras tem levado autores a refletir sobre formas de combate ao déficit habitacional, em especial, analisando os conjuntos habitacionais implementados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. No entanto, fugindo do enfoque desses trabalhos, o eixo central desta pesquisa consiste na discussão sobre a relação entre os catadores beneficiados com o programa e os respectivos efeitos dessa nova forma de moradia no cotidiano dessa população. De acordo com os moldes da vida condominial, esse grupo se vê obrigado a modificar sua forma de trabalho, criando-se assim um conflito do novo habitar. Desse modo, o objetivo desse trabalho consiste em investigar quais as mudanças ocorridas no cotidiano laboral desses indivíduos após o recebimento de uma unidade do MCMV. O desenvolvimento do trabalho contou com a realização de pesquisas de campo, nas quais foram entrevistados moradores beneficiados com a unidade habitacional e que exerciam a atividade de catadores de materiais recicláveis. A pesquisa contou ainda com as informações levantadas junto a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, órgão responsável pela implementação do Programa. Os resultados apontam que o PMCMV, apesar de ter possibilitado a compra da casa própria, criou um novo problema em relação ao trabalho dos catadores, que, na atual moradia, enfrentam conflitos para desenvolver sua ocupação.

Palavras-chave: Programa Minha Casa, Minha Vida. Catadores de materiais recicláveis. Conflitos do novo habitar.

Raquel Maria da Costa Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
raquelmcsilveira@hotmail.com

Jéssica Morais de Moura
Universidade Federal do Rio Grande do
jessica_morais_moura@hotmail.com

Camila Furukava
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
camilafurukava@gmail.com

PLANEJAMENTO URBANO POLITIZADO E IDEOLOGIA: O PAPEL DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS NO DISCURSO DA REFORMA URBANA

Com os dez anos de vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), o campo político e intelectual da reforma urbana viveu um período de balanço e, no bojo das análises, críticas e avaliações, o plano diretor participativo foi um tema que ocupou lugar de destaque. Contudo, o prestígio e a associação de sentidos ao plano diretor mudaram no decorrer da trajetória do movimento: de imposição dos setores conservadores na Constituição de 1988 a instrumento importante na concretização dos princípios da reforma urbana. A investigação desta transformação foi o objeto da pesquisa que concluiu pela tese de que o plano diretor serviu - na medida em que forneceu o conteúdo, a arena e legitimou uma estrutura de autoridade - à afirmação de um consenso sobre os elementos constituintes da ideologia que institui uma determinada ordem política no corpo social da reforma urbana. Para demonstração desta tese, procurou-se compreender as contradições entre o ideário consensuado do planejamento urbano politizado e as questões com as quais se defronta a reforma urbana. Argumenta-se, além disso, que a contradição entre o predomínio do discurso do direito à cidade e a permanência da cidade como negação do direito está fundada não apenas no confronto com outras ideologias – como as que propugnam a competitividade e o empresariamento urbanos –, mas nos próprios limites, lacunas e justificação de valores e autoridades do planejamento urbano politizado.

José Ricardo Vargas de Faria
Universidade Federal do Paraná
jrvfaria@gmail.com

O BOOM IMOBILIÁRIO REDESENHANDO A CARTOGRAFIA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA METRÓPOLE PAULISTANA

O presente artigo busca contribuir para a investigação dos fundamentos, da lógica e das estratégias presentes nas dinâmicas recentes de reprodução do capital no setor imobiliário residencial no país, frente à expansão produtiva e territorial que caracterizou sua atuação nos últimos anos, através da análise do boom imobiliário residencial que tomou a metrópole paulistana a partir da segunda metade dos anos 2000. Este movimento expansivo do circuito imobiliário caracterizou-se pela ampliação das fronteiras do mercado formal em direção às periferias consolidadas, bem como pela ampliação da demanda atendida, incorporando camadas de média e média-baixa renda. Neste processo, o Estado tem desempenhado papel fundamental na sustentação deste boom, tanto na construção de um ambiente regulatório favorável às atividades do setor, reduzindo os riscos dos agentes privados envolvidos, quanto na injeção de recursos oriundos de fundos públicos e semipúblicos de modo a garantir a expansão da reprodução do capital imobiliário, mantendo a demanda aquecida, com a retomada dos financiamentos e a concessão de subsídios diretos, que, em grande medida, têm sustentado a recente explosão dos preços imobiliários. Com isto, houve um acirramento da disputa por terras urbanizadas nas novas fronteiras das dinâmicas imobiliárias formais, restringindo os espaços disponíveis para a produção de habitação de interesse social, bem como para a atuação do mercado informal, restando às camadas de mais baixa renda as poucas áreas ainda descartadas pelo mercado formal, mais distantes e precárias, e, por vezes, ambientalmente frágeis, numa redefinição da cartografia da segregação socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo.

Letícia Moreira Sígolo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
lesigolo@usp.br

SUBSÍDIO E DÉFICIT HABITACIONAL NO PROGRAMA MCMV

O artigo recupera documentos e pesquisas recentes sobre o programa Minha Casa Minha Vida para apontar o uso do conceito de déficit habitacional como legitimador político e institucional do programa de habitação do governo federal. Este uso , por outro lado, deslegitima a noção de subsídio habitacional para a provisão habitacional para famílias de baixa renda, ideal oriundo dos movimentos de moradia e que, uma vez transplantado para o centro do programa Minha Casa Minha Vida, se limita a dar suporte a uma política de desenvolvimento econômico da construção habitacional brasileira.

José Eduardo Baravelli
FAU/USP
jbaravelli@gmail.com

O INVESTIMENTO NO MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL: NOVAS DEMANDAS, NOVAS CONVENÇÕES

O presente artigo, partindo de um debate em torno das abordagens institucionalista e convencionalista, tem o objetivo de analisar os efeitos de um mercado imobiliário em ebulição nas relações econômicas pré-estabelecidas entre aqueles que fazem a oferta e a demanda em transações de arrendamento informal. Considerando o foco da investigação nas ações particulares dos indivíduos envolvidos em uma transação imobiliária informal, os dados de campo foram obtidos por meio de um estudo de caso realizado no município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife, por meio de entrevistas qualitativas e dados secundários. Diante desta nova demanda, a problematização que baliza o presente artigo parte da hipótese de que uma nova realidade econômica compartilhada entre os agentes do mercado imobiliário informal, tenha provocado significativas mudanças nas relações pré-estabelecidas e, possivelmente, esfacelado as relações de confiança-lealdade que outrora foram responsáveis por ajustar os interesses dos indivíduos envolvidos em uma transação imobiliária informal.

Rodrigo de Oliveira Tavares
Universidade Federal de Pernambuco
rodrigooliveira.t@gmail.com

O QUE TODO CIDADÃO DEVERIA SABER SOBRE AS OCUPAÇÕES URBANAS : UM BREVE ESTUDO DA REGIÃO DE IZIDORA

Esse artigo discute as representações do senso comum e do senso comum técnico em relação aos processos de produção do espaço das denominadas ocupações urbanas, a partir da experiência de assessoria técnica do Escritório Integração do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas na região de Izidora, localizada no vetor norte de Belo Horizonte. A análise foi baseada nas publicações do Jornal Estado de Minas sobre o caso e seus respectivos comentários, o que forneceu referências de perspectivas distintas no âmbito midiático (o jornal), na opinião pública (os comentários) e no meio acadêmico. Desse modo, foi possível observar e criticar a maneira como essas três visões interagem e se contradizem. As representações, de modo geral, reproduzem os mecanismos que as classes hegemônicas empregam para manter suas vantagens sociais em relação à produção capitalista do espaço das cidades.

Luiza Lemos Silga Gomes
PUC Minas
luizalemos.sg27@gmail.com

Tarcísio da Silva Cyrino
PUC Minas
tarcisiocyrino@gmail.com

Viviane Zerlotini da Silva
UFMG
zerlotini@oi.com.br

INSERÇÃO URBANA NO MCMV E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA: UMA AVALIAÇÃO DE SETE EMPREENDIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O direito à moradia adequada, consignado em normas internacionais e nacionais, ganha concretude a partir da orientação estabelecida pelo Comentário Geral nº 4 do CESCR (1991), que define, então, sete elementos considerados essenciais para sua efetivação: habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; acessibilidade; segurança da posse; e custo acessível. No presente artigo, avaliamos se os empreendimentos do MCMV atendem estes vários elementos a partir dos resultados de pesquisa realizada ao longo de dois anos em 7 empreendimentos, localizados em 4 municípios paulistas. Esta análise nos permite afirmar que a produção habitacional através do PMCMV apresenta tanto avanços quanto problemas do ponto de vista dos padrões internacionais estabelecidos para a efetivação do direito à moradia adequada. Embora a entrada nos empreendimentos tenha significado melhoria na vida de muitas famílias do ponto de vista da habitabilidade, do acesso à infraestrutura básica e da acessibilidade de grupos vulneráveis; o PMCMV apresenta ainda grandes falhas do ponto de vista do acesso a equipamentos e serviços, da localização adequada, da adequação cultural, da segurança da posse e, até mesmo, do custo acessível.

Alvaro Luis dos Santos Pereira
Faculdade de Direito USP
alvarolsp@yahoo.com

Fernanda Accioly Moreira
FAU USP
fefaccioly@gmail.com

Luanda Villas Boas Vannuchi
FAU USP
luandavb@gmail.com

Rodrigo Faria G. Iacovini
FAU USP
rfgiaco@yahoo.com.br

OS DESAFIOS DE PRODUZIR HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM SÃO PAULO: DA RESERVA DE TERRA NO ZONEAMENTO ÀS CONTRAPARTIDAS OBTIDAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO OU DAS ZEIS À COTA DE SOLIDARIEDADE

Um dos grandes desafios para o planejamento das cidades latino-americanas é disponibilizar terra acessível para as famílias que compõem as necessidades habitacionais. Esta missão torna-se cada vez mais difícil em um contexto capitalista neoliberal o qual transfere ao mercado a tarefa de prover terras e moradias para famílias de baixa renda e cuja lógica de atuação está baseada na obtenção da valorização da terra e, consequentemente, da maior rentabilidade imobiliária.

Este artigo pretende discorrer sobre duas propostas que dialogam com a produção da habitação via mercado : (i) uma primeira centrada na reserva de terra para produção de habitação de interesse social – HIS no zoneamento, através da criação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; (ii) outra, que já possui experiências internacionais e que vem recentemente sendo debatida no Brasil, que consiste na concepção de políticas de promoção de habitação de interesse social a partir da regulação da reestruturação urbana. Para isso, estuda a inclusão e revisão das ZEIS e da Cota de Solidariedade no Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

Julia Borrelli
FAUUSP
paulasantoro@usp.br

Paula Freire Santoro
FAUUSP
paulafsantoro@gmail.com

PROGRAMA VILA VIVA EM BELO HORIZONTE: ASPECTOS DE UM CENÁRIO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O artigo apresenta impactos das políticas públicas de reassentamentos em aglomerados urbanos na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Brasil, em decorrência das intervenções do Programa Vila Viva. O Programa consiste em um conjunto de ações integradas, direcionadas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas

da cidade. As experiências de campo envolvem duas vilas, São Tomás e Aeroporto, existentes há mais de quarenta anos e localizadas em área valorizada pelo mercado imobiliário. O modelo de pesquisa-ação adotado no estudo da realidade desses espaços permite compreender como o tecido social das comunidades -alvo das intervenções urbanas vem sendo alterado e quais os impactos do Programa Vila Viva na vida das famílias. As categorias de sustentação da pesquisa são: relações sociais, habitação e direito à cidade, usadas para se compreender a situação das comunidades durante e após as intervenções. Os resultados da pesquisa ressaltam uma padronização das formas de mobilização, de planejamento e de ação desempenhadas pelo Poder Público municipal, sem que as peculiaridades de cada comunidade afetada sejam consideradas.

Cecília Reis Alves dos Santos
UFMG
ceciliaarquitetura@gmail.com

Cíntia Melo
UFMG
ceciliaarquitetura@gmail.com

Marcus V. A. F. R. Bernardo
UFMG
ceciliaarquitetura@gmail.com

Paula Miller Starling
UFMG
ceciliaarquitetura@gmail.com

Thais Lopes Santana Isaias
Universidade Federal de Minas Gerais
ceciliaarquitetura@gmail.com

O POTENCIAL DO SFH PARA A EXPANSÃO DO ACESSO À MORADIA NO BRASIL

A questão habitacional vem ocupando, recentemente, lugar de destaque entre as políticas públicas prioritárias no país, configurando um movimento de revitalização, apoiado por um marco regulatório aprimorado, um ambiente macroeconômico favorável, e um vertiginoso crescimento do crédito habitacional, além do restabelecimento da Política Nacional de Habitação (PNH). O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fontes arregimentadas para serem os pilares do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em 1964, ainda sustentam preponderantemente o crédito habitacional no Brasil e constituem, conjuntamente, a espinha dorsal de funding do atual Sistema Nacional de Habitação (SNH). A observação do potencial de captação dessas fontes que operam a taxas abaixo do "livre mercado" e o reconhecimento de que há um segmento de famílias que possui condição de acessar crédito habitacional, desde que em condições subsidiadas, conduzem à indagação sobre a utilização estratégica do SFH para a promoção do acesso à moradia no Brasil. O SFH, apesar de constituído como circuito regulamentado, direcionado para o crédito habitacional, e mesmo após a forte expansão vivida nos últimos anos, opera abaixo do seu potencial estratégico, carecendo de maior aderência à atual Política Habitacional. O impacto da expansão do crédito habitacional no mercado imobiliário e nos preços dos imóveis precisa ser também analisado sob a ótica das limitações do financiamento e suas interfaces com o território.

Claudia Maria de Magalhaes Eloy
FAU-USP
claudia.m.eloy@gmail.com

PMCMV EM MATO GROSSO: VELHO MODELO, NOVAS PERIFERIAS

Este artigo apresenta dados parciais de uma pesquisa em curso que tem por objetivo analisar a produção habitacional no Estado de Mato Grosso de modo a perceber, ao longo da história, como se deu a construção do padrão habitacional e periférico para as famílias de baixa renda e como esse padrão se manifesta na produção atual no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Desde o primeiro conjunto habitacional, construído no âmbito da Fundação da Casa Popular, passando pelo período de produção em larga escala da Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso, até os dias atuais, o modo de produção da habitação vem se consolidando através de um modelo periférico de implantação dos conjuntos, somado a um padrão de espacialização simples, monótona e estandardizada da habitação em lotes unifamiliares, determinando, definitivamente, o lugar dos pobres nas cidades mato-grossenses. Tendo como recorte territorial os

municípios de Cuiabá e Várzea Grande, apresentamos os impactos decorrentes da implantação dos empreendimentos do PMCMV, considerando desde a sua inserção urbana, a oferta de equipamentos no entorno e padrão tipológico das unidades habitacionais, de forma a perceber em que medida o programa e a opção única e exclusivamente pela construção de novas unidades mantém um velho modelo de inserção do pobre urbano, diante de todo um recente aparato sobre a função social da cidade e da propriedade contido nas diretrizes das Políticas Urbanas vigentes.

Andrea Figueiredo Arruda Canavarros
Universidade Federal de Mato Grosso
afarruda@gmail.com

A PRODUÇÃO DO PMCMV NO BRASIL E OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS . O CASO DO AGLOMERADO METROPOLITANO SARANDI-MARINGÁ-PAIÇANDU NO PARANÁ

Este texto examina os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV na configuração socioespacial do território brasileiro, utilizando como estudo de caso a produção no aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu entre os anos de 2010 e 2013. Utiliza como metodologia para leitura dos possíveis impactos socioespaciais, a tipologia sócio-ocupacional construída para 2010 a partir de metodologia desenvolvida pelo INCT/Observatório das Metrópoles a partir de dados do Censo (IBGE, 2010), na qual estão expressos os principais traços que marcam a configuração social e espacial do território. Como resultado tem-se tendências de manutenção dos efeitos perversos de segregação socioespacial no espaço metropolitano presentes desde a gênese do território.

Beatriz Fleury e Silva
Universidade Estadual de Maringá
bfsilva@uem.br

Ricardo Dias Silva
Universidade Estadual de Maringá
rdsilva@uem.br

>ST8

TRAJETÓRIAS DAS IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS

DE LONDRES À AMAZÔNIA: A INTEGRAÇÃO CIDADE-CAMPO COMO ESQUEMA DE COLONIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE CIDADES NOVAS

Estudando a questão das Cidades e fronteiras no Brasil, o geógrafo norte-americano Martin Katzman notou que o projeto do INCRA para a ocupação territorial da bacia amazônica nos anos 1970 havia "emprestado" elementos do bem-sucedido esquema de colonização privada norte-paranaense da primeira metade do século XX. Chamado de Urbanismo Rural, o projeto elaborado pelo urbanista José Gerado da Cunha Camargo para o INCRA previa a instalação de uma rede de núcleos urbanos hierarquizados, próximos, regularmente espaçados, conectados entre si e integrados ao campo. Assim foram projetadas e implantadas dezenas de agrovilas, agrópolis e rurópolis gravitando em torno de cidades ao longo da rodovia Transamazônica. Ao analisar o Urbanismo Rural, este trabalho mostra que os elementos comuns entre o projeto do INCRA e o esquema da colonização do norte do estado do Paraná são precisamente aqueles derivados do ideário garden city, mais especificamente a noção de 'região urbana', a configuração de cidades satélites e a integração dos núcleos urbanos ao meio rural. Diante do eixo temático 'Trajetória das ideias', este trabalho tem por objetivo confrontar estes esquemas, explo-

rando suas semelhanças e diferenças, averiguando sua dupla adaptação ao empreendimento privado de colonização e à política governamental, bem como avaliando sua contribuição para a ocupação planejada do interior do país.

Renato Leão Rego
Universidade Estadual de Maringá
rlrego@uem.br

PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NA AMÉRICA LATINA: IDEIAS E REALIZAÇÕES DA SOCIEDAD INTERAMERCIANA DE PLANIFICACIÓN (1956-1980)

No transcorrer das décadas iniciais do século XX a América Latina experimentou os sinais iniciais do intenso e acelerado processo urbanização acompanhado de importantes transformações econômicas decorrentes em grande parte pela expansão industrial. Nesse contexto também ocorrem ações públicas marcadas por investimentos públicos de caráter social. Tais fatores favoreciam o surgimento de novas experiências e discussões no campo do urbanismo e do planejamento urbano, muitas delas resultantes da interlocução profissional no continente. Um dos resultados desse processo profissional pode ser reconhecido na agregação dos mesmos em sociedades e instituições que promoviam discussões e apresentavam proposições para o desenvolvimento municipal. Entre essas instituições, a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), e com ela a construção de redes profissionais que, por sua vez, atuavam através de atividades editoriais e participação em Congressos, Conferências e Seminários para discussão dos temas de interesse ao município: o urbanismo e o planejamento urbano-regional estavam na pauta dessas atividades. No caso da SIAP, pelas discussões e proposições publicadas tanto no Boletim "Correo Informativo" como na "Revista Interamericana de Planificación", além da sua principal atividade profissional que ocorreu durante os "Congresos Interamericanos de Planificación", que ocorreram desde 1956, o primeiro na cidade de Bogotá até sua última edição registrada em 1980, realizado em Caracas, na Venezuela.

Izadora Carvalho Laner
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
izalaner@gmail.com

Rodrigo Santos de Faria
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
rod.dfaria@gmail.com

ADINA MERA E SEUS ARTIGOS NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: 1960-1970

Este estudo examina o conjunto de artigos produzidos pela urbanista argentino-brasileira Lorenza Adina Mera, publicados na Revista de Administração Municipal (RAM) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Nas décadas de 1960 e 1970, a urbanista utilizou o periódico para a divulgação de seus trabalhos promovendo a difusão de suas ideias e ideais entre profissionais da área de urbanismo. Este estudo investiga os ideais expressos em seus trabalhos para identificar uma sua possível simpatia ao Movimento Economia e Humanismo (MEH) no Brasil, divulgado pelo grupo SAGMACS, ramo do movimento no País com sede em São Paulo. A investigação aqui proposta baseia-se primordialmente no livro Condições de vida e planejamento físico, de Francisco Whitaker Ferreira, de 1966, comissionado para servir de orientação metodológica aos Cursos de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano (CEMUAMs) dos quais Mera se incumbiu da coordenação das primeiras seis edições. O conteúdo dos seis artigos de Mera publicados na RAM, entre 1963 e 1976, identificados na coleção desse periódico disponível na biblioteca do IBAM, indica, seja no campo metodológico seja no ideológico, uma possível filiação às ideias preconizadas pelo MHE, evidenciadas por meio das convergências entre aquelas de seus escritos e as expressas no livro de Ferreira.

Palavras-chave: História da Cidade. Planejamento Urbano. Planejamento Municipal. Economia e Humanismo. Estrangeiros e Cidades.

Caio Muniz Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
caiomn@outlook.com

José Francisco Bernardino Freitas
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
jfbfreitas@gmail.com

EL "URBANISMO HUMANISTA" EN EL NUEVO REINO DE GRANADA, UN ESTUDIO SOBRE LA INTERPRETACION DE LAS IDEAS URBANAS EUROPEAS EN AMERICA

El proyecto urbano europeo que se desarrolló durante el siglo XVI en América estaba fundamentado en la ciudad ortogonal con una plaza central dominada por el templo católico como la mayor expresión de la civilización occidental. Este artículo presenta la genealogía urbana de los "pueblos de indios" construidos para concentrar a los indígenas y catequizarlos. La genealogía la forma urbana puede trazarse en los diversos tratados urbanos considerados "humanistas" desde el siglo XIV, donde la ciudad era un medio para la expresión de comportamientos específicos. Entre los tratadistas considerados en este trabajo se encuentran Francesc Eiximenic, Rodrigo Sánchez de Arévalo, León Bautista Alberti y Pietro Cataneo. Los "pueblos de indios" fueron concebidos a partir de la ciudad considerada un espacio pedagógico que congregaba una comunidad emocional, un espacio para catequizar y controlar la población indígena en América. Estos pueblos fueron fabricados según los preceptos de las Ordenanzas de Felipe II que recogieron los criterios de la tradición ibérica y luego fueron cristalizados durante las visitas de población de Luis Henríquez en la Provincia de Tunja del Nuevo Reino de Granada a principios del siglo XVII. Como práctica de buen gobierno, la forma urbana de los "pueblos de indios" condensaban materialmente los principios morales católicos de rectitud, limpieza y bondad, homogeneizando las creencias y comportamientos de los indígenas.

Carlos José Suárez
UFRJ
cjsuarezg@unal.edu.co

RESSONÂNCIAS DO URBANISMO AMERICANO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Aborda a circulação internacional de ideias, ao enfocar a difusão do urbanismo americano no Brasil, vista através de um escala mais reduzida da prática do urbanismo: o planejamento de campus universitário, que pode ser considerado "um laboratório privilegiado da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos". Tem como objeto de estudo o "Manual Sôbre o Planejamento Integral do Campus Universitário", publicado em 1970 e elaborado pelo consultor, radicado nos Estados Unidos, Rudolph Philippi Atcon, para orientar a restruturação física das universidades brasileiras. E busca analisar como a difusão do urbanismo americano no Brasil perpassa as formulações desse manual. Para isso se concentra nas duas principais proposições de Atcon: a elaboração de uma Comissão de Planejamento e o uso do zoneamento como uma ferramenta para planejar.

Fúlvio Teixeira de Barros Pereira
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
fulvio_teixeira@yahoo.com.br

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E ESPAÇO URBANO AO FINAL DO SÉCULO XX

Esse trabalho visa explorar o tema da relação entre arquitetura e cidade contemporânea, através da perspectiva de três autores que traçaram uma revisão crítica sobre o espaço urbano e a arquitetura na transição do século XX para o XXI. A reflexão acerca da relação do objeto arquitetônico com a cidade existente é constante, e perpassa a questão da escala e da paisagem. São destacadas nesse trabalho algumas questões apontadas por esses autores: as intervenções em grandes espaços urbanos de Koolhaas, os conceitos de mutações, fluxos e terrain vague de Sòla-Morales, e a questão da compactação versus fragmentação em arquitetura discutidas por Rafael Moneo.

Luísa Augusta Gabriela Teixeira Gonçalves
UFRJ
luisa.agtg@gmail.com

A QUESTÃO DA UNIDADE MÍNIMA NO PLANEJAMENTO LOCAL E O LUGAR DO DESENHO URBANO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O objetivo deste trabalho é identificar e discutir as unidades territoriais utilizadas na construção das teorias de planejamento urbano, desenvolvidas desde a transição do século XIX para o século XX até os dias de hoje. Com esse estudo, pretende-se compreender a importância e a dimensão prática das escalas e das unidades espaciais na implementação de novos conceitos de planejamento urbano e os impactos e influências da teoria no crescimento e desenvolvimento do planejamento das cidades. A partir de um panorama cronológico, que se inicia com os modelos defendidos pelo Urbanismo Racionalista do século XIX até os conceitos da Cidade Compacta dos dias de hoje, definimos para cada recorte, a proposição de uma figura conceitual comum a todos: a Unidade Mínima de Planejamento (UMP). Procuramos definir essa Unidade, paralelamente aos seguintes fatores: a abrangência de sua aplicação; a motivação para o desenvolvimento da teoria; o padrão de mobilidade/transporte indicado; alguns exemplos implementados e finalmente a crítica que levou aos avanços que se verificam nos modelos consecutivos.

Gabriela Krantz Cesarino
FAU-Mackenzie
gcesarino@hotmail.com

Luciano Albamonte da Silva
FAU Mackenzie
lucianoalbamonte@gmail.com

A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA EM GESTÃO URBANA: REVISTA URBE, UMA AUTOANÁLISE

Como é possível compreender as relações subjetivas que se apresentam entre as pretensões (ou missão) de um periódico científico e seu próprio histórico de publicações? Julgamos que a construção de uma autoanálise e um oportuno senso de autocrítica são qualidades necessárias a periódicos que pretendem refletir a produção do conhecimento em suas áreas de atuação ou impacto, nacional ou internacionalmente. Com a finalidade de responder a esta necessidade de autoconhecimento, o objetivo deste trabalho é fornecer um mapeamento sobre o que tem sido publicado na revista urbe, por meio de análise bibliométrica de sua produção a partir de 2009, quando iniciou oficialmente suas atividades. O levantamento dos dados obedeceu parâmetros relacionados ao nome dos autores, procedência (institucional e geográfica), referências citadas, palavras-chave, temas, topônimos, e a relação desses fatores com o período de análise. No caso da urbe, a participação da revista no cenário acadêmico e científico brasileiro dos estudos urbanos é curta e recente para que se possa relacionar a produção deste campo do conhecimento a qualquer possibilidade de impacto do periódico. Entretanto, observa-se que ao longo de seus seis anos de vida, o periódico fortaleceu os debates de questões da atualidade da gestão urbana, buscou avaliar práticas e políticas atuais do planejamento e da gestão urbana, e tratou debates epistemológicos importantes para os estudos urbanos de uma maneira geral.

Alexandre Hojda
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
profalexhojda@gmail.com

Rodrigo José Firmino Pontifícia
Universidade Católica do Paraná
rodrigo.firmino@pucpr.br

ARTIGAS URBANISTA: O ROMPIMENTO COM O MESTRE

Ainda pouco estudado, o apoio de Anhaia Mello foi fundamental para Artigas tornar-se o arquiteto reconhecido e respeitado que foi. Entretanto, essa relação não pode ser compreendida apenas como de um mestre e seu discípulo. Artigas seguiu um caminho próprio, articulado com o processo de fortalecimento da arquitetura moderna em São Paulo e, assim, suas ideias não representaram uma continuidade do pensamento de seu tutor. Analisando a participação de Artigas no urbanismo nacional em duas experiências - Londrina, 1948-1955, e o concurso para Brasília, 1957 - e confrontando-as com a visão de seu mestre na Escola Politécnica, procuramos evidenciar o rompimento entre os dois profissionais, bem como assi-

nalar a influência de Le Corbusier no posicionamento de Artigas sobre o urbanismo, ainda que o arquiteto paranaense não tenha esclarecido essa influência.

Renata Monteiro Siqueira
FAUUSP
renata.siqueira@usp.br

DA TEORIA "EKISTICS" AOS "DELOS MEETINGS": O MUNDO EM REDE. E O ESTADO DA GUANABARA?

O artigo analisa a evolução da teoria "Ekistics" formulada por Constantinos A. Doxiadis, aprofundada nas décadas de 1960 e 1970 a partir dos "Delos Meetings", com o debate da complexa relação em redes das atividades humanas, aplicáveis a diferentes campos de conhecimento, principalmente à arquitetura e ao urbanismo. Os eventos, que ocorreram em cruzeiros pelas Ilhas Gregas, com estudiosos de diferentes especialidades e países, se encaminharam para a percepção de um mundo em rede e para a necessária ação global em relação aos assentamentos humanos. Nesses encontros, as questões sociais emergiram como uma preocupação internacional e ganharam espaços ao lado das questões de ordem técnica e da busca por estabelecer a "Ekistics" como uma ciência. A teoria foi a fundamentação teórica para o Plano para o Estado da Guanabara, de autoria de Doxiadis, cujo início em 1964 se deu poucos meses após a realização do primeiro dos "Delos Meetings" em 1963.

Vera Lucia Ferreira Motta Rezende
Universidade Federal Fluminense
vrezende1234@gmail.com

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

O artigo focaliza, a partir de uma interpretação das concepções e interlocuções de Armando Augusto de Godoy, o campo da cultura urbanística em construção no Brasil, entre as primeiras décadas do século XX. Suas interpretações e narrativas constitui importante legado de informações da urbanística brasileira apreciadas nas décadas de 1920 e 1930, sendo referências para os estudiosos da cidade nos dias atuais. Seus deslocamentos espaciais permitiram que participasse das transformações urbanas do Rio de Janeiro, quando ainda capital da primeira republica, e da mudança da capital do Estado de Goiás, quando da concepção e construção do núcleo urbano inicial de Goiânia. Representante ativo da engenharia brasileira Godoy revela possuidor de vasto conhecimento especializado, tendo visitado importantes cidades norte-americanas e europeias. A sua trajetória profissional esteve vinculada a uma atuação cuidadosa e definitiva em proveito da coletividade. Destaca-se por apresentar espírito educador, pesquisador e articulador de problemas relacionados à cidade.

Celina Fernandes Almeida Manso
UEG e UNB
celina.manso@hotmail.com

EDUARDO NEIRA ALVA. APORTES PROFESIONALES PARA EL DEBATE SOBRE EL DESARROLLO TERRITORIAL Y LA ECOLOGÍA URBANA EN AMÉRICA LATINA, 1961-1998

La particularidad de la trayectoria profesional del arquitecto y urbanista peruano Eduardo Neira Alva (1924-2005) no solo debe limitarse al Perú. Entre las décadas de 1960 y 1980 estuvo vinculado con importantes instituciones que actuaban en América Latina creadas con la intención de fomentar el desarrollo económico de los países de la región entre las cuales podemos mencionar el CENDES, BID, ILPES y CEPAL. El cargo asumido en ellas no solo le permitió el contacto con varios países latinoamericanos sino que también le posibilitó su aproximación con profesionales locales y con las formas y modos empleados sobre ese asunto en cada una de esas realidades. Entender el proceso de desarrollo de su pensamiento y sus aportes en el ámbito latinoamericano constituye el objetivo central de esta comunicación. Para tal fin, nos valemos de la selección, estudio y análisis

de algunos textos representativos (algunos publicados y otros inéditos) elaborados por Neira en dichos ámbitos profesionales entre 1961 y 1998. Ellos nos revelan sus inquietudes por entender los vínculos de la arquitectura con del hábitat humano, su preocupación por "ampliar escalas" pasando del desarrollo regional al planeamiento territorial y, también, por incorporar y discutir temas inéditos como, por ejemplo, el ecodesarrollo y la ecología urbana.

Jose Carlos Huapaya Espinoza
UFBA
jhuapayae@gmail.com

INVENÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: UUIO DA FUNDREM (1975/89) E A REPRESENTAÇÃO DE UMA REGIÃO

O mapa atual da Baixada conta com os municípios de Japeri, Queimados, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Magé, além de englobar também os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi e Guapimirim, mas nem sempre foi assim, na medida em que ao longo do tempo os órgãos públicos criaram a partir do estabelecimento de critérios próprios e diferenciados uma configuração de região. A mudança da espacialização e a unanimidade em aceitar o território do grande município de Iguassu como Baixada fazem do recorte espacial um objeto a ser investigado, principalmente pelos elementos/argumentos que são utilizados na delimitação.

A Baixada Fluminense é parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, seu território é conformado basicamente pela margem oeste da baía de Guanabara. Essa mesma área teve várias designações ao longo do tempo. Vários autores se debruçaram sobre o que seria o território da Baixada, todos ressaltando os inúmeros problemas que envolveriam essa definição territorial, indicando inclusive a fluidez da delimitação, apontando a necessidade de deixar explícitos os elementos que estariam sendo acionados na demarcação.

Este trabalho tem o objetivo de estudar como a instituição pública FUNDREM analisou e recortou a área denominada de Baixada Fluminense, buscando entender os mecanismos de construção da imagem da região e os critérios utilizados discursivamente em tal recorte.

Lucia Helena Pereira da SIlva
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
lrentesilva@ig.com.br

ECO-URBANISMO: UMA REVISÃO SOBRE OUTRAS FORMAS DE PENSAR A CIDADE.

"Urbanismo sustentável", "eco-city", "cidade de baixo carbono"... Noções distintas ou expressões sinônimas usadas para tratar de todo um espectro de relações entre cidade e natureza? Este artigo busca examinar o estado atual do "eco-urbanismo", termo aqui utilizado para generalizar o conjunto de proposições que, embora prescrevam métodos e mecanismos de ação diversificados, refletem uma preocupação de origem comum: através de discursos holísticos introduzem no debate urbano as questões relativas ao papel das cidades nos processos de degradação ambiental, aquecimento climático e de mudança no estilo de vida. Pode-se questionar se essas formas de pensar a cidade constituem um inovador sistema doutrinário, com sua mescla de normas e modelos que serviriam de base para a superação do urbanismo produtivista tradicional, ou de um recurso discursivo cujo corpus referencial ambiciona confrontar politicamente as incertezas da sociedade urbana contemporânea. Trata-se, afinal, de uma genuína ruptura epistemológica, isto é, se seus princípios impõem suas próprias condições liminares, ou de um fenômeno cujas consequências lógicas decorrem do processo evolutivo da urbanização que demanda novos condicionamentos? Ou talvez seja não mais que manifestos de práticas de projeto que avançam sobre a urgência de reformar a cidade neoliberal a partir de experimentações específicas em um campo de conhecimento cada vez mais pulverizado? A reflexão sobre essas questões, com base na revisão da literatura especializada, leva a uma outra reflexão, qual seja: quais os dilemas para a plena institucionalização do eco-urbanismo no Brasil tendo em vista o arcabouço político, administrativo e normativo em vigor?

José Almir Farias Filho
Universidade Federal do Ceará
josealmirfarias@gmail.com

MORAR EM "LOCAES FUTUROSOS" OU EM "BALNEÁRIOS ARISTOCRÁTICOS": OS LOTEAMENTOS TIPO BAIRRO-JARDIM DE PORTO ALEGRE

O presente trabalho analisa os projetos de bairros-jardim em Porto Alegre entre 1920 e 1950, e as relações com os referenciais urbanísticos dos subúrbios-jardim. Este estudo demonstrou diferenças relevantes nestas proposições, que foram concebidas em determinadas áreas para a moradia da população operária e, em outras, para os níveis mais altos de renda, promovendo com isso o zoneamento segregado em um dos períodos mais significativos da expansão da cidade.

Palavras-chave: subúrbios-jardim; bairros-jardim; loteamentos; Porto Alegre.

Adriana Eckert Miranda
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
adriana.eckert@ufrgs.br

A TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO E O DIÁLOGO ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: PERMANÊNCIAS E AUSÊNCIAS NA URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O objetivo é apresentar como algumas ideias e referências teóricas atuaram nas formulações do planejamento urbano e regional do Estado de São Paulo e como essas formulações traduziram-se na urbanização paulista, entre as décadas de 1960 e 1970. Apresentaremos os diálogos que se consolidaram no território paulista a partir da Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux (1955). Nossos objetos de estudos são a proposta de Distrito Industrial para Presidente Prudente (1968?) elaborado pela CIBPU; a proposta para a criação de uma nova Capital para o Estado de São Paulo (1967, publicada em 1972); e a proposta de uma cidade nova industrial, a Novasanpaulo, para promover a desconcentração da Grande São Paulo (1971). A partir desses projetos é possível identificar a hegemonia do conceito de Polo de Crescimento como matriz teórica para o planejamento urbano e regional, além do diálogo com outras experiências, como as new towns inglesas; a ocupação do hinterland por Brasília; ou a relação regional das suas cidades-satélites. O que se constata, contudo é que a influência das teorias nacionais e estrangeiras ocorreram parcialmente no território, pois novos polos foram propostos para irradiar o desenvolvimento, mas não foram efetivados. Em seu lugar, permaneceram os polos já consolidados que reforçavam o papel centralizador da Capital São Paulo. Contudo, a iniciativa de criação de novos polos repercutiu na urbanização do Estado ao proporcionar o deslocamento das ações do poder público para além do raio de influência da própria Capital, constituindo novos vetores para o desenvolvimento equilibrado do território.

Jeferson Tavares
IAU - USP
jctavares@gmail.com

O ORDENAMENTO DOS REBELDES: A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS NO SERTÃO DE PIRANHAS E PIANCÓ DA CAPITANIA DA PARAHYBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

O Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba, localizado no extremo oeste do atual Estado da Paraíba, começou a ser ocupados pelos colonos portugueses a partir de fins do século XVII. Essa ocupação foi marcada pela resistência dos povos indígenas, o que gerou uma série de conflitos entre eles e os colonos, denominados de

Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha
UFPB
berthilde_ufpb@yahoo.com.br

Maria Simone Morais Soares
UFBA
msimonems@gmail.com

A ATUAÇÃO DA FAMÍLIA MARTHA NO SETOR SUL DE BAURU-SP: OS BAIRROS JARDIM ESTORIL (1957-2006)

Este texto analisa o processo de formação e produção do setor sul de Bauru, cidade de porte médio localizada no interior do Estado de São Paulo, a partir da atuação das empresas da Família Martha. Neste setor da cidade foram implantados pela Família Martha, entre as décadas de 1950 e 2000, os loteamentos Jardim Estoril 1, 2, 3, 4 e 5, que totalizam 1.094.415,34 m_. Voltados para população de renda alta, os Jardim Estoril – através do uso exclusivamente residencial, do desenho urbano diferenciado e dos índices urbanísticos mais rigorosos – romperam com o padrão de empreendimentos até então produzido na cidade. Ao longo dos cinquenta anos que envolveram a implantação dos cinco loteamentos, os empreendimentos da Família Martha procuraram se adequar ao cenário urbano de Bauru e às mudanças do mercado imobiliário, buscando atender as demandas da população de alta renda.

Ana Carolina Alvares Capelozza
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP)
carolinacapelozza@usp.br

BRASÍLIA: MODERNIDADE E EXCLUSÃO DOS ACAMPAMENTOS ÀS CIDADES-SATÉLITES

Este texto aborda o período inicial de urbanização de Brasília, com ênfase na questão da moradia social. Entre os anos de 1956, início da implantação dos primeiros canteiros de obras, até 1970, momento em que é oficializada a criação da Companhia de Erradicação de Invasões, Brasília teve seu processo urbanizador conduzido pela empresa estatal Novacap, cuja ação, no campo das políticas de moradia social, foi marcada por constantes remoções e relocações, atingindo diretamente a população operária, os "candangos" que trabalhavam duramente nos canteiros de obras, e viviam precariamente em alojamentos das empreiteiras ou em favelas situadas na área do Plano Piloto. Essa população de pioneiros, não tinha seu lugar reservado na cidade que estavam construindo. Se quisessem ali permanecer, deveriam se conformar em ir viver nas cidades satélites, distantes dezenas de quilômetros dali. Apesar de seu ideário moderno e transformador, a implantação do Plano não foi capaz de reverter uma cultura tão arraigada em nossa prática urbanística e social - a da segregação social e espacial.

Angélica T. Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie
angelica.benatti.alvim@gmail.com

José Geraldo Simões Junior
Universidade Presbiteriana Mackenzie
jgsimoesjr@gmail.com

ENTRE PLANOS E INSTITUIÇÕES: A EMERGÊNCIA E CIRCULAÇÃO DO CONCEITO DE REGIÃO METROPOLITANA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO

A emergência da discussão metropolitana na segunda metade do século XX, sobretudo nos países em desenvolvimento, tem sido alvo de diversas e inúmeras formas de análise e discussão. Do ponto de vista historiográfico, contudo, a circulação de algumas ideias e conceitos permanece pouco explorada, sobretudo no Brasil, entre eles o que convencionamos denominar "região" ou "área metropolitana". Assim, as regiões metropolitanas têm sido estudadas sob seus aspectos econômicos, sociais, demográficos, ambientais, entre outros, mas como tal conceito se transferiu e foi adaptado em diferentes realidades, permanece um caso a ser estudado, dessa forma, no presente artigo, buscamos definir como surge tal recorte de planejamento baixo diferentes perspectivas. Este texto é parte de uma pesquisa maior, que analisará tais transferências para o caso brasileiro, o qual é brevemente explanado aqui, uma vez que este texto se atém à origem de tal conceito e brevemente como ele é introduzido e utilizado por nossas instituições e pesquisadores a partir dos anos 1960. Busca-se apresentar, de forma breve e sucinta, planos e instituições metropolitanas, mas principalmente que as regiões metropolitanas surgiram como áreas estatísticas, logo transformadas em recortes que passaram a ser planejados e definidos pelos respectivos governos, ainda que mantenham distintas

formas de gestão e de definição de tais áreas, passando pelas experiências norte-americanas, europeia e brasileira.

Julio Cesar Botega do Carmo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, campus São Carlos
juliobotega@yahoo.com.br

NEM ÁGUAS DO RIO PRETO, NEM ÁGUAS DO RIO PARDO

A apropriação dos recursos hídricos foi algo essencial à formação territorial da cidade de Ribeirão Preto. Primeiro, no inicio do século XIX, com a ocupação de posseiros nos fundos dos vale das bacias hidrográficas da região e, posteriormente, ao longo da Primeira República, com a ocupação dos cumes dos morros e a formação da cidade nas margens dos rios. Neste período ocorre, portanto, a construção do sistema de abastecimento d´água já com a cidade em rápido crescimento material e populacional, de modo que o próprio traçado da rede de água e os canais dos rios definiram a forma urbana adquirida pela cidade, marcada por uma desigualdade social entre os seus lados sul e norte. Assim, retomamos brevemente esse processo, para em seguida, levantarmos as polêmicas na Câmara Municipal a respeito da captação de novos mananciais para o abastecimento da cidade.

Daniel Deminice
IAU/USP
ddeminice@gmail.com

O PENSAMENTO URBANÍSTICO NA CONCEPÇÃO DE NOVAS CIDADES NO BRASIL: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO PROJETO DE PALMAS, TOCANTINS

No âmbito do pensamento urbanístico brasileiro, o tema “”cidades-capitais planejadas”” tende a conduzir o foco à construção emblemática de Brasília, um dos ícones do modernismo em escala mundial. Ainda que em um patamar de importância inferior, é possível encontrar um conjunto expressivo de trabalhos dedicados aos planos de Goiânia e Belo Horizonte. Entretanto, constata-se um número reduzido de estudos que se aprofundaram sobre o projeto da “”última capital planejada do século XX””: Palmas, no estado do Tocantins, fundada em 20 de maio de 1989. Neste sentido, a investigação do tema visa preencher importante lacuna no tocante à pesquisa sobre novas capitais criadas no contexto pós-Brasília, bem como evidenciar Palmas a partir de suas características específicas de cidade planejada, fruto do seu tempo e do seu lugar. Ao assumir que a capital tocantinense não se enquadra em um modelo único de cidade planejada, propõe-se o questionamento de certas “verdades absolutas”, construídas e repercutidas pelo senso comum, a partir do confronto dos fundamentos teóricos que sustentaram os modelos urbanísticos de outros exemplos de novas cidades e/ou capitais que se tornaram referências para a sua concepção, embora, ao fim e ao cabo, todas reflitam, em seu processo de ocupação e expansão, a natureza da produção do espaço urbano capitalista.

Ana Beatriz Araujo Velasques
Universidade Federal do Tocantins
biavelasques@uft.edu.br

Thiago Ramos Machado
Universidade Federal do Tocantins
trm@uft.edu.br

REVISITANDO AS UTOPIAS DE LE CORBUSIER: VILLE RADIEUSE E VILLE CONTEMPORAINE

Esse artigo trata da obra utópica de Le Corbusier, focando em seus dois maiores projetos desenvolvidos sem sítio: A Ville Contemporaine de trois millions d’habitants, de 1922, e a Ville Radieuse, de 1930. Inicialmente, será desenvolvida uma discussão sobre o conceito de utopia, a partir das definições da socióloga Ruth Levitas e do arquiteto Nathaniel Coleman. Em seguida, serão apresentados os dois projetos utópicos de Le Corbusier, problematizando suas organizações física e social. Por fim, serão realizadas breves considerações sobre as possibilidades de abordá-los a partir de definições recentes do conceito utopia, em que as dimensões antecipatórias são substituídas por dimensões críticas sobre o contexto em que se inserem.

Jonas Delecave
PROARQ FAU/UFRJ
jonasdelecave@gmail.com

TRAJETÓRIAS DAS IDEIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CIDADES: DER STÄDTEBAU E A PRESENÇA DO IDEÁRIO URBANÍSTICO GERMÂNICO EM PORTO ALEGRE

Propor uma discussão sobre a trajetória das ideias significa tratar das ideias que vêm e vão, de onde elas surgem e por quais meios – pessoas, veículos ou canais – e onde se disseminam. O objeto deste artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla que se dedica às ideias nascidas na Alemanha e na Áustria, em fins do século XIX e início do século XX, sobre a construção de cidades – cujo conceito é expresso pelo termo der Städtebau na língua alemã – e a sua contribuição na formação do pensamento urbanístico em Porto Alegre.

O objetivo deste trabalho é discutir a trajetória das ideias sobre a construção de cidades, tais como compreendidas no ambiente germânico, que chegaram à Porto Alegre através da Escola de Engenharia e de seus engenheiros. O artigo apresenta o papel da Escola de Engenharia como canal de introdução de ideias vindas da Europa e descreve as oportunidades de contato com a cidade de Berlim, em particular com a Technische Hochschule como modelo a ser seguido. O artigo também discute sobre a trajetória das ideias por meio das publicações doadas à Escola de Engenharia pelo Eng. Roberto Bruno de Escobar e também por meio da formação do Eng. Benno Hofmann, ambos personagens que estudaram na escola prussiana, bem como sobre as suas respectivas contribuições.

Celia Ferraz de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cfrsouza@terra.com.br

Inês Martina Lersch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
martina.lersch@ufrgs.br

JANE JACOBS: CONTRADIÇÕES E TENSÕES

The death and life of great American cities, publicado por Jane Jacobs em 1961, tem inegável impacto nos estudos urbanos em geral. Nos últimos tempos, tem se consolidado o diagnóstico de que o livro passou a ser referência central para as mais diferentes posições sobre a cidade, sejam elas teóricas ou práticas. Este artigo pretende analisar como posicionamentos tão distintos podem ser abarcados pelo livro. Para tanto, pretendo dar alguns elementos para uma leitura que leve tensões internas ao pensamento de Jacobs em consideração.

Bianca Margarita Damin Tavolari
Universidade de São Paulo
biancatavolari@gmail.com

BEHAVIORISMO E UTOPIA

O texto procura explorar proximidades entre o pensamento utópico e o empirismo – em particular, ao considerar o ponto de vista behaviorista –, traçando um panorama onde a crítica da cidade (e tendo o Urbanismo como disciplina emergente desta crítica) pode ser interpretada como espaço representativo e projetivo de uma relação onde sociedade e subjetividade encontram-se subordinadas ao ambiente construído. A noção de aprendizagem, abre a possibilidade de pensar as realizações dos vários autores mencionados neste texto desde um mesmo viés.

Leandro Marino Vieira Andrade
UFRGS
secretaria_deurb@ufrgs.br

O URBANISMO DE SATURNINO DE BRITO E SUAS RESSONÂNCIAS

Ao elaborar os projetos de saneamento para as cidades brasileiras, o Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito defendeu a necessidade de desenvolver em conjunto os aspectos pertinentes ao campo do urbanismo. Os municípios, até então, resolviam os problemas de saneamento e ocupação do solo através de obras e decisões pontuais e regra-

mentos constantes no Código de Posturas, sem legislações específicas e aprimoradas. Ainda não havia a percepção e a ação sobre o território considerando o conjunto, uma ação amarrada a outra e por conseguinte a união delas resultando no desenvolvimento planejado do território como um todo e de forma contínua, como já se pensava na Europa. As ideias de Brito sobre como pensar a cidade ficaram registradas e foram desenvolvidas no momento em que trabalhou na Comissão de Saneamento de São Paulo, com os esgotos da Cidade de Santos, em A Planta de Santos, e no livro Notes sur le tracé sanitaire des villes. A análise desses dois trabalhos, juntamente com a discussão e os problemas que ocorreram em Santos com os poderes executivo e legislativo municipal configuram o objetivo desse trabalho. Nesse sentido, mostrar-se-á o alcance da atuação e do envolvimento de Brito no campo do urbanismo. Essa investigação destacará a circulação de ideias promovida pelo engenheiro, principalmente com a Europa, em busca de soluções para implantar no Brasil. Suas propostas e projetos de saneamento mostram a relevância de suas ideias, mormente em razão de que muitas delas estão presentes, ainda hoje, no campo da arquitetura e do urbanismo.

Celia Ferraz de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cefsouza@terra.com.br

Daniel Tochetto de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
danieltoc@gmail.com

ECOLOGIA, CIBERNÉTICA E O "PARADIGMA SISTÊMICO" NO PLANEJAMENTO: NOTAS PARA CRÍTICA DE UM MODELO, SUAS IMPLICAÇÕES E LIMITAÇÕES

O trabalho examina historicamente a ascensão do chamado "paradigma sistêmico", no pós-guerra, a partir de duas matrizes teóricas: de um lado, a contribuição da Biologia, por meio da ecologia ecossistêmica; de outro, a Teoria dos Sistemas, originária da cibernética. Ambas vêm seu prestígio crescer na segunda metade do século XX e acabam fornecendo modelos interpretativos das cidades e áreas urbanas, sendo assim incorporadas às técnicas e aos métodos do planejamento urbano e regional. Com esse exame, espera-se apontar algumas possibilidades de avaliação crítica dessas teorias em relação à sua aplicação no âmbito das cidades, destacando particularmente suas limitações.

Marcos Virgílio da Silva
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
mvirgilios@gmail.com

PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE OPERÁRIA PELA HABITAÇÃO: RIO DE JANEIRO, 1875-1925

As transformações urbanas pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro a partir do último quartel do século XIX envolveram, entre outros aspectos, o esforço de concretização e de legitimação por parte do poder público e do capital privado de lugares próprios ao trabalho e aos trabalhadores urbanos. Esse artigo discute como a cidade operária (ou o lugar para os operários na cidade do Rio de Janeiro) foi ideologicamente constituída através da questão habitacional para as classes pobres e trabalhadoras, para que sua forma fosse tivesse respaldo social e cultural, justificando assim as escolhas feitas pelo capital imobiliário, com anuência da administração pública.

Luciana Alem Gennari
IPPUR/UFRJ
lagennari@gmail.com

NOTAS SOBRE A CORRESPONDÊNCIA ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E FORMAS IDEOLÓGICAS

Este artigo traz à discussão as conclusões da dissertação "planejamento urbano e formas ideológicas no Brasil – o caso de São Paulo", desenvolvida no programa de pós-graduação FAU-USP. Aborda, em essência, a evolução das propostas brasileiras de planejamento urbano e suas idéias subjacentes como implicações das conjunturas ideológicas vivenciadas no Brasil. Defende, com isso, a hipótese de que a aderência de tais ideários à base material brasileira – interpretada

como a Dialética da Acumulação Entravada, conforme proposto por Deák-1990 – condiciona a efetividade dos planos e das propostas urbanísticas. Trata, especificamente, dos contextos ideológicos da Social-Democracia/Desenvolvimentismo e do neoliberalismo, bem como, das experiências de planejamento urbano correspondentes ao que se entende como o ápice dessas conjunturas – décadas de 1960 e 1990-2000. Ainda, tendo como estudo de caso a Cidade de São Paulo, o trabalho foca a análise do Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB-1968) e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002), incluindo informações colhidas em entrevistas com profissionais que participaram de sua elaboração. Desse modo, o artigo insere-se no eixo temático das discussões sobre as trajetórias das idéias, representações e experiências urbanísticas, e visa a contribuir para o questionamento coletivo sobre as alternativas contemporâneas relativas ao planejamento e desenvolvimento urbano brasileiro atualmente, como proposto na linha investigativa que estrutura os trabalhos deste encontro.

João Bonett Neto
Faculdades Integradas Alcântara Machado e Faculdade de Artes Alcântara Machado (FIAM-FAAM)
jn.bonett@hotmail.com

A CIDADE DO CINEMA: O CINEMA COMO REPRESENTAÇÃO, DETENTOR DE MEMÓRIA DA CIDADE E FORMADOR DE PENSAMENTO URBANÍSTICO

Este artigo se trata de um desdobramento de um pesquisa em andamento no PPGAU/UFPB, que tratará da relação do filme Berlin: Der Sinfonie der Großstadt (Alemanha, 1927) com o momento de ascensão do pensamento modernista no urbanismo do início do século XX. No percurso da pesquisa, atenta-se para questões paralelas que alimentam a discussão da relação entre cinema e cidade, um campo que vem ganhando importância dentro de pesquisas em arquitetura e urbanismo. Serão brevemente tratadas aqui a forma peculiar que o cinema detém de representar a cidade, a sua relação com a memória, e um breve histórico e alguns aspectos de seu papel dentro da formação de uma pensamento urbanístico.

Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti
UFPB
andreideferrer@gmail.com

Maria Berthilde Moura Filha
UFPB
berthilde_ufpb@yahoo.com.br

MUNICIPALISMO E DITADURA MILITAR: O INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A DIFUSÃO DE POLÍTICAS URBANAS

Este trabalho objetiva abordar o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, concentrando-se em sua origem e atuação, principalmente durante a ditadura militar brasileira (1964 – 1985), no que diz respeito a determinadas relações que o Instituto estabeleceu com governos, burocracias, agências multilaterais e instituições nacionais e internacionais, e enfocando, particularmente, seu papel como agente privilegiado na assimilação, adaptação e difusão de modelos e práticas relativos à administração pública, ao planejamento e às políticas urbanas. Marcado por contínuas alianças com diversas organizações e tendo, a partir deste conjunto de articulações, se desenvolvido significativamente durante a ditadura, o IBAM representa um dos exemplos mais relevantes para a compreensão do papel que certas instituições tiveram na disseminação de políticas ao longo da história brasileira recente. O presente artigo, ao percorrer sua próspera trajetória durante o período em questão, pretende, em certa medida, melhor compreender alguns dos elementos que caracterizaram sua ampla atuação.

Palavras-chave: Difusão de políticas urbanas – história do planejamento urbano – ditadura militar

Luis Régis Coli Silva Jr.
IPPUR / UFRJ
regiscoli@hotmail.com

DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA –

CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO EM GOIÂNIA

Distanciados no tempo por cerca de quarenta anos, os discursos e as práticas urbanísticas de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff aqui abordadas, mostram a amplitude e a abertura do campo urbanístico, que, por ser dessa forma se constitui como um "saber", e precisamente por ter essas características possui a inercia suficiente que impulsiona a duração de cada gesto imaginado. Embora tendo como objeto a cidade e suas complexidades, este saber se constitui diretamente relacionado com a escala do território ou da cidade, pode ser resultado de maior atuação na política ou no universo acadêmico, a depender do urbanista que a adota como objeto de seus conhecimentos e de suas intervenções. Esta amplitude e abertura de saber fica demonstrada no texto a seguir, a partir dos discursos e práticas observadas em Gerônimo Bueno e Edgar Graeff, ambos atuando em Goiânia em momentos e contextos distintos

Wilton de Araujo Medeiros
UEG
wilton_68@hotmail.com

>ST9

DESENVOLVIMENTO, PÓS-DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Este trabalho ancora-se na temática da Economia Solidária (ES), na questão da Tecnologia Social (TS) e sua contribuição para o desenvolvimento à escala humana. Objetiva-se, neste sentido, dialogar entre o binômio da economia solidária e tecnologia social, a partir de um caso concreto, relacionando a teoria com a prática a fim de explicar o desafio de desenvolvimento à escala humana. A abordagem metodológica enquadra-se como pesquisa qualitativa e estudo de caso desenvolvido junto a Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes, litoral do Paraná. Aponta-se para esta reflexão as potencialidades presentes no movimento da economia solidária e das tecnologias sociais que contribuem para um desenvolvimento à escala humana a partir de arranjos socioprodutivos de base comunitária, resultando em transformações sociais, econômicas e ambientais. Conclui-se que a economia solidária é um desafio que quando disseminado pelo uso de tecnologias sociais promovem uma ação transformadora da realidade social.

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
carlos.cioce@gmail.com

Felipe Batisti
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
felipebatisti@gmail.com

Flavia Keller Alves
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
flaviakelleralves@gmail.com

Liliane Cristine Schlemer Alcantara
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
lilianecsa@yahoo.com.br

Shimene Feuser
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
eng.shimene@gmail.com

PLANEJAMENTO URBANO-SOCIEDADE: ASPECTOS RACIONALISTAS E ABORDAGENS DA SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE

O surgimento do Urbanismo Moderno no final do Século XIX e a consolidação do Modelo progressista em todo século XX foram as bases de cunho racionalizante das cidades em grande parte do mundo ocidental. O estudo do Urbanismo e do Planejamento Urbano teve avanços epistemológicos desde o final da revolução industrial com os pré-urbanistas, passando pelas correntes progressistas, culturalistas e naturalistas, mas em nossos dias, ainda temos grandes desafios que as cidades e as metrópoles tem levantado para as correntes do pensamento urbano, que começaram a ser respondidas à partir da década de 1960 e outras que ainda aguardam por respostas. Nos interessa neste texto uma abordagem desde as principais correntes do urbanismo e do planejamento urbano, bem como sua materialização na expansão urbana. Uma outra grande questão que está posta diz respeito à racionalidade com a qual o espaço urbano vem sido criado, desenhado, dividido e segregado. Neste processo devemos levar em consideração as bases econômicas e o processo de acumulação de capital que dita as regras e que contribuem para a forma e crescimento de nossas cidades. Em nosso modelo de urbanização aparecem questões contraditórias que mostram a complexidade de nosso contexto urbano, bem como as faces e os agentes imbricados neste processo.

Amaro Sergio Marques
UFMG
amarosergiomarques@gmail.com

Heitor Boaventura Catrinck
Faculdades Santo Agostinho
agroboa@hotmail.com

A INSURGÊNCIA NA ANALÍTICA ESPACIAL LEFEBVRIANA: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Um dos pontos cruciais na agenda contemporânea dos estudos urbanos é a reflexão sobre a capacidade de transformação dos contextos sociais pelos sujeitos, para além da ação do Estado-capital. Pergunta-se: qual o espaço de ação dos indivíduos em meio às influências coercitivas do capitalismo neoliberal? Neste artigo, trago a noção de produção do espaço de Henri Lefebvre como uma alternativa teórica-política para a questão. Argumento que o enfoque lefebvriano oferece a possibilidade de compreender o espaço como um devir, um movimento sempre inacabado que cria espaços de ação e, portanto, espaços para insurgências humanas. A racionalidade imposta pelas normas, estruturas e instituições dialoga com a capacidade de subversão, resistência e invenção. Onde há reprodução, há produção. Onde há repetição, há invenção. Ao lado do poder sobre a vida – do biopoder, como enfatiza Michel Foucault –, há o poder da vida – biopotência, como pontua Gilles Deleuze (Pelbart, 2011). Neste estudo, menciono também que os pressupostos onto-epistemológicos de Lefebvre permite (1) examinar a realidade, trazendo para o primeiro plano a preservação das diferentes formas de vida; (2) levar em consideração a perspectiva sincrônica do tempo, enfatizando a coexistência de distintas práxis urbanas; (3) compreender a realidade a partir de uma ontologia relacional, estimulando a articulação da analítica lefebvriana com epistemologias contemporâneas (teoria ator-rede e abordagens pós-estruturalistas, por exemplo); (4) não reduzir o ser humano a um executor de regras; (5) e enfatizar o movimento, os limites, as fronteiras, a relação, o descontínuo/contínuo como um locus analítico.

Everton Rodrigues da Silva
CEPEAD/UFMG
everton.rsilva@gmail.com

MERCADOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO: EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS OU EXCENTRICIDADE URBANA?

Os Mercados Públicos já foram o principal equipamento urbano de abastecimento. Cidades europeias e norte-americanas consolidaram ainda no século XIX grandes redes de mercados. No Brasil este fenômeno foi mais expressivo no século XX. No entanto, a concorrência com os sistemas de autosserviço dos Super/Hipermercados ameaçou a existência dos antigos mercados públicos, conferindo-lhes inclusive o título de equipamentos anacrônicos. Esta visão tem mudado nas últimas décadas, e virtudes que são exclusivas dos mercados públicos estão sendo levantadas, de tal forma que em alguns países, são estes os equipamentos focais das políticas de desenvolvimento urbano. A reflexão que segue visa a expor alguns destes exemplos e traçar brevemente a situação dos mercados na cidade de São Paulo.

Diego Vernille da Silva
FAU USP
d.vernille@yahoo.com.br

ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO: DA PERSPECTIVA CAPITALISTA À SOLIDÁRIA

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida para fins de dissertação de Mestrado em torno da temática Economia Solidária no oeste catarinense, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Discutem-se as abordagens sobre desenvolvimento, desde a perspectiva capitalista até a solidária, considerando os atributos inerentes aos seus processos e suas dimensões, apontando a cooperação solidária como alternativa para a crise do trabalho. A lógica capitalista da revolução industrial, presente na atualidade, está alicerçada na exploração e divisão do trabalho, que resultou em fonte de lucro para os proprietários dos meios de produção e na alienação da população, atribuindo menosprezo às capacidades, necessidades e liberdades humanas. Nesse contexto, a exclusão social se caracteriza pela limitação de liberdade dos indivíduos, ao considerar que a pobreza econômica retira das pessoas liberdade, oportunidades e acesso a direitos. Os processos de desenvolvimento testado para superar a pobreza passam pelo desenvolvimento alternativo, que não rejeita a ideia de desenvolvimento econômico, como também pelas alternativas ao desenvolvimento que aceitam a hipótese de que as atividades econômicas podem se desenvolver sem crescer. Enfatizam-se neste artigo, as estratégias econômicas autônomas, nas formas associativista e cooperativista, caracterizadas atualmente como Economia Solidária. Essas formas estão focadas na autogestão de empreendimentos populares e na construção de esferas políticas comunitárias, apresentando-se como solução de enfrentamento ao desemprego e à pobreza, uma vez que demarca a importância dos territórios se desenvolverem de modo sustentável e solidário, valorizando soluções articuladas e mediadas na relação local - global.

Dunia Comerlatto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
dunia@unochapeco.edu.br

Jesica Mai
Unochapecó
jesicamai@unochapeco.edu.br

Luiz Victor Pittella Siqueira
Unochapecó
victorpittella@hotmail.com

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ÃMBITO DO MERCOSUL:UMA ANÁLISE DAS REFORMAS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE A DÉCADA DE 1990

O presente estudo apresenta uma análise das reformas trabalhistas ocorridas em países latino-americanos durante a década de 1990, mais especificamente no Brasil e na Argentina, procurando compreender as tensões criadas entre um projeto de reformas neoliberais e comprometido com processos de individualização, flexibilização e desregulamentação de legislações trabalhistas e sociais e o projeto social

implicado no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), comprometido esse com a harmonização e com a afirmação de legislações protetoras nas áreas sociais e trabalhistas. Nessa direção, atenta para a análise dos condicionamentos históricos que o processo de reestruturação neoliberal no Brasil e na Argentina, durante a década de 1990, implicou sobre o projeto de harmonização sociolaboral constituído no âmbito do MERCOSUL. Trata-se, portanto, de um "olhar" sobre a dinâmica histórica do capitalismo, as suas contradições, o modo como essa dinâmica condiciona as ações estatais nos países que compõem o MERCOSUL e, assim, sobre o modo como essa dinâmica condiciona o próprio processo de articulação política dos diferentes países visando interferir nas discussões sobre relações de trabalho no âmbito do MERCOSUL. Para a realização dessa análise, optou-se por fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática, contemplando pesquisas e produções teóricas sobre o MERCOSUL e as reformas no Estado e na economia que, durante a década de 1990, foram realizadas pelos governos no Brasil e na Argentina, mas, também, a análise de documentos relacionados à temática, em especial a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e os projetos que tramitaram nos Congressos Nacionais (no Brasil e na Argentina) e que, efetivamente, resultaram em aprovações de mudanças em suas legislações trabalhistas. A pesquisa realizada demonstrou que, no âmbito das discussões da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, a intencionalidade dos representantes dos países signatários, de construir uma legislação comum baseada nos princípios da harmonização, foi fortemente condicionada pela orientação política e ideológica que orientou os governos da Argentina e do Brasil durante a década de 1990. Assim, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, assinada pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai em dezembro de 1998, em que pese ter afirmado direitos trabalhistas a serem respeitados pelos países membros do MERCOSUL, teve seu alcance condicionado pelos governos neoliberais à época hegemônicos da América Latina e, em função disso, expressou uma tendência política e ideológica favorável a uma maior flexibilidade das legislações trabalhistas, numa perspectiva de desconstitucionalização dos direitos das pessoas que vivem do trabalho.

Francine Cansi
UNISC - RS
francinecansi.adv@hotmail.com

Marco André Cadoná
UNISC - RS
marco14cadona@hotmail.com

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: A HETEROGENEIDADE COMO RECURSO

As idéias de economia popular e economia solidária ganharam notoriedade na América Latina na década de 1990, em meio ao debate crítico sobre os impactos da globalização sobre os países periféricos. O contexto de desemprego estrutural resultante da crise do sistema fordista abre espaço para um conjunto de formas consideradas 'alternativas' ao assalariamento formal. Duas décadas depois, a persistência de unidades produtivas caracterizadas por vínculos pessoais e/ou familiares, muitas vezes informais e marcados pela reciprocidade, garante a relevância da discussão nos países latino-americanos, abrindo espaço para a discussão da 'economia social e solidária' e da 'economia plural'. Este artigo propõe discutir a atualidade das concepções de economia popular e solidária no contexto da acumulação flexível, problematizando sua configuração atual no Brasil a partir da noção de 'circuitos da economia urbana' proposta por Milton Santos. Traz ainda apontamentos do debate sobre as possibilidades de transformação dadas por essas formas.

Sibelle Cornélio Diniz
UFMGCedeplar
sibelle.diniz@gmail.com

UTOPISMO OU CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO DAS CIDADES: CORRELAÇÕES ENTRE O URBANISMO SUSTENTÁVEL E O PARADIGMA RURAL-URBANO.

De modo geral, os processos vinculados à civilização humana ocorrem a partir de práticas insustentáveis, que afetam o meio ambiente e a vida no planeta. Com a insurgência e o fortalecimento dos movimentos ambientalistas – que lutam, há décadas, para que o

homem reavalie suas ações – tem havido uma maior conscientização das sociedades acerca dos efeitos negativos do desenvolvimento. Os problemas urbanos e a crise ambiental, hoje em evidência, estão intimamente associados. A preservação dos recursos naturais, por exemplo, tem a ver com a sobrevivência da humanidade. Essas inter-relações, no entanto, ainda podem (e devem) ser mais aprofundadas. Nesse trabalho, vamos avaliar as correlações entre a qualidade de vida e a construção sustentável do território, entre a ecologia e a eficiência dos sistemas naturais e humanos. Para isso, iremos explorar propostas que incorporam conceitos da sustentabilidade à relação cidade-campo,comoobjetivodeformarambientesvoltados, prioritariamente, para o bem-estar social.

Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho
Universidade Federal Fluminense
rubens.mrc@hotmail.com

APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA NAS CIDADES BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Nos últimos trinta anos a produção social da moradia constituiu-se em uma das principais propostas de atuação política dos movimentos de luta pela moradia na edificação do ambiente urbano das cidades brasileiras. Concebida enquanto um projeto político próprio de construção de formas de se morar na cidade, a produção da habitação por autogestão coloca-se enquanto prática alternativa àquelas existentes de estruturação capitalista da cidade. Desde tal contraponto, movimentos de luta pela reforma urbana propuseram inovadores mecanismos de gestão da construção da moradia e do espaço de reprodução dos mais pobres. Adentrando cenas descritivas de experiências etnográficas resultantes de pesquisas recentes em projetos de produção social da moradia, o texto apresenta questões para reflexão sobre o ”novo” que se constitui em alguns destes projetos. Em meio a um cenário de quase uma década de políticas públicas de financiamento à práticas de autogestão na produção da habitação, a reflexão proposta emerge justamente na análise em torno das “”inovações”” nesse campo: intenta explorar os espaços que se entrecruzam nas intrincadas tensões constituintes da relação entre a produção social da moradia e as dinâmicas urbanas que se manifestam nas cidades contemporâneas, tanto em suas formas de luta, de expressão cultural e política, quanto nas formas de viver e de se apropriar e transformar o urbano.

Flávio Henrique Ghilardi
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ
flavio.ghilardi@gmail.com

ECONOMIA SOLIDÁRIA E REFORMA URBANA: CAMINHOS PARA UMA INTERAÇÃO POLÍTICO TERRITORIAL DAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS.

A intenção do texto é apontar alguns caminhos possíveis para o fortalecimento e multiplicação das práticas associativas e autogestionárias em curso hoje no Brasil. Tratarei de dois conjuntos de experiências associativas que dão corpo a dois movimentos sociais de amplitude nacional: o Movimento Nacional de Economia Solidária e o Movimento Nacional de Reforma Urbana. Ambos acionam em suas práticas discursivas o princípio da autogestão coletiva como a base para “uma outra economia” e “para uma outra cidade”, respectivamente. Proponho uma leitura econômica e territorial, ainda exploratória, das práticas associativas que dão sustentação aos dois movimentos, utilizando o caminho analítico construído por Jose Luis Coraggio para desvendar as potências e as contradições da economia popular solidária na América Latina. Trata-se de um caminho em construção ou mesmo de um instigante desafio metodológico e sua escolha se explica, para efeito desse texto, pela importância da dimensão territorial (em suas diferentes escalas) na armação teórica do autor. Analisaremos duas bases de informações de empreendimentos associativos no Brasil, uma que é produto de um levantamento da SENAES e a outra, organizada pela autora com base na planilha disponibilizada no sítio do Ministério das Cidades, dos empreendimentos habitacionais financiados pelos programas federais Crédito Solidário e MCMV Entidades, dirigidos para a produção associativa em resposta às reivindicações dos movimentos nacionais de moradia.

Luciana Correa do Lago
UFRJ
lucianacorrealago@gmail.com

DESENVOLVIMENTO E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS: PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

O tema da Economia Solidária vem ganhando espaço, tanto na esfera acadêmica quanto na pauta dos mais diversos atores, entre ele, o Estado. Não por acaso, o objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama da Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, inserido em um contexto socioeconômico contraditório. Para a consecução deste objetivo, foram examinados os resultados dos atlas de Economia Solidária referente aos anos de 2007 e 2013. A problematização revela que o desenvolvimento catarinense é marcado pela desigualdade e que a economia solidária surge como alternativa a uma parcela significativa da população. Através da comparação dos dados no período, se evidenciou que as práticas da Economia Solidária vêm se fortalecendo ao longo do tempo e que constituem, por um lado, uma alternativa aos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento regional/local. Por outro lado, configuram-se como um espaço de prática da autogestão, e, portanto, de possível generalização desta na sociedade.

Daniel Rodrigo Strelow
FURB
danistrelow@gmail.com

Luis Claudio Krajevski
FURB
lck15br@yahoo.com.br

Tatiane Thais Lasta
FURB
tatilasta@gmail.com

A METRÓPOLE NOS TRILHOS: OS (DES) CAMINHOS DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO

Após mais de uma década, São Paulo tem um novo Plano Diretor, que se apresenta como uma bússola do seu desenvolvimento ou "pós-desenvolvimento". Mais uma vez, busca-se colocar a metrópole nos trilhos, planejar seu estado de coisas e seu devir. São Paulo é um espaço com dimensões espaciais, políticas, econômicas e culturais desafiadoras, que dificilmente serão enquadradas com facilidade nos rumos e desdobramentos cogitados e orientados pelo Estado, em consonância com os interesses do mercado e pressões da sociedade civil. Portanto, o plano diretor é limitado em si mesmo, pois não alcança todos os meandros do complexo cotidiano de uma metrópole nem suas relações com o espaço metropolitano em suas diversas escalas (local, regional, nacional). Hoje, a dificuldade em orientar a "evolução" de uma metrópole como São Paulo cresce, tendo em vista as novas características e estratégias adotadas em meio à emergência da época metropolitano-financeira. Nesse sentido, objetiva-se compreender os alcances e limites do Plano Diretor Estratégico de São Paulo em capturar e orientar o conceito de metropolitano e a potência da metrópole nas diversas escalas metropolitanas. Verifica-se que o plano diretor atual desenvolve uma aspiração política de requalificar São Paulo como centro metropolitano, que o anterior mencionava como uma função social, a partir da criação da Macroárea de Estruturação Metropolitana.

Eudes Leopoldo
USP
eudesleopoldo@usp.br

DISCURSOS DE FORMAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS: ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SOCIOTERRITORIAIS

Na segunda metade do século XX, houve uma alteração na conformação das cidades associada à crise urbana consolidada no pós guerra, que impulsionou novas maneiras de pensar as cidades, mais adequadas à sua condição em transformação. Nesse panorama, diferentes estudiosos, em diferentes campos de saber das ciências sociais, buscam compreender os fenômenos que incitam as transformações da estrutura morfológica das cidades. Este artigo identifica quais são as características socioterritorial das

novas formas urbanas a partir das teorias propostas por Soja (2008), por Solá-Morales (1996) e por Rem Koolhaas (1995; 2001). Como parâmetro de aproximação destas noções, adota-se a visão culturalista e a visão sociológica, segundo Vázquez (2004), utilizadas para apoiar as análises desejadas assim como observar a sobreposição de fragmentos que se articulam na tessitura das cidades atuais. Os autores selecionados versam sobre as dinâmicas urbanas vinculadas às transformações econômicas e às apreensões morfológicas, que alteram a configuração espacial das cidades. O artigo aponta as características morfológicas e socioterritoriais indicadas pelos autores para caracterizar a cidade contemporânea, comparando-se os discursos quanto às suas aproximações e distanciamentos, ainda que as orientações ideológicas sejam antagônicas. O propósito do artigo está em contribuir ao debate quanto às temáticas mais atuais dos estudos urbanos, visando, sobretudo apreender novas concepções na relação espaço-sociedade.

Sandra Catharinne Pantaleão Resende
UEGO/UnB
scpanta@hotmail.com

Halina Veloso e Zárate
PUC-GO
halinaveloso.arq@gmail.com

>ST 10

EMERGÊNCIAS NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

O NEOLIBERALISMO E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DA DIMENSÃO SIMBÓLICA NA CIDADE NEOLIBERAL

O artigo se insere na discussão acerca do neoliberalismo urbano, propondo a centralidade da dimensão simbólica na produção do espaço na metrópole contemporânea e sua sintonização a este modo de ação do Estado. Parte-se de uma defesa da necessidade de diálogo entre as perspectivas da antropologia e da economia política, tendo a abordagem lefebvriana acerca da produção do espaço como uma ponte em potencial. A hipótese central é que o nó borromeano entre capital, Estado e produção simbólica que perpassa a produção do espaço na metrópole é hoje sintonizado ao neoliberalismo e sua reprodução nestas três esferas interligadas. O potencial criador de novos vetores políticos, econômicos, culturais e sociais inerente à grande cidade é subsumido a esta sintonia, e as heterotopias e espaços de resistência se apresentam como tentativas de escapar e resistir a suas formas de disciplinamento e controle, que por sua vez tem na biopolítica um aparato de central importância. Surge assim a questão acerca dos embates em torno do direito à cidade, se no quadro atual (pós-levantes multitudinários de junho de 2013) permanecem ligados ao acesso a serviços coletivos ou se transbordam na direção de pautas mais aprofundadas em torno da produção do espaço e dos sentidos do urbano contemporâneo.

Felipe Nunes Coelho Magalhães
IGC/UFMG
felmagalhaes@gmail.com

A INTERNACIONAL URBANA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A QUESTÃO REGIONAL NA IFHP - INTERNATIONAL FEDERATION FOR HOUSING AND PLANNING E NA UCLG - UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS (1913-2014) EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA.

A pesquisa consiste no estudo de duas instituições, a IFHP (International Federation for Housing and Planning – Federação Internacional de Habitação e Urbanismo) e a UCLG (United Cities and Local Governments – União de Cidades e Governos Locais), suas características, rede de participantes, mudanças em sua agenda e políticas, assim como o papel dos países, instituições, grupos e indivíduos nas decisões, políticas e na produção intelectual das mesmas; assim como ao papel que foi dado ao desenvolvimento regional ao longo de suas histórias. A IFHP iniciou com a denominação de International Garden-Cities Association (Associação Internacional das Cidades-Jardim) e a UCLG como IULA - International Union of Local Authorities (União Internacional de Autoridades Locais). Ambas instituições foram criadas em 1913 e continuam existindo até os dias atuais. A pesquisa investiga o papel dessas instituições no fluxo internacional de pensamento, ideias e práticas do desenvolvimento regional, planejamento e gestão urbanos, assim como seu papel na constituição de uma comunidade transnacional de pensadores da questão regional e planejadores/urbanistas. Uma das questões discutidas é de que maneira certas experiências nacionais, regionais e locais em desenvolvimento regional, habitação, planejamento e gestão foram adotadas em determinados períodos por essas instituições. Também serão exploradas as influências de certas idéias e políticas, da IFHP e UCLG especificamente, nas experiências nacionais ou regionais em desenvolvimento regional, habitação, planejamento e áreas correlatas.

Joel Outtes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
joel.outtes@ufrgs.br

CAROLINA MARIA DE JESUS, UMA TRAJETÓRIA URBANA

A escritora Carolina de Jesus, mineira, neta de escravo e filha de liberta pela Lei do Ventre Livre, viveu em São Paulo entre 1937 e o ano de seu falecimento, em 1977. Nesse período, passou por diversos lugares de residência, entre os quais um cortiço não identificado, os baixos do Viaduto Santa Ifigênia, a favela do Canindé, uma casa no bairro de Santana e um sítio em Parelheiros. A trajetória urbana descrita pela autora de Quarto de despejo, publicado em 1960 pela editora Francisco Alves, revela um aspecto importante da história da cidade de São Paulo: o lugar, nela, reservado à residência da população negra. Por meio da literatura de Carolina de Jesus e observando a trajetória que descreveu no território da metrópole, pode-se entrever um exemplo, comprimido no tempo, da experiência mais ampla da ausência absoluta de lugar para a habitação do negro nas cidades brasileiras.

Ana Cláudia Castilho Barone
FAUUSP
anabarone@gmail.com

O IMBRÓGLIO SOBRE AS FAVELAS E A INSTAURAÇÃO DO REAL

Desde a confusão entre os dados do censo do IBGE 2010 sobre as favelas, definidas como aglomerados subnormais, apresentando o maior aumento desde o estabelecimento desta definição e a maior proporção de habitantes vivendo nessas condições de moradia; e da ONU, a partir de tratamento realizado pelo IPEA de dados do próprio IBGE, em que o numero de favelas e favelados são maiores do que o demonstrado pelo IBGE 2010, todavia com um movimento estatisticamente relevante de diminuição do crescimento e da proporção de habitantes, analisa-se a instauração discursiva da materialidade do fenômeno. Nesse nível epistêmico-filosófico, discute-se o paradigma matemático

no âmbito dos critérios de veracidade, desde o estudo em que a descrição do fenômeno está subordinada a definições textuais tendo como referencia a virada lingüística. O fenômeno remete a efeito cartográfico das descrições matemáticas permitindo o aprofundamento da questão da instauração discursiva através da imagem tendo como referência a virada visual. Nesse nível analítico o trabalho trata de modo específico os efeitos quantitativos e cartográficos das distintas definições de favela, tomando como caso a cidade de Porto Alegre dada a importância de políticas urbanas realizadas entre 1989-2004 que deveriam emergir no censo IBGE de 2010. Desde o problema específico da mudança de método do IBGE entre os censos de 2000 e 2010 sobre aglomerados subnormais, da diferença das dimensões do problema entre IBGE e ONU e dos efeitos cartográficos de tais diferenças se aborda a questão da instauração discursiva do real.

Agatha Muller de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
agatha0muller@gmail.com

Eber Pires Marzulo
UFRGS
eber.marzulo@ufrgs.br

Gustavo Monteiro Tessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
gustessler@gmail.com

RASTROS DAS JORNADAS: REFLEXÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO URBANO A PARTIR DA IMAGEM

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o urbano a partir da imagem, mais especificamente do vídeo "Rastros das Jornadas: junho de 2013 em abril de 2014". O vídeo tem como característica a montagem de fragmentos, imagens fotográficas e videográficas, de um percurso realizado pelo grupo em busca de uma memória gravada nas ruas da cidade de Porto Alegre. Esses fragmentos são os rastros presentes em 2014 de um acontecimento que ficou conhecido Jornadas de Junho. As marcas e cicatrizes deixadas em nossas cidades nos permitem hoje ler o urbano como uma memória daquele lugar, em outro tempo, através da imagem. Partimos do princípio que num contexto de crescente inserção das novas tecnologias computacionais como mediadoras de relações sociais existe uma atualização desta memória do urbano que é potencializada pela virtualização dessas imagens em novos meios de comunicação.

André Cavedon Ripoll
UFRGS
ac.ripoll@gmail.com

Daniela Mendes Cidade
UFRGS
daniela.cidade@ufrgs.br

A URBANIDADE DO ESPETÁCULO NA LITERATURA JOVEM BESTSELLER CONTEMPORÂNEA: O TURISMO QUE REAPRESENTA OS LUGARES

A discussão proposta versa sobre a caracterização, representação e reapresentação dos espaços urbanos especialmente relacionados à exploração pelo turismo. Considerados instrumentos de gestão do turismo, por serem um primeiro contato visual por distanciamento local, os mapas turísticos tornam-se curiosas fontes informativas sobre os lugares: na tentativa de orientar os visitantes, desenhos diferenciados e deslocados da realidade cartográfica são incorporados aos mapas. Por vezes, confundem os visitantes, com ou sem intenção, na busca de ofertar as informações destacadas pela indústria do turismo. Desta forma, nos mapas, os lugares são fragmentados e reconstruídos à medida que as rotas propostas são cumpridas; os espaços urbanos são mostrados, caracterizados e valorizados conforme as premissas do consumo por meio do turismo. Contudo, ao invés da caracterização real e da representação técnica, produzem caricaturas urbanas. Nesse contexto, há a criação de espaços lúdicos, impactantes e excessivamente comerciais que passam a fazer parte da hiperrealidade urbana contemporânea, corroborando a urbanidade do espetáculo. To-

mam-se obras literárias tipo jovem-adulto como norteadoras, sugerindo locais descritos e comentados em livros como estudos de caso: Orlando e Las Vegas.

Vanessa Regina Freitas da Silva
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
vanessareginafreitas@gmail.com

O CONFLITO COMO RAZÃO PÚBLICA NA PRÁTICA DO GRAFFITI: CONFLUÊNCIAS ENTRE ROSALYN DEUTSCHE, HANNAH ARENDT E JACQUES RANCIÈRE

O artigo analisa o papel do conflito e do dissenso nas práticas das manifestações urbanas do graffiti, que podem, por sua vez, configurar disputas no espaço público da cidade. Através do estudo de caso "buraco da Av. Paulista" alguns conflitos instituídos pelo graffiti serão apresentados, observaremos também a capacidade desta prática de instituir razão pública, ou racionalidade política. A partir das elaborações teóricas de Jacques Rancière com o conceito de conflito ou dissenso, e a noção de público de Hannah Arendt, configuramos o debate sobre política. Além disso, discorremos sobre a definição de espaço público de Rosalyn Deutsche e os elementos que nos levam a compreender a relação entre o conflito e o computo dos incontáveis de Rancière.

Milena de Lima e Silva
USP
milenalima.e.silva@gmail.com

Tuani Guimarães de Ávila Augusto
USP
tuani@usp.br

CAOSGRAFIAS CIDADE

Caosgrafias Cidade constitui-se de experienciações sobre o representar / criar / dizer cidade, concebidas enquanto agenciamento coletivo de enunciação. Partimos da consideração de que a palavra cidade não remete a determinado objeto suposto dado no mundo, ainda que essa compreensão de caráter representacional seja dominante. Para nós, em outra perspectiva, cidade é expressão cujo significado é instituído historicamente e cujo sentido se especifica na relação interdiscursiva em que se faz presente, relação sempre constituída entre agentes heterogêneos em disputa. Não se trata de representação do mundo ainda que conotada historicamente, variando de cultura para cultura, de tempo para tempo, de subjetividade para subjetividade. Para nós é dizer que politicamente opera mundo nas disputas em que se afirma, e não apenas dizem-no de maneira mais ou menos acertada, adequada. O "dizer cidade", assim, institui-se em constante tensão e escrutínio. Os que enunciam cidade, qualquer cidade, não escapam à necessidade de sustentar sua afirmação ético-política-estética. Esse sustentar é o que faz essas construções / enunciações fora de qualquer lógica do desvio ou do mero e arrogante denuncismo. O que propomos como prática e reflexão são experiências com a palavra cidade, não qualquer experiência de apreensão da cidade. Vemos fertilidade política numa aventura coletiva viva, corpóreo-racional, enquanto processo simultâneo de instituição, inscrição e legitimação do objeto experienciado, de sua significação e de sua forma narrativa.

Amanda Rosetti da Silveira
Escola de Belas Artes, (UFRJ)
amandarosetti@gmail.com

Ana Cabral Rodrigues
Departamento de Psicologia - PUVR, (UFRJ)
anacro@gmail.com

Flávia de Sousa Araújo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, (UFRJ)
flavisoara@gmail.com

Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
fredaraujo@uol.com.br

Gabriel Schvarsberg
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
gabrielsberg@gmail.com

Heitor Levy Ferreira Praça
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
heitorlevy2@gmail.com

Iaci D´Assunção Santos
Escola de Belas Artes, (UFRJ)
iaci.santos@gmail.com

Laura Souza Rêdes
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
laura.redes1@gmail.com

Letícia Castilhos Coelho
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
leticiaccoelho@gmail.com

Natalia Velloso Santos
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, (UFRJ)
nataliavellososantos@gmail.com

Priscila Medeiros de Oliveira
Escola de Belas Artes, (UFRJ)
pmedeiros12@gmail.com

Raphael Soifer
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
raphi.soifer@gmail.com

Ricardo José de Moura
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
ricardomm1969@gmail.com

Ronieri Gomes da Silva Aguiar
Escola de Belas Artes, (UFRJ)
ronierigomes@gmail.com

Samuel Thomas Jaenisch
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ)
samueljaenisch@hotmail.com

ENTRE LUGARES E DESLUGARES: UM OLHAR TEÓRICO A PARTIR DE RELPH E AUGÉ

No presente trabalho, de vocação essencialmente teórica, buscamos explorar o pensamento destes dois autores a cerca da concepção de uma diluição dos lugares frente às transformações nas atitudes humanas para com o espaço e o tempo a partir da intensificação do processo de globalização do capital. Desta maneira, através de uma revisão bibliográfica, pretendemos refletir criticamente sobre os conceitos de "deslugaridade", de Relph, e os "não lugares" de Augé. Pensar sobre tais questões, mesmo que em nível teórico, nos parece fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais do mundo contemporâneo, colocando novos desafios para se pensar o planejamento urbano e sua posição frente a este debate.

Jean Lucas da Silva Brum
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
jeanbrum@id.uff.br

IMAGINÁRIO URBANO, NARRATIVA E METODOLOGIA

O artigo propõe uma reflexão sobre outras dimensões da leitura do espaço urbano, possibilitando uma compreensão ampliada e complexa para as concepções de intervenções integradoras das diferenças, como possíveis complementares, na organização dos espaços das cidades. As dimensões do imaginário como método de pesquisa, retoma as necessidades das ritualizações para a compreensão do espaço urbano e de uma possível "filiação" a este espaço, , numa tentativa de complementaridade das diferenças, como forma de pertencimento. Os imaginários deverão ser levantados por meio de análises de relato e narrativas, que desvelem os anseios e os sonhos de um espaço urbano que atenda à expectativa de seus moradores. O sentido de pertencimento só poderá ser percebido como resultante de ritualizações que deem a dimensão afetiva do lugar e que criem laços por meio de uma práxis social, denotadora da socialidade do grupo, como instauradora de ações conjuntas, constituidoras do imaginário social. Este imaginário será a fonte de reencantamento do cotidiano, tendo como resultado a construção da cidade enquanto espaço de oposições de conceitos, priorizando a dimensão mítica

do refúgio, num espaço de embates entre ações heroicas e ações místicas, no sentido dado por G. Durand. Com estes actantes do imaginário e com um olhar treinado neste tipo de leitura propiciados pela história das cidade e pela visão dos cidadãos, é possível compreender o deslocamento das centralidades urbanas, sem se perder a dimensão simbólica do centro, enquanto eixo estruturador da memória coletiva da cidade.

Palavras-chave: refúgio, espaço simbólico, visão holográfica, paradigma da complexidade, pertencimento.

Antonio Busnardo Filho
FIAM-FAAM Centro Universitário
antonio.busnardo@fiamfaam.br

DEVIR TRADUÇÃO DAS ETNOGRAFIAS URBANAS

Como um trabalho de campo na Amazônia pode nos transformar? Apresentamos, aqui a possibilidade de aproximação entre mundos distintos e simbióticos: do geógrafo e do xamã. Expandindo perspectivas, Deleuze argumenta: "le point de vue est dans le corps, dit Leibniz". Partindo daí, Viveiros de Castro sintetiza a epistemologia ontológica do perspectivismo ameríndio. Logo mais, Carneiro da Cunha esclarece: "[na Amazônia] todos os japós são humanos". Contudo, somente os xamãs conseguem ver e comprovar esta situação. Seu corpo tem a especificidade de reunir mais de um ponto de vista, conjugando polaridades: o mais local com o mais global. "E é por isso que, por vocação, desses mundos disjuntos, alternativos e incomensuráveis de algum modo, ele é o geógrafo, o decifrador, o tradutor." Abordamos a totalização dos pontos de vista ao traduzir o "código geográfico" do xamã. Exercício feito através da decodificação do espaço vivido no Juruá durante o boom da borracha. Enquanto o sistema de aviamento reordena sentidos de localização, os barracões se tornam chave de compreensão das redes. Quando a dominação afeta perspectivas locais, o olhar mais a jusante se torna o mais englobante. A posição relativa no rio vira uma metáfora da posição relativa do prestígio xamânico. Seus poderes se tornam maiores à jusante que à montante do rio. O grau generalizador de um ponto de vista particular assume novos sentidos de localização. Sentidos geográficos e cosmológicos, resultantes de alianças e conexões múltiplas, de fronteiras interescalares, de harmonizações entre corpos de mundos: o devir tradutor do espaço.

Guilherme Marinho de Miranda
UFMG
gmarinhom@gmail.com

REAGREGANDO O ESPAÇO: ALCANCES DA TEORIA ATOR-REDE NOS ESTUDOS URBANOS

O trabalho objetiva discutir novas possibilidades de estudos urbanos a partir de teorias pós-estruturalistas e da incorporação dos não-humanos como atores. Nessa nova abordagem, a cidade é tida como uma soma de conexões espaciais onde elementos biológicos, tecnológicos e humanos se combinam de forma interdependente. Nesse sentido, a separação entre sociedade/natureza para se pensar o social sede espaço a uma totalidade composta por híbridos e, assim, indica novos caminhos políticos que se aproximam da construção de um mundo comum. Os alcances políticos e acadêmicos da teoria pós-estruturalista serão considerados tendo como foco a Teoria Ator-Rede (TAR) e sua aplicação através da cartografia das controvérsias. Com o desafio de "apenas" observar e dizer o que se vê, a TAR propõe o mapeamento das associações e dos atores humanos e não-humanos para dar visibilidade a questões a partir de múltiplas perspectivas. Os estudos urbanos a partir das teorias pós-estruturalistas têm se mostrado potentes na ampliação das formas de ver a cidade em si para além dos determinismos econômicos, culturais ou sociais.

Cecília Reis Alves dos Santos
Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG
ceciliaarquitetura@gmail.com

Júlia de Carvalho Nascimento
Faculdade de Ciências Econômicas UFMG
juliacnascimento@gmail.com

Luciana Maciel Bizzotto
Faculdade de Ciências Econômicas UFMG
bizzotto.lu@gmail.com

ARQUITETURA DA HOSPITALIDADE: CIDADE NEW BABYLON E OS ESPAÇOS INFRAESTRUTURAIS URBANOS

Esse ensaio retoma as ideias Situacionistas ligadas à construção dos espaços através das multiplas situações do cotidiano urbano e reafirma o conceito e a importância da cidade experimento New Babylon através do uso e apropriação dos espaços das obras de infraestrutura, como lugar de (re)significação e acontecimento. Assim, o ensaio através das idéias da cidade New Babylon de Constant objetiva reforçar a potência de uso dos vazios urbanos formados pelas obras de infraestrutura. Procura-se através das imagens dos espaços infraestruturais e das ideias e registros gráficos da cidade futurista de Constant, revelar aproximações imagéticas na concepção desses espaços. Reforçando o poder de hospitalidade e acolhimento dos vazios urbanos e o importante papel das arquiteturas infraestruturais como objeto resignificante do espaço urbano. Posicionam-se desta forma as obras de infraestrutura como possível agente transformador dos espaços urbanos e talvez elemento indutor no processo de transformação do urbanismo fragmento e disciplinar da cidade atual em lugares mais humanos. Mais que respostas, esse ensaio volta-se para o debate e a reflexão do poder de construção dos espaços da cidade pela ação da sociedade, das pessoas, do homem. Ao colocar as idéias da cidade New Babylon dentro do contexto de perspectivas urbanas atuais, reforçando e recuperando a essência dos espaços infraestruturais de forma a reconstruir o papel das obras de infraestrutura na cidade.

Alcindo Neckel
IMED
alcindoneckel@yahoo.com.br

Julian Grub
UFRGS
julian.grub@gmail.com

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE ANÁLISE REGIONAL AO EMPREGO FORMAL NO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA REGIÃO CENTRO OESTE DO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2013

O presente trabalho tem como objetivo a realização de uma análise da dinâmica do emprego formal, utilizando a variável Pessoal Ocupado (PO) no setor de Tecnologia da Informação, entre os anos de 2008 a 2013, por unidades da federação tendo a macrorregião do Centro Oeste brasileiro como economia de referência. Para isso utilizou-se as medidas de especialização e localização juntamente como o modelo estrutural-diferencial simples e ampliado. A região exibiu os resultados que mostraram que os setores que atuam como atividade de apoio, comércio, reparo e manutenção apresentaram boa dinâmica regional, enquanto o setor que atua na fabricação de periféricos apresenta certa discrição provavelmente por se encontrar em um período nascente. Aponta ainda, para um crescimento dessa atividade nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e certo declínio em Goiás e no Distrito Federal.

Charlls Leandro Areco dos Santos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
arecoclas@gmail.com

Cláudia Maria Sonaglio
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
claudia.sonaglio@gmail.com

Márcio de Araújo Pereira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
marcioapereira@gmail.com

OUTROS SUJEITOS, OUTRAS CIDADES, OUTROS MAPAS OU UMA TOPOGRAFIA DA DESIGUALDADE

Este artigo é resultado de estudo que procurou dar visibilidade aos fenômenos sociais relacionados ao isolamento espacial, à segregação e à copresença. Neste sentido, adota o Aglomerado da Serra como objeto de estudos, visto que é uma das

áreas de maior exclusão social de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2000), localizado numa das mais regiões mais desiguais, onde é possível encontrar tanto favelas como bairros de elite. Por outro lado, a investigação procura explorar e apropriar das ferramentas contemporâneas de geoprocessamento, em busca de novas formas de mapear. Neste sentido, busca tanto utilizar dados pouco explorados na cartografia brasileira tradicional (dados de etnia, por exemplo) quanto outras formas de cartografar, tal como a topografia da desigualdade, em que os dados de população são representados por meio de figuras em três dimensões. Como resultados, é possível observar a segregação e a desigualdade de forma clara e muito impactante, onde tanto as diferenças de renda e étnicas são representadas e a segregação torna-se ainda mais explícita.

Samy Lansky Vecci
Lansky Arquitetura
samylansky@gmail.com

UMA CIDADE INDIFERENTE: ESPAÇO GENERIFICADO DE RESISTÊNCIA À CIDADE-MERCADORIA

O presente trabalho apresenta uma análise a respeito da indiferença da perspectiva de gênero na produção do espaço urbano. Tomamos como ponto de partida o Rio de Janeiro a fim de problematizar, a partir das contradições contemporâneas, as práticas sociais que revelam os processos ss de resistência, que nos impõem refletir sobre a contradição entre os interesse estratégicos das mulheres e os seus interesses práticos, face à constituição hegemônica de uma cidade voltada ao mercado, uma cidade-mercadoria. O objetivo desse artigo é enfatizar que o Rio de Janeiro, como uma cidade-mercadoria, é o resultado da reprodução de uma cidade-modelo excludente, masculina e heteronormativa que pressiona para a redução do espaço urbano a um mero artefato econômico. Diante das insurgências urbanas contemporâneas, tanto nos países do norte como do sul, a epistemologia feminista, tida ainda como alternativa, tem dado transformadora evidência sobre o lugar das mulheres no espaço urbano. Por isso, buscamos apresentar como a abordagem de gênero serve como alternativa teórico-metodológica para a produção de um novo olhar propositivo à problemática urbana atual, tomando como base o debate sobre reconhecimento e práticas sociais.

Rossana Brandão Tavares
UFRJ
sana_brandao@yahoo.com.br

O EXERCÍCIO DE ATRAVESSAR A CIDADE PELA NARRATIVA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Esta proposta pretende deslizar por entre a narrativa da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) para tensionar, a partir deste lugar de disputa, conflito e criação, atravessamentos nos quais a cidade se (re)produz. Mulher, negra, pobre, migrante, nômade, favelada. A escolha da escritora e suas narrativas como guia para esta comunicação, se deu por entender que secularmente, se operam processos direcionados para a desconstrução de determinados sujeitos, da criminalização de suas vidas, de seus corpos e seus territórios. Em meio às perversas investidas direcionadas para a racialização da pobreza e da violência, esses processos se acumulam e se arrastam no tempo, trazendo para o presentes, não o eco distante de um passado de violações, mas vibrantes e violentas formas de exploração da vida no cotidiano. A forma encontrada por Carolina para escapar, foi o discurso. Através da publicação de fragmentos de seus diários (o primeiro deles intitulado “Quarto de Despejo”, lançado em 1960), a escritora provoca um deslocamento no enunciante e nos enunciados que dominam o urbano nas narrativas literárias brasileiras. Uma narradora imprevista, de um lugar improvável, cujo discurso soa estranho, disputa a narrativa da cidade. Em suas “escrevivências”, a cidade é rasurada, trazendo para o visível não só o território da favela, mas a sua desconcertante presença.

Gabriela Leandro Pereira
UFBA
gabrielagaiaa@gmail.com

FISSURAS POSSÍVEIS NA CIDADE: ENTRE CASTELO E MAR

Com este trabalho, buscamos uma aproximação à cidade contemporânea por interlocução dos indivíduos que margeiam suas lógicas vigentes de produção, por meio de ações inventivas de sobrevivência, com enfoque em deslocamentos não automotivos pelo mar, sejam eles usuários ou trabalhadores, a fim de compreender uma relação pequena e corporal entre si e a cidade. A ideia de mar nestas linhas iniciais pretende compreender outros fragmentos de mar, bem como os sujeitos minoritários que tensionam esta produção de cidade. Assim, através do conto Diante da Lei, de Franz Kafka, propomos um arriscar-se na cidade enquanto um procedimento metodológico, seja ele corporal ou por narrativas literárias ou cinematográficas, no intuito de mapearmos diferentes experiências de cidade.

Gabriel Teixeira Ramos
UFBA
gabrieltramos@gmail.com

RESUMOS
POSTER

>ST1 SESSÕES TEMÁTICAS

PRODUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

TERRA DE NINGUÉM. OU O ELDORADO DE ALGUNS. CARACTERIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA, ELABORAÇÃO E PERENIDADE DOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

A Lei Federal 10.257/2001, conhecida comumente como Estatuto das Cidades, configura-se como importante instrumento de gestão territorial municipal, sobretudo, ao priorizar o Plano Diretor Municipal como ferramenta de regulamentação. Todavia, nem todos os municípios são obrigados a realizá-lo. Este desamparo legal gera, por vezes, assimetrias na gestão do território estadual, posto que são diversos os casos onde a proximidade físico-geográfica à municípios de dinâmica urbana e populacional mais pujante associada à inexistência de leis municipais específicas, vulnerabiliza-os perante assédios especulativos. Nesse sentido, um dos principais objetivos do presente artigo é discutir a fundamentalidade dos Planos Diretores Municipais como ferramenta de enfrentamento dessas investidas. Para tanto são manejados e analisados os dados oriundos da pesquisa "Perfil dos Municípios Brasileiros" (MUNIC), especificamente de seu módulo sobre Gestão Pública, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são complementados segundo às Informações dos Municípios Paulistas (IMP) da Fundação Sistema

Estadual de Análise de Dados (SEADE) do Estado de São Paulo. Ademais, eles foram tabulados e interpretados segundo o software estatístico SPSS. E, por fim, mapeados através do programa livre e gratuito de Informações Geográficas (SIG) "TerraView" do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Conclui-se que aproximadamente a quinta parte do território paulista que nunca foi obrigada a arquitetar Planos Diretores como meio de fomento, mas também de defesa de seus territórios, encontram-se à 30 quilômetros de municípios cuja dinâmica urbana altamente efervescente os expõe aos efeitos também negativos dessa mesma vitalidade.

Tiago Augusto da Cunha
UNICAMP
ta_cunha@yahoo.com.br

UM SÉCULO DE CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM ESPACIAL (1910-2010)

O objetivo deste artigo é identificar a dinâmica de crescimento das cidades brasileira no último século. O estudo avalia o crescimento populacional entre um grupo de 431 áreas mínimas comparáveis do Brasil no período 1910-2010. Modelos espaciais são estimados para a Lei de Zipf e os resultados apontam uma divergência monotônica, embora perdendo força na última década. A distribuição da população é caracterizada por meio de estimações de funções de densidades não-paramétricas. Através de um processo estacionário de primeira ordem Markov Chain mostra-se o processo de crescimento das cidades brasileiras. Os resultados apontam para uma baixa mobilidade interclasse e alta persistência. A probabilidade das cidades permanecerem na própria classe entre uma década e outra ao longo dos últimos cem anos é alta.

Wellington Ribeiro Justo
URCA/UFPE
justowr@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO URBANO: UM ESTUDO ESTRUTURAL URBANA DAS CICLOVIAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC RESUMO

A mobilidade urbana é quase que universalmente reconhecida como um dos mais importantes pré-requisitos para um melhor o arquétipo de vida nas cidades. Uma melhor mobilidade das pessoas pode aumentar o acesso a serviços essenciais e, também aqueles serviços que tornam a vida mais agradável como, por exemplo, as escolhas sobre onde queremos ir ou até mesmo viver. O estilo de vida que se quer, certamente, depende de como nos mobilizamos nos espaços construídos nas cidades ou lugares: a intensidade, flexibilidade de movimentação e a segurança que podem determinar se este estilo é bom ou ruim. Algumas pessoas utilizam como meio de mobilidade as bicicletas devido a existência das ciclovias, tanto para irem ao trabalho ou ao lazer, contribuem, sobretudo, por essa opção dessa mobilidade à diminuir a poluição causadas tanto pelos automóveis como pelas indústrias e, em contrapartida praticam um esporte que auxiliam na busca por uma vida saudável e feliz. A presente pesquisa procura exibir e compreender, a partir de entrevistas, como a partir da percepção dos moradores da cidade de Canoinhas-SC e com a tabulação dos dados notou-se que a maioria dos entrevistados está insatisfeita com a quantidade e com o baixo investimento nas ciclovias. Sendo assim, necessita-se por parte do poder público uma maior atenção no que tange ao tema, com investimentos em infraestrutura que poderá diminuir o caos no trânsito e, assim, incentivar cada vez mais a utilização das ciclovias: seja ela para ir ao trabalho, seja para o lazer.

Reinaldo Knorek
Universidade do Contestado
reinaldok@unc.br

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL

O trabalho objetiva estudar teórica e empiricamente a mensuração e a distribuição espacial de oportunidades no mercado de trabalho por meio da construção de um índice de igualdade de oportunidades para os municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010,

buscando compreender a distribuição das oportunidades de trabalho no espaço brasileiro e suas múltiplas dimensões ao longo do tempo. Contribui para o desenvolvimento do conceito de igualdade de oportunidades ao propor uma análise mais agregada refletida na esfera municipal e destaca-se pela abordagem multidimensional proposta, que abarca os lados da oferta, da demanda e de acesso a serviços para analisar o mercado de trabalho. É feita,ademais, uma análise que considera possíveis transbordamentos espaciais das oportunidades, por meio da utilização da Análise Exploratória de Dados Espaciais. A hipótese central é a de que a distribuição das oportunidades no mercado de trabalho é desigual no espaço brasileiro, tendo se reduzido ao longo do tempo. Os resultados apontam para a existência de concentração espacial dos índices considerados, e, em especial, para existência de padrões regionais de municípios com elevado acesso e realização de oportunidades que se relacionam às oportunidades presentes nos municípios vizinhos e vice-versa. Ao se considerar a autocorrelação espacial local para a variação de cada índice, as maiores taxas de crescimento ocorrem nas regiões Nordeste e Norte do país, para todos os índices, com exceção do Índice de Funcionamento do Mercado de Trabalho, cuja evolução reflete um padrão de confirmação da polarização da demanda por trabalho nas regiões Sul e Sudeste.

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
Cedeplar/UFMG
ahermeto@cedeplar.ufmg.br

Georgia Fernandes Barros
Cedeplar/UFMG
georgiafbarros@gmail.com

O USO DO TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS NO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ

O objetivo deste trabalho é expor como ocorre o uso do território e o papel das políticas públicas territoriais no Baixo Tocantins tendo como foco a implantação de grandes projetos energéticos e minerais como a usina hidrelétrica de Tucurui e o complexo AlbrásAlunorte respectivamente. O artigo divide-se em quatro momentos, além da introdução e da conclusão. No primeiro momento, contextualiza-se conceitualmente o uso do território. No segundo momento focalizamos as políticas públicas territoriais e a questão regional na Amazônia. No terceiro momento problematizamos o Baixo Tocantins a partir da implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí e seus reflexos territoriais na região. No quarto momento enfocamos o complexo alumínico Albrás Alunorte e seus reflexos territoriais no Baixo Tocantins.

Márcio Júnior Benassuly Barros
Universidade de Brasília - UnB
marcgeo2000@yahoo.com.br

O PAPEL DA LEGISLAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DAS FAIXAS DE HIATO URBANO NO PERÍMETRO DA AVENIDA DO CONTORNO / BELO HORIZONTE/MG

O presente artigo visa verificar a transformação da forma urbana das unidades da faixa de hiato urbano interna identificadas no perímetro da Avenida do Contorno, em Belo Horizonte/MG. As faixas de hiato urbano são conceituadas pela morfologia urbana como espaços de uso institucional, baixa densidade e que possuem maior quantidade de espaços livres em relação às áreas residenciais próximas. Esse tema é reportado aos países europeus e americanos, com base na escola inglesa de morfologia urbana. Nesse artigo, as unidades da faixa de hiato urbano interna identificadas no perímetro da Avenida do Contorno e sua transformação são analisadas. Esse processo de transformação é estudado por meio do papel da legislação de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte dos anos de 1976, 1985, 1996 e 2010. A partir da análise individual da transformação de cada unidade, verifica-se que a transformação da área edificada de 45% de todas as unidades da faixa de hiato urbano identificadas na área é justificada pelo incentivo ao adensamento e à verticalização, contidos na legislação de Uso e Ocupação do Solo na área em estudo. Esse fenômeno é consequência da mudança da classificação da maioria das unidades da faixa de hiato urbano.

Karina Machado de Castro Simão
Universidade Federal de Minas Gerais
karinamdcs@yahoo.com.br

Stael de Alvarenga Pereira Costa
Universidade Federal de Minas Gerais
staelalvarenga@gmail.com

PETRÓPOLIS: UMA OPÇÃO DE MORADIA PARA CLASSE MÉDIA DA METRÓPOLE FLUMINENSE

Petrópolis passa por um processo de grandes transformações nas últimas décadas, com destaque para o processo de falência das grandes empresas têxteis a partir da década de 1960 e com maior força na década de 1970. O turismo que outrora fora uma fonte importante de emprego e renda, atualmente vive a margem do que foi no passado atraindo cada vez menos turistas que passam dias na cidade. De todo modo, Petrópolis tenta se reinventar como foco de atração para uma série de profissionais que buscam tranquilidade e clima mais ameno do que nas demais cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Não diferente do passado aristocrático do município, Petrópolis nunca deixou de ser o destino da classe média e alta da capital fluminense em busca de segundas residências na Região Serrana fluminense. Este trabalho tem como objetivo principal compreender as dinâmicas econômicas e espaciais que levam uma parcela significativa da população residente em Petrópolis a se deslocar para trabalhar em outro município. Em um segundo enfoque, descobrir quais áreas do município são mais interessantes para ocupação de imóveis residenciais novos que venham ser usados, entre outros, por uma população de trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com base nestes dados e observações, identificou-se ainda os atuais empreendimentos imobiliários de forma a localizá-los segundo as dinâmicas econômicas e de expansão demográfica vigentes no município de Petrópolis.

Daniel Taboada Placido
Escola Nacional de Ciências Estatísticas / IBGE
daniel.placidouff@gmail.com

Maurício Gonçalves e Silva
IBGE
mauricio.g.silva@ibge.gov.br

O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO SISAL NA BAHIA: SUAS INTER-RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO

Esse trabalho objetiva abordar o processo de transformação que o semiárido da Bahia vem sofrendo nas últimas décadas, pontuando a importância do Arranjo Produtivo Local (APL) do sisal da Bahia nesse processo e identificando suas inter-relações com o território no qual está inserido. A atividade produtiva do sisal a partir do APL embora traga consigo novas formas de inserção econômica a partir do cooperativismo e associativismo, demonstra também diversas outras possibilidades para esse agronegócio, no qual os atores locais encontrem, a partir da inovação e qualificação do capital humano, novas possibilidades para essa cultura, demandando ao Estado, repensar suas políticas públicas de modo a proporcionar um novo caminho para a região.

Maria Gorete Borges Figueirêdo
UNIFACS
gorete.figueiredo@gmail.com

Tatiana de Andrade Spinola
UNIFACS
tas.spinola@gmail.com

O COMPORTAMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO COMO RESPOSTA À EXPANSÃO DO CENTRO URBANO DE CARUARU-PE

O presente artigo tem como intuito entender o fenômeno de crescimento do centro urbano de Caruaru-PE e sua consequência na atividade imobiliária. Através de levantamento e documentação de dados em campo referentes à morfologia, paisagem e infraestrutura dentro da poligonal delimitada. percebem-se as mudanças decorrentes da expansão econômica e territorial do centro urbano. Entende-se que o processo de crescimento não somente influencia diretamente nas conjunturas sociais, políticas e econômicas da cidade, mas também no espaço urbano. Compreendendo, então, a cidade como um espaço dinâmico, que responde às ações de diferentes atores formadores desse espaço, torna-se visível

a necessidade de uma maior reflexão sobre as consequências que estas ações trarão sobre o perfil da cidade e sobre a crescente demanda por novas políticas de planejamento.

Carla Cristine Souza Albuquerque
Campus Universitário do Vale do Ipojuca
tyne.carla@gmail.com

Caroline Barreto Calado
Campus Universitário do Vale do Ipojucacaroline.barreto.calado@gmail.com

Célio Roberto da Silva Júnior
Campus Universitário do Vale do Ipojuca
celiojuniorr_@hotmail.com

Jean Pierri de Melo Silva
Campus Universitário do Vale do Ipojuca
jpierrim@gmail.com

Laisa Caroline de Oliveira
Campus Universitário do Vale do Ipojuca
l.carol_12@hotmail.com

ESPAÇO RURAL: BREVE REFLEXÃO SOBRE A DINÂMICA ESPACIAL DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Este trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica espacial contemporânea na Mata Sul de Pernambuco -Brasil. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico, sistematização de leituras, visitas de campo e análises dos dados. A dinâmica da acumulação capitalista tenta superar a espacialidade através da diminuição do tempo por meio da tecnologia. No entanto, isto não é possível por que há uma necessidade constante de superação, frente às crises, para a garantia da reprodução do sistema econômico-político, sendo, para isso, necessários "ajustes espaciais" que possibilitem a continuidade do processo de acumulação. Neste sentido, a compreensão da dimensão espacial possui um papel relevante na apreensão do processo de acumulação capitalista contemporânea. No caso da Mata Sul, esta discussão perpassa o processo de apropriação do espaço brasileiro. Este movimento se situa no processo de ocupação do continente americano. Verificou-se que o espaço da Zona da Mata Sul de Pernambuco organizou-se pelo capital em sua fase mercantilista e mantém-se até hoje priorizando a lógica de acumulação do capital em sua dinâmica atual.

Maria Magaly Colares de Moura Alencar
Universidade Federal de Pernambuco
magalycolares@yahoo.com.br

BORDAS URBANAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA: ANÁLISE ESPACIAL COMPARADA ENTRE OS BAIRROS PERIFÉRICOS DO TECIDO URBANO

As discussões sobre ocupação de bordas urbanas ganharam impulso com os processos acelerados de urbanização enfrentados por cidades brasileiras, que induziram dispersões e ocupações distanciadas dos núcleos já consolidados, marcados por desigualdades socioespaciais e cenários diversificados de uso e ocupação do solo. Nesta pesquisa, o objetivo foi compreender as diferentes conformações assumidas por essas áreas periféricas, consideradas como toda faixa territorial que circunda a cidade, adjacentes às suas fronteiras politica-administrativa, que engloba bairros com caracteristicas completamente distintas. Dessa modo, foi definido um recorte espacial de vinte e sete bairros periféricos, que tiveram sua ocupação intensificada dentro do intervalo temporal de 1960 a 2011. Foram utilizados dados demográficos de IBGE, base cartográfica da Secretária de Planejamento Urbano Municipal de João Pessoa, além de ortofotocartas e imagens de satélite, trabalhados por intermédio de software SIG (Sistemas de Informações Geográficas) Quantum Gis 2.0.1 Dufour, que permite uma análise quantitativa e qualitativa dos dados e confecção de mapas temáticos. Foram consultados, ainda, o Plano Diretor e Código de Urbanismo da cidade, para revisão da legislação incidente na área e suas decorrências nas configurações espaciais dos bairros. Na determinação dos setores de borda mais integrados/segregados em relação à malha urbana preexistente, foram utilizadas as gradações definidas por mapas axiais. Os resultados obtidos confirmam as relações de disparidades entre os trechos de bairros periféricos de João Pessoa, principalmente entre as

zonas norte e sul, desde a concentração de população, características do zoneamento, percentuais de invasão em áreas de preservação ambiental aos níveis de macroacessibilidade.

Brunielly de Almeida Silva
UFPB
bruniellyalmeida@hotmail.com

Geovany Jessé Alexandre Silva
UFPB
galexarq@gmail.com

José Augusto Ribeiro da Silveira
UFPB
ct.laurbe@gmail.com

Milena Dutra da Silva
UFPB
dutra_ms@hotmail.com

Nadjacleia Vilar Almeida
UFPB
nadjageo@gmail.com

CENTRALIDADE, SEGREGAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO: A TRANSIÇÃO DA SOCIEDADE RURAL PARA URBANA EM TAUBATÉ

O presente trabalho tem como tema a interpretação da organização do espaço intraurbano da cidade de Taubaté, localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, no período de 1876 a 1951, período de transição do predomínio das atividades urbanas sobre as rurais. O método utilizado consiste na aplicação do Modelo de Hoyt, baseado nos estudos feitos por Flávio Villaça sobre espaço intraurbano nas metrópoles brasileiras e na construção de sequências temporais de mapas temáticos necessários para a elaboração do modelo, e que permitiram analisar a expansão e a estruturação do espaço urbano. A revisão historiográfica permitiu o estabelecimento de uma periodização que combinou aspectos políticos e econômicos que marcaram etapas e fases anteriores ao período estudado, por compreender a importância dos eventos antecedentes na organização do espaço urbano. A mesma revisão permitiu a compreensão do momento posterior ao recorte temporal adotado. Como resultado observou-se que em cada período analisado a centralidade e a segregação espacial manifestaram-se de forma específica. O estudo permite concluir que as centralidades ocorrem de acordo com as funções urbanas e variam historicamente, produto de novas expansões, e da mesma forma reproduzem-se as desigualdades sociais inerentes ao sistema econômico e político.

Fabio Ricci
Universidade de Taubaté - UNITAU
professorfabioricci@gmail.com

ROSA MATILDE PIMPAO CARLOS
Universidade de Taubaté - UNITAU
rmpcarlos@uol.com.br

O USO DA CULTURA COMO ÂNCORA PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CATALÃO: ESTUDO DE CASO DOS MUSEUS MACBA E BLAU EM BARCELONA.

A arquitetura icônica cultural ganhou dimensões epidêmicas na Espanha desde 1997 com a inserção do museu Guggenheim em Bilbao. Entretanto, o gérmen deste fenômeno iniciou-se em Barcelona, na década de 80, com o evento emblemático dos Jogos Olímpicos. A partir desta década foram inseridos diversos ícones culturais como forma de estratégia urbana, objetivando a atração de pessoas, investidores e gerando maior competitividade, tanto entre cidades, como mundialmente. Neste artigo serão analisados dois períodos do planejamento urbano catalão: o primeiro, da década de 1980 (período das Olimpíadas), será analisado o processo de revitalização do centro da cidade, bem como a inserção do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona – MACBA no bairro do Raval. No segundo período (1990-2000), de intervenção mais recente (período do Fórum das Culturas), verificar-se-á os novos processos de urbanização da área de expansão da cidade onde foi inserido o Museu de Ciências intitulado também de Edifício Fórum e BLAU.

Geise Brizotti Pasquotto
USP - Universidade de São Paulo
geisebp@gmail.com

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROVOCADAS POR UM PÓLO GERADOR DE VIAGENS NA FORMAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES

Pretende-se com este trabalho analisar os impactos que um Pólo Gerador de Viagens – Shopping Center – acarreta, direta e indiretamente na região do entorno onde foi implantado, bem como as consequentes alterações no uso (comercial, residencial) e ocupação do solo urbano (lotes vazios e cheios). O empreendimento pode causar alterações no espaço urbano, a ponto de intervir, inclusive, na situação da região em relação à cidade, podendo ser colocada como um novo centro de relações e interações urbanas - local ou mesmo em uma escala regional. O lugar de estudo se encontra em uma região de conurbação da capital Goiânia com o município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, e representa, atualmente, uma centralidade, já consolidada, para os dois municípios. O estudo se baseará em uma análise de um levantamento quantitativo, utilizando a ferramenta SIG, sendo estruturado em duas etapas: a primeira que consiste na avaliação da ocupação através de mapas dos lotes vazios com um raio de alcance de mil metros (1000 m) do empreendimento, analisado temporalmente em três datas: antes (1992) e uma década após a implantação (2006) do empreendimento e atualmente (2014); a segunda etapa, conterá a análise dos tipos de uso do solo, com um raio de enfoque de duzentos e cinquenta metros (250 m), lindeiro ao Pólo Gerador de Viagens, levantado temporalmente em duas datas: antes (1992) da implantação do empreendimento e atualmente (2014). Serão de extrema importância os conceitos e pesquisas bibliográficas relacionados ao tema em estudo, citadas inicialmente neste trabalho.

Evelyn Cristine Moreira Soares
UFG
evycris@hotmail.com

IDENTIFICAÇÃO DAS DISPUTAS SOCIAIS PELO ACESSO AO SOLO URBANO POR MEIO DA CARACTERIZAÇÃO DO SUPORTE FÍSICO E MODELOS DE USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

O presente trabalho toma como recorte territorial a Região Metropolitana de Campinas – RMC - caracterizada pelo processo de fragmentação e dispersão urbana associada, acredita-se que o método proposto para analise de territórios metropolitanos auxilie na identificação das áreas que contém pressões semelhantes sobre o solo urbano. Os resultados obtidos apontam para uma compreensão sócio espacial, por meio da articulação entre diferentes escalas e métodos de analises. O trabalho exercita uma aproximação teórica metodológica a respeito da integração interdisciplinar dos estudos de políticas de solo urbano, da morfologia urbana e da paisagem urbana. Para analise da RMC trabalha-se na busca da identificação de áreas homogêneas quanto a caracterização morfológica e modelos de pressão de uso e alteração do valor do solo. O presente artigo apresenta uma tabela síntese que identifica as características, entraves e potencialidades distintas de cada unidade identificada na RMC.

Jonathas Magalhães Pereira da Silva
PUC-Campinas
jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Natália Cristina Trípoli Magalhães
PUC-Campinas
nataliacristina.tripoli@gmail.com

>ST2

ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICA

A LEI MARIA DA PENHA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO À MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Esse estudo privilegia a análise da política para enfrentamento a mulheres vítimas de violência e a aplicabilidade da Lei 1.340/2006 "Maria da Penha". Buscando identificar políticas públicas no enfrentamento da violência doméstica contra mulher, nossa pesquisa busca compreender a construção desta política pública, as demandas de ações e outras políticas públicas a partir da consolidação da Lei Maria da Penha e seus reflexos nos municípios de Taquara e Rolante/RS. Para uma abordagem mais crítica e com enfoque especifico sobre o tema se buscou identificar e mapear as formas de aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos municípios selecionados para esta pesquisa, sua aplicação a partir de órgãos responsáveis por atendimento a mulheres em situação de violência, realizando ainda um levantamento do número de mulheres vítimas de violência doméstica registradas na Delegacia de Polícia Civil dos municípios, com foco nos crimes da Lei Maria da Penha. Evidenciamos a importância deste estudo na fundamentação de futuras pesquisas que, sob o foco das diversas áreas do conhecimento possam aprofundar a temática aqui abordada.

Aline Nandi
Faccat
alinen_sintraf@hotmail.com

Dorneles Sita Fagundes
FACCAT
dorneles@sinos.net

Raquel Maria Caetano
FACCAT
rcaetano@faccat.br

Rosane Maria Kaspary
FACCAT
rmkaspary@gmail.com

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, GUERRA DE LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

No presente trabalho pretende-se analisar a criação, existência e atuação do Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAM. Observar como, em seus poucos anos de existência, passou por alterações introduzidas em sua constituição que alteraram sua proposta inicial. Aferir se ele vem se constituindo em instrumento válido e capaz de favorecer o desenvolvimento local. Se os negócios por ele fomentados são realmente locais, endógenos e sustentáveis. Analisar se o financiamento público tem sido determinante na criação de alternativas que incrementem o desenvolvimento local e regional. Considerar os altos orçamentos dos municípios da Bacia de Campos, recebedores de royalties e participações especiais advindos da produção de petróleo, e examinar especificamente Campos dos Goytacazes, como maior recebedor, de que forma vem usando estes recursos através de seu fundo de financiamento. Registrar como, em sua primeira fase, o FUNDECAM e os investimentos públicos por ele realizados foram fator importante na decisão locacional de várias indústrias que se instalaram no município. Averiguar se a gestão e atuação do FUNDECAM podem ou não caracterizá-lo como um instrumento que incrementa a chamada "guerra de lugares". Analisar os principais resultados trazidos por tais investimentos e como as indústrias que deles se beneficiaram atuaram na economia local. Examinar a mudança constitucional (legal e política) realizada na segun-

da fase de vida do FUNDECAM e observar como vem se dando seu desempenho na atualidade. Sobretudo se atende aos requisitos do desenvolvimento local e sustentável.

Palavras-chaves: financiamento público, desenvolvimento local, guerra de lugares.

Maria das Dores Rocha
Instituto Federal Fluminense de educação Ciência e Tecnologia
dolycarocha@gmail.com

Romeu e Silva Neto
Instituto Federal fluminense de Educação Ciência e Tecnologia
romeuesilvaneto@gmail.com

INSTITUCIONALIDADES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: DESAFIOS DA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA NUMA PERSPECTIVA INTERESCALAR

Este artigo tem por objetivo discutir conceitual e metodologicamente as diferentes formas de institucionalidade do planejamento e gestão territorial, tendo como pano de fundo a experiência brasileira. Parte-se da ideia de ação descontínua e desintegrada entre as diferentes instâncias que tratam do tema planejamento e, principalmente, gestão territorial, gerando ações que por vezes se sobrepõem ou se conflituam no quadro político-institucional. O artigo apresenta, em sua primeira parte, os principais marcos legais que estabelecem os instrumentos referentes ao ordenamento e à gestão territorial nas escalas do município procurando-se ainda estabelecer suas interfaces com planos e políticas em outras escalas ou regiões de planejamento institucional. A disponibilização destes instrumentos expõe o cenário de referência a partir do qual se estabelecem as práticas e formas de gestão democrática. Na sequência, e neste contexto, aborda-se a temática da gestão participativa e da governança expondo-se os seus principais conceitos, suas diferenças e complementariedades enquanto práticas de atuação conjunta entre estado e sociedade na busca de soluções coletivas sobre o território. Por fim, e como conclusão do artigo, realizam-se reflexões e apontamentos sobre algumas das principais potencialidades e desafios das municipalidades no que diz respeito ao planejamento e da gestão dos territórios municipais e regionais em uma perspectiva de governança regional.

Heleniza Ávila Campos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS
heleniza.campos@ufrgs.br

Luiz Carlos Schneider
Universidade de Santa Cruz do Sul
luizcschneider@gmail.com

POLÍTICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DO PLANO ANUAL DE SAÚDE A PARTIR DO CONSELHO GESTOR DE POLÍTICA PÚBLICA

A Constituição Federal, democrática e cidadã, de 1988 garantiu o direito à saúde devendo o Estado provê-la. A partir das leis infraconstitucionais, definiu a participação social e o financiamento. Contudo, pesquisas realizadas no município de Campos dos Goytacazes têm apontado falta de planejamento na gestão, nas ações e serviços de saúde, assim comprometendo o acesso conforme normatizado na Constituição (VIDAL, 2006; SILVA, 2012 e ALVES, 2013). Este artigo objetiva analisar o Plano Anual de Saúde de Campos dos Goytacazes do ano de 2013. Tem-se como hipótese que a participação dos conselheiros interfere na formulação do Plano Anual de Saúde que, por sua vez, interferiria na qualidade dos serviços prestados. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática, uma análise do Plano Anual de Saúde e da participação do conselho gestor municipal de política pública de saúde em sua apreciação e deliberação a partir da análise da correlação e do posicionamento dos conselheiros e do secretário municipal da saúde.

Ludmila Gonçalves da Matta
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
ludmatta@yahoo.com.br

Maria Carolina Gonçalves Oliveira
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
mariacgo@yahoo.com.br

DE PERIFERIA A TERRITÓRIO POPULAR: O SANEAMENTO E A QUESTÃO SOCIAL EM BAIRRO DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR/BA

O presente trabalho aborda o processo de implementação de políticas públicas de saneamento - com ênfase na drenagem urbana - no território popular de Periperi (Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA), e o papel desempenhado pelo poder público municipal e comunidade local, no período de 1989 a 2013. A metodologia utilizada constou de pesquisa quantitativa e qualitativa, mediante, no primeiro caso, o levantamento dos investimentos públicos realizados pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA, relativamente às obras de macrodrenagem no Subúrbio Ferroviário e nas demais áreas da cidade. No segundo caso, abrangeu inicialmente a análise acerca do processo de participação da comunidade local na implantação da drenagem do Rio Paraguari (décadas de 1980 e 1990), e, mais recentemente, na formalização das atuais demandas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2011). Como resultado tem-se que, apesar dos investimentos públicos realizados, estes ficaram aquém das demandas. No tocante à participação, tem-se inicialmente a atuação da Associação de Moradores do Paraguari, enquanto importante agente no processo de implementação das políticas públicas. No segundo momento, entretanto, no tocante à elaboração do PMSB, registra-se o distanciamento da comunidade do seu contexto político inicial. Nesse sentido, pode-se concluir que o bairro de Periperi apresenta carência de serviços básicos, principalmente no tocante à drenagem, com significativos rebatimentos na saúde pública, em decorrência da escassez de investimentos públicos municipais comparativamente a outros bairros de média e alta renda da cidade, resultando em uma condição de exclusão social, demandando um aporte maior de investimentos públicos, com vistas à redução da desigualdade social.

Aparecida Netto Teixeira
Universidade Católica de Salvador
cida.netto@hotmail.com

Nilton Magalhães Santos
Universidade Católica de Salvador
niltonblue@ig.com.br

O PLANO "BRASIL SEM MISÉRIA" SOB O ENFOQUE DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas de combate à pobreza no Brasil se difundem a partir da estabilização macroeconômica, alcançada com o Plano Real, em julho de 1994. A partir deste momento, diversas perguntas se colocam para os formuladores de políticas públicas, os quais passam a ter a responsabilidade de erradicar a pobreza e de favorecer o desenvolvimento e o crescimento econômico. O presente trabalho se propõe em avaliar o Plano "Brasil Sem Miséria" nas seguintes dimensões: os interesses, as ideias e as crenças por trás da política; as teorias que embasam o plano; o desenho e a operacionalização da política; os custos envolvidos; e os principais problemas operacionais. O estudo, além de constatar a efetividade do Plano, permitiu verificar como a política escolhida é complexa e conta com vários pilares de sustentação e com diversos agentes e atores envolvidos para o mais correto funcionamento da política pública. Diferentemente de um estudo quantitativo, este trabalho buscou aplicar os diversos conteúdos estudados na área de Políticas Públicas para um caso real, mostrando como tal associação é factível e como a realidade por trás da elaboração, implementação, execução e avaliação de uma política pública é bastante complexa.

Pier Francesco De Maria
Universidade Estadual de Campinas
pier@nepo.unicamp.br

OCUPE O COCÓ: UM CASO DE RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA EM FORTALEZA / CE

O artigo apresentado parte da inquietação dos autores despertada a partir das manifestações ocorridas no Brasil que tiveram início em Junho de 2013.

As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas, demonstraram uma insatisfação de grande parte do povo brasileiro em relação à questão urbana principalmente nas grandes cidades do país. A demonstração de insatisfação, entretanto, se deu de formas diversas em cada uma dessas manifestações. Assim, buscamos observar na cidade de Fortaleza, movimentos sociais que surgiram a partir daquele período e que se configuram como uma forma nova de refletir e discutir a cidade, inspirando-se em movimentos que ocorrem em outros paíse como o Occupy wall Street, em Nova Iorque, Primavera Árabe, e o Ocupe Estelita, em Recife. O objetivo do artigo é fazer um resgate de um momento histórico pelo qual aquela cidade passou a partir de um movimento chamado Ocupe o Cocó. Após esse momento outros movimentos urbanos surgiram e se articulam até o momento.

Palavras-chave: Movimentos Urbanos de Resistência; Jornadas de Junho; Occupy; Ocupe o Cocó.

Amiria Bezerra Brasil
UNIFOR / USP
amiriabrasil@gmail.com

Emanuel Ramos Cavalcanti
UNIFOR
ercavalcanti@yahoo.com.br

POLÍTICA, PROJETOS E RESISTÊNCIAS URBANAS: PERSPECTIVAS RUMO AO DIREITO À CIDADE EM FORTALEZA

O rápido avanço da urbanização em nossa sociedade, marcada pela desigualdade, gerou cidades extremamente segregadas. Os processos de planejamento urbano, via de regra, acabam ficando só no papel, e a gestão urbana acaba sendo dominada por projetos de caráter fragmentado e excludente. Esse artigo aborda a desconexão entre a política urbana oficial (a lei) e os projetos promovidos pelo Estado (ação), no caso, os projetos do VLT Parangaba/Mucuripe e o Residencial Cidade Jardim, em Fortaleza/CE. Num contexto de frequentes violações ao quadro jurídico e aos direitos humanos, emerge um forte processo de resistência comunitária pautado pela contestação dos projetos e exigência de dialogo e de direitos ao Estado. Para além da Introdução e Conclusão, o texto está dividido em um tópico sobre política, planos e projetos, outro sobre os projetos abordados e um último sobre violações, resistências e perspectivas rumo a efetivação do Direito à Cidade.

Valéria Pinheiro
IPPUR UFRJ
pacienciarevolucionaria@gmail.com

Victor Iacovini
UFC
vctriaco@gmail.com

HUMANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES EM CENTROS HISTÓRICOS: A PEDESTRIANIZAÇÃO E O VLT – A EXPERIÊNCIA DE SEVILHA, ESPANHA E BORDEAUX, FRANÇA

Esse trabalho faz uma reflexão sobre a contribuição que o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) vem trazendo para a humanização dos centros urbanos, na medida em que vêm sendo utilizados nas cidades europeias como aliado à pedestrianização de áreas históricas. O artigo discute o papel dessas áreas para a dinâmica das cidades e sua relação com a evolução urbana – em suas dimensões simbólicas e culturais – e vitalidade econômica, tendo os transportes papel fundamental na conformação destes aspectos. Para tanto, analisa-se o quadro dos países subdesenvolvidos, que vêm reiteradamente construindo cidades para o modelo baseado no automóvel, e colhendo, por conseguinte, dados de acidentes de trânsito e violência urbana assustadores ano a ano. Em contraposição, apresentam-se duas experiências europeias em cidades de porte médio que podem servir de parâmetro para a aplicação em cidades brasileiras: Sevilha, na Espanha, com uma linha de tranvia que perfura o centro histórico da cidade numa plataforma compartilhada com o pedestre, e Bordeaux, na França que redinamizou todo o seu centro a partir da inserção do VLT com interfaces mistas. A análise da adoção das estratégias utilizadas por essas cidades permitem-nos identificar os benefícios da escolha desse modal e sua capacidade de reestruturação urbana.

Palavras-chave: Pedestrianização, Centros históricos, VLT.

Flávio Tavares Brasileiro
Universidade Federal da Paraíba
flaviotavares_@msn.com

José Augusto Ribeiro da Silveira
Universidade Federal da Paraíba
ct.laurbe@gmail.com

ESPAÇOS LIVRES DE FRUIÇÃO PÚBLICA: NOVOS INSTRUMENTOS MUNICIPAIS

Tem se disseminado os Planos Diretores Municipais com foco central na articulação entre a mobilidade com a moradia e emprego. Alguns municípios estão promovendo o adensamento ao longo dos eixos de transporte urbano de massa. São propostas baseadas por um lado na inviabilidade do automóvel como solução de mobilidade em grandes cidades, por outro lado na necessidade de inclusão dos extratos médios e vulneráveis. Porém, este adensamento impõe a reflexão sobre o tratamento que estas regiões devem receber para comportar este impacto: desde calçadas mais largas, ampliação do comercio integrado às vias, locais de encontro e lazer, arborização e áreas verdes, amenização do microclima, cuidados paisagísticos, etc; ou seja, especialmente quanto à infraestrutura do sistema de espaços livres. Entende-se que o sistema de espaços livres de fruição pública muito podem contribuir para a qualificação dos espaços voltados à esfera de vida pública, dos eventos cotidianos às manifestações culturais e políticas em estrito sentido. Apresenta-se nesse trabalho dois estudos de caso, duas propostas nascidas na academia, em laboratório de pesquisa, e levadas aos novos planos diretores dos municípios de São Paulo e Santos, ambas situadas no estado de São Paulo.

Eugenio Fernandes Queiroga
USP
queiroga@usp.br

João Fernando Pires Meyer
USP
joaomeyer1@yahoo.com.br

Silvio Soares Macedo
USP
ssmduck@usp.br

REMOÇÃO E REASSENTAMENTO EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE BAIXADAS EM BELÉM: TENDÊNCIAS RECENTES E RETROCESSO

Em Belém, é levantada a hipótese de que o planejamento de reassentamentos, e a execução, após início das obras, são problemáticos devido as concepções inadequadas de projetos e imprecisões nas soluções de moradia da população deslocada. Este artigo tem como objetivo discutir sobre o processo recente de remoção e reassentamento consequente das obras de macrodrenagem e urbanização da Bacia da Estrada Nova, área de baixada que se caracteriza por ser local de moradia de população pobre, com a densidade mais alta de toda a região metropolitana. O estudo é capaz de demonstrar que apesar das diretrizes empregadas recomendarem aspectos que seriam relevantes para a garantia de segurança ao deslocado, há incongruências no processo de reassentamento, presenciando-se uma série de problemáticas relacionadas com a definição de moradia, negociação com moradores e indenizações, pontos que levam ao questionamento das ações recentes de reassentamento, consideradas retrógadas frente ao debate do direito à moradia.

Palavras-chave: Reassentamento; Remoção; Urbanização de favelas; Belém.

Monique Bentes Machado Sardo Leão
UNAMA
monique.bentes@gmail.com

>ST3

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INOVAÇÃO E REDES REGIONAIS

REDES DE COOPERAÇÃO E DINÂMICA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO REDE CASANOVA

Giovana Goretti Feijó de Almeida
Universidade de Santa Cruz do Sul
agenciaggoretti@gmail.com

Rogério Leandro Lima da Silveira
Universidade de Santa Cruz do Sul
rlls@unisc.br

ANÁLISE ESPACIAL DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO): O CASO DE GOIÁS

Este estudo examina a influência do espaço na distribuição de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) entre 2004 e 2011 nos municípios goianos, para ambos os programas: Empresarial e Rural. Apresenta-se brevemente a formação econômica do Estado, essencial para entender a atual configuração econômica, e as principais teorias de Desenvolvimento Econômico Regional, especialmente aquelas ligadas às economias de aglomeração. As correlações espaciais foram verificadas por meio do Índice de Moran global e local (LISA), que mostrou que a distribuição do FCO não depende somente das atividades econômicas do município, mas também é fortemente influenciada, de maneira positiva, pelo nível de recursos que circula na vizinhança. Existem clusters de recursos do FCO para o programa Empresarial na região próxima à Goiânia e Anápolis, e do programa Rural no sul do Estado, principalmente no sudoeste goiano, o que está em acordo com as concentrações das respectivas atividades econômicas dessas regiões.

Alex Felipe Rodrigues Lima
UFG
afelipe_7@hotmail.com

Everaldo Leite da Silva
Universidade Federal de Goiás
everleit@hotmail.com

Guilherme Resende Oliveira
Universidade de Brasília
resendego@yahoo.com.br

Marcos Fernando Arriel
PUC Goiás
mfarriel@gmail.com

CLUSTERS ESPACIAS DE EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

De país historicamente receptor de migrantes internacionais, o Brasil passou, nas últimas décadas do século passado, a enviar um contingente significativo de população para o resto do mundo. O objetivo deste artigo é identificar as principais regiões de origem dos migrantes internacionais no território brasileiro, através do mapeamento de clusters espaciais de emigração internacional. Fez-se isto utilizando um modelo de análise estatística espacial (Índice de Moran), com base nas informações do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Os resultados encontrados mostraram uma elevada concentração espacial de emigrantes no território. Esses municípios foram agrupadas em nove clusters de emigração. Também foi verificada uma elevada concentração em termos de país de destino dos migrantes.

Diego Rodrigues de Macedo
IBGE
rodriguesmacedo@gmail.com

Marden Barbosa de Campos
IBGE
mardencampos@gmail.com

DA AMAZÔNIA LEGAL AO TERRITÓRIO CENTRO NORTE: O CONTINUUM

O principal objetivo deste artigo é analisar o processo de transformação do Centro Norte, antes uma terra inóspita, em área urbanizada. Utiliza-se o Quociente Locacional – QL para observar o deslocamento das atividades urbanas e rural entre 1993 e 2013, além de empregar o conceito de continuum para compreender estas mudanças. Os resultados apontam que a expulsão da população do campo e o suporte a agricultura mecanizada tornaram o comércio a atividade mais dispersa no Centro Norte. Porém, a alteração do continuum urbano-rural para o urbano -industrial não aconteceu em todas as partes. Algumas áreas como o sudeste paraense e partes do Maranhão e Tocantins é evidente esta passagem. Nas demais, principalmente na divisa entre Piauí, Bahia e Tocantins, este processo está no estágio inicial, necessitando de uma análise aprofundada.

Thiago José Arruda de Oliveira
UNIOESTE/Toledo
mestradodra@hotmail.com

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS DAS EXPERIÊNCIAS RECENTES NO BRASIL

Este estudo teve caráter exploratório e visou contribuir na compreensão da dimensão espacial do desenvolvimento no Brasil e de opções políticas que afetam o território. Para tanto, foram apresentadas algumas iniciativas de planejamento do desenvolvimento com base territorial. Das iniciativas nacionais selecionadas, foi apresentada breve retrospectiva e caracterização dos Planos Plurianuais (PPAs) de 1996-1999 a 2012-2015; do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); do Programa Territórios de Cidadania (PTC) e do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT). Foram feitos levantamentos em diversas fontes bibliográficas e finalizou-se com uma síntese dos avanços e dos limites dessas iniciativas, ressaltando-se que a incorporação da dimensão territorial nas iniciativas governamentais contribui para a transparência da administração pública, pois mostra a ação do Estado em pontos específicos do território. Entre os constrangimentos das políticas territoriais, se apontou que não se pode dizer que haja uma política nacional de desenvolvimento econômico territorial no Brasil ou planejamento territorial, mas opções políticas que afetam o território e que também muitas vezes há ausência de uma avaliação democrática transparente em relação às demandas sociais nas iniciativas vigentes.

Claudete de Castro Silva Vitte
Universidade Estadual de Campinas
clavitte@ige.unicamp.br

NORDESTINO: EVIDÊNCIAS ECONOMÉTRICAS COM BASE NO CENSO DE 2010

Neste trabalho buscou-se mensurar o fluxo de migração de retorno para o Nordeste no período de 2005-2010. Analisou-se, também o perfil do indivíduo retornado. Foram utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010. Estimou-se a equação minceriana ampliada. Inicialmente verificou-se que os maiores fluxos de pessoas retornadas foram na direção dos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco em ordem decrescente. Com relação ao fluxo de migrante para o Nordeste as maiores quantidades ocorreram também para esses mesmos estados da região. Quando verificada a origem do migrante de retorno nordestino encontrou-se que quase 70% dessas pessoas retornaram da Região Sudeste. Os resultados sugerem que a decisão de migrar para os migrantes nordestinos que não retornam foi um investimento de sucesso haja vista que em média eles têm um diferencial de renda favorável em relação aos não migrantes. Já os que retornam, possivelmente fracassaram nesta decisão uma vez que ao retornarem têm um diferencial de renda negativo em relação aos não migrantes.

Cícero Francisco de Lima
URCA
cyaralyma@hotmail.com

INCLUSÃO SOCIAL E BLOQUEIOS ESTRUTURAIS: A DINÂMICA TERRITORIAL NO VALE DO RIBEIRA

Os avanços sociais observados no Brasil desde início dos anos 2000 manifestam-se de forma espacialmente heterogênea, refletindo especificidades territoriais. O território do Vale do Ribeira, a despeito da presença de elementos consagrados pela literatura como cruciais para o desenvolvimento – arenas públicas de negociação, organizações civis e abundância de recursos naturais – vem apresentando resultados modestos. Este trabalho dedica-se à análise das mudanças sociais ocorridas na última década no território procurando entender, a partir de uma abordagem institucionalista, quais os vetores das transformações recentes e os bloqueios a elas, com foco na evolução histórica de elementos como estruturas produtivas, organizações civis, coalizões sociais e políticas públicas.

Carolina Simões Galvanese
Universidade Federal do ABC
carolgalvanese@yahoo.com.br

Rafael Diego de Serrão Moralez
Universidade Federal do ABC
moralez555@gmail.com

Yumi Kawamura
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP
yumi.kawamura.go@gmail.com

ALGUNOS APORTES DE POLITICAS PÚBLICAS PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR EN COLOMBIA: CONTRIBUCIONES Y RETOS PARA EL DESARROLLO RURAL

El artículo aborda el proceso y desarrollo de la agricultura familiar en Colombia y sus políticas públicas. El objetivo de este artículo es presentar un panorama general por medio de referencias bibliográficas, documentales, informes y de algunos eventos relaciones con el tema. Se pretende saber y conocer más sobre el asunto, ya que es suma importancia tanta a nivel nacional como internacional. Es la agricultura familiar que alimenta millares de personas como también, es un factor importante en la lucha por la seguridad alimentaria de la población. Colombia sigue la tendencia de lo que ha ocurrido en los países desarrollados, cada vez la participación del sector agropecuario en el PIB es menor, en consideración con otros sectores como la industria y los servicios. Mismo así no deja de tener menor importancia en relación al aporte de la economía y desarrollo social, donde se destaca su papel. Una de las cuestiones más criticadas y que genera muchos cuestionamientos es el tema de la producción de estadísticas relevantes, que tengan una continuidad, que sean oportunas y con calidad, fundamentado en un modelo integrado de estadísticas agropecuarias que corrija aquellas divergencias, que presenta debilidades en la oferta de las estadísticas. Un modelo integrado en donde se encuentren todos los datos documentados, procesos y lo más importante que sea de fácil acceso para las personas que necesitan este tipo de información, donde se pueda evidenciar la evolución de cada paso de diseño, seguimiento y evaluación de cada una de las políticas públicas.

Yamile Lined Ramos Mahecha
Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro
lined.ramos@gmail.com

DESTERRITORIALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE ATORES LOCAIS: O CASO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL DE SEROPÉDICA-RJ

O presente estudo visa discutir como a agricultura familiar no município de Seropédica-RJ pode representar um campo de força contrário a desterritorialização que vem sofrendo a Microrregião de Itaguaí, na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Região esta que atrai megaempreendimentos com consequente especulação imobiliária

impactando negativamente a produção agrícola da região. Neste sentido a agroecologia adensada pela criação de redes institucionais de pesquisa e extensão (EMBRAPA, UFRRJ, Emater Rio, Prefeitura Municipal de Seropédica, Pesagro-Rio) representa um processo de inovação quanto a participação, controle social e fortalecimento da agricultura local. Tais articulações institucionais são discutidas nos conselhos municipais de segurança alimentar acerca da necessidade da inclusão das famílias de agricultores no programa de alimentação escolar, formação de feiras orgânicas, modos de escoamento e inovação da agricultura. Percebe-se também a formação de um núcleo de agricultores inseridos na produção de alimentos orgânicos destinados ao mercado do Grande Rio. A inovação organizacional proposta por essa tecnologia social pode contribuir para impulsionar o aspecto socioeconômico e político das famílias enquanto "meio" para que haja a continuidade da atividade, de forma que os "fins" sejam o fortalecimento, a preservação e o resgate da identidade e da cultura rural da cidade, por meio da inclusão dos diversos atores nas agendas das políticas locais, estimulando, promovendo e valorizando a multifuncionalidade desempenhada pela agricultura familiar na região.

Lamounier Erthal Villela
UFRRJ
lamounier.erthal@gmail.com

Marcelo de Oliveira Vidal
UFRRJ
celovidal@hotmail.com

Márcio de Albuquerque Vianna
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
marcioviannamat@ufrrj.br

EMPREGO CELETISTA NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAIANOS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

As duas últimas décadas foram marcadas por mudanças estruturais que redefiniram o modelo de desenvolvimento seguido pelo país desde o pós-guerra e introduziram rápidas modificações na divisão inter-regional do trabalho, alteraram o papel e as possibilidades de desenvolvimento de cada região. Este processo já vem sendo, obviamente, estudado por pesquisadores de diversas áreas — Economia, Sociologia, Geografia — mas, até aqui, as pesquisas têm priorizado, fundamentalmente, as escalas estadual e metropolitana, sendo ainda relativamente escassas aquelas que buscam entendê-lo no âmbito intraestadual. A existência desse desafio interpretativo é o que motivou a elaboração deste trabalho, cujo objetivo central é descrever alguns traços específicos do mercado de trabalho celetista, no período que cobre os anos de 2001 a 2010, priorizando uma forma de análise que valorize as singularidades da evolução do emprego com carteira assinada nos Territórios de Identidade baianos. Com efeito, procurou-se estruturar uma espécie de perfil do emprego formal no estado, avaliando sua evolução ao longo do tempo, identificando principalmente quem é o trabalhador que se inseriu nesse mercado no decênio anterior, qual o nível de salário ofertado, o grau de escolaridade exigido, quais os setores que mais geraram empregos e os territórios de identidade do estado que mais se beneficiaram com novos postos de trabalho. Para empreender esse exercício, utilizam-se os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que registra os saldos de emprego formal (resultado das admissões e demissões de trabalhadores com carteira de trabalho assinada).

Helcio de Medeiros Junior
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
hmedeirosjunior@gmail.com

Laumar Neves de Souza
Universidade de Salvador-UNIFACS
laumar.souza@unifacs.br

Tatiana de Andrade Spinola
Universidade de Salvador-UNIFACS
tatiana.spinola@unifacs.br

DINÂMICA URBANA E EMPREGO NAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE PAU DOS FERROS (RN)

Encravado no interior do estado potiguar, na raia divisória do Rio Grande do Norte-Paraíba-Ceará, Pau dos Ferros assume as funções de uma cidade média ao ofertar serviços, inclusive serviços especializados nas áreas de educação e saúde, bem como a de atuar como uma 'bacia de empregos' para a região, em especial, para os 55 municípios que compõem sua área de influência. Nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é estudar a dinâmica urbana recente de Pau dos Ferros e seus rebatimentos na estrutura ocupacional. A pesquisa revelou uma expansão na área urbana da cidade tanto no que se refere à ocupação do solo urbano quanto em relação à estrutura produtiva e ocupacional. Em termos ocupacionais, apesar do crescimento da ocupação em alguns setores considerados de ponta, como os ligados às comunicações, à informática e aos serviços financeiros, as mudanças ainda são lentas e segmentos tradicionais como o comércio informal e o serviço doméstico, conhecidos pela precariedade das condições de trabalho, ainda são responsáveis pela ocupação de parte significativa da PEA urbana pauferrense. Trata-se de uma dinâmica espacial em que o terciário informal ainda atua como refúgio para aqueles que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Dinâmica urbana. Setor terciário. Ocupação.

Franciclézia de Sousa Barreto Silva
UERN
cleziasb@yahoo.com.br

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas
UERN
joseneyqueiroz,uern@gmail.com

Maria do Livramento Miranda Clementino
UFRN
clement@ufrnet.br

POLÍTICAS TERRITORIAIS: DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente artigo tem como objetivo analisar a política territorial implementada no estado Pará localizado no Brasil, a partir de 2007. A hipótese principal considera que a política territorial proposta não obteve o resultado esperado devido ao formato do modelo federativo brasileiro e às dificuldades institucionais, políticas e sociais que caracterizam a região. O artigo apresentará o debate acerca da relação entre Estado e desenvolvimento a partir das contribuições de Hall& Taylor, (2003) Sen, (2000) e North, (1993), apresentando em seguida a política territorial implementada no estado Pará especificando variáveis independentes utilizadas no que diz respeito aos mecanismos de cooperação existentes e incentivos entre os níveis da federação (federal, estadual e municipal) relacionados ao desenvolvimento regional e a capacidade institucional e fiscal do governo (Soares, 2013).O artigo concluiu que a política para o desenvolvimento territorial estadual apesar de apresentar mecanismos de ampliação para coordenação e a cooperação entre os entes federados não propiciou um avanço significativo o desenvolvimento regional.

Jorgiene dos Santos Oliveira
UFSCAR
jorgieneso3@gmail.com

>ST4

NATUREZA, REPRODUÇÃO SOCIAL E BENS COMUNS

VULNERABILIDADE AMBIENTAL, FORMALIDADE E INFORMALIDADE NO ACESSO À ÁGUA: DISCUTINDO REALIDADE E ALTERNATIVAS PARA O ABASTECIMENTO HÍDRICO EM QUEIMADOS (RJ)

O município de Queimados está situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na região denominada como Baixada Fluminense, e possui, como os demais municípios da periferia metropolitana, uma série de problemas de infraestrutura. Alguns destes problemas acarretam a ausência de direitos fundamentais de acesso a bens comuns necessários à vida, como o acesso à água e demais serviços de saneamento, configurando um quadro de vulnerabilidade ambiental de seus habitantes. Adotamos uma abordagem de vulnerabilidade que articula os aspectos físicos ou geográficos às condições sociais e econômicas, havendo, ao mesmo tempo, uma preocupação com a compreensão dos processos que conformam o quadro de vulnerabilidade. Neste artigo, buscamos compreender tal processo a partir da caracterização do serviço formal, ou seja, o serviço público de abastecimento de água em Queimados, e das estratégias informais acionadas pela população para fazer frente à ineficiência deste serviço – isto é, o uso de poços e minas de água ou nascentes. De acordo com a pesquisa, os processos presentes no nível metropolitano de segregação e precarização dos serviços na periferia se repetem no nível municipal. Além disso, a ação do poder público na estruturação dos sistemas de abastecimento metropolitanos e na elaboração e implementação de políticas públicas de saneamento promovem e perpetuam a vulnerabilidade ambiental na periferia da metrópole fluminense.

Ana Lúcia Nogueira de Paiva Britto
Universidade Federal do Rio de Janeiro
anabrittoster@gmail.com

Antonella Maiello
Universidade Federal do Rio de Janeiro
antonella.maiello@gmail.com

Suyá Quintslr
Universidade Federal do Rio de Janeiro
suya_q@yahoo.com.br

PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA EXIGÊNCIA DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: EXPERIÊNCIA DE CALDAS NOVAS - GO

O estudo de impacto de vizinhança - EIV é um instrumento de planejamento urbano que pode promover o turismo sustentável. Por ser uma cidade turística, Caldas Novas recebe pessoas de quase todos os estados brasileiros. Visando atrair mais turistas, foi criado em 2006 um mega festival de música que atrai mais de 60 mil pessoas/ dia. O objetivo da pesquisa foi verificar a aplicabilidade do EIV no Caldas Country. Concluiu que houve mudanças positivas no evento após a elaboração do estudo de impacto de vizinhança ficando evidente que este é um instrumento adequado para minimização de impactos urbanos causados por grandes eventos devendo ser mais explorado pelos municípios, principalmente os turísticos.

Antônio Pasqualetto
Pontifícia Universidade Católica De Goiás
profpasqualetto@gmail.com

Naraiany Aparecida Alves
Faculdade de Caldas Novas
naraianyalves@hotmail.com

Obede Rodrigues Alves
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
alves.obede@gmail.com

Otniel Alencar Bandeira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
otnielalencar@gmail.com

Ycarim Melgaço Barbosa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
ycarim@gmail.com

CIDADES E MUNDAÇAS CLIMÁTICAS: PLANEJAMENTO URBANO E GOVERNANÇA LOCAL NO BRASIL

As abordagens sobre cidades e mudanças climáticas são incipientes no Brasil, tanto na academia quanto entre formuladores e gestores de políticas públicas. Em um futuro próximo, espera-se a intensificação dos estudos sobre o tema e, também, de iniciativas locais voltadas às mudanças climáticas nas cidades brasileiras, a exemplo o que vem ocorrendo em alguns países desenvolvidos (Estados Unidos, Reino Unido, entre outros), sobretudo nos últimos cinco anos. O presente trabalho objetiva contribuir para as discussões sobre a maneira com que as cidades brasileiras estão reagindo a uma nova onda de mobilização internacional, em prol de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos centros urbanos. Para cumprir tal tarefa, foi realizado uma investigação minuciosa sobre a existência de arranjos institucionais (comitê local, fóruns, entre outros) e iniciativas de planejamento e gestão (inventários de emissões de gases estufa, planos de adaptação e mitigação, leis específicas municipais, associação a redes de conhecimento – destaque para o ICLEI) nas sedes das maiores RMBs (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória). O estudo demonstra que, em boa parte dos casos, os municípios sedes de RMs tratam as mudanças climáticas como algo secundário nas administrações públicas locais. Os novos desafios ambientais contemporâneos exigem a superação do atraso das cidades brasileiras em relação à adoção de uma agenda ambiental local alinhada ás questões climáticas globais.

Douglas Sathler dos Reis
UFVJM
doug.sathler@gmail.com

Júlio César Tavares
UFVJM
paivajulio2@gmail.com

Tatiana Brant
UFVJM
tatianabrant@gmail.com

GESTÃO METROPOLITANA: A UNIDADE TERRITORIAL DE PLANEJAMENTO DO ITAQUI COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL EM ÁREA DE MANANCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Este artigo tem como objeto de estudo a Unidade de Territorial de Planejamento do Itaqui como instrumento de ordenamento territorial em área de manancial de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O objetivo é avaliar em que medida este instrumento contribuiu ou tem contribuído, considerando o uso e a ocupação do solo, para a garantia das condições ambientais necessárias à preservação de parte da bacia do Rio Iraí e da bacia do Rio Itaqui. Para isso o artigo é dividido em cinco capítulos. Inicialmente é feita uma breve contextualização acerca do histórico da gestão dos mananciais na RMC e da relação com o planejamento metropolitano. Em seguida, concentra-se a discussão na UTP do Itaqui, apresentando suas características e a concepção de seu planejamento. O terceiro capítulo descreve o método do estudo proposto, dividido em três categorias de análise (evolução populacional, parcelamento do solo e uso do solo), enumerando os dados utilizados em cada categoria, suas fontes e os produtos gerados. Segue-se então à análise de cada categoria e por fim apresentam-se as conclusões. A conclusão principal do estudo é que, em termos de ordenamento territorial, a instituição da UTP do Itaqui permitiu uma melhor organização do crescimento populacional, controlando a pressão por ocupação e orientando a dinâmica urbana, em acordo à concepção do instrumento.

Nadia Cibele Besciak
UFPR e Universidade Positivo
nadiabesciak@gmail.com

ECOLIMITE E CONTENÇÃO DE FAVELA: O CASO DO MURO DA FAVELA SANTA MARTA

Este trabalho pretende analisar o significado do muro da favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. A abordagem buscará registrar o embate de ideias que acompanhou a efetivação da política de ecolimites em seu caso mais emblemático na cidade do Rio de Janeiro, explicitando o conflito originado da diversidade de significados e interpretações atribuídos ao muro construído em 2009, com o objetivo de conter a expansão desta favela sobre áreas de mata na cidade. A abordagem ilustrará as opiniões de diversos setores da sociedade (moradores, agentes públicos, mídia) acerca deste projeto inserindo os impactos desta obra num contexto complexo de políticas públicas para as favelas na cidade do Rio de Janeiro na atualidade. A realização deste trabalho ocorreu através de levantamento bibliográfico, catalogação de reportagens.

Laerte Costa Silva
IPPUR/ UFRJ
laertes@bol.com.br

MODO DE VIVER RIBEIRINHO NA ILHA DO COMBU EM BELÉM-PARÁ: ORGANIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA

O presente artigo descreve o modo de viver ribeirinho dos moradores da ilha do Combu(Belém-PA) situando sua organização sócio-produtiva. Evidencia alguns elementos dos moradores ribeirinhos no espaço urbano, destacando suas particularidades. Ancorado no arcabouço analítico desenvolvido por Santos (1994) registra também, que as políticas públicas ambientais não devem resumir-se à oferta de equipamentos de uso coletivo e de infra-estrutura, porém, deve romper com a "invisibilidade" que marca os moradores ribeirinhos. Para isso, deve ultrapassar a aparente homogeneidade que reveste as ilhas que compõe o arquipélago de Belém. Assiste-se a constatação de que a produção ribeirinha não se restringe apenas a subsistência, mas constitui um apêndice da economia local, através da distribuição dos produtos tradicionais nos portos localizados em toda a extensão da orla. A principal característica da capital do estado é o crescimento a partir da orla fluvial. Se por um lado, essa característica geográfica tem papel fundamental na constituição de identidade dos ribeirinhos, os quais atribuem ao rio o valor de bem patrimonial. Por outro, este fato pode representar o agravamento dos conflitos sócio-espaciais e crises de representação que são engendrados no contexto de crescimento e da periferização da cidade.Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa etnográfica baseada na caracterização da forma de vida e trabalho.

Palavras-chave: Organização Sócio-Produtiva,Ribeirinhos,Ilha do Combu.

Flávia Ferreira Gomes
UFPA
flaviaferreira31@yahoo.com.br

Sônia Socorro Miranda Batista
UFPA
sonia_batista63@hotmail.com

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: O CASO DA COMUNIDADE JURUBATUBA E OS EMBATES ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

O presente artigo tem como objetivo debater, a partir do referencial teórico da (in)justiça ambiental, a possibilidade de convergência teórica e prática entre preservação ambiental e direito à moradia. A análise usou um caso concreto para estampar o debate.

Julia Azevedo Moretti
PUC/SP
jamoretti@pucsp.br

Nathércia Magnani
PUC/SP
nacrimagnani@gmail.com

Nunes Lopes dos Reis
PUC/SP
nunesrreis@gmail.com

POLÍTICAS URBANAS E AMBIENTAIS INTEGRADAS? IMPASSES E DESAFIOS NAS ÁREAS DE MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

O artigo discute os impasses e os desafios do processo de implementação das políticas ambientais que incidem em áreas de proteção dos mananciais sul/sudeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em integração com as políticas urbanas municipais. Sob a perspectiva da gestão integrada das bacias hidrográficas são expostas as dificuldades de articulação entre as leis especificas de proteção dos mananciais das sub-bacias Guarapiranga e Billings e os planos diretores municipais e demais instrumentos urbanísticos. O tema se insere no amplo debate sobre a escassez d`água que ocorre recentemente na RMSP e se interliga diretamente ao padrão de urbanização extensivo das cidades brasileiras, onde o comprometimento dos recursos ambientais se alia a situações de risco social. Conclui-se que a implementação das legislações de proteção e recuperação dos mananciais por um lado, representam um avanço para a realidade destas áreas, pois incorporam a dimensão urbana nas políticas ambientais e, ao mesmo tempo, estabelecem referenciais para a redefinição das políticas locais e setoriais. No entanto, a complexidade do processo e a ausência de diálogos entre os principais atores institucionais indicam conflitos e desafios a serem superados para o planejamento integrado e a implementação de projetos contínuos de longo prazo nas áreas protegidas.

Angelica Tanus Benatti Alvim
Universidade Presbiteriana Mackenzie
angelica.benatti.alvim@gmail.com

>ST5

TÉCNICAS E MÉTODOS DE MODELAGEM E DE ANÁLISE SOCIOESPACIAL

LOCALIZAÇÃO INTRAURBANA DAS FAVELAS BRASILEIRAS: O PAPEL DOS FATORES GEOGRÁFICOS

Apesar de ser o lar de quase 1 bilhão de pessoas, as favelas têm recebido pouca atenção na literatura de economia urbana. Ao criar um banco de dados original que reúne dados Censitários, topográficos e de localização dos corpos d´água, investigamos a dispersão espacial das favelas dentro das cidades, elencando e discutindo um conjunto de fatos estilizados. Mostramos que, embora haja uma forte associação negativa entre renda e distância do centro da cidade para residentes da área formal das cidades, a mesma associação é menos clara para os residentes da área informal. Além disso, a dispersão espacial das favelas varia significativamente entre as áreas metropolitanas. Para explicar esta variação investigamos o papel dos fatores geográficos. Cidades com relevo muito acidentado entrelaçado ao tecido urbano apresentam favelas mais bem localizadas. Estas ocupam terras inadequadas para a ocupação urbana formal similar. De fato, as condições topográficas e ambientais das áreas de habitação informal se mostraram inferiores que as das áreas formais. Dentre os resultados do estudo, destaca-se o de regressão logística da condição de ocupação das áreas estudadas e suas características geográficas, que indica que terrenos íngremes e próximos a margens dos rios são bons indicadores da presença de favelas.

Lucas Ferreira MAtion
IPEA
lucas.mation@ipea.gov.br

Vanessa Gapriotti Nadalin
IPEA
vanessa.nadalin@ipea.gov.br

ESTRUTURAÇÃO, ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS NA ZONA DE FRONTEIRA

O presente estudo analisa alguns aspectos da integração do território brasileiro com o dos países vizinhos a partir a zona de fronteira nacional e discute o papel dos sistemas de informações geográficas e das estruturas de dados na representação do espaço. O trabalho lançou um olhar geográfico sobre a "topologia da zona de fronteira", ao passo que promove uma forma de transcrição da noção de espaço (e dos entes analíticos correlatos) para o ambiente computacional, a fim de estruturar o uso dos sistemas de informações geográficas para os estudos sobre Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul . Trata-se de um estudo aplicado a gestão do território que, no entanto, traz a reboque uma discussão teórica que está (ou deveria estar) no cerne da produção contemporânea da pesquisa em geografia, sobre a mudança no paradigma representacional do espaço, que ainda não foi devidamente posta em evidência.

Luciano de Lima Gonçalves
UFRJ
lucianolimageo@gmail.com

USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NO AUXÍLIO À DOCUMENTAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES NA CIDADE DE NATAL

É essencial para uma cidade ter espaços livres em seu tecido urbano, quer sejam eles destinados ao uso público ou privado, desempenhando diversas funções fundamentais para uma boa urbanidade (recreação; drenagem, amenização climática, etc). Na pesquisa intitulada "Os sistemas de espaços livres públicos e a urbanidade – um diagnóstico da situação dos espaços livres na cidade de Natal" foi levantada a situação físico-espacial de 350 espaços livres em oito bairros da cidade de Natal, informações que estão sendo catalogadas a fim de compor um banco de dados. Para tanto, utiliza-se como instrumento sistemas de informação geográfica (SIG), devido à sua capacidade de agregar a dimensão geoespacial à pesquisa científica, o que proporciona uma maior eficiência na análise dos dados e inúmeras possibilidades representativas. Resultados preliminares da pesquisa apontam que muitos espaços livres não são utilizados de forma a trazer benefícios à qualidade de vida da população, tanto por sua pouca expressividade em critérios qualitativos, quanto pela sua distribuição que demonstra a falta de conexão entre os mesmos, indicando que não foram pensados enquanto um sistema. O banco de dados em construção facilitará tanto na definição de diretrizes para um melhor uso e ocupação desses espaços, quanto possibilitará à gestores e outros pesquisadores o acesso fácil a uma ampla gama de informações sobre os espaços livres levantados. Logo, este artigo tem como objetivo ressaltar a importância da utilização dos SIG no processo de análise e construção de um banco de dados sobre os espaços livres existentes na cidade de Natal.

Miss Lene Pereira da Silva
UFRN
misslenep@gmail.com

Verônica Maria Fernandes de Lima
UFRN
verolima04@gmail.com

Viviane Gomes Medeiros
UFRN
arq.vivianemedeiros@gmail.com

PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA O CAMPUS DA UFSM – SANTA MARIA – RS

O Planejamento Urbano Sustentável reflete sobre os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. Dessa forma, torna-se o processo pelo qual é possível discutir a respeito da realidade urbana, seja nos aspectos físico, sócio-culturais, econômicos, humano, político e ambiental. Diante de planos e projetos inacabados, o Campus da Universidade Federal de Santa Maria-RS, apresenta dificul-

dades na implantação de programas de planejamento urbano sustentável para seu território. Partindo dessa realidade, esse trabalho tem por objetivo conhecer e analisar a realidade ambiental do Campus, adotando uma visão ecossistêmica do ambiente, através da integração dos ecossistemas urbanos, agroecossistemas e ecossistemas naturais. Visando contribuir para esse propósito, adotaram-se as bases conceituais do planejamento ambiental fundamentadas em Franco (2001). Para isso, foram realizados mapeamento da realidade ambiental do Campus a partir de um Sistema Geográfico de Informação (SGI), associado à análise ambiental por geoprocessamento, conforme metodologia proposta por Xavier da Silva (1987;1999;2001) e Mello Filho (2003). Essas Avaliações Ambientais fizeram uso de integração digital de informações, com definições espaciais da realidade e das exigências da legislação ambiental vigente, gerando como resultado, o Zoneamento Ambiental do Campus.

Palavras-chave: Análise Ambiental, Geoprocessamento, Planejamento Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Campus UFSM.

Daiane Regina Valentini
Unoesc Chapecó SC
arqvalentini@yahoo.com.br

PROJETO URBANO E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: CIDADE PEDRA BRANCA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

O projeto Cidade Pedra Branca está sendo implantado em Palhoça, região metropolitana de Florianópolis, sul do Brasil. Inicialmente alavancado pela instalação do Campus da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), em 1997, o que seria uma urbanização nos moldes do zoneamento monofuncional transformou-se, a partir de 2005, em um empreendimento alinhado às premissas do Novo Urbanismo. Neste trabalho, avaliamos a rede de espaços públicos configurada por este projeto, realizando análise morfológica que identifica e potencialidades e limitações da proposta no que se refere à criação de um ambiente genuinamente urbano. A sequência metodológica utilizada para analisar a rede de espaços públicos do Projeto Cidade Pedra Branca inclui a análise da forma e da distribuição de usos e das atividades no tecido urbano, em várias escalas, vinculando estas leituras com as possibilidades e limitações que colocam a uma efetiva vida urbana nos lugares de uso público. O que se observa é que, a exemplo de outras propostas efetivamente implementadas por esta corrente, o projeto acaba se estruturando de modo introvertido e autocontido, se firmando mais em termos locais do que em uma efetiva integração com o todo da estrutura urbana em que está inserido.

Almir Francisco Reis
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
almir@arq.ufsc.br

Fernanda Maria Menezes
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
fernanda.menezes@unisul.br

TRANSPORTE PÚBLICO EACESSIBILIDADE EM UMA CIDADE DISPERSA: O CASO DOS PONTOS DE ÔNIBUS EM JOÃO PESSOA-PB

A capacidade de se deslocar na cidade é uma necessidade básica e que permite o acesso e a manutenção das relações sociais, podendo ser considerado como um dos direitos básicos de uma sociedade democrática. No atendimento dessa necessidade, o sistema de transporte público coletivo funciona como uma engrenagem essencial. No entanto, no Brasil, o sistema de transporte público por ônibus, em geral, não consegue oferecer um serviço de boa qualidade. Na cidade de João Pessoa, que passa por um processo de dispersão urbana, o sistema dá sinais de deficiência e degradação. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o nível de acessibilidade do serviço de transporte público por ônibus da cidade de João Pessoa a partir da cobertura espacial dos pontos de embarque e desembarque existentes. Os produtos cartográficos gerados mostraram que a distribuição dos pontos de ônibus na cidade, apesar de desigual, não é desordenado, pois segue a lógica da demanda. Reconhecendo suas limitações, como a não consideração de variáveis como a existência de conforto e segurança no percurso, as condições das calçadas para caminhada e a necessidade de contornar os espaços edificados para se chegar ao ponto de ônibus, conclui-se que os produtos cartográficos construídos e

utilizados para esta análise mostraram-se eficientes, como ferramenta de aproximação e de baixo custo; eles evidenciaram espacialmente a existência de falhas/lacunas na cobertura do serviço.

Paulo Vítor Nascimento de Freitas
Universidade Federal da Paraíba
paulogeo5@gmail.com

Lídia Pereira Silva
Universidade Federal da Paraíba
lidia.pereira.arq@gmail.com

Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro
Universidade Federal da Paraíba
alexbccastro@hotmail.com

>ST7

DINÂMICA IMOBILIÁRIA, HABITAÇÃO E REGULAÇÃO URBANA

ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM CIDADES TURÍSTICAS: UMA ANÁLISE DE CANELA E GRAMADO (RS)

Canela e Gramado são os principais núcleos do processo de desenvolvimento da chamada Região das Hortênsias devido à suas potencialidades econômicas, mais especificamente atreladas ao turismo. Enquanto aglomeração urbana, elas tem repercussão a nível nacional e internacional justificadas pelo turismo, e devido sua proximidade, observa-se de modo informal, que existe relação de complementaridade entre ambas as cidades. Canela tem mais assentamentos informais que Gramado, e em ambas as cidades estão distribuídos de forma distinta no espaço urbano. Como recorte analítico investigou-se as formas de gestão dos poderes públicos municipais voltadas aos assentamentos informais em ambas as cidades. Embora existam análises acadêmicas a respeito dessas cidades, os temas estão voltados a outros assuntos, como por exemplo, ação do capital imobiliário na organização das cidades, crescimento urbano e turismo. Os resultados apresentaram diferentes formas de gestão pelos poderes públicos municipais nos assentamentos informais, que podem ter influenciado nas diferentes formas de ocupação no tecido urbano.

Débora Carina Lopes
UFRGS
debora_carina@yahoo.com.br

MEGAEVENTOS E INFORMALIDADE URBANA: O CASO DO LAGAMAR EM FORTALEZA

O problema da informalidade urbana e precariedade habitacional constitui um fator estrutural para o atual cenário de descontrole urbanístico e desqualificação do ambiente construído. Este problema foi historicamente associado à recessão econômica, ao empobrecimento da população e à ausência de recursos públicos para financiar o processo de urbanização. Entretanto, desde a metade da década de 2000 o cenário macroeconômico brasileiro sofre alterações, resultando em maiores investimentos no espaço urbano. Alegadamente, os investimentos da Copa 2014 nas 12 cidades–sede brasileiras, seriam inseridos neste contexto favorável para a qualificação do ambiente construído. Entretanto a relação entre a disponibilidade de investimentos urbanos e o acesso da população de baixa renda ao espaço urbano qualificado merece ser problematizada. Este artigo investiga a (in)capacidade dos investimentos urbanos associados à Copa 2014 em contribuir reverter o quadro de informalidade e precariedade, a partir das transformações urbanas recentes no assentamento do Lagamar em Fortaleza. Através de análise documental, do acompanhamento de audiências públicas, de entrevistas com tomadores de decisão e com a população afetada, além de um esforço para a espacialização das informações coletadas, busca-se avaliar as implicações das alterações no tecido urbano informal induzidas pelos investimentos do Megaevento. O caso analisado revela que os investimentos do Megaevento têm, não apenas contribuído para desqualificar o ambiente construído, mas também induzido ao enfraquecimento da capacidade do Estado em regular o desenvolvimento urbano, acarretando uma espécie de naturalização do fenômeno da urbanização informal.

Clarissa F. Sampaio Freitas
Universidade Federal do Ceará UFC
urbcla@gmail.com

O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO FORMADOR E MERCANTILIZADOR DO ESPAÇO URBANO DE APARECIDA DE GOIÂNIA (2002-2014)

A terra é um bem escasso, porém fundamental a todas as atividades humanas. Sua transformação em mercadoria a torna instrumento de enriquecimento e segregação, através da renda da terra. Dentro da estratégia de segregação social na escala metropolitana, Aparecida de Goiânia - GO desenvolveu-se como periferia precária, drenando a força trabalhadora incapaz de adquirir terrenos qualificados na capital. Ao analisar como a cidade se comportou nesta última década desde o Plano Diretor Participativo de 2002 (PDP), percebe-se que mesmo com a adequação do município à regulamentação e a legislação urbana, inseridas por este instrumento, o qual trouxe grandes benefícios urbanísticos, o registro das altas taxas de valorização dos terrenos, estimulada pelo desenvolvimento da cidade e também pela localização espacial dos investimentos públicos, reforçam a qualificação e urbanização fragmentada do território, em especial à faixa conurbada com a capital.

Palavras-chave: Aparecida de Goiânia; mercado de terras; plano diretor.

Janaína de Holanda Camilo
PUC - GO
holandajanaina@gmail.com

Lorena Sulino Assunção
PUC - GO
losulino@gmail.com

DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO DO MINHA CASA, MINHA VIDA EM CASCAVEL-PR

Este artigo tem como objeto a análise das relações entre sociedade-espaço em áreas de novos loteamentos de interesse social provindos do incentivo federal do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV na cidade de Cascavel, Paraná. A análise se dá com o objetivo de identificar as propostas de atendimento às considerações do Direito à Cidade no acesso a equipamentos de educação na implantação de novos loteamentos. No primeiro momento são abordados conceitos teóricos que estruturam a argumentação

do artigo sobre os agentes sociais formadores do espaço urbano e os enfrentamentos da concepção. No segundo momento, apresentam-se os dados referentes ao estudo de caso na cidade de Cascavel/PR, no loteamento Parque dos Ipês, pesquisa com dados dos beneficiários ali instalados, com faixa de renda familiar de zero a três salários mínimos, em contraponto aos dados de localização de equipamentos sociais em seus arredores, com foco sobre os educacionais. As conclusões apontam para a continuidade das ideologias historicamente construídas sobre a localização das áreas de adensamento para população de baixa renda, além da falta de eficácia dos instrumentos do Estatuto da Cidade no atendimento efetivo de equipamentos, no recorte temporal de 2012 a 2014, podendo ocorrer uma substancial piora destes atendimentos no decorrer do adensamento urbano.

Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Universidade Estadual de Maringá
fabiolacordovil@gmail.com

Karen Alessandra Solek Soares
Universidade Estadual de Maringá
karensolek@yahoo.com.br

DESCAMINHOS NA IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA" NAS PERIFERIAS DA CIDADE DE LEME/SP/BRASIL

O deficit habitacional brasileiro representa um grave problema social, econômico e ambiental. Com o lançamento do Programa "Minha Casa, Minha Vida" – PMCMV – em 2009, esperava-se sanar muitos desses problemas. No entanto, a moradia como objeto desse programa político parece não ter sido pensada dentro do conjunto da cidade. Considerando o quadro de deficit habitacional no país e o desafio de melhorar a qualidade de vida nas cidades, este trabalho discute o PMCMV, a reprodução de diferentes problemas urbanos desdobrados a partir dessa política habitacional e sua aproximação/distanciamento com a política local presente nos planos diretores. Para tanto, foram selecionados dois conjuntos habitacionais no município de Leme, SP, Brasil. Através da observação da paisagem e do levantamento de informações socioeconômicas e da legislação vigente, constatou-se que esses conjuntos habitacionais – com subsídios do PMCMV – foram implantados em uma área de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, não existindo articulações da política local, através do plano diretor, com essas áreas e, por consequência, não apresentam elementos que possam melhorar e promover a qualidade de vida da população nesse local. Dessa maneira, o ciclo vicioso de reprodução da pobreza pode cristalizar-se no espaço e a produção da cidade permanece dinamizadora de profundos impactos socioeconômicos e ambientais.

Rafael Alves Orsi
UNESP
r.orsi@fclar.unesp.br

FAMÍLIA E HABITAÇÃO: DESIGUALDADES NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS DE 1980 A 2010, A PARTIR DOS DADOS DOS CENSOS

O direito à moradia é um direito humano e também está assegurado na Constituição Federal de 1988 como um direito social. E para uma moradia ser considerada digna ela deve estar localizada em terreno urbanizado e com acesso a todos os serviços públicos que sejam importantes para a população e também deve propiciar o acesso da população ao emprego e ao sustento (PROJETO MORADIA, 2000 apud MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). No entanto, o acesso à moradia no Brasil, historicamente, é desigualmente distribuído, favorecendo alguns grupos, de tal modo que os grupos de menor poder aquisitivo ficam sujeitos a habitações precárias, em áreas urbanas com problemática infraestrutura em saúde, educação, saneamento, transporte coletivo etc. (NAKANO, 2007). As tendências demográficas de migração da população, e, sobretudo, o envelhecimento populacional, também são fatores que contribuem para o crescimento desordenado de determinadas áreas e, para a mudança no padrão de demanda por moradias. Os fatores demográficos, de trabalho e de composição também afetam a taxa de propriedade de imóveis. Deste modo, o objetivo do trabalho é verificar, no Brasil, como variaram algumas características demográficas das unidades domiciliares, por coorte e período. Para tanto, utili-

za-se as bases de dados dos Censos de 1980 a 2010. Os resultados mostram que há diferenças nas características dos domicílios dos diferentes arranjos domésticos, diferenças tais que, em geral, são favoráveis às famílias com responsável mais velho (ou com a presença de idosos) e nas famílias nucleares.

Carolina Portugal Gonçalves da Motta
IPPUR/UFRJ e FJP
cpgmotta@gmail.com

Adauto Lucio Cardoso
IPPUR/UFRJ
adcard.cardoso@gmail.com

INTERFACE AMBIENTAL NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-RMC: A EXPERIÊNCIA DO PAC I/GUARITUBA

A motivação para escrita deste artigo origina-se na necessidade de conhecimento sobre o contexto e as possíveis combinações de fatores socioambientais, que levaram a escolha de quatro dos 29 municípios da região metropolitana de Curitiba-RMC, para receberem recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC I/Urbanização de Assentamentos Precários no ano de 2007. Assim é descrito os principais condicionantes naturais da RMC validando a hipótese, que o contexto de vulnerabilidade ambiental foi decisivo na escolha dos municípios de Campo Magro, Colombo, Piraquara e Pinhais como pioneiros na experiência de urbanização do PAC. Tem por objetivo resgatar as principais diretrizes de atuação do PAC/RMC. As análises são feitas a partir do estudo de caso da ocupação Guarituba considerada a mais emblemática da RMC, por ser o maior assentamento e também pela localização estratégica junto aos principais mananciais. A questão que se pretende trazer ao debate é atual na agenda urbano-ambiental: como equacionar a necessidade de habitação em territórios onde a necessidade de preservação também está presente? As considerações finais dão um panorama sobre o PAC/Urbanização na RMC e a partir da experiência de Piraquara, relatamos os ganhos e os principais desafios socioambientais oriundos deste processo de urbanização.

Márcia Ferreira Prestes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
marcia.arquitetura@hotmail.com

Raquel Sizanoski
Prefeitura de Piraquara
raquel.sizanoski@gmail.com

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DO MINHA CASA MINHA VIDA, O CASO DO REASSENTAMENTO DO CANAL GASPAR VENTURA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, RIO DE JANEIRO

O presente trabalho se propõe a estudar um processo de reassentamento de famílias localizadas em áreas de risco no entorno de um empreendimento do Minha Casa Minha Vida (MCMV), no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, fazendo uma reflexão sobre as possibilidades de transformação do espaço urbano em que se insere. A abordagem que se pretende neste trabalho é a de situar o processo de reassentamento das famílias moradoras na faixa marginal de proteção do Canal Gaspar Ventura, em um contexto de apropriação do Programa Minha Casa Minha Vida, considerando o critério de territorialidade na seleção de demanda, com o objetivo de promover uma "urbanização às avessas", destacando a problemática de infraestrutura urbana de saneamento e de ocupação desordenada das regiões de baixa renda. Pretende-se analisar em que medida é possível alterar as relações de segregação do espaço urbano, apontando através do estudo de um caso real de intervenção os limites de ação do Poder Público nas áreas remanescentes desocupadas. Nesse sentido, faz-se indispensável compreender as limitações de abordagem do Programa Minha Casa Minha Vida no que se refere à integração com outros programas de intervenção socioespacial e de infraestrutura urbana. Em um cenário em que grandes empresas construtoras conseguem viabilizar empreendimentos habitacionais do Programa MCMV em locais sem infraestru-

tura urbana adequada, como utilizar as potencialidades da habitação para promover um conjunto de transformações socioespaciais no território em que se inserem?

Daniel Taboada Placido
Escola Nacional de Ciências e Estatitisticas
daniel.pacidouff@gmail.com

Kelson Vieira Senra
Universidade de Brasília - UNB
kelsonsenra@gmail.com

Priscila Soares da Silva
Universidade Federal Fluminense
priscila.soares@gmail.com

CONSTRUÇÃO DE INDICADORES ANTRÓPICOS DE ÁREAS DE RISCO A ESCORREGAMENTOS PARA SUBSIDIAR AÇÕES, POLITICAS PUBLICAS E O GERENCIAMENTO DE RISCOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DOS CAMPOS

A pesquisa destaca a elaboração de indicadores antrópicos de riscos de escorregamento como elementos quantitativos no diagnóstico dos condicionantes antrópicos que colaboram para a ocorrência dos processos de escorregamento em áreas de risco de São José dos Campos. Demonstra que os condicionantes contribuem em ordem sequencial para a deflagração dos escorregamentos: Concentração de água pluvial/ Densidade da Ocupação, Talude de Corte, Lançamento de Água Servida/ Vazamentos, Deposição de resíduos em Encosta, Sistema de Drenagem, Talude de Aterro e a existência de Fossa Negra. A partir daí, desenvolveu-se o indicador específico "densidade de ocupação" como um fator de causa e surgimento para os demais condicionantes antrópicos, admitindo sua interferência na variação dos graus de risco das áreas críticas ao longo do tempo, o que permitirá ao poder público, analisar o diagnóstico de ocupação e gerenciar preventivamente o risco, por meio do Planejamento Urbano proativo, do controle e da fiscalização da expansão urbana. Deste modo, ao confrontar com o ordenamento jurídico sobre o uso e ocupação do solo nas três esferas de governo, estes indicadores tornar-se-ão instrumentos de Gestão de riscos, subsidiando ações de infraestrutura urbana e proporcionando a elaboração de diretrizes para a tomada de decisões, tais como: Revisão periódica do Plano Diretor Municipal; Implantação de um Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social e realocação de moradores e moradias em áreas críticas situadas em ZEIS; Criação de um Sistema Municipal de Informação, Gestão e Redução de Riscos, chamadas públicas para participação social na estruturação e criação de uma Cidade Resiliente.

Mário Valério Filho
UNIVAP
mvalerio@univap.br

Rodolfo Moreda Mendes
CEMADEN
rodolfommendes@ig.com.b

Vania Aparecida dos Santos
Instituto Geológico de SP
vas.vania@yahoo.com.br

POLÍTICA HABITACIONAL E A EXPANSÃO URBANA DE LIMEIRA-SP, 1970-2010

Estuda-se a distribuição dos núcleos habitacionais públicos (NHP) em Limeira-SP, ao longo do período 1970 e 2010, situando-os no quadro da expansão urbana do município com o propósito de contribuir para a reflexão mais geral sobre o papel das políticas públicas habitacionais na expansão urbana. Ao responder ao problema de falta de moradias no meio urbano, o poder público pode estar contribuindo para que determinados processos de exclusão social e de desigualdade, no espaço, se perpetuem? Em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) foram sistematizados mapas e dados cadastrais de bairros, loteamentos e áreas públicas da cidade, os quais serviram como proxy da expansão da mancha urbana. No SIG foram identificados os NHP criados ao longo das quatro décadas, o que permitiu visualizar onde tais unidades se situam em relação aos contornos da cidade. O estudo indica a concentração de NHP

em determinadas porções do tecido urbano. Tal concentração associa-se à expansão radial da mancha urbana (com vazios destinados à futura ocupação) sobretudo pelo fato de os NHP se situarem geralmente nas bordas da cidade. A existência de padrões de distribuição compatíveis com processos de expansão e dispersão urbana nas periferias, os quais não rompem com a lógica do mercado imobiliário especulativo e podem contribuir para o agravamento de problemas urbanos como a vulnerabilidade e a segregação, tornam o caso de Limeira relevante à reflexão sobre os limites e potenciais efeitos das políticas habitacionais.

Álvaro de Oliveira Dantona
FCA/Unicamp
alvaro.dantona@fca.unicamp.br

Luis Paulo Rizardi
FCA/Unicamp
lprizardi@gmail.com

A PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS EM NOVO HAMBURGO/RS - 1983 - 2012

O processo de urbanização brasileiro está vinculado à passagem de uma economia de exportação de commodities para uma nova matriz urbano industrial. Neste processo diversos pontos do território brasileiro se desenvolveram como importantes polos urbano-industriais. No caso do Rio Grande do Sul, a cidade de Novo Hamburgo, localizada no Vale do Rio dos Sinos, constituiu-se como importante polo industrial calçadista na Região Metropolitana de Porto Alegre. Este duplo processo de urbanização-industrialização se deu inicialmente, dos anos 1950 aos 1980, pela expansão do tecido urbano através de novos loteamentos na periferia da cidade. Posteriormente, a partir dos anos 1980, período de auge e também onde se inicia a crise deste modelo industrial-exportador, a cidade consolida-se como importante centro urbano regional brasileiro, construindo sua atual imagem de cidade "moderna" vinculada à verticalização dos seus bairros centrais. Este trabalho pretende realizar um estudo do modelo de desenvolvimento urbano deste último período, através do levantamento e análise da produção de edifícios residenciais entre os anos de 1983 e 2012, analisando o papel deste processo na constituição, e consolidação, do modelo de espaço urbano construído desde o início do processo de industrialização da cidade.

Raoni Marques Teixeira
UFRGS
arq.raoni@gmail.com

ENTRE NECESSIDADES E EXCEÇÕES. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BELO HORIZONTE NO FUTURO DO PASSADO

Este trabalho tem como objetivo central refletir sobre a relação entre o Estado de Exceção como instrumento jurídico paradoxal de ação no interior do Estado Moderno e a Operação Urbana Consorciada, traçando um paralelo entre o papel do Estado de Exceção nos regimes nazifascistas e a Operação Urbana como mecanismo de reprodução do capital numa chave contraditória entre democrático e antidemocrático. Neste sentido buscamos entender como tem se configurado a relação entre a aprovação da Operação Urbana Antônio Carlos/Leste-Oeste e a participação da sociedade civil na discussão sobre sua implementação, considerando uma mudança nos elementos que caracterizam a produção do espaço com as mudanças qualitativas do capitalismo pós-70, incluindo uma reconfiguração da relação entre acumulação e crise, além uma flexibilização do mercado de trabalho e capitais.

Thiago Teixeira da Cunha Coelho
USP
thiagoteixeira.tx@gmail.com

EXPANSÃO URBANA E ARENA POLÍTICA EM CIDADE HISTÓRICA: A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS-GO

Este trabalho traz uma reflexão sobre dois dos principais embates delineados no processo de revisão do plano diretor de ordenamento territorial do

Município de Pirenópolis, estado de Goiás: controle da expansão urbana e conflitos de interesses de diferentes atores numa cidade histórica.

Benny Schvasberg
Universidade de Brasília
benny@unb.br

Neio Campos
Universidade de Brasília
neiocamp_41@hotmail.com

Ricardo Farret
Universidade de Brasília
rfarret@gmal.com

MCMV E O DÉFICIT HABITACIONAL DE BAIXA RENDA: UMA ANÁLISE INTRAURBANA PARA CINCO REGIÕES METROPOLITANAS

Este estudo analisa a produção habitacional do programa Minha Casa Minha Vida para beneficiários da Faixa I, vis a vis ao déficit habitacional total e seus componentes para a mesma faixa de renda, focalizando algumas regiões metropolitanas. Criou-se um indicador de aderência (IA) o qual demonstra uma perspectiva de ajuste entre a localização intraurbana do déficit e das unidades do MCMV. O IA das RMs analisadas não foram iguais – o que demonstra que soluções distintas devem ser desenvolvidas de forma a reduzir o déficit habitacional.

Bernardo Alves Furtado
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
bernardo.furtado@ipea.gov.br

Cleandro Henrique Krause
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
cleandro.krause@ipea.gov.br

Vicente Correia Lima Neto
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
vicente.neto@ipea.gov.br

DA APROPRIAÇÃO À ARQUITETURA ABERTA: POR UMA SUPRASSUNÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL VIGENTE

Henri Lefebvre afirma que a prática espacial de uma sociedade ocorre numa interação dialética dela com o lugar. A sociedade produz o espaço, o põe e o supõe, dominando-o e dele se apropriando. Para o filósofo, essa prática espacial de uma sociedade e de cada membro dela, se descobre decifrando o seu espaço, examinando-o empiricamente no cotidiano. Além da prática espacial ou espaço percebido, Lefebvre propõe dois outros momentos que caracterizam a produção do espaço: o espaço concebido e o espaço vivido. O segundo, dos planificadores e agenciadores, é elaborado anteriormente ao uso e a ele identificado de forma codificada, constituindo-se no modo de produção do espaço vigente e dominante. O terceiro, dos habitantes, usuários, moradores, é o espaço dominado, do qual as pessoas pela imaginação se apropriam e modificam. Para Lefebvre a relação dialética se inscreve no seio dessa triplicidade.

O presente artigo, que trata do problema da produção habitacional social no Brasil, visa explicitar, ancorado nessa triplicidade, a hipótese de pesquisa de doutorado em andamento de que a partir da apropriação (espaço percebido e vivido), a lógica da prática da produção (espaço concebido) possa ser reconfigurada em seus agentes e procedimentos. Na argumentação, tem-se como pressuposto os preceitos contemporâneos de arquitetura aberta (open building), e para exemplificar o caminho do pensamento o texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada pelo grupo PRAXIS da Escola de Arquitetura da UFMG. Ao final, o artigo anuncia outros possíveis universos de pesquisa.

Palavras-chave: espaço percebido-concebido-vivido; apropriação; autoconstrução; arquitetura aberta; autonomia

Rosamônica da Fonseca Lamounier
UFMG
rosamonicafl@gmail.com

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAES/RJ: O PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ E EXPANSÃO DA PERIFERIA

A expansão urbana do município de Campos dos Goytacazes/RJ tem ocorrido a partir da "liberação" de antigas propriedades rurais, transformando gradativamente os usos e a paisagem das áreas do entorno da cidade. A principal atividade econômica do Município, a agroindústria sucroalcooleira, dividiu e configurou o território em dois espaços com funções e paisagens bem distintos: o espaço urbano definido pela instalação, ainda no século XVII, do distrito sede e funções urbanas, e o espaço rural ocupado por propriedades dedicadas à monocultura da cana de açúcar e por engenhos e usinas para a transformação industrial desse produto. A partir da segunda metade do século XX, com o processo de urbanização e decadência da atividade sucroalcooleira, e mais tarde à descoberta e exploração de petróleo e a recente instalação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu, na região Norte Fluminense, a cidade se expande transformando as terras rurais contíguas à periferia, em solo urbano. A partir de 2010, estas áreas, passam a receber construções de conjuntos habitacionais do programa habitacional de moradia popular Morar Feliz instituído pelo município de Campos Goytacazes. Nosso estudo busca entender a dinâmica socioespacial da cidade, interrogando de que forma o Morar Feliz impulsiona a expansão e a reconfiguração da periferia (no seu conteúdo social, material e simbólico).Como primeiros resultados observamos a produção de novos territórios, a transformação da paisagem rural e urbana, sem entretanto romper com a dualidade centro periferia e com as desigualdades socioespaciais, reforçando os estigmas que marcam as periferias urbanas.

Teresa de Jesus Peixoto Faria
Universidade Estadual do Norte Fluminense Campos dos Goytacazes – UENF
teresa.uenf@gmail.com

Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann
Universidade Estadual do Norte Fluminense
oliveira.pohlmann@gmail.com

IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

Este trabalho tem por objetivo analisar as consequências das políticas públicas de financiamento imobiliário do Governo Federal na organização do espaço no Setor Oeste da cidade de Uberlândia entre os anos de 2009 e 2013. A questão da habitação social na cidade moderna está diretamente relacionada à lógica do capital, uma vez que o Estado tem servido aos interesses da classe dominante na definição das políticas públicas voltadas para a construção e financiamento de habitações para a classe trabalhadora. Vê-se, portanto, a produção de habitações em série e sem nenhuma preocupação com a qualidade da mercadoria que será entregue à população. No Brasil, a política de Estado para a habitação social sempre foi pautada pela lógica econômica em detrimento do social, com poucos exemplares, voltados à moradia ancorada na qualidade urbanística-ambiental, como procurou demonstrar esta pesquisa com base no caso do Setor Oeste do Município de Uberlândia-MG. Para a realização deste trabalho foram utilizadas bibliografias diversas, pesquisa de campo, registro fotográfico e análises de imagens de satélite O trabalho encontra-se divido em três tópicos: a cidade moderna: a lógica do capital na estruturação do espaço urbano; habitação urbana e políticas públicas de financiamento imobiliário no Brasil; e, o Setor Oeste de Uberlândia-MG: condomínios (verticais) populares sob a égide do capital.

Leandro Oliveira Silva
Universidade Federal de Uberlândia
silva-lo@hotmail.com

Maria Eliza Alves Guerra
Universidade Federal de Uberlândia
mariaelizaguerra@faued.ufu.br

O TRABALHO NO CANTEIRO E O URBANO NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar elementos que contribuam para a discussão de especificidades do urbano brasileiro sob o enfoque das práticas de superexploração da força de trabalho, como característi-

ca importante para entender o subdesenvolvimento, e que na cidade assumem a forma de espoliação urbana. Considera-se nesse artigo que a superexploração no setor da construção civil pode ser alçada à condição de categoria chave nesse debate, pela característica que o canteiro de obras possui em gerar mais valia para o sistema. A partir de dados empíricos que abordam o emprego nesse setor, procura-se evidenciar limites históricos à industrialização do setor, apontando para efeitos pretéritos desse processo sobre a forma urbana das metrópoles brasileiras e indicando hipóteses sobre o modo pelo qual a renda da terra urbana segue permitindo formas renovadas de apropriação de trabalho não pago.

Palavras-chave: canteiro; urbanização; construção civil; superexploração.

Melissa Ronconi de Oliveira
UNICAMP
meronconi@gmail.com

Raul da Silva Ventura Neto
UNICAMP
raulvneto@hotmail.com

A CASA É POPULAR, ESPERAVA O QUÊ?": CONFIGURAÇÕES E SENTIDOS DA HABITAÇÃO POPULAR NO QUADRO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Este artigo tem como objetivo analisar as diferentes conjunturas das políticas habitacionais no contexto brasileiro que contribuíram para a problematização do assunto habitação popular. O problema desta pesquisa consiste em compreender como o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) representa um segmento temporal do problema público habitação popular no Brasil. A comunicação analisará a constituição do problema habitação popular a partir de uma breve trajetória das políticas habitacionais. Neste movimento, a década de 2000 se apresentou como indispensável para a compreensão deste processo que resultou na elaboração do MCMV, destaca-se que este período reorientou os eixos habitacionais. A definição dos "riscos" se apresentou em nível nacional, mas se redefiniu nos circuitos nos quais as políticas habitacionais são executadas. Partindo de uma cidade média como caso particular do possível descrevo como estas problematizações são incorporadas na agenda pública local diante de "catástrofes ambientais". Nesse sentido, analiso, em particular, as definições dos "riscos ambientais" e "vulnerabilidades sociais" formuladas no programa que orientou as assistentes sociais na seleção dos aptos a se beneficiar do primeiro condomínio popular da cidade. A partir de um trabalho de inspiração etnográfica, observei que os repertórios dos "riscos", de um lado, conduziram o processo de elaboração e implementação do programa, por outro, emergem alguns sentidos e ressignificações conferidos a execução. Neste processo, observei que a categoria "popular" vem se reconfigurando em seus aspectos legais e morais.

Diogo da Cruz Ferreira
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
cruzdiogo@yahoo.com.br

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: A DICOTOMIA ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIDADE NO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS-PA

Este artigo procura analisar as repercussões de programas habitacionais federais, que foram preconizados tendo como modelo espaços metropolitanos, seus desdobramentos em realidades urbanas locais, com especificidades distantes daquelas para as quais esses Programas são definidos. Assim sendo, o presente estudo tem como objeto de análise a sua aplicabilidade no município de Ponta de Pedras, Pará, que desde sua aprovação em 2009 e a entrega das casas em 2013 apresentou desvirtuamento que comprometeram a legitimidade deste programa. Fato esse constatado e acompanhado em pesquisa e trabalho realizados em campo pelos presentes autores no período de 2009 a 2014. O artigo encontra-se estruturado em três partes: na primeira parte é apresentada uma breve discussão sobre as políticas habitacionais no Brasil; na segunda parte é apresentada as singularidades e as pluralidades das pequenas cidades da

Amazônia e como Ponta de Pedras encontra-se neste cenário; e por último, a aplicabilidade e direcionamento do PMCMV no local, sua realidade pós-ocupação e as discussões finais.

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia
UNIVAP
milaremontoia@hotmail.com

Jobair Assis Rangel
UNIVAP
jobairrangel@terra.com.br

INFRAESTRUTURA URBANA NO ENTORNO DE EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerado o maior programa habitacional da história do Brasil, tem importantes repercussões na estrutura intra-urbana das cidades brasileiras, revelando algumas características da urbanização do país. Este artigo aborda a implementação do PMCMV na área conurbada de Florianópolis (municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça) localizada no estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Para fins de contextualização foi realizado um breve histórico dos programas habitacionais no Brasil e uma caracterização da área conurbada. A pesquisa apresenta como objetivo analisar a infraestrutura urbana (atividades econômicas, espaços públicos, mobiliário urbano, vias, calçadas, equipamentos coletivos, organizações associativas) no entorno dos empreendimentos habitacionais do PMCMV, comparando-os com dados do bairro Kobrasol, considerado uma área de alta densidade urbana na área conurbada. Os dados foram coletados em campo a partir de critérios analíticos do espaço urbano. Até maio de 2013 a área de estudo apresentava 24 empreendimentos habitacionais finalizados (ao todo eram 50, contando os que estavam em construção). O estudo foi realizado em 10 empreendimentos habitacionais finalizados que foram selecionados a partir da quantidade de área construída no entorno dos empreendimentos num raio de 500 metros, aqueles que apresentavam a menor área construída e os de maior área construída entraram na seleção. Os dados demonstraram que as localidades onde se inserem os empreendimentos habitacionais do PMCMV tendem a ser suburbanas, subequipadas, carentes de infraestrutura e serviços públicos, revelando um programa habitacional e padrão de urbanização que propicia pouca qualidade urbana.

Caio Noguerol Motta
Universidade Federal de Santa Catarina
caionoguerol@gmail.com

Geisa Silveira da Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina
geisa_sr@hotmail.com

OS MEANDROS DO INSTRUMENTO ZEIS DA CONCEPÇÃO ATÉ A PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL – O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

O presente trabalho aborda como as Habitações de Interesse Social (HIS) são definidas nos planos diretores dos municípios a noroeste da Região Metropolitana de Campinas: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna, Nova Odessa, Paulínia e Sumaré. Além disto, são relacionados os municípios que instituem as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para essas HIS e quais dessas ZEIS de fato foram utilizadas para a produção de habitação nos municípios. Pretende-se perceber as relações entre o instrumento ZEIS e a produção de HIS na Região Metropolitana de Campinas, considerando a diversidade de conceitos que tangem esse instrumento, assim como, a dificuldade de implementação do mesmo.

Paula Francisca Ferreira da Silva
Universidade de São Paulo
paulafrancisca@usp.br

VERTICALIZAÇÃO, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O EXEMPLO

EMPÍRICO DO BAIRRO 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS

O desenvolvimento e a pujança econômica verificados no município de Duque de Caxias provocam repercussões espaciais relevantes, tendo como principal desdobramento um expressivo processo de verticalização e especulação imobiliária, cuja maior manifestação se observa no bairro Jardim 25 de Agosto. Localizado nas proximidades do centro municipal, o bairro se caracteriza por um histórico processo de ocupação voltado às elites locais, sendo o mais bem equipado de Duque de Caxias. É neste contexto, que se analisa no presente artigo a atuação expansiva do capital imobiliário sobre as áreas mais valorizadas da periferia metropolitana. A construção de condomínios verticalizados de luxo, bem como a edificação de prédios comerciais de elevado padrão se destacam como as principais formas de ocorrência do processo de verticalização. Este, por sua vez, é acompanhado de forte especulação imobiliária, identificada pelo aumento expressivo do preço dos imóveis e terrenos. Tal fato resulta de uma ação extremamente seletiva, na qual o capital das grandes incorporadoras imobiliárias elege as localidades mais bem servidas de amenidades e infra-estrutura, desencadeando um amplo processo de segregação socioespacial.

Giannis Hans Martins Petrakis
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
giannis.uerj@gmail.com

OCUPAÇÃO INFORMAL EM ÁREAS ÚMIDAS EM MACAPÁ-AP: MODO DE VIDA NA RESSACA DAS PEDRINHAS

No Brasil é um fenômeno comum a ocupação de áreas ambientalmente frágeis pela população de baixa renda e a cidade de Macapá não foge a esta regra. As pessoas que moram em tais áreas estão segregadas e excluídas dos direitos urbanos e vivem em um elevado adensamento populacional e, sob o âmbito ambiental e sanitário, não apresentam um mínimo de condições de habitabilidade. Este artigo objetiva compreender o modo de vida dos moradores da ressaca das Pedrinhas, situada no bairro Marco Zero, na cidade de Macapá. Para tanto, o método de pesquisa utilizado foi o descritivo, visando descrever e analisar o modo de vida dos moradores, sendo a análise baseada, no conceito habitus de Bourdieu. As técnicas de coletas de dados foram: a pesquisa bibliográfica, baseada nos estudos realizados nas temáticas de segregação socioespacial e ocupação das áreas de ressaca em Macapá, habitus e modo de vida; a pesquisa in locu voltada à compreensão das dinâmicas sociais do assentamento informais e a infraestrutura local; e entrevistas, com aplicação de 30 questionários, para compreender melhor as especificidades dos moradores e a situação física de seus domicílios. A primeira parte do artigo se foca na cidade de Macapá, abordando questões relacionadas a expansão urbana desordenada e a ocupação em áreas de fragilidade ambiental. A segunda parte explana o conceito de habitus. A terceira parte aborda a análise do estudo de caso.

Luana Rocha de Souza
UNIFAP
luanarochaap@gmail.com

Danielle Costa Guimarães
UNIFAP
dcguimaraes@gmail.com

DESAFIOS PARA A REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA AMAZÔNIA

O presente artigo busca fazer uma reflexão sobre as condições de implementação e procedimentos de regularização urbanística e fundiária em Áreas de Preservação Permanente (APP) urbanas em assentamentos localizados em municípios paraenses, objetos do Programa Terra Legal, segundo os preceitos da Lei nº 11.952 de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana na Amazônia Legal. As questões ligadas a aplicabilidade da legislação sobre regularização fundiária e ambiental em meio as restrições urbanísticas e jurídicas envolvidas no caso do município paraense de Mãe do Rio demonstram como tem se dado o confronto entre os requisitos legais, o comportamento dos atores envolvidos e as perspectivas de resultados do programa de regularização fundiária na Amazônia.

Roberta Menezes Rodrigues
FAU UFPA
roberta.menezes@uol.com.br

MERCADO IMOBILIÁRIO EM ÁREAS POBRES: AS RELAÇÕES SOCIAIS NA INFORMALIDADE DE TABATINGA

O mercado informal do solo é um evento identificado em várias partes do mundo. No Brasil, esse mercado brota na década de 1980, com o aumento das demandas populacionais surgidas a partir da ausência de políticas públicas voltadas para habitação, capazes de absorver as camadas mais pobres da sociedade. Estudos em rede sobre esse assunto estão sendo desenvolvidos desde 2005 coordenados nacionalmente por Pedro Abramo e, na RMR, pela Professora Drª. Norma Lacerda, através do GEMFI – Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário. Foram inicialmente estudadas as áreas de Brasília Teimosa, Mustardinha, Pilar e Passarinho, situando-se as três primeiras em Recife e a última, em Olinda. Identificou-se que, no geral, o mercado de aluguel mostra-se mais significativo do que o de compra e venda. Esse é o motivo da extensão do estudo sobre o mercado informal de aluguel a outra área: agora Tabatinga, em Camaragibe, passa a ser o objeto empírico da análise. A área em questão foi selecionada por incluir características peculiares de localização, possibilidade de crescimento e outros aspectos naturais. Os dados coletados demonstram a importância do mercado de aluguel como a principal forma de acesso à moradia nessa localidade. Buscou-se conhecer o mercado de Tabatinga a partir da caracterização da área, dos mecanismos de regulação, dos agentes envolvidos nas transações e de suas relações. Sobre as relações sociais na informalidade, percebe-se que é uma atividade indispensável para garantir o bom funcionamento e a manutenção desse mercado.

George Antônio Cunha de Araújo
UFPE
george.arquitetura@gmail.com

>ST8

TRAJETÓRIAS DAS IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS

A PRODUÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO PORTUÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RELAÇÕES DE PODER E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DE TERRITÓRIOS

O espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro vem sendo alvo de uma intervenção urbana de grande envergadura – o projeto Porto Maravilha – que objetiva converter os seus usos históricos e presentes em novos usos alinhados à perspectiva neoliberal do empresariamento urbano das cidades. Porém, ao mesmo tempo em que cresce a fama desta porção da cidade, há um processo de invisibilização das populações que vem historicamente produzindo-a. Assim, o presente artigo objetiva trazer para o debate a ideia de que, na realidade, se trata de mais um processo de transformação urbana que consolida a estigmatização dessas populações. Evidencia-se, aqui, que o espaço portuário carioca já nasce estigmatizado e se confirma como tal em momentos específicos tais como a Reforma Passos e o momento contemporâneo. O suporte teórico que utilizamos para confirmar a nossa hipótese está nas relações de poder de Michel Foucault, buscando relacionar cada momento histórico com os seus mecanismos de poder predominantes e, ainda, trazendo o autor para o debate sobre a urbanização latino-americana.

Letícia de Carvalho Giannella
UFF
leticiagiannella@gmail.com

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A (RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NA VISÃO DE HENRI LEFEBVRE E LEWIS MUMFORD

O tema deste artigo é a (re)produção capitalista do espaço urbano. Entende-se que o conhecimento dessa produção é importante para os profissionais que lidam com a problemática urbana. Como recorte de estudo, pretende-se desenvolver o artigo, baseado na crítica do professor e filósofo francês Henri Lefebvre, que influenciado pelo pensamento marxista, publicou diversas obras, dentre elas, "A Produção do Espaço". Busca-se também ampliar a crítica da temática da (re)produção do espaço, resgatando o pensamento de autores renomados da historiografia das cidades, como o professor americano Lewis Mumford. Primeiramente, será analisada a questão da produção e reprodução do espaço urbano. A seguir, desenvolve-se uma breve análise das repercussões dessa produção que originam um espaço denominado por Lefebvre como abstrato, que possui como características a fragmentação, a homogeneidade e a hierarquização. Ao final, conclui-se que as críticas dos autores Lefebvre e Mumford, de formação e influências diversas, revelam afinidades que podem colaborar para ampliar a crítica sobre a (re)produção capitalista do espaço urbano.

Reginaldo Magalhaes de Almeida
Fumec
ralmeida@fumec.br

PRINCÍPIOS CORBUSEANOS EM SOLO GAÚCHO: A PRAIA DE BELAS NO TEMPO DAS SUPERQUADRAS

Este artigo se insere na Sessão Temática 8: Trajetórias das ideias, representações e experiências urbanísticas; e tem o objetivo de examinar as contribuições que o Projeto do Bairro residencial da Praia de Belas, elaborado por Edvaldo Pereira Paiva e Carlos Maximiliano Fayet em 1953, traria à cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil. O projeto não realizado estabelece um confronto entre a grande escala da superquadra moderna e a escala recorrente do quarteirão tradicional; e é uma das tantas versões pensadas para a enseada da Praia de Belas, um lugar que é uma obra do tempo. A existência do Projeto do Bairro residencial da Praia de Belas se reduz a duas imagens e um pequeno texto. Entretanto, integra a história da cidade, pois é um dos projetos especiais do Primeiro Plano Diretor de Porto Alegre em forma de lei, o chamado Plano Paiva, elaborado em 1959 e publicado em 1961, caracterizado por normatizar a implantação dos princípios urbanísticos e arquitetônicos corbuseanos na cidade. Esta pesquisa pretende desvendar seus segredos e ampliar seus significados, como se pretende demonstrar.

Andrea Soler Machado
UFRGS
andreasolermachado@gmail.com

ABORDAGENS SOBRE A FORMA URBANA E AS TRANSFORMAÇÕES DO QUARTEIRÃO

Este artigo tem como objetivo desenvolver o argumento de que as transformações da relação entre espaços públicos e privados podem ser problematizadas através do estudo da forma do quarteirão, contribuindo à reflexão sobre a retomada do desenho do tecido urbano no projeto da cidade contemporânea. Na primeira parte do artigo será feita uma abordagem preliminar sobre as transformações pelas quais passa a cidade contemporânea, segundo Ascher (2010), e de como a morfologia urbana e o desenho se inserem nesta discussão. Na segunda parte, será dado foco a um dos elementos morfológicos do tecido urbano, o quarteirão (Lamas, 2011, Morris 2013, Poète, 2011, Panerai, 2006) e investigados esquemas conceituais de desenho da ligação entre espaços públicos e privados elaborados pelos arquitetos Le Corbusier (2001), Portzamparc (1997) e Figueroa (2014).

Flavia Ribeiro Botechia
Faculdade Presbiteriana Mackenzie
flaviabotechia@yahoo.com.br

TRINCHEIRAS NO JARDIM: A RELATIVAMENTE CURTA DURAÇÃO DO MOVIMENTO INTERNACIONAL DAS CIDADES JARDINS (1913-1926)

Uma das mais influentes instituições da internacional urbana, a International Federation for Housing and Planning passou por momentos distintos em sua história centenária, sobrevivendo a duas guerras mundiais, três grandes crises econômicas e diversos momentos conturbados que a influenciaram no processo de elaboração de sua ideologia e políticas até o século XXI. Quando fora fundada, em 1913, a entidade recebia o nome de International Garden Cities and Town Planning Association, e era voltada para a promoção dessa ideologia que fizera sucesso na Grã-Bretanha da virada do século, mas que não tivera o mesmo sucesso no restante do mundo. Com o passar dos anos e a internacionalização da entidade, que fora uma associação mas se tornara uma federação, as cidades jardins perderam o encanto e o poder de comunhão entre os planejadores europeus, perdendo, também, seu espaço dentro da própria instituição que fora criada para promovê-la, fazendo-a sofrer um constante decréscimo de apoiadores até a sua supressão oficial das propostas do grupo, e consequente morte do movimento internacional das cidades jardins, que durara apenas treze anos para ser retomado no século XXI. A entidade "amadurece", substituindo aquela ideologia por propostas mais modernas, tais quais o planejamento urbano, regional e rural e a habitação, dando lugar ao nome que essa federação carregou até 1960, International Federation for Housing and Town Planning.

Joel Outtes
Grupo de Estudos sobre Sociedades e Territórios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
joel.outtes@ufrgs.br

Thiago Mauer Lopes
Grupo de Estudos sobre Sociedades e Territórios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Thiagomauer@hotmail.com

CAMPI DA USP NO INTERIOR PAULISTA: UM ESTUDO FRENTE AO IDEÁRIO DA CIDADE-JARDIM

Esse trabalho tem como objeto empírico os campi universitários da Universidade de São Paulo (USP), planejados inicialmente como escolas técnicas e depois transformados em campi. Será analisado o planejamento do espaço físico desses campi sob a luz do ideário da cidade-jardim e de sua experiência estética, que será devidamente contetualizada. É possível concluir que esse ideário influenciou sobremaneira os projetistas, pelo menos em dois dos três exemplos estudados.

Fabrício Ribeiro dos Santos Godoi
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP
fabricio.godoi@usp.br

MEMÓRIA E DIREITO À CIDADE: POLÍTICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS DE OURO PRETO

O objetivo deste trabalho é duplo: primeiramente, enfrentar teoricamente a construção da cisão entre as políticas de preservação do patrimônio cultural e do planejamento urbano, uma vez que o direito à cidade só pode ser compreendido como luta por justiça social se contemplar este campo de ação; em segundo lugar, pretende evidenciar uma das formas mais tradicionais de construção desta separação a partir do caso-referência de Ouro Preto.

A cidade estudada, Ouro Preto, carrega em sua história a força e os conflitos inerentes à sua consagração como cidade símbolo da identidade nacional no início do século XX. Entretanto, a preservação deste "patrimônio histórico e artístico", visto aí com esta abordagem – da história e da arte, mas estendido a todo o núcleo urbano, estabeleceu um conflito de origem, a conciliação da dinâmica urbana com a preservação do mesmo acervo material que estrutura a cidade.

As políticas de preservação do patrimônio cultural costumam ter um lugar reservado dentro do campo do planejamento urbano e mesmo do urbanismo. Costumam ser atribuídas a uma especialidade técnica que, se por um lado, contém elementos específicos que formatam sua práxis, por outro acaba por construir um senso comum de que tais ações

não necessitam estar integradas a outros campos de produção da cidade. Esta parcelaridade pode ser bastante danosa para a produção de espaço com justiça social na medida em que desconsidera algo fundamental para a disputa política do espaço urbano, a memória de sua produção, isto é, da continuidade da produção contemporânea de espaço.

Cláudio Rezende Ribeiro
UFRJ
claudiorribeiro@yahoo.com.br

Maria Cristina Rocha Simão
IFMG CAMPUS OURO PRETO
cristina.simao@ifmg.edu.br

URBANISMO VISIONÁRIO O PLANO DE RUY MESQUITA PARA EXPANSÃO PARA SÃO LUIS EM 1958

Entre os esforços relacionados ao urbanismo da cidade de São Luís, os planos do engenheiro José Octacílio Saboya, no ano de 1936 e do, também engenheiro, Ruy Mesquita, em 1958, constam como os mais marcantes e abrangentes do século XX. Estando o primeiro inserido em um contexto de economia instável, no qual o estado do Maranhão não dispunha de amplos recursos, as intervenções propostas por esse planejador ficaram no plano das ideias. Ainda que não tenham sido postas em prática, o plano de Saboya serviu de embasamento para o planejamento de Ruy Mesquita, foco deste artigo. Em 1958, Mesquita apresenta o que vislumbrou para o crescimento da cidade além dos limites do centro histórico, marco zero da fundação de São Luís, em direção às margens opostas dos rios Anil e Bacanga. O plano de Mesquita continha ideias já bastante contemporâneas que passaram a se concretizar ao longo do tempo, tendo como principal obra a ponte sobre o Rio Anil, dando vazão às propostas de Mesquita para essa nova área da cidade, inaugurada juntamente com a ponte em 1970. Um diálogo fácil se estabelece entre ambos os planejamentos, de 1936 e 1958, podendo-se interpretá-los como uma continuidade que até a atualidade marca as feições da cidade de São Luís, porém é o resgate da importância do plano de 1958, aproximado à contemporaneidade, sem relevar a contextualização histórica e socioeconômica que figura o foco deste artigo, buscando demonstrar o planejamento de Mesquita como um marco do Urbanismo visionário na capital maranhense.

Alicia Maria Pires Nunes
UEMA
n.aliciamaria@gmail.com

Grete Soares Pflueger
UEMA
gretepfl@gmail.com

RIO PARAÍBA DO SUL: PRESENÇA, INDUÇÃO, RECURSO HÍDRICO E PATRIMÔNIO EM QUATRO CIDADES FLUMINENSES

O artigo traz um fragmento de tese de doutorado, defendida e aprovada em novembro de 2014. A tese tem como objeto de estudo o Rio Paraíba do Sul, elemento fundamental para a estruturação das cidades no seu extenso vale, especialmente quatro delas, selecionadas no seu curso médio em território fluminense: Resende; Barra Mansa; Volta Redonda e Barra do Piraí. Referenciada na História Ambiental Urbana e na História Urbana, o trabalho de tese informa sobre a ocupação humana no Vale do Paraíba, traz informações específicas sobre o rio e sua bacia e centra atenção na formação das quatro cidades, dos primórdios da ocupação até os dias atuais. Destaca, nesse sentido, a relação histórica e cultural que liga cidades e rios, apontando os trabalhos contemporâneos de reabilitação fluvial no panorama nacional e internacional que introduzem novas questões para essa relação tão desgastada após o longo período de industrialização e urbanização extensiva, característico do século XX. O fragmento da tese apresentado aqui insere-se no capítulo I, que enfatiza o caráter cultural e simbólico da relação deste rio com os espaços urbanos selecionados na longa duração.

Andréa Auad Moreira
UFRJ
auadandrea@hotmail.com

A TRANSFERÊNCIA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA E A INTRODUÇÃO DO DISCURSO HIGIENISTA NO RIO DE JANEIRO OITOCETISTA

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 marcou definitivamente seu futuro; a cidade começaria então a ser transformada buscando se modernizar. Imediatamente após à passagem da cidade à posição de capital do reino através da mudança da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro, nenhuma transformação física significativa foi gerada. Entretanto, três medidas de impacto que foram colocadas em prática ainda em 1808 devem ser destacadas: criação da Intendência Geral da Polícia, o diagnóstico médico e o mapa oficial. O diagnóstico tinha o objetivo de investigar as causas da insalubridade da cidade, e logo foi transformado em orientação oficial. Os médicos eram interlocutores privilegiados para falar dos problemas da estrutura urbana, principalmente por articular a saúde e doença da população ao meio geográfico. A Intendência Geral de Polícia foi a principal instituição responsável por colocar em prática os princípios de civilização na cidade. Entre suas funções estavam controlar a ordem e administrar as obras públicas. A ação sobre o meio, grande causador da insalubridade, refletia o esforços de civilização, dissecando pântanos, limpando o espaço urbano, permitindo a circulação do ar e das águas. Todavia, pouco do que foi pensado como intenção no período joanino se concretizou como intervenção. Os médicos foram, durante décadas, os encarregados de interpretar os problemas urbanos, mapeando e interferindo diretamente no modo de vida dos habitantes ao longo do século XIX. Essa associação permitiria que mais tarde o higienismo se tornasse um potente discurso para pensar a cidade.

Amanda Lima dos Santos Carvalho
Universidade Federal Fluminense
amandalsc@gmail.com

CIDADE E ÁGUA EM SÃO PAULO: A ORIGEM DE UM MODELO DE URBANIZAÇÃO

Esse artigo pretende resgatar a história dos projetos e discursos relacionados às várzeas urbanas da cidade de São Paulo que levaram, no final da década de 1920, ao estabelecimento de uma relação de segregação entre a cidade e suas águas, com a constituição das avenidas de fundo de vale como paradigma de intervenção urbana. Ainda que nesse século, seja possível observar debates em torno desse paradigma, entender esse momento histórico é importante para avançar nas discussões atuais em torno da recuperação da paisagem dos rios, principalmente no contexto da dinâmica das águas paulistanas.

Luciana Travassos
Universidade Federal do ABC
luciana.travassos@ufabc.edu.br

O BRILHO DA COROA DO REI: O MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS (RJ) NA APROPRIAÇÃO MERCADOLÓGICA DA CIDADE-PATRIMÔNIO

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa a respeito do tema patrimônio e turismo. Consideramos de fundamental relevância questionarmos os diferentes usos sociais que um bem cultural pode vir a ter num contexto mundial de produção mercadológica da cultura, onde certos espaços são direcionados estrategicamente para o consumo cultural comprometendo a sua democratização. Sendo assim, escolhemos o Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis, município da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a fim de refletirmos as contradições sociais decorrentes da apropriação mercadológica de uma cidade cuja formação urbana originária representa um caso particular de planejamento de cidade durante o período imperial no Brasil. Um núcleo urbano pensado a priori como uma possibilidade de colônia de povoamento e simultaneamente como um espaço para abrigar o palácio do imperador nos instiga a desvendar a intencionalidade na fabricação e permanência de determinados fixos na produção e acesso à vida urbana. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho foi o de compreender a lógica da reprodução dos lugares de memória pela atividade do turismo, o que implica desvendarmos o processo de mercantilização da cultura na produção do espaço. E

o objetivo específico foi analisar a gênese desta reprodução do patrimônio, no caso, o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) por um processo mercadológico de apropriação da cultura que tende a se repercutir nos lugares da memória coletiva consolidada como um bem comum a todos os cidadãos. Logo, apreender a lógica de reprodução de um lugar de memória significa tentar recuperar as permanências e rupturas dos conflitos sociais inerentes à produção de uma memória coletiva nacional a serviço do Estado e cooptada pelo mercado.

Ana Paula Silva de Araújo
IPPUR/UFRJ
anavpavlovich@gmail.com

MICROPOLÍTICAS DO URBANISMO OU POR UMA OUTRA HISTORIAGRAFIA URBANÍSTICA.

O texto intenta refletir sobre como realizar uma historiografia que pergunta: como narrar e dar visibilidade a certas práticas do campo do urbanismo que são menos tratadas na Historia do Urbanismo por serem, muitas vezes, práticas menores, realizadas por arquitetos e urbanistas ou que não possuem um contexto de visibilidade discursiva ou que exercitam sua prática profissional em um cotidiano em que as narrativas sobre as mesmas não é privilegiada? Essa condição cotidiana e menor de certas práticas da arquitetura e do urbanismo levam à uma História que produz mais o esquecimento que a memória porque deixa fora uma série imensa, diferenciada e intensa, de experiências do urbanismo nas cidades. Tal afirmação aparenta uma certa modulação discursiva aparenta colocar uma História oficial contraposta à uma historiografia outra. Entretanto a questão que se propõe é justamente aprender a narrar uma história em que as dicotomias dualistas entre um e outro sejam desmanchadas, mas que mesmo não criando a história dos pequenos heróis crie visibilidade para práticas profissionais outras no campo do urbanismo.

Thais de Bhanthumchinda Portela
UFBA
taiportela@yahoo.com.br

CAMPO DE SANTANA: NO SÉCULO XXI COMO NO SÉCULO XVIII, DE VOLTA À CONDIÇÃO DE REFÚGIO DOS EXCLUÍDOS

No início da ocupação do Rio de Janeiro, a área conhecida hoje como Campo de Santana delimitava o núcleo urbano, sendo o lugar destinado aos excluídos e marginalizados. Soldados e negros escravos fugidos, ciganos, vadios eram os freqüentadores dessa periferia. Com o crescimento da área urbanizada há a surpreendente permanência daquele espaço como campo aberto, com a expansão da cidade o ultrapassando, e mantendo a área livre. Com a urbanização e a implantação do projeto de Glaziou levada a cabo no final dos oitocentos, a parcela mais pobre da população ou é mantida à distância, ou se adapta à "educação civilizatória" supostamente proporcionada pelos espaços públicos modernos. Pretendemos discutir neste artigo a volta desta área da cidade à sua condição de espaço periférico e marginalizado em meio às novas centralidades produzidas pelo processo de urbanização. Dentre os fatores que levam de volta o Campo de Santana à esta condição estão a abertura da Avenida Presidente Vargas e a quase aniquilação do uso residencial no Centro, além das dificuldades econômicas do país. Rasgando o tecido tradicional e expulsando os moradores do Centro estavam criadas as condições para o afastamento do cidadão do parque e o sua ocupação por indivíduos miseráveis.

Claudia Brack Duarte
UFRJ
cbrackd@yahoo.com.br

O CAMINHO QUE LEVA AO MAR: A AVENIDA EPITÁCIO PESSOA, VIA DE EXPANSÃO E DE ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Até os primórdios do século XX, a então Cidade da Parahyba restringiu-se à área entre o Rio Parahyba e a Lagoa dos Irerês (área alagadiça, atual Parque Solon de Lucena). A sua expansão dar-se-á de forma mais efetiva após as obras de saneamento e de urbanização da referida lagoa. Ainda na primeira metade do século XX, abre-se uma via interligando a cidade ao

mar: a Avenida Epitácio Pessoa. Trata-se, portanto, de um eixo de expansão que marca a história de João Pessoa e seu processo de urbanização. O propósito deste texto é apresentar a construção da história desta importante avenida que marca a morfologia da cidade, bem como conduz a sua (re)estruturação. O recorte temporal abordado abrange desde a abertura da mencionada via, na década de 1910, até 1980 - momento em que ocorre a consolidação da ocupação da área litorânea da cidade e a avenida passa a se transformar em um eixo comercial -, não deixando de lado a história da cidade que antecede tais acontecimentos. Para tanto, foram utilizados mapas, fotografias, notícias de jornais da época, mensagens de políticos, assim como, informações já levantadas por pesquisadores. Observou-se que a relevância da avenida no processo de expansão urbana decorre não apenas da sua localização intraurbana, mas também dos interesses, dos investimentos e das ações de políticos e da população de renda mais alta.

Doralice Sátyro Maia
Universidade de São Paulo
doralicemaia@hotmail.com

Paula Dieb Martins
Universidade Federal da Paraíba
pauladieb@hotmail.com

A CONSTRUÇÃO DAS REDES DE TRANSPORTE E DRENAGEM NA REGIÃO DO ESTUÁRIO DO RIO MACAÉ

O artigo investiga o papel do estuário do Rio Macaé na constituição de redes de transporte e drenagem, como estas redes relacionam-se entre si, com o território, o município e a cidade de Macaé. A área de estudo consiste em um ponto nodal destas redes, que conectam a cidade ao território e possuem diferentes níveis de artificialidade. Por constituir-se historicamente como um excelente porto de mar, Macaé serve como principal porta de entrada e saída marítima de um vasto território. Hoje o local experimenta mudanças aceleradas devido à indústria do petróleo.

João Lemos Cordeiro Sayd
UFRJ
joaosayd@gmail.com

BOSQUE DOS BURITIS: O DISCURSO AMBIENTAL E O CARÁTER SIMBÓLICO DO ESPAÇO PÚBLICO

O presente trabalho apresenta uma análise do Bosque dos Buritis, espaço livre de uso público, localizado em Goiânia e que teve sua área verde reduzida em prol de edifícios públicos, alterando-se o desenho inicial proposto no plano piloto de Attilio Correa Lima. A análise das mudanças que ocorreram no desenho e no uso dos edifícios do Bosque dos Buritis objetiva a compreensão de seu papel na história da cidade, o que ele era para esta, como era visto pelos usuários, os motivos que levaram a tais transformações e o papel que assume, hoje, para Goiânia enquanto espaço público. A escolha deste local se justifica pelo caráter emblemático que assume para a cidade, pela sua localização próxima ao centro consolidado e por ter passado por diversas reformas que alteraram sua área até a configuração atual. A investigação sobre a maneira como os espaços públicos são vivenciados em Goiânia, a compreensão de como foram estabelecidas as relações entre os espaços e seus usuários e como elas se transformaram até o momento presente são fundamentais para se detectar os problemas existentes em espaços livres de caráter público em áreas centrais de cidades como Goiânia. Considerando ainda que o arquiteto e urbanista é o profissional qualificado para a elaboração do desenho urbano, a análise feita oferece subsídios para se propor formas de sanar os problemas detectados.

Ana Flávia Rêgo Mota
Universidade Federal de Goiás
anafrmota@gmail.com

Sandra Catharinne Pantaleão Resende
Universidade Estadual de Londrina
sandrinhapanta@gmail.com

EXPERIÊNCIA URBANÍSTICA EM EIXO METROPOLITANO: DINÂMICA DA PAISAGEM URBANA NA LINHA VERDE DE CURITIBA, PARANÁ

Curitiba é reconhecida no cenário nacional e em âmbito internacional como referência em inovação, sendo uma das suas mais recentes experimentações urbanísticas, de fundamental influência na dinâmica da cidade, representada pela transformação do trecho urbanizado de antiga rodovia federal, enquadrado como grande projeto urbano, conhecido como Linha Verde, com sua reconfiguração para a tipologia de avenida. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a experiência urbanística de implementação desse eixo metropolitano e seu correspondente processo de alteração da configuração da paisagem e da vitalidade urbana. Com estrutura de múltiplos métodos – exploratórios, descritivos e analíticos –, a investigação foi desenvolvida em três fases complementares: revisão bibliográfica, abordando teorias e conceitos sobre o tema e assuntos relacionados; pesquisa de campo, associada a registro fotográfico ao longo do eixo; e análise dos resultados, correspondendo à interpretação dos atuais perfis da área, comparando-os com informações similares sistematizadas em estudos anteriores. Os resultados alcançados demonstram clara tendência de mudanças nos usos e ocupação do solo, favorecendo a legibilidade da cidade. Em síntese, pode-se concluir pela continuidade efetiva do encadeamento de transformação dos aspectos estruturais e formais decorrentes da implantação da Linha Verde, determinando a necessidade de acompanhamento do processo de planejamento e gestão frente à predisposição à intensificação das dinâmicas imobiliárias e decorrente reformulação dos contextos paisagísticos.

Carlos Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR
c.hardt@pucpr.br

Letícia Peret Antunes Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR
l.hardt@pucpr.br

Marina Gonçalves Hesketh Cardoso
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR
maaghc@gmail.com

Paulo Ritter de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
pauloritter@gmail.com

SIGNIFICÂNCIA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO NAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

A partir da primeira metade do século XX, o movimento moderno se coloca na vanguarda dos debates sobre as cidades, em um quadro de intensas transformações físicas, sociais e econômicas, resultantes do avanço da industrialização e das reconstruções nos períodos pós guerra mundiais (Argan, 1992).

No Brasil, essa nova forma de pensar o espaço tomou impulso ao mesmo tempo em que se construía o projeto universitário brasileiro e se pensava nas bases físicas de sua implementação. A ideia de campus, inspirada em modelos norte-americanos, buscava oferecer condições para a educação superior, que integrasse a vida acadêmica, habitação, lazer, e demais atividades cotidianas em um único espaço: a cidade universitária.

Os primeiros exemplares de cidades universitárias no Brasil têm seu planejamento iniciado nos anos 1930-1940, mas problemas administrativos e o próprio desafio de selecionar espaços adequados às suas necessidades, acarretaram em um longo tempo para sua implantação definitiva, numa sequência de mudanças de terrenos, projetos descontinuados e inúmeras adaptações (Fernandes, 2006). Esse prolongado processo de planejamento, por outro lado, permitiu reunir nomes expressivos da arquitetura nacional e internacional, em projetos que geraram exemplares representativos dos diversos períodos do movimento moderno no país.

Atualmente, grande parte dessas obras apresentam problemas de conservação, reflexo dos aspectos técnicos da problemática de conservação do patrimônio moderno, mas também intimamente relacionados à significância de tais bens para a comunidade universitária e para a sociedade em geral. Essa significância, historicamente construída, diz respeito aos valores e significados que a sociedade atribui aos mesmos.

Ericka Maria de Melo Rocha Calabria
UFPE
emrocha@gmail.com

A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BASIL DE 1922 NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Exposição do Centenário da Independência de 1922 representou um marco no processo de modernização na cidade do Rio de Janeiro que ocorreu de forma mais acelerada nas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da Reforma Pereira Passos. Seu caráter simbólico estende-se além do fato de ter representado a primeira exposição internacional realizada no país para exibir seu progresso e potencial. Mais que a promoção da cidade e do país no cenário internacional, contribuiu com modificações em sua estrutura espacial, com consequências em sua imagem e paisagem, sobretudo no centro, com o desaparecimento de um importante marco físico e histórico, o morro do Castelo, como também com o desaparecimento de marcos arquitetônicos e com a criação de novas áreas de expansão para a cidade proveniente da área do morro e da área criada através do aterro. O artigo se orienta para a sua inserção no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, entre 1822 e 1930. Busca-se esclarecer os antecedentes e razões que concorreram para a sua realização e o seu papel no processo de modernização, que ocorria através de transformações do espaço urbano, sobretudo na área central com modificações significativas na estrutura e no ambiente construído da cidade e que contribuíram para alguns aspectos da sua configuração atual. Analisa-se, a produção do espaço, destacando-se a atuação do Engenheiro Carlos Sampaio na preparação da cidade para a Exposição.

Fernanda de Azevedo Ribeiro
Universidade Federal Fluminense
fera.azevedo@ig.com.br

HABITAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO: O CONJUNTO HABITACIONAL NA URBANIZAÇÃO PAULISTANA ENTRE 1930 E 1964

A partir de 1930, as circunstâncias econômica e sociopolítica seriam redirecionadas pelo Estado brasileiro, com foco no desenvolvimento nacional através da industrialização e na admissão dos trabalhadores como base dessa indústria, conferindo a eles direitos trabalhistas e sociais antes negados ao operariado. É neste contexto que o tema da habitação popular é atrelado ao desenvolvimento econômico e social do país, sendo compreendido como parte do planejamento urbano e como questão a ser enfrentada pelo Estado. Este trabalho propõe uma análise dos conjuntos habitacionais construídos entre os anos de 1930 e 1964 na então Grande São Paulo, procurando contextualizar a produção da habitação social ao planejamento urbano, de forma a melhor compreender a sua inserção no espaço da cidade, bem como a atuação do poder público, municipal e estatal, no setor.

Camila Ferrari
IAU-USP
camila.ferrari@usp.br

ORIGENS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: THEODORO SAMPAIO E A QUESTÃO DAS ÁGUAS EM SÃO PAULO

O artigo trata da consolidação do saneamento da cidade de São Paulo na virada do século XIX com foco no sistema de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgotos a partir da trajetória do engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1837). O objetivo é reunir as informações relativas à atuação de Sampaio, sua contribuição e as questões relacionadas ao abastecimento de água e ao tratamento de esgoto de São Paulo. O resultado do estudo permite compreender que essas atividades integravam um conjunto de preocupações urbanísticas própria daquele momento, pautadas no caso pelo ideário do sanitarismo, mas também, pela preocupação em dotar o poder público de instrumentos legais, e o território de espaços e infraestrutura adequadas para a urbanização. Outra característica observada é o processo de combinação e a incorporação de novos instrumentos e saberes especializados, no caso, a Engenharia e a Medicina, como práticas institucionais absorvidas pela estrutura da administração pública.

Ademir Pereira dos Santos
UNITAU
dmi@hotmail.com

LAS ASOCIACIONES DE AYUDA MUTUA EN LA HISTORIA DEL URBANISMO COLOMBIANO

Las Asociaciones de Ayuda Mutua en Historia del Urbanismo Colombiano, surge a partir del análisis del crecimiento urbano de Bucaramanga, una ciudad del nororiente colombiano, en cual se hallaron formas y condiciones sociales que permitieron develar la urbanización del barrio de la mutualidad. La descripción discurre en la inmersión en el ejercicio investigativo, el cual manifiesta como única finalidad comprobar que el movimiento mutualista y su expresión subyacente, la urbanización del barrio de la mutualidad, se constituyeron como el eje fundamental del desarrollo social de la ciudad de Bucaramanga y para el desarrollo urbanístico de Colombia en la primera mitad de siglo XX.

En 1910 llega a Bucaramanga el Mutualismo, un nuevo pensamiento e ideología que contemplaba las Asociaciones de Ayuda Mutua, la población se unió en torno a este pensamiento y unidos a la Compañía Colombiana de la Mutualidad lograron construir lo que se llamó La Urbanización del Barrio de la Mutualidad. El mutualismo idealizó una ciudad donde todos sus habitantes eran iguales y trabajaban para todos, sin ninguna clase de distinción o discriminación.

En la actualidad la Urbanización de la Mutualidad, sus parques, sus áreas verdes, su lago artificial no existen más, pero su huella permanece en la traza urbana y fue esa huella la que llevo a identificar ese proceso de construcción y pensamiento construido que fue olvidado con el tiempo.

Diana Carolina Sevilla Torres
UFRJ
dinasev@gmail.com

TRÂNSITOS NA CIDADE MODERNA LATINO-AMERICANA: UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO

Este artigo parte do rastreamento de algumas das principais ideias e proposições urbanas vinculadas ao que se costumou chamar “urbanismo moderno” visando identificar quais dessas proposições mais teriam influenciado o planejamento das principais cidades latino-americanas. Inicialmente, identifica-se como a Revolução Industrial teria sido o principal fator motivador das proposições mais abordadas no campo da teoria da arquitetura e do urbanismo. A seguir, propõe uma reflexão acerca de como as intervenções de Eugène Hausmann teriam sido apropriadas no contexto latino-americano não apenas na sistematização das cidades ao longo do século XIX, mas ainda nas ampliações e reformas urbanas de meados do século XX e também nos dias atuais, nos quais se observa uma crescente difusão da gestão capitalista das cidades. Busca-se a seguir identificar como alguns trânsitos de arquitetos e urbanistas europeus pela América Latina teriam sido responsáveis pela configuração atual de nossas cidades e como o urbanismo positivista, ou Beaux Arts, teria adquirido na América significado distinto daquele que possuía no continente europeu. Por fim, trata-se brevemente de duas das proposições que podem ser consideradas mais extremas em termos de habitação – as cidades-jardim e as torres isoladas na natureza – seriam possivelmente as mais difundidas no contexto latino-americano. Permeando todo o texto, subjaz a ideia de que deve-se empreender maiores esforços na busca de uma construção teórica e historiográfica propriamente latino-americana que, embora vinculada em muitos pontos com a chamada “história universal” (ou seja, europeia), é distinta daquela e envolve inúmeros outros fatores, característicos de nosso contexto geográfico particular.

Pedro H. A. de Morais
UFMG
pedromorais.arquiteto@gmail.com

>ST 10

EMERGÊNCIAS NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

O HOMEM INCONFORMADO: AS EXPERIÊNCIAS DE ASSUJEITAMENTO E DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

O presente artigo emerge de uma investigação da experiência de apreensão da cidade no tocante ao Outro, pensado, aqui, como potencializador para o desencadeamento de relações intersubjetivas entre os praticantes urbanos. Para isso, empreendemos uma abordagem do pensamento de Walter Benjamin, no viés de sua célebre crítica ao empobrecimento da experiência, cujas condições de realização, segundo o filósofo, já não existiam mais na sociedade capitalista moderna. Aspirando empreender uma crítica às práticas urbanísticas vigentes, gestoras de comportamentos, propomos à esta abordagem, dois entrecruzamentos. O primeiro, articula um atravessamento à Experiência interior de Georges Bataille, que por sua vez, traça uma crítica à razão ocidental. Já o segundo, articula conexões com a última fase da obra de Michel Foucault, onde o autor concentra suas investigações no eixo do sujeito, embora entrelaçando-o às outras questões caras à sua obra: os eixos do saber e do poder.

Cícero Menezes da Silva
UFBA
cmenezess@gmail.com

CIDADE, UTOPIA E ARTE CONTEMPORÂNEA

Este artigo surge de um ambiente acadêmico em nível de pós-graduação que estuda a relação entre Arte e Cidade, considerando que a arte afirma-se como um campo de posicionamento crítico em relação às políticas urbanas e ao sistema capitalista hegemônico. Essa questão é aprofundada pelo campo da arte no seu viés contemporâneo no sentido de relação que os objetos artísticos estabelecem quando postos em situação e tem sido desenvolvida pelo campo das artes visuais principalmente a partirdo rompimento da obra artística com a materialidade do objeto. A própria noção de campo é problematizada no momento em que as linguagens tradicionais se esgotam, passando a produzir pensamento menos como meio e mais como fim em si mesmo. Diferentemente da tradicional absorção da obra de arte como objeto escultórico de adorno das cidades, a arquitetura, como campo, tem sido tensionada a partir da inserção desses novos arranjos propostos pela arte contemporânea. O objeto inserido no espaço urbano é mais do que uma simples coisa em um contexto, ele é um agente, ou quase-agente, que induz à produção de um pensamento político-estético sobre a cidade. O objetivo deste artigo é construir uma leitura da cidade que estabeleça um vínculo com a arte, através de um processo uno, amalgamado e necessário como produtor de novos sentidos ético-estéticos. Neste artigo, utiliza-se a noção de utopia como o mote pelo qual a cidade e arte passam a ser pensadas como um conjunto único e tem como principal linha teórica o pensamento contemporâneo sobre arte.

Germana Konrath
UFRGS
germana.konrath@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes
UFRGS
paulo.reyes@ufrgs.br

O CONCEITO DE DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL - CONTEXTO DE ELABORAÇÃO SOB A ÓTICA DO SISTEMA SIMBÓLICO

Este trabalho busca colocar em diálogo, sob um tema próprio da política habitacional, a sociologia

de Pierre Bourdieu e a ciência política que trata dos temas de políticas públicas. Tendo como objeto o conceito oficial de déficit habitacional no Brasil, procura-se abordá-lo sob a ótica do sistema simbólico que permite que se identifique, entre outros aspectos, na disputa pela definição dos conceitos, formas transfiguradas de luta pela apropriação dos recursos materiais da sociedade. Comparando-se as metodologias de cálculo desse indicador que se apresentavam como alternativas àquela adotada pelo governo federal e identificando-se os espaços onde a disputa pela alocação de recursos entre setores e políticas era travada, pôde-se perceber de que forma as diferentes visões sobre como deveria ser a atuação pública no setor se refletiam (transfiguravam) nos indicadores apresentados pelos diferentes agentes. A noção de campo de Bourdieu ajudou na delimitação desses espaços e disputas, enquanto a proposta de tipologia das gramáticas políticas no Brasil, de Edson Nunes, permitiu que se identificasse um movimento mais amplo no qual, a partir da abertura democrática, a linguagem do "universalismo de procedimentos" (tendo como pano de fundo a restrição do gasto público em políticas sociais) ia buscando abrir caminho em meio à cultura do clientelismo presente, reforçando a disputa no campo de produção cultural (de conceitos) como estratégia de valorização do setor habitacional e de um determinado segmento dentro deste. Além da bibliografia, as entrevistas realizadas como agentes dos vários campos delimitados foram fonte importante de informação e reflexão.

Endyra de Oliveira Russo
UFRJ
endyrarusso@yahoo.com.br

FESTA NO MAR E NA TERRA : AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO 2 DE FEVEREIRO EM SALVADOR (BA)

O artigo estuda os grandes eventos de rua, a partir do exemplo do conjunto de festejos relacionados a Yemanjá, celebrados no dia 2 de Fevereiro no bairro do Rio Vermelho em Salvador – BA, aplicando os conceitos de envoltórias, portais, ocasião social, ethos, orientação, necessidades e satisfatores, forma, atrações e zonas de atrações. Reconhece-se sua dupla orientação de Devoção e Festa, e o papel crucial dos devotos e foliões; a trama de satisfatores estabelecidos para suprir as necessidades de higiene pessoal, consumo, diversão e transcendência. Descrevem-se as envoltórias do evento e suas características: a exterior, mais difusa, e os portais do evento; o perímetro real do evento; o perímetro administrativo e o núcleo original do evento. E a pulsação do festejo a partir das zonas de atrações e de suas fases, com início, auge e dissolução, marcadas pela dupla orientação de Festa e Devoção. Por último, consideram-se as descontinuidades temporais e espaciais do 2 de Fevereiro.

Daniel Juracy Mellado Paz
FAUFBA
danielmelladopaz@hotmail.com

EXPERIÊNCIA DA NOITE: NARRAÇÃO, HISTORIOGRAFIA E PRODUÇÃO DE CIDADE

Através das instâncias processuais de apreensão da cidade contemporânea, tematizamos a noite situando-a como multiplicidade e heterogeneidade de tempos e espaços outros coexistentes em que habitam os vários outros urbanos em suas ruínas, resistências, sobrevivências e potências de vida. Interessa-nos compreender como a noite tem sido narrada enquanto experiência urbana, de modo a contribuir para a historiografia crítica do pensamento urbanístico, mas também para a produção de cidades, particularmente através da literatura. Para tanto, discorremos sobre três dimensões preliminares: a primeira perpassa as ideias de obscuridade, rastro e errância como problematização desta experiência; a segunda envolve a alteridade, a ruína e a sobrevivência como níveis de abordagem indissociados; e a terceira indica o notívago, o infame e o menor como caracterização dos outros urbanos que narram essa noite de mistérios, opacidades e caminhos nômades. Por fim, sugerimos a prática de urbanismo que atue no campo da diferença e que permita a existência de lacunas inexoráveis do porvir de outras noites possíveis.

Osnildo Adão Wan-Dall Junior
Universidade Federal da Bahia
osnildo.wandall@gmail.com

SENTIDOS E POSSIBILIDADES DO CORPOESPAÇOTEMPO PUBLICO. ESCALA, INTERVENÇÃO E OUTRAS ABORDAGENS.

Esse artigo procura debater o corpoespaçotempo público a partir de uma relação pendular entre escalas, num movimento que conjuga relações entre a grande e a pequena escala, entre tempos e espaços. Através de abordagens (entre) escalas, referentes não apenas ao tamanho das cidades em estudo, mas sobre a escala das abordagens que remetem tanto ao grande, extrapolando a noção territorial e alcançando o mundial do urbano e, que retorna ao pequeno, ao cotidiano e ao gesto, num movimento dialético entre o global e o local, incluindo o particular, vimos justapondo natureza e técnica. A questão que aqui se coloca é sobre a dimensão do espaço público, que não se refere apenas à sua escala ou à forma de tais espaços presas ao tempo, mas também àquilo que se busca alcançar dependendo do lugar (locus), de sua especificidade (site specific), de seu contexto e de sua situação (in situ). Apontamos aqui algumas relações referentes ao espaço público, tratados em trabalhos que se referem às suas diferentes naturezas e escalas. Num primeiro momento relativo aos espaços urbanos em escala industrial, vazios, obsoletos e degradados, para em seguida fazer um percurso sobre ações e espaços culturais num processo de formação e estruturação política e urbana tradicional, no caso de duas das metrópoles do sudeste brasileiro : São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo na atualidade a dimensão pública de equipamentos coletivos educativos nas escalas de médio e pequeno portes em Minas Gerais.

Adriana Gomes do Nascimento
UFSJ
adrianan@ufsj.edu.br

ÍNDICE

XVI

Encontro Nacional da ANPUR

pág 5 e 6

PG

PROGRAMA GERAL

pág 8 à 13

ST

SESSÕES TEMÁTICAS

pág 14 à 19

>MR

MESAS REDONDAS

pág 20 à 23

>SE

SESSÕES ESPECIAIS

pág 24 e 25

>ST

SESSÕES TEMÁTICAS
PROGRAMAÇÃO

pág 26 à 65

>SL

SESSÕES LIVRES

pág 66 à 81

>RE

RESUMOS
APRESENTAÇÃO ORAL

pág 82 à 233

>RE

RESUMOS
POSTER

pág 234 à 281

Belo Horizonte
2015